

## UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor

*José Daniel Diniz Melo*

Chefe do Departamento de Psicologia

*Izabel Hazin*

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Psicologia

*Isabel Fernandes de Oliveira*

### ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

Volume 27, Número 1, 2022

#### EDITORAS

Ana Ludmila F. Costa (UFRN)

Raquel Farias Diniz (UFRN)

#### EDITORES DE SEÇÃO

Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:

*Arrilton Araújo e Izabel Hazin*

Psicologia Social do Trabalho:

*Fellipe Coelho Lima, Cassio Adriano Braz de Aquino e Sabrina*

*Cavalcanti Barros*

Temas em políticas sociais:

Assistência social e sistema de garantia de direitos

*Tatiana Minchoni, Luana Cabral e Manuella Castelo Branco Pessoa*

Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos

Contextos socioambientais:

*Fernanda Fernandes Gurgel e Tadeu Mattos Farias*

#### GERENTE EDITORIAL

Ana Ludmila F. Costa

#### COMISSÃO EDITORIAL

**Psicobiologia e Psicologia Cognitiva:** *Aline Beckmann de Castro Menezes, Briseida Dógo de Resende, Cintia Azoni, Cláudia Berlim de Mello, Fabián Javier Marín Rueda, Fabíola da Silva Albuquerque, Marco Antonio Correa Varella, Nelson Torro Alves, Pablo Valdez Ramírez, Ronaldo Santos, Sebastião de Sousa Almeida, Verônica Sandra Valentinuzzi*

**Psicologia Social do Trabalho:** *Alicia Omar, Aline Venceslau Vieira de Lima, Jorge Tarcísio da Rocha Falcão, Lígia Carolina Oliveira Silva, Livia de Oliveira Borges, Manoela Ziebell de Oliveira, Marcelo Afonso Ribeiro, Maria Nivalda de Carvalho-Freitas, Priscilla Martins Silva, Sonia Maria Guedes Gondim, Tatiana de Lucena Torres, Thais Augusta Cunha de Oliveira Máximo, Thais Zerbin, Thiago Drumond de Moraes*

**Temas em políticas sociais: assistência social e sistema de garantia de direitos:** *Antonio Euzébio Filho, Betanea Moreira de Moraes, Katia Maheirie, Luciana Maria Ribeiro de Oliveira, Luciana Souza Borges, Manuella Castelo Branco Pessoa, Maria Juracy Filgueras Toneli, Pablo Queiroz, Raquel Guzzo*

**Aspectos psicossociais das interações entre pessoas e diversos contextos socioambientais:** *Gleice Azambuja Elali, Héctor Berroeta, James Ferreira Moura Jr., Soraya Souza de Andrade, Susana Batel*

#### PROPOSTA EDITORIAL

Estudos de Psicologia (Natal) é uma publicação eletrônica trimestral do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Publica trabalhos inéditos, sejam relatos de pesquisa empírica, estudos teóricos e de revisão. Os fascículos são publicados via portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)>

## CONSELHO CIENTÍFICO

Acacia Aparecida Angeli dos Santos, Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Emma Otta Emmanuel Zagury Tourinho, Jorge Castellá Sarriera, José Carlos Zanelli, José de Queiroz Pinheiro, Leôncio Camino, Lucia Rabello de Castro, Luís Flávio Silva Couto, Maria Bernadete de Oliveira, Maria de Fátima Souza Santos, Maria do Carmo Guedes, Maria Emília Yamamoto, Nádia Maria Dourado Rocha, Oswaldo Hajime Yamamoto, Paulo Rogério Meira Menandro, Rosalina Carvalho da Silva, Sergio Ozella, Sergio Vasconcelos de Luna, Zeidi Araújo Trindade.

#### EDITORACÃO ELETRÔNICA

*Raquel Prado | Tikinet*

#### APOIO EDITORIAL

*Danielle da Silva Dantas*

#### REVISÃO

*Cláudia Maria de Farias Nóbrega*

*Marllam Mohtadi Ghanbarian*

#### AVALIAÇÃO DOS MANUSCRITOS E DIREITOS AUTORAIS

Os manuscritos encaminhados para Estudos de Psicologia devem seguir as diretrizes para autores disponíveis em <<http://pepsic.bvsalud.org/revistas/epsic/pinstruc.htm>>. Os trabalhos serão aceitos ou recusados pela Editoria, com base nas recomendações dos membros do Conselho Científico e/ou consultores ad hoc. A aprovação dos textos implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação para a Estudos de Psicologia (Natal). O autor continuará, não obstante, a deter os direitos autorais para publicações posteriores.

#### INDEXADORES

Indexada em SCOPUS (Elsevier); Sociological Abstracts (Cambridge Scientific Abstracts); PSICODOC (Colegio Oficial de Psicólogos/ Universidad Complutense de Madrid); CLASE (Universidad Nacional Autónoma de México); Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal) e INDEPSI (CFP/PUCCAMP).



#### Revista associada à ABEC



Financiamento



Classificação CAPES (Qualis) – A1

### ESTUDOS DE PSICOLOGIA (NATAL)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Caixa Postal 1622, Natal/RN.

CEP: 59078-970. E-mail: [revpsi@cchla.ufrn.br](mailto:revpsi@cchla.ufrn.br) - Tel: (84) 3342-2236 (ramal 5).

Submissões e processo editorial: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)

Acervo de artigos em texto integral: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_issues&pid=1413-294X&lng=pt&nrm=iso)

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

Catálogo: Liana Maria Nobre Teixeira (UFRN/DGE/Banco de dados)

estudos de psicologia (Natal). - v. 27, n. 1 (janeiro a abril 2022) - - Natal: UFRN. Edufrn, 1996-

Trimestral

ISSN (versão eletrônica): 1678-4669

1. Psicologia - Periódico

## Sumário

### Psicobiologia e Psicologia Cognitiva

*Efeito mediador da adaptabilidade de carreira nos níveis de esperança, satisfação e sintomatologia depressiva em pós-graduandos*  
Rodolfo Augusto Matteo Ambiel (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Leonardo de Oliveira Barros (Universidade Federal da Bahia) ..... 1

*Adaptação e avaliação psicométrica de uma versão brasileira da CYRM-28*

Aurino Lima Ferreira (Universidade Federal de Pernambuco), Marlos Alves Bezerra (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Leonardo Xavier de Lima e Silva (Ministério Público do Estado de Pernambuco), Philip Jefferies (Dalhousie University), Renata Maria Coimbra (Universidade Estadual Paulista), Djailton Pereira da Cunha (Universidade de Pernambuco), Andreza Souza Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Maria Lúcia Ferreira da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), Tatiana Lima Brasil (Universidade Federal de Pernambuco), Michael Ungar (Dalhousie University) ..... 12

*COVID-19: a influência de fatores psicossociais na crença acerca da pertinência do isolamento social no Brasil*

Marcelo Xavier de Oliveira (Universidade Federal do Acre), Leandro Amorim Rosa (Universidade Federal do Acre), Gustavo Henrique Carretero (Universidade Federal do Acre), Patrícia da Silva (Universidade Federal do Acre) ..... 23

### Temas em Políticas Sociais: Assistência Social e Sistema de Garantia de Direitos

*Violência de Estado e dispositivo clínico-político: os efeitos do atendimento psicossocial do PAEFI/CREAS na trajetória de vida dos usuários*

Gelson Panisson (Prefeitura Municipal de São José/Santa Catarina), Marcela de Andrade Gomes (Universidade Federal de Santa Catarina), Marivete Gesser (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 34

*Narrativas na carne: as tatuagens dos jovens na socioeducação*

Thaywane do Nascimento Gomes (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal), Deise Matos do Amparo (Universidade de Brasília) ..... 46

*Exposição íntima online: experiências de mulheres brasileiras e seu acesso a políticas públicas*

Letícia de Mélo Sousa (Centro Universitário UNIFACISA), Maria de Fatima Pereira Alberto (Universidade Federal da Paraíba) ..... 57

*Constelações Familiares no judiciário: um tema para a Psicologia?*

Lisandra Espíndula Moreira (Universidade Federal de Minas Gerais), Laura Cristina Eiras Coelho Soares (Universidade Federal de Minas Gerais), Adriano Beiras (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 68

*Espaços potentes para a democracia: um olhar sobre os CRAS em um município do Sul do Brasil*

Kátia Maheirie (Universidade Federal de Santa Catarina), Luiza Marson Moraes (Universidade Federal de Santa Catarina), Marcelo Felipe Bruniere (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 81

*Relações sociais e direitos na narrativa de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa*

Eveline Maria Perdigão Silveira (Universidade Estadual do Ceará), Raquel Coelho de Freitas (Universidade Federal do Ceará) ..... 93

### Aspectos Psicossociais das Interações Entre Pessoas e Diversos Contextos Socioambientais

*Loucura sob ataque: contribuições de Ignacio Martín-Baró sobre colonização, guerra e saúde mental para o Brasil contemporâneo*

Arthur Daibert Machado Tavares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Alexandra Cleopatre Tsallis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) ..... 104

*Práticas de si e comportamento pró-ambiental em ecovilas: estudo etnográfico no Brasil e Suíça*

Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte (Centro Universitário Una), João Leite Ferreira Neto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) ..... 115

*Experimentação política da amizade em uma experiência de Psicologia comunitária em Sergipe*

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo (Universidade Federal de Sergipe), Samira Pires Damaceno (Espaço Terapêutico Conatus), Jeferson Santos da Silva (Universidade Federal de Sergipe), José Matheus Alves Santos (Universidade Federal de Sergipe) ..... 127

# Contents

## Psychobiology and Cognitive Psychology

*Mediating effect of career adaptability in levels of hope, satisfaction and depressive symptomatology in postgraduate students*  
Rodolfo Augusto Matteo Ambiel (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Leonardo de Oliveira Barros (Universidade Federal da Bahia) ..... 1

*Adaptation and psychometric evaluation of a Brazilian version of the CYRM-28*  
Aurino Lima Ferreira (Universidade Federal de Pernambuco), Marlos Alves Bezerra (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Leonardo Xavier de Lima e Silva (Ministério Público do Estado de Pernambuco), Philip Jefferies (Dalhousie University), Renata Maria Coimbra (Universidade Estadual Paulista), Djailton Pereira da Cunha (Universidade de Pernambuco), Andreza Souza Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Maria Lúcia Ferreira da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), Tatiana Lima Brasil (Universidade Federal de Pernambuco), Michael Ungar (Dalhousie University) ..... 12

*COVID-19: The influence of psychosocial factors in the belief of relevance of social isolation in Brazil*  
Marcelo Xavier de Oliveira (Universidade Federal do Acre), Leandro Amorim Rosa (Universidade Federal do Acre), Gustavo Henrique Carretero (Universidade Federal do Acre), Patricia da Silva (Universidade Federal do Acre) ..... 23

## Themes in Social Policies: Social Assistance and Assurance System of Rights

*State violence and clinical-political device: The effects of psychosocial care in the PAEFI/CREAS on users' life trajectories*  
Gelson Panisson (Prefeitura Municipal de São José/Santa Catarina), Marcela de Andrade Gomes (Universidade Federal de Santa Catarina), Marivete Gesser (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 34

*Narratives in the flesh: the tattoos of young people in socio-education*  
Thaywane do Nascimento Gomes (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal), Deise Matos do Amparo (Universidade de Brasília) ..... 46

*Online intimate exposure: experiences of Brazilian women and their access to public policies*  
Letícia de Mélo Sousa (Centro Universitário UNIFACISA), Maria de Fatima Pereira Alberto (Universidade Federal da Paraíba) ..... 57

*Family constellations in the judiciary: a topic for Psychology?*  
Lisandra Espíndula Moreira (Universidade Federal de Minas Gerais), Laura Cristina Eiras Coelho Soares (Universidade Federal de Minas Gerais), Adriano Beiras (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 68

*Powerful spaces for equality, emancipation and democracy: a look at the CRAS in a southern Brazilian City*  
Kátia Maheirie (Universidade Federal de Santa Catarina), Luiza Marson Moraes (Universidade Federal de Santa Catarina), Marcelo Felipe Bruniere (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 81

*Social relations and rights in the narrative of teenagers in compliance with socio-educational measures*  
Eveline Maria Perdigão Silveira (Universidade Estadual do Ceará), Raquel Coelho de Freitas (Universidade Federal do Ceará) ..... 93

## Psychosocial Aspects of Interactions Between People and Various Socio-Environmental Contexts

*Madness under attack: contributions from Ignacio Martín-Baró on colonization, war and mental health for contemporary Brazil*  
Arthur Daibert Machado Tavares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Alexandra Cleopatre Tsallis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) ..... 104

*Practices of the self and pro-environmental behavior in ecovillages: ethnographic study in Brazil and Switzerland*  
Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte (Centro Universitário Una), João Leite Ferreira Neto (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais) ..... 115

*Political experimentation of friendship in a community psychology experience in Sergipe*  
Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo (Universidade Federal de Sergipe), Samira Pires Damaceno (Espaço Terapêutico Conatus), Jeferson Santos da Silva (Universidade Federal de Sergipe), José Matheus Alves Santos (Universidade Federal de Sergipe) ..... 127

## Contenido

### Psicobiología y Psicología Cognitiva

*Efecto mediador de la adaptabilidad de carrera sobre los niveles de esperanza, satisfacción y síntomas depresivos en estudiantes de posgrado*

Rodolfo Augusto Matteo Ambiel (Pontificia Universidade Católica de Campinas), Leonardo de Oliveira Barros (Universidade Federal da Bahia) ..... 1

*Adaptación y evaluación psicométrica de una versión brasileña del CYRM-28*

Aurino Lima Ferreira (Universidade Federal de Pernambuco), Marlos Alves Bezerra (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Leonardo Xavier de Lima e Silva (Ministério Público do Estado de Pernambuco), Philip Jefferies (Dalhousie University), Renata Maria Coimbra (Universidade Estadual Paulista), Djailton Pereira da Cunha (Universidade de Pernambuco), Andreza Souza Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Maria Lúcia Ferreira da Silva (Universidade Federal de Pernambuco), Tatiana Lima Brasil (Universidade Federal de Pernambuco), Michael Ungar (Dalhousie University) ..... 12

*COVID-19: la influencia de los factores psicosociales en la creencia sobre la relevancia del aislamiento social en Brasil*

Marcelo Xavier de Oliveira (Universidade Federal do Acre), Leandro Amorim Rosa (Universidade Federal do Acre), Gustavo Henrique Carretero (Universidade Federal do Acre), Patricia da Silva (Universidade Federal do Acre) ..... 23

### Temas en Políticas Sociales: Asistencia Social y Sistema de Garantía de Derechos

*Violencia estatal y dispositivo clínico-político: los efectos de la atención psicosocial en PAEFI/CREAS en las trayectorias de vida de los usuarios*

Gelson Panisson (Prefeitura Municipal de São José/Santa Catarina), Marcela de Andrade Gomes (Universidade Federal de Santa Catarina), Marivete Gesser (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 34

*Narrativas en la carne: los tatuajes de los jóvenes en la socioeducación*

Thaywane do Nascimento Gomes (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal), Deise Matos do Amparo (Universidade de Brasília) ..... 46

*Exposición íntima online: experiencias de mujeres brasileñas y su acceso a las políticas públicas*

Letícia de Mélo Sousa (Centro Universitário UNIFACISA), Maria de Fatima Pereira Alberto (Universidade Federal da Paraíba) ..... 57

*Constelaciones familiares en el poder judicial: ¿un tema para la psicología?*

Lisandra Espíndula Moreira (Universidade Federal de Minas Gerais), Laura Cristina Eiras Coelho Soares (Universidade Federal de Minas Gerais), Adriano Beiras (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 68

*Espacios poderosos de igualdad, emancipación y democracia: una mirada a los CRAS de un municipio del sur de Brasil*

Kátia Maheirie (Universidade Federal de Santa Catarina), Luiza Marson Morais (Universidade Federal de Santa Catarina), Marcelo Felipe Bruniere (Universidade Federal de Santa Catarina) ..... 81

*Relaciones sociales y derechos en la narrativa de adolescentes en cumplimiento de medidas socioeducativas*

Eveline Maria Perdigão Silveira (Universidade Estadual do Ceará), Raquel Coelho de Freitas (Universidade Federal do Ceará) ..... 93

### Aspectos Psicosociales de las Interacciones entre Personas y Varios Contextos Socioambientales

*La locura bajo ataque: contribuciones de Ignacio Martín-Baró sobre la colonización, la guerra y la salud mental para el Brasil contemporáneo*

Arthur Daibert Machado Tavares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Alexandra Cleopatre Tsallis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) ..... 104

*Prácticas de sí y comportamiento proambiental en ecoaldeas: estudio etnográfico en Brasil y Suiza*

Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte (Centro Universitário Una), João Leite Ferreira Neto (Pontificia Universidade Católica de Minas Gerais) ..... 115

*Experimentación política de la amistad en una experiencia de psicología comunitaria en Sergipe*

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo (Universidade Federal de Sergipe), Samira Pires Damaceno (Espaço Terapêutico Conatus), Jeferson Santos da Silva (Universidade Federal de Sergipe), José Matheus Alves Santos (Universidade Federal de Sergipe) ..... 127

# Mediating effect of career adaptability in levels of hope, satisfaction and depressive symptomatology in postgraduate students

Rodolfo Augusto Matteo Ambiel. Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Leonardo de Oliveira Barros. Universidade Federal da Bahia

## Abstract

The objective of this study was to verify the mediating effect of career adaptability in levels of depressive symptomatology, hope, and satisfaction in postgraduate students in *Stricto Sensu*, and, as well as differences based on sociodemographic variables. A total of 2115 postgraduate students participated, with an average age of 28.91 years ( $SD = 5.17$ ), 51.8% of whom were Master's degree students, and 74.4% were female. Participants responded to the Career Adaptabilities Scale, Cognitive Hope Scale, and Baptista Depression Scale (adult version). The results indicated higher levels of depressive symptomatology for scholarship students and in the final phase of the course. The structural equations model indicated that career adaptability has a mediating effect over hope and depressive symptomatology. Self-centered hope and satisfaction on being a post-graduate student directly influence the level of career adaptability and depressive symptoms.

**Keywords:** mental health; positive psychology; postgraduated; depression; career counseling.

## Resumo

*Efeito mediador da adaptabilidade de carreira nos níveis de esperança, satisfação e sintomatologia depressiva em pós-graduandos.* O objetivo foi verificar o efeito mediador da adaptabilidade de carreira em relação à sintomatologia depressiva, esperança e satisfação em estudantes de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como diferenças em função de variáveis sociodemográficas. Participaram 2115 discentes, com idade média de 28,91 anos ( $DP = 5,17$ ), sendo 51,8% alunos de mestrado e 74,4% do gênero feminino. Os participantes responderam a Escala de Adaptabilidade de Carreira, Escala de Esperança Cognitiva e Escala Baptista de Depressão (versão adulto). Os resultados indicaram maiores níveis de sintomatologia depressiva para alunos bolsistas e em fase final do curso. O modelo de equações estruturais indicou que a adaptabilidade de carreira tem efeito mediador entre a esperança e a sintomatologia depressiva. A esperança autocentrada e a satisfação em ser pós-graduando influenciaram diretamente no nível de adaptabilidade de carreira e nos sintomas depressivos.

**Palavras-chave:** saúde mental; psicologia positiva; pós-graduação; depressão; orientação vocacional.

## Resumen

*Efecto mediador de la adaptabilidad de carrera sobre los niveles de esperanza, satisfacción y síntomas depresivos en estudiantes de posgrado.* El objetivo fue verificar el efecto mediador de la adaptabilidad a la carrera en relación a los síntomas depresivos, la esperanza y la satisfacción en los posgraduados, en *Stricto Sensu*, así como las diferencias en función de las variables sociodemográficas. Participaron 2115 estudiantes, con una edad promedio de 28,91 años ( $DE = 5,17$ ), de los cuales el 51,8% eran estudiantes de maestría y el 74,4% mujeres. Los participantes respondieron la Escala de Adaptabilidad de Carrera, la Escala de Esperanza Cognitiva y la Escala de Depresión Bautista (versión para adultos). Los resultados indicaron niveles más altos de síntomas depresivos para los estudiantes becados y en la etapa final del curso. El modelo de ecuación estructural indicó que la adaptabilidad a la carrera tiene un efecto mediador entre la esperanza y los síntomas depresivos. La esperanza autocentrada y la satisfacción de ser un estudiante de posgrado influyen directamente en el nivel de adaptabilidad a la carrera y los síntomas depresivos.

**Palabras-clave:** salud mental; psicología positiva; posgraduación; depresión; orientación vocacional.

Career adaptability is a psychosocial construct that refers to a person's readiness and resources to deal with career development tasks, as well as with occupational transitions and personal and vocational traumas (Savickas, 2013). Adaptability strategies are continuous and dynamic processes concerning the actions that individuals take to solve labor situations (Savickas, 1997). Career adaptability has four dimensions (Concern, Control, Curiosity, and Confidence) referring to the behavioral competencies necessary for adaptation to take place during the process of career construction. Concern indicates the sense of orientation regarding the vocational future, generating planning, anticipation, and preparation. Control is the ability to take responsibility for building one's career through an active and assertive stance. Curiosity refers to the initiative in exploring activities of interest. Finally, Confidence is defined as a belief in one's own competence in defending and attaining goals, even with obstacles (Savickas, 2005; Savickas, 2013; Savickas et al., 2009).

The development of the resources of career adaptability comes from the interaction between the internal and external realities of an individual, relating to specific roles to be performed and contextual contingencies. In cultural terms, there is a variation in the degree of stimulus for adaptability, since each country provides different opportunities and needs in the development and expression of psychosocial resources and transitional skills (Savickas & Porfeli, 2012). Despite the cultural differences, adaptive resources are fundamental in the context of the 21st Century world of work, marked by unpredictability and non-linearity in the careers, which turns people increasingly anxious and insecure (Savickas, 2011) and demanding a higher level of self-regulation to stay healthy.

Savickas (2005) stated that careers are not restricted to the performance of a formal occupation or successions and transitions during a given period. An occupation is a mechanism of social integration and understood as a strategy to sustain itself in society (Savickas & Porfeli, 2012). In this sense, it is important to consider the career in its complexity, heterogeneity, as well as in its moments of stability, instability, and transitions (Ribeiro, 2013). In this way, the focus of the career counseling field turns to the understanding of careers rather than a rigid, classic career model. Thus, it is possible to understand socially delegitimized careers, such as those in informal situations or without social and labor rights, described as marginalized

workers (Savickas et al., 2009). Marginalized workers are those with seasonal, temporary, and intermittent jobs (Maynard & Ferdman, 2009), accompanied by low self-efficacy and difficulty in labor identification (Savickas et al., 2009). Due to the characteristics of the occupation of post-graduate students in Brazil, they can be included in this group of workers, since, although they are already graduates, they carry out professional activities while still in the process of training, without any guarantee of labor law or legal protection.

In Brazil, there are specificities concerning post-graduate courses differently from other countries. After completing higher education, a post-graduate student has two directions. The training of specialists (*Lato Sensu* post-graduate program) focuses on graduates who work directly in the job market of their respective professions. The other one is a specific and technical training of researchers and professors (*Stricto Sensu* graduate program) that gather the graduates with higher interests to act as researchers within their areas of formation (there is no scientist career regulated in Brazil).

*Stricto Sensu* Postgraduate is considered the highest degree in the educational system worldwide (Steiner, 2005). In Brazil, this modality appeared in 1930 and the most recent data provided by the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior [CAPES], 2019), an organism of Brazilian Education Ministry, indicated the existence of 4465 Postgraduate Programs, with a total of 292.418 students enrolled in masters and doctorates. This growth in Post-Graduate has aroused the interest of career counseling researchers in an attempt to understand the choice of this academic area, as well as the professional expectations and difficulties faced in this period (Faro, 2013; Hortale, Moreira, Bochner, & Leal, 2014, Pará, 2017, Silva & Bardagi, 2015). One should note that during the post-graduate period in Brazil, students who receive government funding do not have any guaranteed labor rights and can not perform formal work.

Regarding the difficulties of adaptation in the period of post-graduate training, there are indications that these can lead to physical and mental illness, as observed in a review of Brazilian studies about this population (Silva & Bardagi, 2015). The theme of post-graduate students' mental health is also a concern about international research, especially with a focus on depressive symptomatology and depression. An institutional survey of the University of Berkeley,

USA (2014) found that 46% of graduate students were depressed. In Belgium (Levecque, Anseel, De Beuckelaer, Van der Heyden, & Gisle, 2017) it was found that 32% of doctoral students presented at least four of 12 depressive symptoms and that these results were typical to all areas of knowledge (Social Sciences, Humanities, Applied Sciences or Biomedical Sciences) without significant differentiation. Another study with graduate students from 26 countries concluded that post-graduate students are six times more likely to develop depression and anxiety when compared to the general population (Evans, Bira, Gastelum, Weiss, & Vanderford, 2018).

Among the potential reasons for the development of depression in graduate programs, Levecque et al. (2017) identified that students whose advisors abstained from advising presented 8% more chances of psychic suffering. Family-conflict students were 52% more likely to develop psychiatric problems, as was work overload, which increases the chance of developing mental illness by 65%. Regarding gender, women presented a trend of 27% higher than men did in the development of psychiatric conditions. Evans et al. (2018) found similar results in which the female population has overcome the male tendency to develop depression. The problem is sensitive for transgender post-graduate students, who presented rates of 57%, while for cisgender people, the probability was 43% in women and 35% in men.

Mental illness in the graduate environment can also be associated with a high workload and lack of regular vacations, as well as being intensified by the stigma attributed to the person who becomes ill (Berry et al., 2021). Factors such as poor sleep quality, financial instability, pressure from advisors and fear of failure can also trigger mental suffering in the academic environment (Costa & Nebel, 2018). As indicated by master's and doctoral students, anxiety, stress, depression and lack of motivation are also difficulties faced during training, and these can be expressed in thoughts of doubt about their own capacity for performance and productivity, loneliness, procrastination and perfectionism (Marcílio, Blando, Burin, & La Porta, 2020).

Thus, it is important to investigate the level of illness in Post-Graduation, as well as seek alternatives to prevent these indices. Among the possibilities, investing in the development of positive aspects, such as satisfaction and hope, can help the individual to cope with situations, and these aspects may act as protective factors for mental health (Seligman, 2009). When considering

that depression is the result of numerous factors and symptoms that permeate the individual's life, among them, the presence of hopelessness characterized by self-defeating feeling and cynical and pessimistic view of the future (American Psychiatric Association [APA], 2015), it would be essential to foster the development of hope as a protective agent.

Hope is understood as the ability to wait for the best in the future and work to achieve it, believing that a good future is possible (Peterson & Seligman, 2002). The construct is derived from goal-directed cognition, composed of motivations to achieve established goals (agency) and through achieving such objectives (routes) (Snyder et al., 1991). Staats (1989) proposed two dimensions; the first relating to the desires for something to happen (altruistic hope) and the second to the expectation that something desired may happen (self-centered hope). For the author, hope can contribute to the bond and success of the therapeutic process, in health rehabilitation processes and as a predictor of academic success.

In addition to acting as a protective factor for depressive symptomatology, higher levels of hope relate to higher levels of career adaptability although the work context exposes the individual to difficult situations (Santilli, Marcionetti, Rochat, Rossier, & Nota, 2017; Santilli, Nota, Ginevra, & Soresi, 2014). Career adaptability is also influenced by the level of satisfaction in being a graduate student, as verified by Barros, Moreira, Martins, and Ambiel (2018). The authors found that students with greater satisfaction with the post-graduate role presented higher averages in all adaptability factors, indicating that satisfaction may facilitate or impair the individual's adaptation in the context of the Post-Graduate Program.

Thus, considering the importance of career adaptability and its relationships with positive aspects and potential prevention of development of mental illness, the objective of this paper is to verify possible differences in depressive symptomatology, career adaptability and hope as a function of the variables: being fellow or not, being in the masters or doctorate, have another occupation beyond the post-graduation and level of satisfaction in being a post-graduate student. In addition, the mediating effect of career adaptability to depressive symptomatology and hope in post-graduate students will be analyzed, with the control of the level of satisfaction in being post-graduate using an explanatory model (Figure 1).

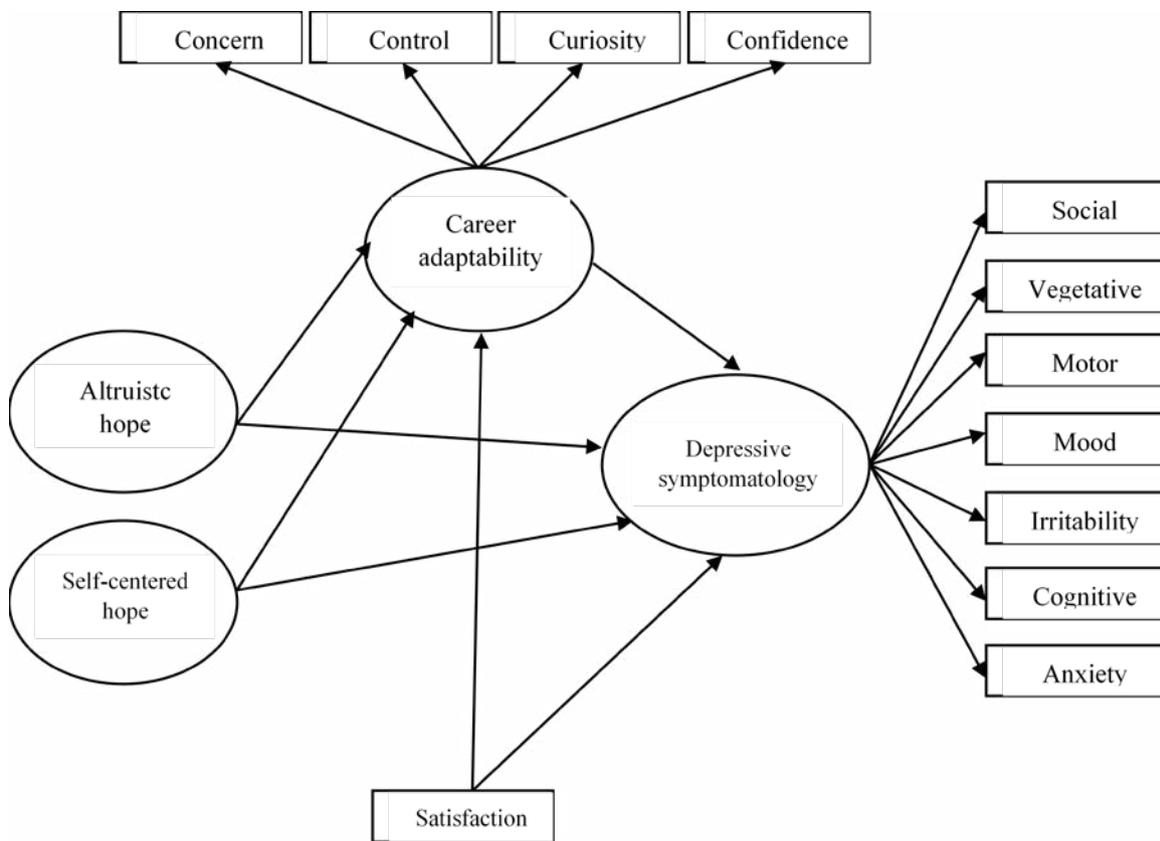


Figure 1. Structural Equation Model to be Tested.

Hypothesis 1: the level of satisfaction in being a graduate student will positively predict career adaptability (Barros et al., 2018) and decrease the development of depressive symptoms (Levecque et al., 2017).

Hypothesis 2: career adaptability will mediate the relationships between self-centered hope to depressive symptomatology, but will not mediate the relationships between altruist hope to depressive symptomatology (Snyder et al., 1991; Staats, 1989).

Hypothesis 3: career adaptability will positively predict hope levels (Santilli et al., 2017) and negatively depressive symptomatology (Peterson & Seligman, 2002).

## Method

### Participants

A total of 2115 Brazilian *Stricto Sensu* postgraduate students, aged between 21 and 62 years ( $M = 28.91$ ;  $SD = 5.17$ ) participated in this study, of which 74.4% ( $n = 1573$ ) were females. Participants were enrolled in an academic master's degree ( $n = 1096$ , 51.8%) and a

doctorate ( $n = 1019$ , 48.2%), dividing those who were in the initial phase of the research - studying subjects and elaborating the research project ( $n = 638$ , 30.2%), intermediate - qualified and in data collection ( $n = 720$ , 34%) and final - in data analysis and thesis defense ( $n = 757$ , 35.8%). In relation to the area of knowledge, students of Human Sciences ( $n = 466$ , 22%) and Biological Sciences ( $n = 356$ , 16.8%) predominated.

Most of the sample came from federal public universities ( $n = 1225$ , 57.9%), followed by state public institutions ( $n = 644$ , 30.4%) and private universities ( $n = 246$ , 11.6%). Of the total number of respondents, 73.9% ( $n = 1564$ ) claimed to be fellows and the majority received assistance from federal agencies ( $n = 1357$ , 64.2%). The minority of the students ( $n = 756$ ; 35.7%) stated that they had to do other work besides the Graduate Program, of which 415 (51.48%) said that this work was not related to the research topic. In relation to the geopolitical region, the participants were: North ( $n = 101$ , 4.8%); Northeast ( $n = 233$ ; 11%);

Central West ( $n = 139$ , 6.6%); Southeast ( $n = 1099$ ; 52%) and South ( $n = 543$ , 25.7%).

### **Instruments**

Sociodemographic questionnaire: with open and closed questions for the characterization of the sample related to gender, age, level of education, fellow, the geopolitical region of residence, type of institution, work, and level of satisfaction in post-graduate studies. For this last question, the respondents should score on a scale of 10 points, being 0 very unsatisfied and 10 very satisfied.

*Career Adapt-Abilities Scale (CAAS)* (Savickas & Porfeli, 2012 adapted version Audibert & Teixeira, 2015). The instrument is composed of 24 items and aims to evaluate competencies related to career development. The scale is answered on a Likert response scale ranging from very little (1) to fully (5) and is divided into four factors (Concern, Control, Curiosity, and Confidence). Regarding the level of reliability, the scale presented Cronbach's alpha ranging from .83 to .89 between the factors and .94 on the full scale in the adaptation study for Brazil.

*The Hope Index* (Staats, 1989 adapted version by Pacico, Zanon, Bastianello, Reppold, & Hutz, 2013). The purpose of the instrument is to evaluate the interaction between desires and expectations about the future and divides into two dimensions, self-centered hope, and selfless hope. Containing 21 items and answered on two Likert scales ranging from little (0) to much (5), the first evaluating how much the person wants what is proposed in the item and the second when he believes it will happen. The scale obtained Cronbach's alpha coefficient of 0.86 (self-centered hope) and 0.80 (altruistic hope) in the Brazilian study of adaptation.

*Baptista Depression Scale - Adult Version (EBADEP-A - Baptista, 2012)*. It is an instrument for the assessment of clinical and non-clinical depressive symptomatology, composed of 45 items with two opposite sentences (one negative in one side and one positive, on the other side), with a total of 90 sentences. Negative sentences are related to depression symptoms. The instrument is answered on a scale of four points ranging from zero to three, where values closest to zero indicate more resemblance to negative sentences and values closest to three indicate more resemblance to the positive sentence. For interpretation, the score ranges from zero to 135, and the low score indicates low symptomatology. In the standardization study, the instrument presented a reliability index of 0.95 (Cronbach's alpha). EBADEP-A is one-dimensional and consists of items

based on social, mood, cognitive, motor, vegetative/symptomatic, irritability, and anxiety symptomatology.

### **Ethical Procedures**

The research protocol was elaborated in the Google Forms platform containing the Informed Consent Term (ICT), Sociodemographic Questionnaire, Career Adaptability Scale, The Hope Index, and Baptista Depression Scale. The data collection occurred online between October and November 2017. The link to the protocol was disclosed in groups and pages of post-graduate students in the online social network Facebook and forwarded to *Stricto Sensu* programs post-graduate coordinators. Participants should be over 18 years old to access the instruments, be regularly enrolled in a master's or doctoral degree, and agree to the ICT. The mean response time was 15 minutes.

### **Data Analysis**

We performed statistical analyses using the Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) software version 21 and Mplus. We used inferential statistics using Student's t-test and analysis of variance to verify possible differences in the averages of the factors of the instruments by the sociodemographic variables, to take a master's or doctorate, to be a fellow and to carry out another work besides the post-graduate level and satisfaction level in being a graduate student. We elaborated on an explanatory model to map the relationships between career adaptability, hope, depressive symptomatology, and satisfaction in being a graduate student. The structural equation model was analyzed using the Path Analysis technique and the Maximum Likelihood (MLR) method in the Mplus software. The fit of the model was verified with the chi-square test (which should not be significant), the adjustment indexes of the Confirmatory Fit Index (CFI) with values equal to or higher than .95; Tucker-Lewis Index (TLI) with values equal to or greater than .95 and Root Mean Square Error of Approximation (RMSEA) values of .08 or less.

## **Results**

Initially, we analyzed the mean differences related to the sociodemographic variables. Regarding the level of the course (masters and doctorates), only for altruistic hope were observed statistically significant differences, and students of masters presented higher means when compared with

doctoral students. Table 1 shows the results that obtained statistical significance in the other variables, a fact that occurred only for the depressive symptoms of cognitive origin and mood and for the hope factors. None of the variables tested had any influence on the dimensions of career adaptability.

**Table 1.** Comparison of Means as a Function of The Variables to be a Fellow and to Carry Out another Work besides the Post-Graduate

Question	Factor	Variable	M	D.P	t	p
Are you fellow??	Mood (EBADEP-A)	Yes	17.28	9.26	2.025	0.04
		No	16.35	9.19		
	Cognitive (EBADEP-A)	Yes	14.96	8.17	2.892	0.00
		No	13.78	8.25		
Altruistic hope (EEC)	Yes	61.10	29.98	-2.315	0.02	
	No	64.58	31.05			
Do you have any other job besides post-graduate?	Mood (EBADEP-A)	Yes	16.23	9.01	-3.017	0.00
		No	17.49	9.35		
	Cognitive (EBAPEP-A)	Yes	13.90	8.14	-3.123	0.00
		No	15.07	8.21		
	Self-centered hope (EEC)	Yes	236.5	65.17	2.493	0.01
		No	228.8	68.59		
Altruistic hope (EEC)	Yes	63.71	30.53	1.931	0.05	
	No	61.06	30.01			

Participants who declared to be fellow and who did not carry out any other professional activity besides the post-graduate program had the highest means of depressive symptomatology of cognitive origin or mood. Regarding altruistic hope, the highest means were for post-graduate students who were not fellow and for those who had other work than Postgraduate. About self-centered hope, this was more endorsed by post-graduates who reported to have another occupation than a student. Afterward, comparisons of means were made by Analysis of Variance and Tukey Post-hoc Test as a function of the variable time of the research (initial, intermediate, and final), and the statistically significant results are presented in Table 2.

**Table 2.** Analysis of Variance and Tukey between Research Time and Instrument Factors

Factor	gl	F	p	Research time	Sub-sets	
					1	2
Humor (EBADEP-A)	2	3.620	0.02	Initial	16.26	
				Intermediate	17.16	17.16
				Final		17.58
Cognitive (EBADEP-A)	2	4.044	0.01	Initial	13.89	
				Intermediate	14.89	14.89
				Final		15.06
Motor (EBADEP-A)	2	4.371	0.01	Initial	3.34	
				Intermediate		3.59
				Final		3.62
Anxiety (EBADEP-A)	2	3.513	0.03	Initial	0.49	
				Final	0.56	0.56
				Intermediate		0.62
General Factor (EBADEP-A)	2	3.184	0.04	Initial	57.63	
				Intermediate	30.66	60.66
				Final		61.26
Altruistic hope (EEC)	2	3.064	0.04	Intermediate	60.52	
				Final	61.39	61.39
				Initial		64.43

Concerning depressive symptoms, these were higher for students in the final phase of research in the cognitive, mood, motor components, and general score of EBADEP-A, differentiating them from the students in the initial phase of the research. Only for the anxiety symptoms, the students in the intermediate stage obtained the highest means when compared with the others. When considering the altruistic hope dimension, the inverse occurred in the distribution of the groups, and students in the initial phase obtained the highest mean differing from students in the intermediate stage. Subsequently, we sought to verify differences in scores based on the level of satisfaction in being a graduate student, as presented in Table 3. For this procedure, the participants were divided into three groups according to the following percentiles: low satisfaction (up to 25th percentile - up to 5 points); average satisfaction (Percentile 50 - scores between 6 and 7); and high satisfaction (Percentile 75 and above - scores from 8) (Table 3).

**Table 3.** Analysis of Variance and Tukey between Level of Satisfaction in being a Post-Graduate Student and Factors of the Instruments

Factor	gl	F	p	Satisfaction level	Sub-sets		
					1	2	3
Concern (CAAS)	2	45.952	0.00	Low	23.60		
				Medium	24.05		
Control (CAAS)	2	130.174	0.00	High		25.32	
				Low	20.79		
Curiosity (CAAS)	2	68.490	0.00	Medium		22.06	
				High			24.18
Curiosity (CAAS)	2	68.490	0.00	Low	20.63		
				Medium		21.76	
Curiosity (CAAS)	2	68.490	0.00	High			23.34

continue...

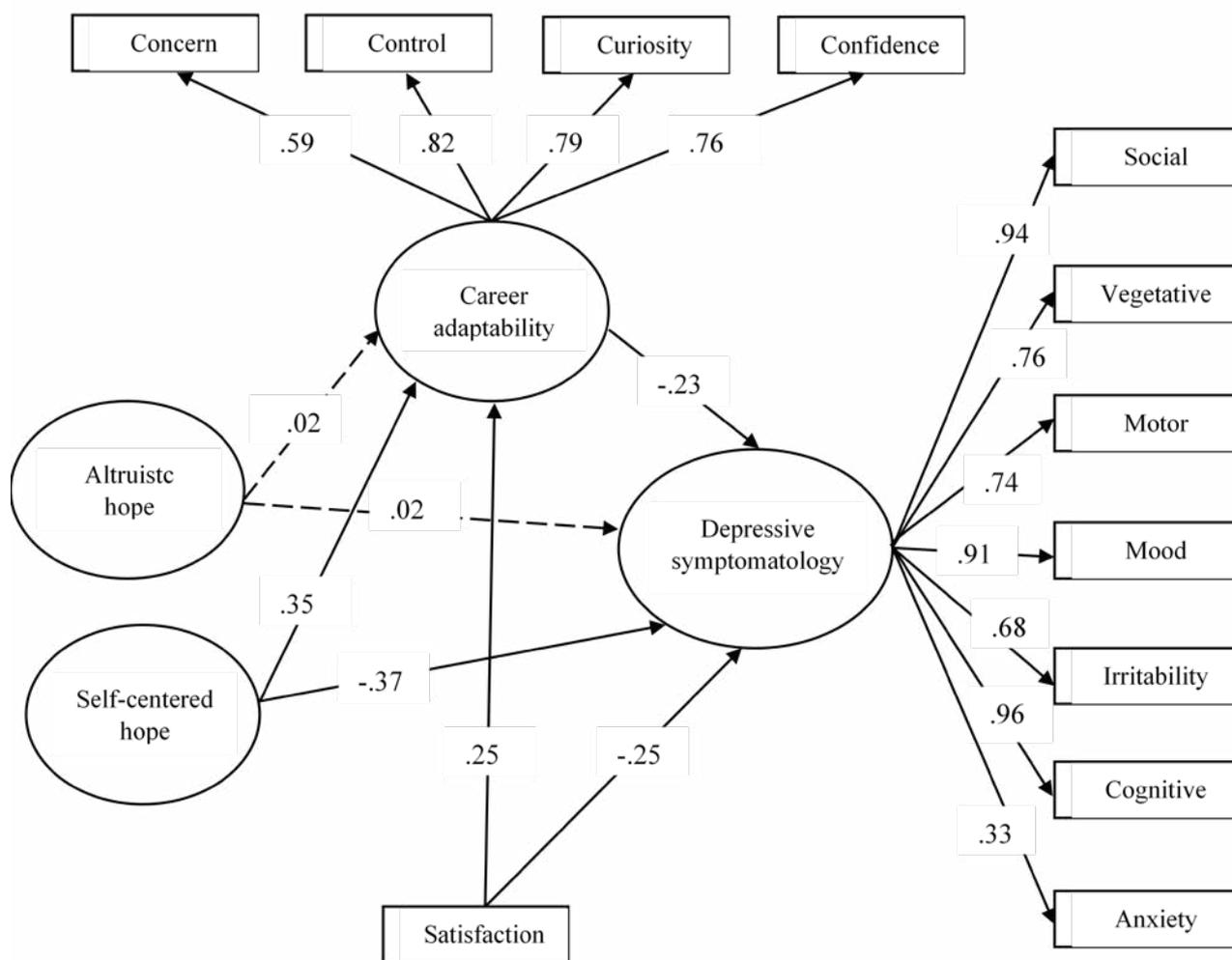
Table 3. Continuation

Factor	gl	F	p	Satisfaction level	Sub-sets		
					1	2	3
Confidence (CAAS)	2	71.313	0.00	Low	22.44		
				Medium		23.29	
				High			25.04
Social (EBADEP-A)	2	189.80	0.00	High	14.77		
				Medium		19.58	
				Low			23.97
Mood (EBADEP-A)	2	266.884	0.00	High	12.73		
				Medium		17.53	
				Low			22.76
Cognitive (EBADEP-A)	2	209.980	0.00	High	11.12		
				Medium		15.22	
				Low			19.17
Vegetative (EBADEP-A)	2	119.153	0.00	High	9.76		
				Medium		11.56	
				Low			13.98
Motor (EBADEP-A)	2	116.059	0.00	High	2.88		
				Medium		3.66	
				Low			4.32
Irritability (EBADEP-A)	2	91.696	0.00	High	2.97		
				Medium		3.60	
				Low			4.22
Anxiety (EBADEP-A)	2	15.778	0.00	High	0.43		
				Medium		0.60	
				Low		0.70	
General Factor (EBADEP-A)	2	232.564	0.00	High	47.40		
				Medium		61.65	
				Low			76.36
Self-centered hope (EEC)	2	119.580	0.00	Low	200.57		
				Medium		232.13	
				High			252.80
Altruistic hope (EEC)	2	48.794	0.00	Low	53.17		
				Medium		61.43	
				High			68.55

The satisfaction in being a graduate student was related to significant differences in the scores of all the factors of the instruments. Regarding the levels of career adaptability, more satisfied students presented higher means in the four factors of the CAAS, differing from those with low levels of satisfaction. About the depressive symptomatology, it was verified that the graduate students with lower levels of satisfaction presented higher scores in all the symptomatologic components of the EBADEP-A, differentiating themselves from the participants with a higher level of satisfaction. Finally, the most satisfied students also presented the highest means in the levels of self-centered and altruistic hope, differing from those with less satisfaction. Thus, we tested the model of structural equations having the variable level of satisfaction as control and career

adaptability as mediators of the relationship between hope and depressive symptomatology, and the results are presented in Figure 2.

The tested model showed impoverished fit indexes,  $\chi^2(69) = 1328.16$  ( $p < .01$ ), RMSEA = .09 ( $p < .01$ ), CFI = .93, TLI = .91. Modification indexes suggest that the low model fit may be due to residual correlations between the indicators. The model is shown in Figure 1, and the results indicate that the career adaptability and the satisfaction of being a graduate influence the level of depressive symptomatology. Concerning hope, only self-centered hope obtained significant coefficients. The indirect effect between the mediation of career adaptability between self-centered hope and depressive symptomatology is .008. The direct effect obtained a value of .37. In total terms, the explained percentage of mediation in this model is 19%.



**Figure 2.** Structural Equations Model for Relationship between Hope, Career Adaptability and Depressive Symptomatology Controlling the Level of Satisfaction in Being a Post-Graduate Student.

### Discussion

Considering the impact of post-graduate studies on the mental health of graduate students (Evans et al., 2018; Levecque et al., 2017; Silva & Bardagi, 2015), this study aimed to verify the mediating effect of career adaptability in the development of healthy aspects (hope) and as a protective agent for the development of depressive symptomatology, controlling the level of satisfaction in being a graduate student. Also, we tried to verify possible differences in the means of the instruments depending on the variables being a fellow, Master’s degree or doctorate, having a different occupation from the post-graduate level, and the level of satisfaction in being a graduate student.

The level of training (Master’s or doctoral degree) had an impact only on the altruistic level

of hope, in which the Master’s students presented the highest means when compared to the doctoral candidates. This dimension is related to the beliefs in better conditions for the society (Staats, 1989), it can be inferred that the Master’s students have more unrealistic research motivations related to social transformation than the doctoral students. Probably, it happened because when master’s students are in the initial step of researcher training. In this sense, it is important that in the process of training the future researcher there is freedom of creation and incentives to carry out works that effectively contribute to social development, since the level of satisfaction with the post-graduate, specifically in the case of doctoral students, relates with the perception of performing work that has a relevant social impact (Hortale et al., 2014).

When analyzing the level of depressive symptomatology, the students who declared to be fellow and who were exclusively dedicated to the research presented the highest means in the humoral and cognitive symptoms. On the other hand, non-Fellows, who had other work activities besides post-graduation, had the highest averages of hope. These results suggest that exclusive dedication to research may be a reason for the potential development of depressive symptoms. These results may be related to the fact that fellow is subjected to more substantial pressures and collections in terms of productivity and emotional exhaustion (Radons, Cunha, & Veiga, 2017), involving many other activities in addition to the necessary completion activities of credits and research development (Paré, 2017). The problem may be bigger because of the difficulty in reconciling studies with personal life (Faro, 2013), which requires interventions that help students to organize themselves in academic tasks and, at the same time, develop healthy aspects of their personal lives.

The level of depressive symptomatology was also higher for students in the final phase of the Master's or doctorate, and only in the symptoms of anxiety, the highest means were for students in the intermediate stage. Levels of altruistic hope were also higher for participants at the beginning of the course to the detriment of those at the intermediate stage. It is possible to think that the uncertainty regarding the professional future, through the uncertainties and difficulties of insertion in the market after the conclusion of the post-graduation (Faro, 2013), are the reasons why the highest levels of depressive symptomatology emerge in the students in the final phase. Thus, it would be essential to offer career guidance services to build life projects and planning for the future beyond post-graduate, minimizing the negative impacts of the career transition.

The comparison by the level of satisfaction in being a graduate student allowed us to observe differentiation for the participants in all dimensions and factors of the measured constructs. Regarding the level of career adaptability and hope, the highest averages were for students who stated that they were highly satisfied with their role. On the other hand, the levels of depressive symptomatology were higher for the participants who declared lower satisfaction with the graduate program. These results indicate that satisfaction can be understood as a factor that develops career adaptability increases the perception of positive aspects, and acts as a protective agent about the development of depression. Considering

that satisfaction with Post-Graduation involves internal and external aspects (Barros et al., 2018), specialized psychological and career counseling services for this population would be necessary to intervene at the individual levels. In addition, concerning external aspects, the need for structural changes in post-graduate programs about training (Silva & Bardagi, 2015) and at the political level for the development of public policies for their insertion and persistence as undergraduate students.

Finally, the analysis of the explanatory model between the constructs gives important indications for the articulation of the phenomena, although with the impoverished parameters. The career adaptability exerted a mediating effect between hope and depressive symptomatology with moderate and negative magnitude coefficients. Thus, as other authors found (Santilli et al., 2017; Santilli et al., 2014), when testing the influence of career adaptability on the levels of hope, develop curiosity, concern, control and confidence in the construction of the professional trajectory also implies fostering the emergence of more positive beliefs about life and career. In the present study, the results suggest that in addition to positive beliefs, career adaptability also acts as a protective factor for the onset of post-graduate depression.

The satisfaction in being a graduate student also has a mediating and controlling effect on the model. This variable tends to increase levels of career adaptability and decrease the degree of depressive symptoms. This fact reinforces the importance of joint actions so that the master's and doctoral students have adequate conditions to carry out their research and to develop themselves professionally as researchers (Paré, 2017). In addition, self-centered hope, characterized by positive beliefs about the future (Staats, 1989), has a direct impact on career adaptability and, independently of this, can predict the occurrence of depressive symptomatology, thus acting as a protective factor.

The model tested allows us to verify in which aspect intervention is worth to minimize the negative impacts on the mental health of the graduate students in their process of career building. In this sense, interventions can focus directly on the dimensions of career adaptability, since more consciously engaging with work tasks can result in more positive perceptions in life (Santilli et al., 2017) preventing mental illness. In addition, the results indicate that intervening alone in levels of hope may also result in higher levels of career adaptability and protection for the development of

depression. The findings are following the notes of Santilli et al. (2014), in which hope was identified as a variable that assists individuals in transitions and vocational traumas, resulting in higher levels of career adaptability, even if work situations cross the work trajectory.

In practical terms, the results of the present study contribute to the understanding of the variables linked to the career development process of Brazilian post-graduate students, a subject that is not discussed on the national scenario (Silva & Bardagi, 2014). Also, it was intended to contribute to the understanding and direction of interventions aimed at minimizing the negative impact of post-graduate studies on the mental health of masters and doctoral students, given the high number of students who are ill at an international level (Evans et al., 2018; Levecque et al., 2017) and national (Faro, 2013). In a broad aspect, the findings suggest that career adaptability plays a preventive role in the development of depressive symptomatology and that a higher level of this ability in the students could facilitate the adjustment and, consequently, greater use of the period in the Graduate Program.

It is necessary to think about the importance of specific actions for students of exclusive dedication (fellow) and in the phase of the conclusion of the masters or doctorate, that in this study presented higher symptoms of the type humor, cognitive, that is, loss of interest and pleasure and presence of hopelessness (Baptista, 2012). At the same time, these groups had lower means of hope and, considering that hopelessness is one of the main factors for the onset of depression (APA, 2015), it is advisable to have listening space for potential reasons for diminishing positive beliefs in life and for career development.

This study does not intend to exhaust the discussions on the subject, since much research has to be done to subsidize interventions with this population. In this way, we suggest that future studies solve gaps of this research, such as lack of balance in areas of knowledge that allow us to verify in which areas there is a greater need for the development of the investigated aspects. It would also be important to carry out qualitative studies to understand the reasons that interfere in the satisfaction of being a graduate student since this variable had a significant influence on the constructs and the model tested. It is also necessary to test alternative models involving career adaptability because this construct is identified as a necessary skill in the current configuration of the world of work (Savickas, 2011).

Even though graduate programs have grown exponentially (CAPES, 2019), allowing for a diverse audience and the development of knowledge that contributes to the technical and scientific progress of the country, it has become an increasingly precarious space with the constant budgetary cuts in recent years. This precariousness, allied to other aspects, can be one of the factors of lower perception of students' satisfaction, resulting in lower positive beliefs regarding the professional future, low levels of career adaptability, and an increase of depressive symptoms. Public investment becomes important in the social recognition of the career of the post-graduates, as well as investments that allow adequate working conditions and intervention actions to cope with the psychological illness in this context.

## References

- American Psychiatric Association. (2015). *Referência rápida aos critérios diagnósticos do DSM-5*. Porto Alegre: Artmed.
- Audibert, A., & Teixeira, M. A. P. (2015). Escala de Adaptabilidade de Carreira: evidências de validade em universitários brasileiros. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 16(1), 83-93. Retrieved from <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203041069009>
- Baptista, M. N. (2012). *Manual técnico da Escala Baptista de Depressão em Adultos (EBADEP-A)*. São Paulo: Vetor.
- Barros, L. O., Moreira, T. C., Martins, G. H., & Ambiel, R. A. M. (2018). Avaliação da Adaptabilidade de Carreira em estudantes de pós-graduação Stricto Sensu. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 19(2), 177-184. doi: 10.26707/1984-7270/2019v19n2p177
- Berry, C., Niven, J. E., Chapman, L. A., Valeix, S., Roberts, P. E., & Hazell, C. M. (2021). "A mixed-methods investigation of mental health stigma, absenteeism and presenteeism among UK postgraduate researchers". *Studies in Graduate and Postdoctoral Education*, 12(1), 145-170. doi: 10.1108/SGPE-06-2020-0034
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2019). *GEOCAPES – Sistema de informações georreferenciadas: dados estatísticos – 2019*. Retrieved from <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>
- Costa, E. G., & Nebel, L. (2018). O quanto vale a dor? Estudo sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação no Brasil. *Polis. Revista Latinoamericana*, 50, 1-19. Retrieved from <https://journals.openedition.org/polis/15816>
- Evans, T. M., Bira, L., Gastelum, J. B., Weiss, L. T., & Vanderford, N. L. (2018). Evidence for a mental health crisis in graduate education. *Nature Biotechnology*, 36(3), 282. doi: 10.1038/nbt.4089
- Faro, A. (2013). Estresse e estressores na pós-graduação: estudo com mestrandos e doutorandos no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(1), 51-60. doi: 10.1590/S0102-37722013000100007
- Hortale, V. A., Moreira, C. O. F., Bchner, R., & Leal, M. C. (2014). Trajetória profissional de egressos de cursos de doutorado nas áreas da saúde e biociências. *Revista de Saúde Pública*, 48(1), 1-9. doi: 10.1590/S0034-8910.2014048004629

- Levecque, K., Anseel, F., De Beuckelaer, A., Van der Heyden, J., & Gisle, L. (2017). Work organization and mental health problems in PhD students. *Research Policy*, 46(4), 868-879. doi: 10.1016/j.respol.2017.02.008
- Marcílio, F. C. P., Blando, A., Burin, J. G., & La Porta, L. G. (2020). Dificuldades enfrentadas por estudantes da UGRGS durante a pós-graduação. In M. C. Lassance & R. A. M. Ambiel (Eds.), *Desafios e oportunidades atuais do trabalho e da carreira* (pp. 28-34). Campinas, SP: ABOP.
- Maynard, D. C., & Ferdman, B. M. (2009). The marginalized workforce: How I-O psychology can make a difference. *The Industrial-Organizational Psychologist*, 46(4), 25-29. Retrieved from <https://www.siop.org/Portals/84/TIP/Archives/464.pdf?ver=2019-08-19-115633-553>
- Pacico, J. C., Zanon, C., Bastianello, M. R., Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2013). Adaptation and Validation of the Brazilian version of the Hope Index. *International Journal of Testing*, 13, 193-200. doi: 10.1080/15305058.2012.664833
- Paré, A. (2017). Re-thinking the dissertation and doctoral supervision/ Reflexiones sobre la tesis doctoral y su supervisión. *Infancia y Aprendizaje*, 40(3), 407-428. doi: 10.1080/02103702.2017.1341102
- Peterson, C., & Seligman, M. E. P. (2002). Values in Action (VIA) Classification of Strengths. *Values in Action Institute*. Retrieved from <https://www.viacharacter.org/character-strengths-via>
- Radons, D. L., Cunha, L. V., & Lucca, C. (2017). O estresse no contexto acadêmico: um estudo com alunos da pós-graduação. *Revista Unifamma*, 16(2), 1-21. Retrieved from <http://revista.famma.br/unifamma/index.php/RevUNIFAMMA/article/view/350>
- Ribeiro, M. A. (2013). Sistematização das principais narrativas produzidas sobre carreira na literatura especializada. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 14(2), 177-189. Retrieved from <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203030931004.pdf>
- Santilli, S., Marcionetti, J., Rochat, S., Rossier, J., & Nota, L. (2017). Career adaptability, hope, optimism, and life satisfaction in Italian and Swiss adolescents. *Journal of Career Development*, 44(1), 62-76. doi: 10.1177/0894845316633793
- Santilli, S., Nota, L., Ginevra, M. C., & Soresi, S. (2017). Career adaptability, hope and life satisfaction in workers with intellectual disability. *Journal of Vocational Behavior*, 85, 67-74. doi: 10.1016/j.jvb.2014.02.011
- Savickas, M. L. (1997). Career adaptability: An integrative construct for Life-span, Life-space theory. *The Career Development Quarterly*, 45, 247-260. doi: 10.1002/j.2161-0045.1997.tb00469.x
- Savickas, M. L. (2005). The theory and practice of career construction. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Career development and counselling: Putting theory and research to work* (pp. 42-70). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons.
- Savickas, M. L. (2011). *Career counseling*. Washington: American Psychological Association.
- Savickas, M. L. (2013). Career construction theory and practice. In R. W. Lent & S. D. Brown (Eds.), *Career development and counselling: Putting theory and research to work* (2nd ed., pp. 147-183). Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons.
- Savickas, M. L., Nota, L., Rossier, J., Dauwalder, J. P., Duarte, M. E., Guichard, J., ... van Vianen, A. E. M. (2009). Life-designing: A paradigm for career construction in the 21th century. *Journal of Vocational Behavior*, 75, 239-250. doi: 10.1016/j.jvb.2009.04.004
- Savickas, M. L., & Porfeli, E. J. (2012). Career Adapt-Abilities Scale: Construction, reliability, and measurement equivalence across 13 countries. *Journal of Vocational Behavior*, 80(3), 661-673. doi: 10.1016/j.jvb.2012.01.011
- Seligman, M. E. P. (2009). *Felicidade autêntica: usando a Psicologia Positiva para a realização permanente*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Silva, T. C., & Bardagi, M. P. (2014). O aluno de pós-graduação stricto sensu no Brasil: revisão da literatura dos últimos 20. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 12(29), 683-714. doi: 10.21713/2358-2332.2015.v12.853
- Snyder, C. R., Harris, C., Anderson, J. R., Holleran, S. A., Irving, L. M., Sigmon, S. T., ... Harney, P. (1991). The will and the ways: Development and validation of an individual-differences measure of hope. *Journal of Personality and Social Psychology*, 60(4), 570. doi: 10.1037/0022-3514.60.4.570
- Staats, S. (1989). Hope: A comparison of two self-report measures for adults. *Journal of Personality Assessment*, 53(2), 366-375. doi: 10.1207/s15327752jpa5302\_13
- Steiner, J. E. (2005). Qualidade e diversidade institucional na pós-graduação brasileira. *Estudos Avançados*, 19(54), 341-365. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/18.pdf>
- University of Berkeley – The Graduate Assembly. (2014). *Graduate Student Happiness and Well-being*. Retrieved from [http://ga.berkeley.edu/wp-content/uploads/2015/04/wellbeingreport\\_2014.pdf](http://ga.berkeley.edu/wp-content/uploads/2015/04/wellbeingreport_2014.pdf)

Rodolfo Augusto Matteo Ambiel, Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), é Professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Endereço para correspondência: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Instituto de Psicologia e Fonoaudiologia (PUCC - Campus II), Jardim Ipaussurama, CEP 13. 060-904, Campinas, SP. Email: ambielram@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3921-8547>

Leonardo de Oliveira Barros, Doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF), é Professor adjunto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: leonardobarros\_job@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8406-0515>

Received in 13.aug.20  
Revised in 30.jun.21  
Accepted in 20.apr.22

## Adaptation and psychometric evaluation of a Brazilian version of the CYRM-28

Aurino Lima Ferreira. Universidade Federal de Pernambuco  
Marlos Alves Bezerra. Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Leonardo Xavier de Lima e Silva. Ministério Público do Estado de Pernambuco  
Philip Jefferies. Dalhousie University  
Renata Maria Coimbra. Universidade Estadual Paulista  
Djailton Pereira da Cunha. Universidade de Pernambuco  
Andreza Souza Santos. Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Maria Lúcia Ferreira da Silva. Universidade Federal de Pernambuco  
Tatiana Lima Brasil. Universidade Federal de Pernambuco  
Michael Ungar. Dalhousie University

### Abstract

Using a sample of 832 young people, between 13 and 25 years old, the present research examined the psychometric properties of a Brazilian adaptation of the Child and Youth Resilience Measure-28 (CYRM-28), a scale empirically derived from a three-factor resilience model that has been promising for cross-cultural research. To establish validation, we use Confirmatory Factor Analysis to determine whether the traditional three-factor structure and the original items of CYRM-28 are compatible with a Brazilian sample. This was followed by tests of internal consistency by examining Cronbach's alpha and convergent validity by testing correlations with the CD-RISC-10. The results led to a reduced version of 19 items distributed in three resilience factors. The findings are consistent with those observed in samples from other cultures and suggest that CYRM-19-Br is promising for use in resilience research in Brazil.

**Keywords:** resilience; adaptation; psychometric evaluation.

### Resumo

*Adaptação e avaliação psicométrica de uma versão brasileira da CYRM-28.* Utilizando uma amostra de 832 jovens, entre 13 e 25 anos, a presente investigação examinou as propriedades psicométricas de uma adaptação brasileira da *Child and Youth Resilience Measure-28* (CYRM-28), uma escala empiricamente derivada de um modelo de resiliência de três fatores que tem sido promissora para pesquisas interculturais. Para estabelecer a validação, usamos a Análise Fatorial Confirmatória para determinar se a estrutura tradicional de três fatores e os itens originais da CYRM-28 são compatíveis com uma amostra brasileira. Isso foi seguido por testes de consistência interna examinando o alfa de Cronbach e a validade convergente testando correlações com o CD-RISC-10. Os resultados levaram a uma versão reduzida de 19 itens distribuídos em três fatores de resiliência. Os achados são consistentes com aqueles observados em amostras de outras culturas e sugerem que a CYRM-19-Br é promissora para uso em pesquisas de resiliência no Brasil.

**Palavras-chave:** resiliência; adaptação; avaliação psicométrica.

### Resumen

*Adaptación y evaluación psicométrica de una versión brasileña del CYRM-28.* Utilizando una muestra de 832 jóvenes, entre 13 y 25 años, la presente investigación examinó las propiedades psicométricas de una adaptación brasileña de *Child and Youth Resilience Measure-28* (CYRM-28), una escala derivada empíricamente de un modelo de escala de tres factores de resiliencia que ha sido prometedor para la investigación intercultural. Para establecer la validación, utilizamos el Análisis Factorial Confirmatorio para determinar si la estructura tradicional de tres factores y los ítems originales de CYRM-28 son compatibles con una muestra brasileña. A esto le siguieron pruebas de consistencia interna examinando el alfa de Cronbach y la validez convergente probando las correlaciones con el CD-RISC-10. Los resultados llevaron a una versión reducida de 19 ítems distribuidos en tres factores de resiliencia. Los hallazgos son consistentes con los observados en muestras de otras culturas y sugieren que el CYRM-19-Br es prometedor para su uso en la investigación de resiliencia en Brasil.

**Palabras-clave:** resiliencia; adaptación; evaluación psicométrica.

Resilience is a complex construct that has been studied from different perspectives. Researchers such as Cabral and Cyrulnik (2015) use resilience as a metaphor because humans, facing stress or traumatic issues, cannot return to a previous state without changes. Transcultural studies from Ungar (2011) advocated for a social ecological role of cultural context instead of chasing biological determinants and its effects. These studies and many others showed the complexity of resilience, shifting from an intrapersonal perspective for another taking account of cultural patterns, risk and protective factors, considering also adversity and protection as elements of a dynamic process.

Libório, Castro, and Coelho (2006) argue studies concerning resilience should avoid individual perspectives (personality, character, temper, etc.) isolation (without considering context and interpersonal relationships), “fate” (innatism, been born invulnerable, for example), stigmatization (classifications such as “being resilient” and “non resiliente”) and instead should focus on dynamics, relativity and processuality. Other studies have considered cultural aspects, community and social-ecological frameworks ontologically linked to individual life stories (Ungar et al., 2020). Brasil (2019) and M. L. F. Silva (2019), advocates for resilience through integral, participative, multidimensional, processual and historic perspectives immersed in a complex network of subjective, objective, social and cultural mechanisms that might allow many possibilities for change. Furthermore, Bezerra (2015, 2021) emphasizes informal networks in stigmatized neighbourhoods and their relation with arts-based interventions; Francisco and Coimbra (2015) advocate personal and social significance as proposed by historical-cultural perspective.

A definition given by Ungar (2019) reflects all the previous elements by suggesting that resilience is better understood by both the capacity of individuals to navigate their way to the resources (psychological, social, cultural, and physical) that sustain their well-being, and their capacity to negotiate (individually and also collectively) for these resources to be provided in culturally meaningful ways.

In the specific field of studies related to children and youth, validation studies for resilience measures have taken place around the world using the Child and Youth Resilience Measure (CYRM-28) including: Canada (Daigneault, Dion, Hébert, McDuff, & Collin-Vézina, 2013; Liebenberg, Ungar, & Van de Vijver, 2012),

New Zealand (Sanders, Munford, Thimasarn-Anwar, & Liebenberg, 2017), South Africa (Van Rensburg, Theron, & Ungar, 2017), Iran (Zand, Liebenberg, & Shamloo, 2017), Spain (Listosella et al., 2019). Each of these studies has confirmed the CYRM-28 as a good measure for assessing resilience.

In 2018, Jefferies, McGarrigle and Ungar did a Rasch analysis after reviewing studies that have used the measures and explored their psychometric properties recommending a 17-item CYRM-R (subscales: “personal resilience” and “caregiver”, 10 and 7 items respectively). In 2019, the Resilience Research Centre published a manual for both the CYRM-R and the Adult Resilience Measure (ARM-R, v.2.2). Although CYRM-R and ARM-R measures were developed in English, there are translations available in different languages such as Hind, Bengali, Arabian, Filipin, Turkish, Urdu, Lugandan, Spanish (Latin America and Spain).

In Brazil, a literature review indicated that resilience measures are scarce, particularly those appropriate for youth (Ahern, Kiehl, Lou Sole, & Byers, 2006; Angst, 2009; Oliveira & Nakano, 2018; Pesce et al., 2005). The Resilience scale adapted by Pesce et al. (2005) and an adaptation of the CD-RISC-10, by Lopes and Martins (2011), are the most used with youth.

The first Brazilian version of CYRM-28 was presented by Pessoa (2011) in a study with 31 adolescents between 13 to 15 years old. In his thesis, Pessoa (2015) stated that the “instrument has not yet been officially adapted to the Brazilian context, and the procedures adopted in this research may contribute to this process” (pp. 113-114). In the article from that thesis, Pessoa, Coimbra, Koller, and Ungar (2019) evaluated the indicators of hidden resilience in 551 adolescents and youth with or without involvement with drug traffic.

The CYRM-28 is a measure of the resources (individual, relational, community and cultural) available for individuals to deal with situations of adversity, developed by Ungar and Liebenberg (2011). Consisting of 28 items, which can be administered individually or in groups, taking between 5 and 10 minutes. The items are classified according to a Likert scale from 1 to 5 (where 1 = Not at all; 2 = A little; 3 = Somewhat; 4 = Quite a bit; 5 = A lot).

Each subscale has its own groups of items that serve as indicators of the main dimensions of the broader construct. The first subscale reflects an individual factor that includes personal skills (5 items:

2, 8, 11, 13, 21), peer support (2 items: 14 and 18) and social skills (4 items: 4, 15, 20, 25). The second subscale reflects caregiving (2 items: 5 and 7) and psychological care (5 items: 6, 12, 17, 24, 26). The third subscale comprises contextual components related to spirituality (3 items: 9, 22, 23), culture (3 items: 19, 27, 28) and education (2 items: 3 and 16) (Liebenberg et al., 2012).

Of its three subscales, only one can be considered an 'individualized' measure (the personal scale). The other two (relational and contextual) target social, cultural, economic and interpersonal factors that should be considered so that the overall measure remains broadly social-ecological in focus.

The objective of this work is to present the cultural adaptation and the evaluation of the psychometric properties of the Brazilian version of the Child and Youth Resilience Measure (CYRM-28) in a Brazilian sample. This will result in a measure for studies involving the resilience adolescents and young people in Brazil.

## **The methodological process of the adaptation and validation of CYRM-28 for Brazilian version**

The adaptation and validation process of CYRM-28 for Brazil was carried out according to the recommendations proposed by Borsa, Damásio, and Bandeira (2012) which are in line with the contemporary theories of validity (American Psychological Association/ APA, 2020). This involves two processes: 1) translation and adaptation of the original version of the CYRM-28 for the Brazilian youth population and 2) evaluation of the psychometric properties of the adapted instrument. Ethical approval was obtained by the Research Ethics Committee of the University mentioned (National Report No. 1,684,065 - CAAE: 57860916.10000.5208).

### **Study 1**

#### ***Translation and Adaptation Process***

There were six stages in this phase: (1) instrument translation from the source language into the target language, (2) synthesis of the translated version, (3) a synthesis evaluation by expert judges, (4) instrument evaluation by the target population, (5) back translation, and (6) a pilot study. Each of these stages is explained in detail below.

*Instrument Translation.* The translation and cultural adaptation process was initiated by two translators

proficient in English and Brazilian Portuguese, who independently translated the instructions of the CYRM-28, the response scale and the items into Portuguese. The translators produced a final version of the instrument compatible with the new context and congruent with the original version.

*Synthesis of the translated version.* Subsequently, the two translations were "synthesized" (Borsa et al., 2012), assuring cultural adaptation of the instrument and evaluating discrepancies between the translated versions and the original instrument.

*Synthesis evaluation by expert judges.* This synthesis was conducted by a committee specializing in the subject and formed by three psychologists and psychology professors. This committee examined whether the words, expressions or phrases were appropriate for different contexts, populations and target audiences.

*Instrument evaluation by the target population.* Ten young Brazilians, aged between 14 and 18 years old, tested the translated CYRM-28 in order to verify the items could be understood and the original intention remained intact. This group was also asked to provide written and/or oral comments for each item. In this step, we also compared the translation of the CYRM-28 scale performed by Pessoa (2015). Based on the observations and suggestions of the group of young people evaluating the instrument and comparison to the Pessoa (2015) translation, additional content reviews were carried out for some items, in order to elevate the likelihood of comprehension of young people of different educational and social levels.

*Back translation.* Two translators independently translated the scale from Portuguese back to English. Then, these translations were then fine-tuned by the expert committee, considering the equivalences of the translated measures and resolving any discrepancies. The back-translated version was shared with Jefferies et al. (2018) for his evaluation and comments. Items identified as problematic at this stage were reviewed.

*Pilot study: focus group.* Four pilot studies were carried out a single three-hour meeting. Half were held in Recife with young people from social projects in neighborhoods on the outskirts of the city. The groups had 55% of female representation. The average participation in both groups was 20 participants. In Natal, the average number of participants and the distribution between genders was practically identical. The results obtained in these groups ensured the

understanding of the items as well as confirming the appropriateness of the method of application (Borsa et al., 2012). Following these steps, the instrument was readied for the second study.

## Study 2

### **Assessment of Psychometric Properties**

The aim of the second study was to evaluate the psychometric properties of the adapted CYRM-28, examining the adequacy of the three-factor structure in relation to Brazilian youth. In order to determine the adequacy of the measure, efforts were made to confirm the factorial validity, internal consistency and convergent validity.

### **Design of the Study and Participants**

Confirmatory Factor Analysis (CFA) was used to determine whether the traditional three-factor structure and the original items of the CYRM fit a sample from Brazil. This was followed by tests of internal consistency through examination of Cronbach's alpha. Then convergent validity was explored by testing correlations of the measure with another widely used tool for measuring resilience (CD-RISC-10).

The sample consisted of 832 individuals, 55.4% female, with an average age of 17.8 years, ranging from 13.0 to 24.9 years ( $SD = 2.36$ ). Geographical representation was considered, with all five regions of Brazil included. The largest groups were from the Northeast (35.9%) and Southeast (26.0%). Almost a quarter of the sample (23.2%) reported having completed the second stage of elementary school, more than half (54.5%) reported being in high school, almost a fifth (18.7%) said they were studying at a university. The predominant self-declared ethnicity of the sample was "pardo" (brown) (48.6%), followed by white (30.3%) and black (19.8%). For family income, 70.9% reported receiving up to two minimum wages, indicating that the sample was composed mainly of young people in a low-income family situation. Regarding religious affiliation, a general balance between evangelicals (34.2%), Catholics (28.7%) and those who declared they had no affiliation (31.0%). All respondents were proficient in Brazilian Portuguese.

### **Measures, Procedures and Data Analysis**

The questionnaire included sociodemographic questions to capture age, sex, race, education, family income, number of children, region of Brazil, religious

affiliation and frequency of religious activity. In addition to these variables, it also included the translation of the CYRM-28. This was accompanied by several "local-specific" questions (S1, S2, S3 ... S10), the elaboration of which is recommended in the CYRM manual (Resilience Research Centre, 2016). These questions were generated by the local consultative group that involved nine specialists (teachers, psychologists, pedagogues and social educators) with experiences in working with adolescents and young people, and ten adolescents and young people contacted for this activity. Subsequently, the selected questions were evaluated in the focus groups in order to help contextualize the measure. The survey also included the 10-item Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC-10 for Brazilians; Lopes & Martins, 2011).

The questionnaire was administered to students in public and private schools in all five regions of Brazil, between June 2019 and February 2020. The objectives of the study and the nature of the questionnaire were explained before the participants gave written informed consent. Parents provided consent in advance for minors. The sample was extended with another 64 individuals who were recruited through social networks. They were provided a text explanation about the study and selected an option to give their consent to participate, before filling in an online version of the questionnaire.

A quality-check was performed before the formal data analyses, screening for missing or invalid responses, and resulting in 1.5% of unusable data. Then, an CFA was performed, using the original CYRM composed of 3 dimensions and 28 items, without additional context-specific questions. The authors of the original scale suggest that the latter help to improve the specificity of the measure, but the 28-item version has been validated in several contexts; therefore, this was tested separately first.

As an inappropriate fit was found in initial analyses, specific context questions were included, and an Exploratory Factor Analysis (EFA) was performed to first identify an alternative factor structure. This was performed using a random half of the sample ( $n=416$ ), followed by a CFA to validate the emergent model using the second random half of the sample. In both EFA and CFA, good model fit was reflected in good fit statistics such as a root mean square error of approximation (RMSEA)  $<.06$  (Kenny, 2020), a root mean square residual/standardized root mean square residual (RMSR/SRMR)  $<.08$  (Hu & Bentler, 1999), a non-significant ( $>.05$ )

chi-square test of model fit (Barrett, 2007). Additionally, just for the CFA, Comparative Fit (CFI) and Tucker-Lewis (TLI) indices  $>.90$  (Hox, Maas, & Brinkhuis, 2010; Hu & Bentler, 1999). The estimated indices were obtained using a maximum likelihood estimation.

Internal consistency was established by reviewing Cronbach's alpha for each of the subscales of the model validated by the CFA. The subscales and the general score of the measure were then correlated with the CD-RISC-10 using Pearson's correlations as an indicator of convergent validity. All analyzes were completed using Jamovi v1.1.9. (The Jamovi Project, 2019).

## Results

As mentioned above, CFA using the original CYRM-28 three-factor model was performed, but it resulted in an inadequate fit ( $\chi^2 = 1750$ ,  $df = 347$ ,  $p < 0.001$ , CFI = 0.785, TLI = 0.766, RMSEA = 0.069). This suggested that the standard three-factor solution did not work well in the current sample. Therefore, this was followed by an AFE, including site-specific questions, using a random selection from half the sample ( $n = 416$ ). Before EFA, the assumptions of the appropriateness of the data for the analysis were confirmed (Bartlett test;  $\chi^2 = 2814$ ,  $df = 253$ ,  $p < 0.001$ ; Kaiser-Meyer-Olkin test = 0.87).

When requesting parsimonious factorial solutions with eigen values  $>1$ , a three-factor model was returned. In this model, several items loaded on factors with values less than 0.32 (items 7, 9, 22, 27 and 28 of the CYRM-28). They were excluded as their values were too low to be considered good indicators of the factor. The analysis was then re-run to review the factors without the impact of these items. Item 1 of the CYRM-28 and site-specific item S7 were also removed, as they loaded on more than one factor. Then, items 4, 10, 15, 16, 19 and 25 of the CYRM were excluded, in addition to item site-specific S5, as they also loaded lower than the minimum acceptable level. The analysis was re-run without these items and no further adjustments were required (Table 1).

Factor 1 brought together all of the items from the original CYRM "relationship with primary caregivers" subscale, except item 7 ("If I'm hungry, there's enough to eat"), which had been removed. Factor 2 brought together four items of the "individual" dimension, in addition to site-specific questions S6, S8 and S9, which deal with self-perception of overcoming capacity problems, hope for a better life and self-confidence, respectively. These

additional items also seem to be related to personal qualities involved in resilience, so the name of the factor was kept. The third factor included items 3 and 23 of the original contextual subscale (importance of education and service to the community, respectively), items 2, 14 and 18 of the individual subscale (cooperation with others and support from friends) and items S1, S2 and S4 on specific issues (school as a resource for a better life, the desire for formal work and the existence of prejudice in the neighborhood). The "contextual" name of this factor was also maintained, being a mixture of the individual and contextual dimensions of the CYRM-28.

**Table 1.** EFA Factorial Loads, Including Items from CYRM-28 and Contextual Questions

Item	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Singularity
17	<b>.77</b>	-.01	.05	.37
6	<b>.76</b>	.04	-.13	.47
24	<b>.75</b>	.00	.07	.38
5	<b>.64</b>	-.05	.01	.60
S3	<b>.56</b>	-.04	.21	.55
26	<b>.54</b>	.05	.04	.66
12	<b>.50</b>	.20	-.02	.64
21	-.03	<b>.66</b>	-.04	.60
S9	.05	<b>.62</b>	.02	.58
20	.08	<b>.54</b>	.08	.62
8	-.06	<b>.50</b>	.06	.75
S6	-.09	<b>.46</b>	.01	.81
S8	.09	<b>.44</b>	.08	.73
S10	-.21	<b>-.41</b>	.09	.76
11	-.01	<b>.39</b>	.16	.78
14	-.06	.12	<b>.55</b>	.67
S1	.12	-.02	<b>.55</b>	.64
3	.14	.03	<b>.52</b>	.63
23	.10	-.07	<b>.51</b>	.71
18	-.03	.10	<b>.51</b>	.71
2	.02	.15	<b>.48</b>	.69
S2	.04	-.05	<b>.39</b>	.84
S4	-.27	-.05	<b>.34</b>	.90
Autovalor	5.29	1.26	1.00	--
Variância acumulativa	14.72%	1.23%	9.51%	34.5%

Note. The main axis factor extraction method was used in combination with an oblimin rotation. In bold are loads  $> .32$ . S = Site-specific items.  
Factor 2: 21, S9, 20, 8, S6, S8, S10, 11.

A CFA was then performed on the emergent model using the other half of the sample. Initially, the fit statistics were not promising ( $\chi^2 = 426$ ,  $df = 182$ ,

$p < 0.001$ ; CFI = 0.90; TLI = 0.88; RMSEA = 0.06). However, when reviewing the model parameters according to Tim Brown's (2015) and Rex Kline's (2016), it was found that the standardized estimate of item S4 was not significant ( $p > 0.05$ ) and the value of the standardized estimate of item S10 was low ( $< 0.40$ ); therefore, these items were removed from the model. Some items also had several standard residual values above .10 and were also removed: initially item 18 followed by item 14. Finally, covariance between the following pairs of items was allowed: 2 - 23 and 2 - S1. These modifications resulted in good fit

model ( $\chi^2 = 321$ ,  $df = 147$ ,  $p < 0.001$ ; CFI = 0.92; TLI = 0.91; RMSEA = 0.05, CI 90% = 0.05 -06) (Table 2). To distinguish this version from other CYRM iterations, we call this version CYRM-19-Br.

After confirming the model, the descriptive and reliability statistics of CYRM-19-Br are presented, together with those of CD-RISC-10, for comparison (Table 3). All Cronbach's alpha coefficients were above .7, except for the contextual subscale, which was slightly lower than desired ( $\alpha = 0.67$ ). The correlations between items were appropriate for all subscales and comparable to those detected for the CD-RISC-10.

**Table 2.** Standardized Regression Weights and Covariance Factors for CYRM-19-Br

Factor	Item	b		
1 Individual	S6. In general, I cope well with the problems that arise in my life.	.44		
	S8. I hope for a better life.	.49		
	S9. Overall, I have a lot to be proud of myself.	.67		
	8. I strive to finish what I start.	.55		
	11. People find me fun and easy to live with.	.44		
	2. I have the opportunity to show others that I am becoming an adult and that I can act responsibly.	.55		
	21. I am aware of my strengths.	.64		
	2 Relationship with Primary Caregiver	S3. My family supports my dreams and life projects.	.67	
5. My parents / guardians look after me carefully.		.76		
6. My parents / guardians know a lot about me.		.61		
12. I talk to my family / caregivers about my feelings.		.76		
17. My family stays by my side in difficult times.		.73		
24. I feel safe when I am with my family / caregivers.		.63		
26. I like the traditions of my family / caregivers.		.66		
3 Context	S1. Going to school will help me to have a better life in the future	.64		
	S2. I wish to have a formal job.	.44		
	2. I help and cooperate with the people around me.	.59		
	3. The study is important to me.	.71		
	23. I think it is important to help / work / serve my community.	.41		
<b>Factor Covariances</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Factor 1		-		
Factor 2		.56	-	
Factor 3		.65	.49	-

Note. S = Site-specific Questions. All regression weights significant at  $p < .001$ .

**Table 3.** Descriptive Statistics, Reliability and Correlation Coefficients between the Dimensions of CYRM-19-Br and CD-RISC-10

Dimensions	No. of items	Mean	SD	Min	Max	Cronbach's Alpha	Average Inter-item Correlation
Cy_Tot	19	54.17	1.46	8	76	.86	.25
Cy_Ind	7	19.50	4.44	0	28	.74	.29
Cy_Rel	7	18.75	5.91	0	28	.86	.47
Cy_Con	5	15.91	2.78	3	20	.67	.32
CD-R-10	10	23.95	6.77	2	40	.82	.33
<b>Product-moment Correlations</b>							
	Cy_Ind	Cy_Rel	Cy_Con	Cy_Tot			
Cy_Ind							
Cy_Rel	.43*						
Cy_Con	.43*	.42*					
Cy_Tot	.78*	.86*	.69*				
CD-R-10	.67*	.30**	.27**	.52*			

Note. N = 832, except CD-RISC-10, N = 456. Cy\_Ind = CYRM-19-Br Individual, Cy\_Rel = CYRM-19-Br Relationship with Primary Caregiver, Cy\_Con = CYRM-19-Br Context, Cy\_Tot = CYRM-19-Br Total.

\* $p < .01$ ; \*\*  $p < .001$ .

To establish convergent validity, the association of scores in the subscales of CYRM-19-Br and CD-RISC-10 were examined. All were positively correlated ( $p < 0.01$ ), as expected, given both are positively worded measures of resilience (Table 3). The correlations were of appropriate strength (neither too weak nor too strong;  $r = 0.27-0.67$ ). The individual factor was more strongly correlated with CD-RISC-10 ( $r = 0.67$ ,  $p < 0.01$ ), which makes sense, given that CD-RISC-10 strongly focuses on individual qualities associated with resilience. The subscales of the CYRM-19-Br also correlated appropriately with each other, again, not too weakly indicating they were measuring distinct constructs and not so strongly that they suggested problematic overlap ( $r = .42-.43$ ).

Considering the variables sex, age and income, it is possible to state that statistically significant differences are found for each subscale ( $p < 0.05$ ), with the exception of sex in the individual dimension ( $t = 0.57$ ,  $p > 0.05$ ).

## Discussion

The objective that CYRM-28 could be adapted to the Brazilian reality was achieved, resulting in a robust measure for a variety of children and youth in the country. The alterations to the measure led us to distinguish it by renaming it the CYRM-19-Br.

Overall, the CYRM-19-Br has demonstrated evidence of various kinds of validity, such as structural validity, although the factor structure does not

correspond to the structure initially proposed, though this is expected, due to the cultural specificities of the studied sample (Jefferies et al., 2018; Van Rensburg et al., 2017). Robustness is also encouraged based on the observed correlation pattern of the factors within the measure and to a comparable measure of resilience, and reliability based on Cronbach's alpha values (only one not excellent, but acceptable).

The fact that the model found in the present study is not identical to others found in adaptation studies of the CYRM-28 is not problematic, as the specific factorial structures are likely to reflect aspects of the cultural context (Langham et al., 2018). For instance, Govender, Cowden, Oppong Asante, George, and Reardon (2017) sought to validate the CYRM-28 measure among a sample of South African adolescents ( $n = 1854$ ) with an average age of 14.88 years. After comparing the adjustment indices and the standardized factorial item loads for each model, their confirmatory factor analysis arrived at a 24-item model composed of 3 factors. In the study by Zand et al. (2017), the scores of the exploratory and confirmatory factor analysis resulted in 11 items distributed across three resilience factors, which presented satisfactory Cronbach's alphas.

In the CYRM-Br, Factor 1 brought together four items from the "individual" dimension of the original scale (03 from the personal skills cluster and one from social skills cluster), in addition to site-specific questions S6, S8 and S9, which deal with self-perception of overcoming capacity problems, hope for a better life

and self-confidence, respectively. These additional items also seem to be related to personal qualities involved in resilience, so the name of the factor was kept. As it is an individual dimension, it can be said that this reflects the way young people consider their possibilities to deal with society in general. In this sense, the focus is less on “peers” and social skills and more on the possibility of looking for ways to negotiate and navigate with the world around; as can also be seen in studies by Ungar (2019), Ungar et al. (2020) and Ungar, Theron, Murphy, and Jefferies (2021).

Factor 2 contained all the items about “relationship with primary caregivers” from the original CYRM, and only item 7 (“If I am hungry, there is enough to eat”) was removed. This raises the question of the relevance of food scarcity and or the difficulty of admitting this, which could lead to a “more stigmatized view” of individuals surrounded by scarcity, privation and “deficiency” (Brasil, 2019; M. L. F. Silva, 2019; Bezerra, 2015). In Brazilian society, respect, protect and fulfil the rights of displaced children and youth starts acknowledging what was established at the Child and Adolescent Statute (ECA), for example. Unfortunately, it has been practiced a perverse policy (Takeuti & Bezerra, 2009) in which youth are encouraged to consider social problems as their own. But, on the other hand, the misconception that youth’s “empowerment” depends on individual efforts has been strongly criticized by researchers (Bezerra, 2021; Tommasi & Corrochano, 2020).

The third factor in the emergent measure was named “contextual”, since it addresses school, work and spirituality, aspects which have been highlighted in the literature as important resilience resources (Brasil, 2019; Francisco & Coimbra, 2015; Ungar, 2011, 2019). Interestingly, of the five items most clearly related to culture, none. Youth point out the relevance of the S2 ‘signed employment contract’. Youth also links culture to financial stability. Citizenship in a culturally significant way is reduced to have a formal contract, reflecting the precariousness of the world of labor. Even so, it is still possible to recognize the importance of school, although a meaningful way of accessing a horizon of possibilities is not identified in it (M. L. F. Silva, 2019). The third factor brought together items 2 and 23 from the original contextual subscale (importance of education and service to the community, respectively), items 2, 14 and 18 from the individual subscale (cooperation with others and support from friends) and items S1, S2 and S4 (school as a

resource for a better life, the desire for formal job and the existence of prejudice in the neighborhood). The cultural subscale of the CYRM-28 reveals the crisis in the current context of youth in Brazil, the difficulties to foresee pathways of the future, youth’s feeling as been “lost” due to high mortality rates and non-existent access to leisure and jobs, crucial points of young people’s life (Cerqueira & Bueno, 2020). As for the items on spirituality, young people consider spirituality more focused on caring for/helping others, differentiating themselves from the traditional perspective of attending temples, etc. The distribution among religious denominations, as well as a perceptual of youth who call themselves without religion are in accordance with the literature in the area (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010; Jahn & Dell’Aglia, 2017).

There were differences between certain demographic subgroups completing the measure that merit further scrutiny. Such differences indicate the CYRM-28’s focus on socio-ecological dimensions of resilience (Ungar, 2019; Ungar et al., 2020; Ungar et al., 2021), which are likely to lead to variations in scores. Langham et al. (2018) worked with youth from the middle-east of Australia and discovered that men had a higher score in the item “to be treated fairly” while women differed in the items “proximity to parents (caregivers)”, “pride of indigenous culture” and “friends, supporters”. These data corroborate the findings of CYRM-19-Br, however, they also warn of its limitations regarding the investigation of specific themes, for example, including issues such as cis/transgenerity (F. C. Silva, Souza, & Bezerra, 2019) in studies of resilience.

Regarding thresholds for the as is often desirable with (as is often desirable with measures in order to know what is “good” or “good enough”) the CYRM-19-Br follows formulation of predecessors, where what is “good” would depend on the contextual reality of each group studied. While this remains to be determined, score can be contrasted within or between samples, i.e., high scores can be contrasted with low ones and potential reasons for this discrepancy must be formulated and investigated (Resilience Research Center, 2018).

Finally, considering the design of research on resilience proposed by Ungar (2019) and Ungar et al. (2020), the CYRM-19-Br meets the indicated requirements. In this sense, the measure focus on protective factors that can and should be linked to government programs.

In terms of limitations, the scale has not been tested in indigenous communities, quilombolas, riverside communities in the Amazon region, gypsies, nomadic groups such as circus residents, young people diagnosed with mental disorders, young refugees living in Brazil and not adapted for youth of special needs (e.g.: deaf, blind). There was no sample from socioeconomic strata A and B used by the IBGE, which corresponds to the segment with the highest purchasing power in the country. Further discussions regarding the limits and possibilities of using resilience scales need to be considered. Such limitations also provide the opportunity for future studies to address each of the aspects mentioned.

## Conclusion

The CYRM-19-Br scale fits criteria for validation and psychometric adaptation and is therefore indicated for the use of research on resilience in Brazil with youth, filling a gap in this field of studies.

## References

- Ahern, N. R., Kiehl, E. M., Lou Sole, M., & Byers, J. (2006). A review of instruments measuring resilience. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing, 29*(2), 103-125. doi: 10.1080/01460860600677643
- American Psychological Association, APA Task Force on Psychological Assessment and Evaluation Guidelines. (2020). *APA guidelines for psychological assessment and evaluation*. Retrieved from <https://www.apa.org/about/policy/guidelines-psychological-assessment-evaluation.pdf>
- Angst, R. (2009). Psicologia e resiliência: uma revisão de literatura. *Psicologia Argumento, 27*(58), 253-260. Retrieved from <https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20225>
- Bezerra, M. A. (2015). Subjetividades juvenis e artes de fazer. In S. Cabral & B. Cyrulnik (Eds.), *Resiliência: como tirar leite de pedra* (pp. 289-312). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bezerra, M. A. (2021). *Jovens e redes de vida: experiências acadêmicas e experimentações sociais*. Natal: EDUFRRN.
- Barrett, P. (2007). Structural equation modelling: Adjudging model fit. *Personality and Individual Differences, 42*(5), 815-824. doi: 10.1016/j.paid.2006.09.018
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia, 22*(53), 423-432. doi: 10.1590/S0103-863X2012000300014
- Brown, T. A. (2015). *Confirmatory factor analysis for applied research* (2nd ed.). The Guilford Press.
- Brasil, T. L. (2019). *Resiliência integral: um caminho de possibilidades para formação humana de futuros docentes* (Doctoral dissertation, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Retrieved from <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34274/1/TESE%20Tatiana%20Lima%20Brasil.pdf>
- Cabral, S., & Cyrulnik, B. (2015.). *Resiliência: como tirar leite de pedra* (1ª ed., Vol. 1). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cerqueira, D. R. C., & Bueno, S. (Eds.). (2020). *Nota técnica - Atlas da violência 2020*. Brasília: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Ipea. doi: 10.38116.riatlasdaviolencia2020
- Daigneault, I., Dion, J., Hébert, M., McDuff, P., & Collin-Vézina, D. (2013). Psychometric properties of the Child and Youth Resilience Measure (CYRM-28) among samples of French Canadian youth. *Child Abuse & Neglect, 37*, 160-171. doi: 10.1016/j.chiabu.2012.06.004
- Francisco, M. V., & Coimbra, R. M. (2015). Resiliência em-si na perspectiva da teoria histórico-cultural: rompendo com visões neoliberais. In R. M. Coimbra & N. A. Morais (Eds.), *A resiliência em questão: perspectivas teóricas pesquisa e intervenção* (pp. 57-82). Porto Alegre: Artmed.
- Govender, K., Cowden, R. G., Oppong Asante, K., George, G., & Reardon, C. (2017). Validation of the child and youth resilience measure among South African adolescents. *PLoS ONE, 12*(10), e0185815. doi: 10.1371/journal.pone.0185815
- Hox, J., Maas, C., & Brinkhuis, M. (2010). The effect of estimation method and sample size in multilevel structural equation modeling. *Statistica Neerlandica, 64*, 157-170. doi: 10.1111/j.1467-9574.2009.00445.x
- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling, 6*(1), 1-55. doi: 10.1080/10705519909540118
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2013). *Atlas do Censo Demográfico 2010*. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529>
- Jahn, G. M., & Dell'Aglio, D. D. (2017). A religiosidade em adolescentes brasileiros. *Revista de Psicologia da IMED, 9*(1), 38-54. doi: 10.18256/2175-5027.2017.v9i1.1541
- Jefferies, P., McGarrigle, L., & Ungar. (2018). The CYRM-R: A rasch-validated revision of the Child and Youth Resilience Measure. *Journal of Evidence-Informed Social Work, 16*(1), 70-92. doi: 10.1080/23761407.2018.1548403
- Kenny, D. A. (2020). Measuring model fit [Software and training videos]. Retrieved from <http://www.davidakenny.net/cm/fit.htm>
- Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling* (4th ed.). New York, NY: Guilford Press.
- Langham, E., McCalman, J., Redman-MacLaren, M., Hunter, E., Wenitong, M., Britton, A., ... Bainbridge, R. (2018). Validation and Factor Analysis of the child and youth resilience measure for indigenous Australian boarding school students. *Frontiers in Public Health, 6*, 299. doi: 10.3389/fpubh.2018.00299
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Libório, R. M. C., Castro, B. M., & Coêlho, A. E. L. (2006). Desafios metodológicos para a pesquisa em resiliência: conceitos e reflexões críticas. In D. D. Dell'Aglio, S. H. Koller, & M. A. M. Yunes (Orgs.), *Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção* (pp. 89-116). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Liebenberg, L., Ungar, M., & Van de Vijver, F. (2012). Validation of the Child and Youth Resilience Measure-28 (CYRM-28) among Canadian youth. *Research on Social Work Practice, 22*, 219-226. doi: 10.1177/1049731511428619
- Listosella, M., Gutiérrez-Rosado, T., Rodríguez-Rey, R., Liebenberg, L., Bejarano, Á., Gómez-Benito, J., & T. Limonero, J. (2019). Adaptation

- and psychometric properties of the spanish version of Child and Youth Resilience Measure (CYRM-32). *Frontiers in Psychology*, 10, 1410. doi: 10.3389/fpsyg.2019.01410
- Lopes, V. R., & Martins, M. C. F. (2011). Validação fatorial da Escala de Resiliência de Connor-Davidson (CD-RISC-10) para brasileiros. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 11(2), 36-50. Retrieved from [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572011000200004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572011000200004&lng=pt&tlng=pt)
- Oliveira, K. D. S., & Nakano, T. D. C. (2018). Resilience assessment in Psychology: A review of Brazilian scientific scenario. *Psicologia em Pesquisa*, 12(1), 73-83. doi: 10.24879/2018001200100283
- Pesce, R. P., Assis, S. G., Avanci, J. Q., Santos, N. C., Malaquias, J. V., & Carvalhaes, R. (2005). Adaptação transcultural, confiabilidade e validade da escala de resiliência. *Cadernos de Saúde Pública*, 21, 436-448. doi: 10.1590/S0102-311X2005000200010
- Pessoa, A. S. G. (2011). *O papel da escola na vida de adolescentes vítimas de violência sexual: risco e proteção* (Master's thesis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo). Retrieved from <http://hdl.handle.net/11449/97523>
- Pessoa, A. S. G. (2015). *Trajatórias negligenciadas: processos de resiliência em adolescentes com histórico de envolvimento no tráfico de drogas* (Doctoral dissertation, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, São Paulo). Retrieved from <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/135963>
- Pessoa, A. S. G., Coimbra, R. M., Koller, S. H., & Ungar, M. (2019). Hidden resilience in the life of adolescents with involvement in drug trafficking. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 34, e34426. Epub. doi: 10.1590/0102.3772e34426
- Resilience Research Centre. (2016). *The Child and Youth Resilience Measure (CYRM) user's manual*. Halifax, NS: Author.
- Resilience Research Centre. (2018). *CYRM and ARM user manual*. Halifax, NS: Resilience Research Centre, Dalhousie University. Retrieved from <http://www.resilienceresearch.org/>
- Sanders, J., Munford, R., Thimasarn-Anwar, T., & Liebenberg, L. (2017). Validation of the Child and Youth Resilience Measure (CYRM-28) on a sample of at-risk New Zealand youth. *Research on Social Work Practice*, 27, 827-840. doi: 10.1177/1049731517710326
- Silva, F. C., Souza, E. M. F., & Bezerra, M. A. (2019). (Trans)tornando a norma cisgênera e seus derivados. *Revista Estudos Feministas*, 27(2), e54397. doi: 10.1590/1806-9584-2019v27n254397
- Silva, M. L. F. (2019). *Resiliência integral e juventudes periféricas: análise de uma experiência formativa no campo educacional* (Master's thesis, Universidade Federal de Pernambuco, Recife). Retrieved from <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/34030/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Maria%20L%C3%BAcia%20Ferreira%20da%20Silva.pdf>
- Takeuti, N. M., & Bezerra, M. A. (2009). Trajetórias de um coletivo jovem: nem só de prática-gramática da ira. In N. M. Takeuti & C. Niewiadomski (Eds.), *Reinvenções do sujeito social: teorias e práticas biográficas* (pp. 105-125). Porto Alegre: Sulinas.
- The Jamovi Project. (2019). *Jamovi*. (Version 1.1) [Computer Software]. Retrieved from <https://www.jamovi.org>
- Tommasi, L., & Corrochano, M. C. (2020). Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. *Estudos Avançados*, 34, 353-372. doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.021
- Ungar, M. (2011). The social ecology of resilience: Addressing contextual and cultural ambiguity of a nascent construct. *American Journal of Orthopsychiatric*, 81(1), 1-17. doi: 10.1111/j.1939-0025.2010.01067.x
- Ungar, M. (2019). Designing resilience research: Using multiple methods to investigate risk exposure, promotive and protective processes, and contextually relevant outcomes for children and youth. *Child Abuse & Neglect*, 96, 104098. doi: 10.1016/j.chiabu.2019.104098
- Ungar, M., & Liebenberg, L. (2011). Assessing resilience across cultures using mixed-methods: Construction of the Child and Youth Resilience Measure-28. *Journal of Mixed Methods Research*, 5(2), 126-149. doi: 10.1177/1558689811400607
- Ungar, M., McRuer, J., Liu, X., Theron, L., Blais, D., & Schnurr, M. A. (2020). Social-ecological resilience through a biocultural lens: A participatory methodology to support global targets and local priorities. *Ecology and Society*, 25(3), 8. doi: 10.5751/ES-11621-25030
- Ungar, M., Theron, L., Murphy, K., & Jefferies, P. (2021). Researching multisystemic resilience: A sample methodology. *Frontiers in Psychology*, 11, 607994. doi: 10.3389/fpsyg.2020.607994
- Van Rensburg, A. C., Theron, L. C., & Ungar, M. (2017). Using the CYRM-28 with South African young people: A factor structure analysis. *Research on Social Work Practice*, 1-10. doi: 10.1177/1049731517710326
- Zand, B. K., Liebenberg, L., & Shamloo, Z. S. (2017). Validation of the factorial structure of the Child and Youth Resilience Measure for use with Iranian youth. *Child Indicators Research*, 10, 797-809. doi: 10.1007/s12187-016-9412-0

Aurino Lima Ferreira, Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Endereço para correspondência: Rua Acadêmico Hélio Ramos S/N, Recife, PE, CEP 50.740-533. Email: [aurinolima@gmail.com](mailto:aurinolima@gmail.com) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7883-9549>

Marlos Alves Bezerra, Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), é Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Vice-coordenador do curso de Psicologia. Email: [marlos.bezerra@ufrn.br](mailto:marlos.bezerra@ufrn.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0605-7297>

Leonardo Xavier de Lima e Silva, Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é Analista Ministerial em Psicologia do Ministério Público do Estado de Pernambuco. Email: [leopsixavier@gmail.com](mailto:leopsixavier@gmail.com) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2779-300X>

*Philip Jefferies*, Doutor em Psicologia pela Psychology Dublin City University, é Pesquisador Sênior do Resilience Research Centre da Dalhousie University. Email: philip.jefferies@dal.ca ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4477-9012>

*Renata Maria Coimbra*, Doutora em Psicologia do Desenvolvimento pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), é Professora assistente da Universidade Estadual Paulista (UNESP-Presidente Prudente). Email: renata.maria@unesp.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2105-7260>

*Djailton Pereira da Cunha*, Doutor em Educação Pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutor em Sciences de L'Éducation pela Université de Lyon, é Professor Adjunto da Universidade de Pernambuco (UPE). Email: djailton.cunha@upe.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5024-7824>

*Andreza Souza Santos*, Doutora em Multimedia in Education pela Universidade de Aveiro (UA), é Pedagoga da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: doutoraandrezabrasil@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4080-4380>

*Maria Lúcia Ferreira da Silva*, Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: marialucia.f.d.s@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3243-4589>

*Tatiana Lima Brasil*, Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: tatiana.limabrasil@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2977-1509>

*Michael Ungar*, Doutor em Social Work pela Wilfrid Laurier University, é Pesquisador Sênior do Resilience Research Centre da Dalhousie University. Email: michael.ungar@dal.ca ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0431-347X>

Received in 18.nov.20  
Revised in 22.mar.22  
Accepted in 08.apr.22

# COVID-19: a influência de fatores psicossociais na crença acerca da pertinência do isolamento social no Brasil

Marcelo Xavier de Oliveira. Universidade Federal do Acre  
Leandro Amorim Rosa. Universidade Federal do Acre  
Gustavo Henrique Carretero. Universidade Federal do Acre  
Patricia da Silva. Universidade Federal do Acre

## Resumo

A pandemia de COVID-19 impele a compreensão de diferentes aspectos que condicionam a formação da percepção social acerca deste fenômeno. Este estudo teve como objetivo identificar variáveis psicossociais que predizem a adesão à crença de que isolamento social previne o contágio de COVID-19. Para isto se realizou um estudo correlacional, no qual responderam a um questionário online 498 participantes com idade média de 34,9 anos. Um questionário sociodemográfico, escalas de atitudes e crenças em saúde compuseram os instrumentos de pesquisa. Análises descritivas, correlações e análise de regressão linear múltipla foram utilizadas. Os resultados demonstraram que atitudes políticas contribuem na formação da crença acerca do isolamento social no contexto da COVID-19. As interrelações demonstraram que identidades políticas desempenham papel importante na adesão aos discursos de instituições sanitárias ou políticas. Evidencia-se que dimensões psicossociais devem ser levadas em consideração no enfrentamento ao contágio da COVID-19.

**Palavras-chave:** COVID-19; isolamento social; atitude; identidade social; modelo de crenças em saúde.

## Abstract

*COVID-19: The influence of psychosocial factors in the belief of relevance of social isolation in Brazil.* The pandemic of the COVID-19 can lead to understanding several aspects of the social formation perception about this phenomenon. This study aimed to identify psychosocial variables that predict the adoption of the belief that social isolation prevents the infection of COVID-19. A correlational study was used with 498 people who answered an online questionnaire. The average age was 34.9 years. The research instrument was composed of sociodemographic questionnaire, scales of attitudes and health beliefs model scale. Descriptive analysis, correlations and multiple linear regression analysis were used. The results revealed that political attitudes contribute to the formation of the belief about social isolation in the context of COVID-19. Interrelations have shown that political identities have an important role in adhering to the policies of health or political institutions. It has been shown that psychosocial dimensions must be taken into account when facing the contagion from COVID-19.

**Keywords:** COVID-19; social isolation; attitude; social identity; health beliefs model.

## Resumen

*COVID-19: la influencia de los factores psicossociales en la creencia sobre la relevancia del aislamiento social en Brasil.* La pandemia del COVID-19 requiere comprender diferentes aspectos que condicionan la formación de la percepción social sobre este fenómeno. El objetivo de este estudio fue identificar las variables psicossociales que predicen la adopción de la creencia de que el aislamiento social previene el contagio de COVID-19. Se realizó un estudio correlacional, en el que 498 participantes con una edad promedio de 34,9 años respondieron un cuestionario online. Los instrumentos de investigación fueron: un cuestionario sociodemográfico, escalas de actitudes y creencias en salud. Se utilizaron análisis descriptivos, correlaciones y análisis de regresión lineal múltiple. Los resultados demostraron que las actitudes políticas contribuyen a la formación de la creencia sobre el aislamiento social en el contexto de COVID-19. Las interrelaciones han demostrado que las identidades políticas desempeñan un papel importante en la adhesión a los discursos de las instituciones sanitarias o las instituciones políticas. Se evidencia que hay que tener en cuenta las dimensiones psicossociales cuando se trata del contagio del COVID-19.

**Palabras-clave:** COVID-19; aislamiento social; actitud; identidad social; modelo de creencias de salud.

A pandemia da doença COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, se coloca como uma das mais sérias crises sanitárias e humanitárias do século. A COVID-19 – conhecida popularmente também como “coronavírus” – é uma síndrome respiratória contagiosa que se torna especialmente perigosa em determinadas populações, como idosos, diabéticos e cardiopatas. No recorte temporal feito no artigo no período entre 28/03/2020 e 05/05/2020, segundo dados oficiais, até o dia 11 de junho de 2020, 4.006.257 pessoas já teriam sido infectadas e 278.892 pessoas já teriam falecido em consequência do vírus por todo o mundo (Guedes, Carvalho, Cunha, & Matinada, 2020). No Brasil, os números relatados eram de 168.331 infectados e mortos na mesma data (Ministério da Saúde, 2020). Em 2022 os números e os fatos são bem distintos, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) (World Health Organization, 2022) até novembro de 2022, 629 milhões de pessoas já teriam sido infectadas e 6.5 milhões de pessoas já teriam falecido em consequência do vírus por todo o mundo. No Brasil, os números relatados eram de 34.909480 infectados e 688.539 mortos (G1, 2022). A ciência, nos seus mais diversos campos de conhecimento, tem se destacado na tentativa de gestão da crise. Conhecimentos advindos de pesquisas nacionais (Cruz et al, 2020) e internacionais (Ramaci, et al., 2020) em psicologia somam-se aos esforços diante deste contexto.

O isolamento social é apontado pela OMS e adotado por vários países como um dos principais recursos para lidar com a pandemia de COVID-19 (WHO, 2020). O isolamento, segundo pesquisadores, é um meio eficaz de diminuir a velocidade de contágio pelo vírus e, assim, contribuir para que sistemas de saúde não entrem em colapso.

O Brasil vem apresentando taxas de isolamento abaixo das preconizadas por especialistas da área (G1, 2020b). O presidente da República tem se colocado como contrário às medidas de isolamento social propostas pela OMS. Jair Messias Bolsonaro adota atitudes e comportamentos reiterados no sentido do isolamento de populações mais vulneráveis (isolamento vertical) e menosprezo à letalidade da doença em detrimento das possíveis repercussões econômicas da pandemia. Por outro lado, Krenak (2020), pensador e liderança indígena, avalia que a produção de uma nova sociabilidade é urgente. O autor defende a necessidade de superação do antropocentrismo vigente e argumenta sobre a imposição de se repensar as atuais formas de viver em sociedade. Segundo ele, a defesa da economia de

mercado não deve ser colocada acima da vida das próprias pessoas. Além disso, já se evidenciou que a dicotomia entre economia e saúde, ou seja, o suposto dilema entre salvar vidas ou garantir o sustento da população vulnerável, é uma farsa. Economistas diversos – além de empresários e banqueiros – defendem que seria impossível uma retomada da economia enquanto a pandemia não estivesse sob controle (Jiménez, 2021).

Diante do exposto, procurou-se refletir a partir dos dados empíricos. Foi adotada uma perspectiva psicossocial sobre quais elementos compõem a percepção dos brasileiros sobre o isolamento social. Em outras palavras, quais aspectos compõem a adesão ou não à crença de que o isolamento é um meio eficaz de prevenção diante da pandemia. Em termos teóricos os dados foram analisados a partir da Teoria da Identidade Social com algumas contribuições da Teoria das Representações Sociais e elementos de estudos sobre atitudes autoritárias. Procurou-se também explicitar o que seriam os modelos/escalas de crença em saúde.

## **Identidade Política e Fatores Psicossociais**

A percepção social da realidade é uma das concepções estruturantes de várias propostas em Psicologia Social (Torres, Camino, Lima, & Pereira, 2011). Entende-se que as pessoas reagem a estímulos diversos de acordo com a forma com que os percebem. Diante de um mesmo estímulo, os indivíduos são capazes de pensar, sentir e agir de maneiras muito distintas. As percepções – e consequentemente as reações a partir delas – são constituídas de maneira não apenas fisiológica, mas também psicossocial. Pesquisas em diferentes abordagens indicam como aspectos psicossociais e políticos são relevantes para o entendimento dos comportamentos e atitudes dos sujeitos.

Em contextos políticos, a narrativa fornece os meios pelos quais o apoio público pode ser alcançado e se manter. O estilo narrativo também é importante, e os dispositivos retóricos (Garvey, 2016) podem ser usados para tornar a mensagem atraente e persuasiva. Um atributo de tal dispositivos retóricos envolve a projeção da identidade (Caprara & Zimbardo, 2004). Os pronomes pessoais que um falante utiliza podem ser usados para se referir a si mesmo e aos outros e evocam múltiplas identidades grupais/individuais de si e de outros, apresentadas a partir de várias perspectivas (Allen, 2006). Identidades múltiplas e transitórias podem surgir na mudança de contextos (Einwohner, 2002).

Tajfel (1981) define a identidade social como a autocompreensão de um indivíduo resultante da participação em um grupo social, combinado com o significado que ele atribui a essa associação. Esse significado pode derivar da participação em grupos com base em qualquer número de características compartilhadas, especialmente quando um grupo em particular é destacado por um contexto social predominante (Tajfel & Turner, 1979). De acordo com esta definição, a identidade é melhor entendida como um conceito relacional que possui efeitos formativos sobre atitudes e preferências individuais por meio de um mecanismo baseado em noções de endogrupo e exogrupo. O favoritismo pelo próprio grupo, bem como a possível discriminação de membros de outros grupos, são expressões de uma necessidade de reforçamento da própria identidade social (Tajfel & Turner, 1986). Garcia-Marques (1992), fundada em uma perspectiva funcionalista, argumenta sobre a relevância da identidade social dos indivíduos no processo de mudança e manutenção de atitudes e crenças.

Ciftci (2013) argumentou que diferentes camadas e tipos de identidade provavelmente moldarão atitudes individuais em relação à política. Os indivíduos terão atitudes positivas em relação às iniciativas políticas sobre uma região ou pessoas vistas como endogrupo. Por outro lado, terão visões desfavoráveis em direção a iniciativas políticas incompatíveis com sua identidade, percepções e interesses internos do grupo de referência de sua identidade. Além da dinâmica da relação endogrupo x exogrupo, qualquer forma de identidade pode ser associada a uma visão política do mundo, ideologia ou problema para informar escolhas individuais.

Achen e Bartels (2016) apresentam evidências que demonstram profundos impactos da identidade política no posicionamento diante de diversos temas. Estes demonstraram que quando cidadãos são estimulados a agir politicamente – quando há uma contextualização política no cenário de tomada de decisão – haverá uma tendência à vinculação da tomada de decisão às pertencas grupais, baseadas na identidade social. Os autores identificaram que tendências eleitorais são em grande parte resposta a uma identidade, sendo que as identidades políticas atuam como guia para percepção e tomadas de decisão. Tal fenômeno direciona a tendência de acomodação entre estas identidades e as atitudes e comportamentos diante dos objetos.

O quadro apresentado até aqui pode ser compreendido dentro do cenário conceitual proposto pela Teoria das Representações Sociais, que são elaboradas

como a definição de um objeto social por uma comunidade com o propósito de orientar comportamentos (Moscovici, 2012). Esta elaboração se dá via comunicação no interior de grupos sociais e tem entre suas funções a orientação de comportamentos e a definição de identidades. Moscovici (2012) identificou que há relação entre o conteúdo das comunicações, o quadro de referência dos grupos sociais e objeto da comunicação, ou entre emissor e receptor.

Portanto, as Representações Sociais são constituídas por elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos e por crenças, valores, atitudes, opiniões e imagens que se organizam ou se estruturam para evidenciar/significar a realidade, geralmente relacionadas à ação e reflexão (Moscovici, 2012). E assim como as representações são forjadas no interior dos grupos, constituindo suas identidades; crenças, atitudes e valores são construídos no contexto das representações que moldam as identidades sociais. De modo que as crenças que indivíduos têm acerca de qualquer objeto social, em última análise, é atravessada pela relação com o outro.

Entre os grupos que produzem e partilham das representações sociais, estão os grupos políticos. Um exemplo relevante é dado por Moscovici (2007) que defende que há em seu contexto histórico e cultural, uma distinção entre as formas com que pessoas de diferentes espectros políticos realizam o processo de atribuição causal. Existiria uma causalidade de direita – de atribuição predominantemente pessoal às causas do comportamento dos indivíduos – e uma causalidade de esquerda – de atribuição predominantemente contextual ou situacional às causas do comportamento dos indivíduos. Estudos brasileiros também relacionam representações sociais e grupos políticos: representações sociais sobre direitos humanos e identificações partidárias diversas (Pereira & Camino, 2003); representações sobre política ancoradas no posicionamento dos sujeitos (Wachelke & Hammes, 2009).

Outros estudos abordam as relações entre posicionamento político e elementos psicossociais: relação entre variáveis atitudinais e de comportamento com mudanças nos sentimentos partidários de eleitores brasileiros entre 2002 e 2010 (Ribeiro, Carreirão, & Borba, 2011); diferenças nas matrizes morais e posicionamento político (Glória Filho & Modesto, 2019; Johnson-Grey, 2018); valores associados à identificação política.

A vinculação entre características autoritárias e variáveis psicossociais também é recorrente. Crochík (2005) aborda a relação entre personalidade, ideologia

e preconceito. Segundo o pesquisador, merece destaque em seu trabalho as relações entre a escala F de personalidade autoritária e a escala de ideologia da racionalidade tecnológica com a escala de manifestação de preconceitos.

Uma ferramenta específica usada para avaliar atitudes políticas de uma maneira mais sutil é a Escala de Autoritarismo de Direita (RWA) proposta por Altemeyer (2006). Nela são avaliadas como medidas de atitudes sociais se correlacionam com conservadorismo econômico, social e atitudes agressivas a ex-grupos e/ou exoidentidades (Altemeyer, 1996). O que diferencia a escala RWA das escalas tradicionais do conservadorismo é sua capacidade de descrever tipos específicos de afiliados políticos (geralmente conservadores), particularmente aqueles com características submissas, rigorosas, e rigorosas e associadas a prejuízos a determinados grupos sociais.

Barros, Torres, e Pereira (2009) trabalham com a escala de Autoritarismo de Extrema-Direita e suas relações com a adesão a sistemas de valores em estudantes universitários. A partir de suas análises, foram evidenciadas duas dimensões políticas: autoritarismo e tolerância. Os valores religiosos (obediência a Deus, religiosidade, salvação da alma, temor a Deus) se mostraram negativamente relacionados à tolerância, enquanto valores hedonistas (sexualidade, prazer, sensualidade) apresentaram relação positiva com tal variável. Por sua vez, valores materialistas (riqueza, lucro, vida excitante, status, autoridade) mostraram-se relacionados positivamente com atitudes autoritárias, enquanto valores hedonistas apresentaram relação negativa ao autoritarismo. O estudo ainda indica a possibilidade de as pessoas serem simultaneamente tolerantes e autoritárias, assim como não serem autoritárias, mas também não serem tolerantes. Os autores defendem que para o entendimento do apoio ao autoritarismo ou à democracia faz-se necessária uma perspectiva psicossocial que considere valores contextuais.

## Identidade Política e Crença em Saúde

No contexto da COVID-19, temos um cenário no qual as escolhas comportamentais estão diretamente vinculadas à preservação de vidas e do sistema de saúde. Um dos modelos elaborados pela Psicologia Social para compreender a eleição de comportamentos de prevenção de doenças é o das crenças em saúde. Ele propõe a inserção de fatores de modificação

(variáveis biosociodemográficas, variáveis psicossociais, variáveis estruturais) e percepções individuais (susceptibilidade e severidade percebida; benefícios e barreiras/custos percebidos(as) na adoção da ação preventiva) que levariam a probabilidade de praticar a ação preventiva (Rosenstok, 1974).

O Modelo de Crenças em Saúde (Health Belief Model- HBM) aborda dois aspectos das representações e comportamentos individuais em saúde: 1. Percepção de ameaças e 2. Avaliação comportamental. Sendo a percepção de ameaça interpretada por duas crenças: 1.a. Suscetibilidade percebida a doenças ou problemas de saúde e 1.b. Gravidade/severidade prevista das consequências de doenças. A avaliação comportamental também consistiu em dois conjuntos distintos de crenças: 2.a. Benefícios ou eficácia de um comportamento de saúde recomendado e 2.b. Custos ou barreiras à execução do comportamento. Além disso, o modelo propõe que pistas para a ação podem ativar o comportamento de saúde quando as crenças apropriadas são mantidas (Abraham & Sheeran, 2015).

Através de uma revisão bibliográfica de 46 estudos produzidos sobre o construto crença em saúde em 1984, Janz e Becker (citado em Abraham & Sheeran, 2015) demonstraram que o HBM é o principal modelo para prever o comportamento de aceitação das recomendações em saúde. Contudo, verificou-se que as barreiras ou custos são o preditor mais confiável de comportamento, seguido de suscetibilidade e benefícios e, finalmente, severidade. O Modelo de Crenças em Saúde é um modelo psicossocial composto por atitudes e crenças e, como tal, limitado a responder pela maior parte da variância dos comportamentos de saúde.

Especificamente no que diz respeito à adesão ao isolamento social e aspectos psicossociais e políticos no Brasil, o estudo de Ajzenman, Cavalcanti, e Da Mata (2020) traz informações de significativa relevância. Segundo os pesquisadores, após pronunciamentos presidenciais que minimizavam os riscos da COVID-19 e contrários ao isolamento social, houve o enfraquecimento de medidas de distanciamento social tomadas por cidadãos em regiões nas quais o presidente possuía maior apoio. Outras duas variáveis seriam também relevantes para a redução do isolamento social de acordo com os pesquisadores: um maior nível de penetração da mídia e uma maior prevalência de evangélicos nas regiões abordadas.

Assim, tendo como base as discussões sumarizadas até então, pretende-se indicar variáveis psicossociais

e políticas que possam compor o entendimento sobre a crença de brasileiros na eficácia do isolamento social diante da pandemia de COVID-19. Acredita-se que os resultados, ainda que parciais, têm o potencial para orientar novas pesquisas e reflexões acerca do contexto pandêmico no Brasil.

## Método

### Participantes

Quatrocentos e noventa e oito (498) pessoas participaram deste estudo. Sendo 68,3% do gênero feminino, 31,5% do gênero masculino, enquanto 0,2% se identificaram com outros gêneros. Entre estes, 99,5% eram brasileiros(as), 58,5% se identificaram como pessoas brancas, enquanto 37,7% como pessoas pardas ou pretas. Quanto à escolaridade, 58,9% tinham graduação ou pós-graduação completa, 29,8% das pessoas tinham ensino superior incompleto e 11,3% possuíam até o ensino médio. Quanto à renda familiar média: 42,7% das pessoas possuíam renda superior a R\$ 4.156,00, 25% das pessoas possuíam renda entre R\$ 2.078,00 e R\$ 4.156,00, 27,8% das pessoas tinham renda familiar de até R\$ 2.078,00; enquanto 4,5% das pessoas não possuíam nenhuma renda. Quanto às ocupações, as respostas mais frequentes foram: 21,1% profissionais de saúde, 13,2% professores, 10,8% estudantes; 3,1% estavam desempregados. Já para religião, 32,7% se identificaram como católicos, 14,1% como protestantes, e 19,3% como não tendo religião. Quanto à idade dos participantes, a média foi 34,9 anos, com desvio padrão de 11,5.

### Instrumentos

Para coleta de dados foram utilizados um questionário sociodemográfico, uma escala Right-Wing Authoritarianism, escalas de crenças em saúde acerca da COVID-19, uma escala de identidade política e uma escala de concordância quanto às medidas tomadas em relação à Pandemia de Coronavírus (COVID-19): 1) pelo Presidente do Brasil; 2) pelo Ministro da Saúde do Brasil; e 3) pela OMS.

Inicialmente foi solicitado o preenchimento dos dados sociodemográficos: idade, gênero, nacionalidade, cor de pele, ocupação/profissão, renda, escolaridade e religião.

Para medir atitudes autoritárias de direita foi utilizada a adaptação transcultural e estrutural da versão brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism (Vilanova, De Sousa, Koller, & Costa, 2018); contudo, optou-se pela utilização de três dos quatro dos fatores

extraídos para manter a configuração original proposta por Altemeyer (1996). As respostas foram dadas em uma escala de concordância de cinco pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Os três fatores utilizados neste estudo são: autoritarismo, tradicionalismo e submissão à autoridade. O primeiro fator agrupou itens relacionados à tendência a retirar liberdades civis e apoiar medidas punitivas severas. O segundo fator, agrupou itens associados a valores e padrões morais tradicionais. Já o terceiro fator agrupou itens relacionados à propensão a obedecer e respeitar autoridades. Os coeficientes de confiabilidade dos escores dos fatores também foram altos: Autoritarismo ( $\alpha = 0,921$ ); Tradicionalismo ( $\alpha = 0,863$ ); e Submissão à Autoridade ( $\alpha = 0,923$ ).

Para avaliar crenças em saúde foi elaborada uma escala de crenças em saúde acerca da COVID-19, tendo como ponto de referência o Modelo de Crença em Saúde (Health Belief Model- HBM) (Rosenstok, 1974). A escala apresentou três fatores ou três conjuntos de crenças em saúde sobre a COVID-19: 1) suscetibilidade percebida a doença ou problemas de saúde decorrentes da COVID-19, por exemplo: qualquer pessoa que tiver contato com alguém contaminado(a) por coronavírus (COVID-19), será infectado(a); 2) gravidade/severidade prevista das consequências da COVID-19, por exemplo: em caso de internação pelo coronavírus (COVID-19) posso vir a falecer; e 3) os custos ou barreiras à execução do comportamento recomendado para prevenção do contágio pelo novo coronavírus, por exemplo: entre ficar em casa para manter a saúde e trabalhar para sobreviver, prefiro a segunda opção. Os coeficientes dos escores dos fatores foram altos: suscetibilidade ( $\alpha = 0,802$ ); severidade ( $\alpha = 0,770$ ); e custos ( $\alpha = 0,631$ ). Neste estudo optou-se por avaliar a percepção de benefício da adoção de um comportamento de prevenção da COVID-19 a partir do item "O isolamento social previne o contágio da COVID-19". Todos os itens relativos às crenças em saúde foram avaliados por meio de uma escala de cinco pontos: 1. discordo totalmente a 5. concordo totalmente.

Acerca da identidade política foi solicitado que os participantes se identificassem em diferentes pontos de um espectro político composto por: 1: Extrema esquerda; 2: Esquerda; 3: Centro-esquerda; 4: Centro; 5: Centro-direita; 6: Direita; 7: Extrema direita.

Para verificar concordância quanto às medidas tomadas em relação à Pandemia de Coronavírus (COVID-19): 1) pelo Presidente do Brasil; 2) pelo Ministro

da Saúde do Brasil e; 3) pela OMS, foi solicitado que os respondentes se posicionassem numa escala de cinco pontos: 1. discordo totalmente a 5. concordo totalmente.

**Procedimentos de Coleta dos Dados**

A coleta de dados foi feita por meio de formulário online (Google formulários). A divulgação ocorreu por meio da criação de página no Facebook, por rede de contatos dos pesquisadores e impulsionamento das publicações da página da pesquisa. Os dados utilizados correspondem ao período entre 28/03/2020 e 05/05/2020. O instrumento foi desenvolvido na ferramenta de criação de formulários em modalidade que impossibilita a identificação dos participantes da pesquisa. O consentimento livre e esclarecido foi registrado de forma digital por meio de texto que antecedia o aceite em participar do estudo. O banco de dados gerado pelas respostas não possui nenhum tipo de informação que possa identificar os participantes. O procedimento ético da pesquisa foi baseado no parágrafo único do 1º artigo da resolução nº 510 do Conselho Nacional de Saúde (Resolução nº 510/2016).

**Procedimentos de Análise dos Dados**

O formulário produzido pelo Google em formato planilha foi transferido para o programa SPSS Statistics. As análises dos dados foram efetuadas com a utilização de estatísticas descritivas (média, desvio-padrão, frequência, percentual) para caracterizar os participantes da pesquisa. Quanto às estatísticas inferenciais efetuadas, para verificar correlações bivariadas se fez uso do coeficiente de Pearson. A Regressão Linear Múltipla foi utilizada para verificar a capacidade de predição de uma variável critério a partir de um conjunto de variáveis, além de se estimar a contribuição individual das variáveis inseridas neste conjunto. Elegeu-se o método *step-wise* como método de seleção das variáveis preditoras (Marôco, 2014).

**Resultados**

A execução da regressão linear múltipla permitiu identificar as variáveis “apoio às medidas da OMS” ( $\beta=0,269$ ), “percepção de severidade” ( $\beta=0,237$ ), “autoritarismo” ( $\beta= -0,133$ ), “apoio aos pronunciamentos do Presidente da República” ( $\beta= -0,105$ ), “percepção de suscetibilidade” ( $\beta=0,092$ ) e “apoio às medidas do Ministério da Saúde” ( $\beta=0,091$ ) como preditores significativos da percepção sobre isolamento social. Na Tabela 1 pode-se observar que estas variáveis compõem um

modelo que se mostrou estatisticamente significativo e explica uma proporção de um pouco mais de 1/3 da variância da resposta à variável critério.

**Tabela 1.** *Preditores da Variável Critério (o Isolamento Social Previne o Contágio da COVID-19)*

	$\beta$	t	p
Apoio às medidas da OMS	,269	5,8	0,001
Percepção de severidade	,237	5,8	0,001
Autoritarismo	-,133	-2,8	0,001
Percepção de suscetibilidade (via de contágio)	,092	2,2	0,02
Apoio às medidas do Ministério da Saúde	,091	2,3	0,02
Apoio aos pronunciamentos do Presidente da República	-,105	-2,0	0,02

Nota: F = 54,9; p = 0,001; R = 0,6; R<sup>2</sup> = 0,36; R<sup>2</sup> Ajustado = 0,35

A Tabela 2 mostra correlações entre as variáveis do modelo preditivo e outras variáveis métricas do estudo. Estes resultados possibilitam identificar que há outras variáveis relevantes neste contexto, mas que não se mantêm no modelo preditivo devido ao aspecto da multicolinearidade.

**Tabela 2.** *Correlações de Pearson entre Predictoras da Crença do Isolamento Social como Comportamento que Previne o Contágio da COVID-19, Percepção de Barreiras, Identidade Política e Religiosidade*

	SEV	AU	SUS	MS	Pr	BAR	IDP	REL
OMS	0,30**	-0,34**	0,31**	0,28**	-0,53**	-0,49**	-0,43**	-0,12**
SEV	1	-0,01	0,34**	0,10*	-0,28**	-0,22**	-0,15**	0,29
AU	-0,01	1	-0,30**	0,10*	0,56**	0,48**	0,58**	0,29**
SUS	0,34**	-0,30**	1	0,07	-0,39**	-0,27**	-0,27**	-0,19**
MS	0,10*	0,10*	0,07	1	-0,06	-0,10*	0,09*	0,11*
Pr	-0,28**	0,56**	-0,39**	-0,06	1	0,56**	0,64**	0,27**

Nota: OMS: “apoio...OMS...”; SEV: “percepção de severidade”; AU: “autoritarismo”; SUS: “percepção de suscetibilidade”; MS: “apoio...Ministério da Saúde”; Pr: “apoio...Presidente da República...”; BAR: “percepção de barreiras (custo econômico)”; IDP: “identidade política”; REL: “quão religioso...”  
\* p < 0,05 e \*\*p < 0,01.

Ao se verificar as correlações bivariadas, evidenciou-se que o “apoio a OMS” é correlato positivamente à percepção de ameaça diante da COVID-19 (severidade e suscetibilidade), ao passo que se evidencia correlação negativa do apoio a OMS com a “percepção de barreiras” para adotar o isolamento social, pelo custo econômico. A correlação entre apoio a OMS e às medidas do Ministério da Saúde é positiva. Já a correlação do apoio a OMS com as variáveis: apoio aos

pronunciamentos do Presidente da República, autoritarismo, identidade política e autopercepção de intensidade da religiosidade se deram de forma significativa e negativa. Observa-se um padrão de correlações oposto ao da OMS quando se parte da variável “apoio aos pronunciamentos do Presidente da República”. Ainda se observa que o padrão de correlações relativo ao Ministério da Saúde é mais próximo ao do apoio a OMS do que o do apoio ao Presidente.

## Discussão

O modelo preditivo resultante da adesão à crença do isolamento social como forma de prevenção do contágio da COVID-19 evidenciou variáveis psicossociais e percepções individuais segundo a caracterização do modelo proposto por Rosenstok (1974). No entanto, cabe frisar que o que se verificou aqui não diz respeito à probabilidade da adoção do isolamento, mas sim a adesão à crença neste comportamento como forma de prevenção do contágio. Adiciona-se a informação de que no modelo proposto tanto variáveis psicossociais, quanto percepções individuais (percepção de ameaça da doença – suscetibilidade e severidade) são variáveis preditoras tanto da percepção do benefício de se adotar comportamentos de prevenção quanto da probabilidade da adoção destes comportamentos.

Pode-se identificar o peso das contribuições individuais de cada variável e a direção de sua associação com a crença no isolamento. Observa-se que o “apoio às medidas adotadas pela OMS”, a “percepção de severidade”, as atitudes de “autoritarismo” e o “apoio aos pronunciamentos do Presidente da República” têm maior peso na capacidade de predição de adesão à crença. No entanto, estas associações evidenciam direções diferentes: as duas primeiras variáveis possuem relação positiva com a crença no isolamento, enquanto as duas últimas possuem relação negativa. Tem-se ainda a “percepção de suscetibilidade” e o “apoio às medidas adotadas pelo MS” com menor peso, se associando na mesma direção das atitudes ante a OMS e percepção de severidade.

Quando se observa o padrão de correlações bivariadas entre algumas das variáveis envolvidas no estudo, evidencia-se que as diferenças percebidas no padrão de correlações no modelo preditivo se dão em alguma medida pela associação a diferentes identidades políticas. Para Tajfel (1979) a identidade social não é unicamente o resultado de pertencer a determinados

grupos sociais, mas principalmente, da comparação que a pessoa estabelece entre os grupos aos quais pertence e aqueles que considera alheio. Alvaro e Garrido (2006) apontam que esta ideia, junto ao postulado de Festinger (1954) relativo à tendência de se validar opiniões e crenças por meio da comparação com outras pessoas, leva à comparação entre grupos a partir dos quais se ancoram processos identitários. Estudos internacionais vêm evidenciando como identidades políticas têm desempenhado papel importante na adesão a atitudes e crenças frente à adoção de políticas públicas relativas à imigração, ecologia, segurança pública e economia (Achen & Bartels, 2016; Ciftci, 2013; Johnson-Grey, 2018; Lacombe, 2019). De modo mais amplo, há evidências do papel da identidade política na elaboração e manutenção de crenças, atitudes, valores e representações sociais (Gloria Filho & Modesto, 2019; Johnson-Grey, 2018; Pereira & Camino, 2003; Ribeiro et al., 2011; Wachelke & Hammes, 2009).

Os resultados apresentados apontam correlação positiva significativa entre variáveis relacionadas a posições políticas que poderiam ser denominadas como à direita do espectro político e uma posição de não concordância com a afirmação de que “o isolamento social em casa previne o contágio pelo coronavírus (COVID-19)”. Entre as variáveis citadas, está o apoio ao presidente Jair Messias Bolsonaro, o qual se posicionou diversas vezes - em pronunciamentos, postagens em rede sociais e atos - contrário ao isolamento social preconizado pela OMS. Segundo o presidente: “o desemprego, a fome e a miséria será o futuro daqueles que apoiam a tirania do isolamento total” (“Bolsonaro volta a criticar isolamento”, 2020).

Na contramão aos argumentos presidenciais, estudo de pesquisadores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) divulgado por meio de matéria jornalística do dia 11 de maio (G1, 2020a), defende que se o isolamento social permanecesse nas taxas registradas naquele período, seriam salvas mais de 15 mil pessoas nas duas semanas seguintes.

Como já citado, o posicionamento presidencial repercute de maneira concreta nas taxas de isolamento social em regiões nas quais ele possui maior apoio (Ajzenman et al., 2020). Outra variável que demonstra significativa correlação com posições céticas relacionadas ao isolamento social é a religiosidade. Os dados apresentados demonstram que uma maior religiosidade se correlaciona negativamente com o apoio às medidas preconizadas pela OMS e positivamente com o apoio ao

Presidente da República. Tais dados encontram também algum respaldo na pesquisa de Ajzenman et al. (2020) que demonstra correlação significativa entre a redução da taxa de isolamento após os pronunciamentos presidenciais e a prevalência de evangélicos em determinada região. Ainda abordando a religiosidade, no trabalho de Barros et al. (2009), valores religiosos se mostraram negativamente relacionados à tolerância.

Segundo estudo realizado por pesquisador e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV – EBAPE) – Carlos Pereira e Amanda Medeiros – e pesquisador da Universidade de Brasília (UNB) – Frederico Bertholini – divulgado por meio de artigo jornalístico (Pereira, Medeiros, & Bertholini, 2020), a pandemia produziu uma reconfiguração na polarização política brasileira. A pesquisa demonstra que houve uma cisão entre as pessoas que definiram seu posicionamento político-ideológico como de direita e centro-direita – supostamente o principal núcleo de eleitores de Bolsonaro. Entre tais respondentes, 56% se mantiveram fiéis ao presidente; no entanto, 40% se mostraram contrários às medidas presidenciais relacionadas à pandemia. A pesquisa também aborda a relação entre posicionamento político-ideológico e posição quanto ao isolamento social. Os respondentes de esquerda, centro-esquerda e centro aparecem como majoritariamente favoráveis ao isolamento social pelo tempo que for necessário. Por sua vez, também entre os participantes de direita e centro-direita há uma parcela considerável de pessoas favoráveis a tal política.

Ainda sobre a pesquisa liderada pelo professor Carlos Pereira destaca-se que, entre os respondentes de direita e centro-direita, aqueles que conhecem pessoas que adoeceram severamente ou faleceram por razão da COVID-19 são mais favoráveis ao isolamento social pelo tempo que for necessário. Tal resultado respalda o lugar preditor assumido pela percepção de severidade da doença no que diz respeito ao isolamento social. Por fim, os pesquisadores defendem haver um grupo ideológico e um grupo pragmático entre aqueles que apoiam Bolsonaro. As posturas do presidente diante da pandemia estariam intensificando o fim do apoio dos eleitores pragmáticos ao seu governo. Porém, o grupo ideológico manteria o apoio ao presidente por acreditar em seu projeto político.

Em consonância com a pesquisa apresentada acima, os dados abordados no presente trabalho apontam correlação significativa entre identidade política e crença na eficácia do isolamento social na prevenção

da COVID-19. Observa-se que quanto mais a identidade tende à esquerda do espectro político-ideológico mais se acredita que o isolamento social é eficaz. Por sua vez, quanto mais o indivíduo se autodefine à direita menor é a aderência a tal crença. Os resultados também mostram que, entre os preditores da variável critério, ainda mais relevante que o apoio ao presidente, é a tendência ao autoritarismo. Assim, apoiar o presidente de maneira genérica é menos preditor quanto à atitude sobre o isolamento social do que a manifestação de tendências à atitude autoritária.

Percebe-se que a variável autoritarismo possui papel importante no jogo de adesão e distanciamento identitário, uma vez que esta apresenta diferentes padrões de correlações em relação às atitudes ante diferentes instituições, percepção de ameaça da COVID-19, custo na adoção do distanciamento social e por fim, adesão à crença do isolamento social. DeLuca e Yanos (2016) postularam que a conexão entre valores sociais e identidade política com atitudes em contexto de saúde poderia ser explicada devido a uma situação de aumento na “saliência da mortalidade” ou consciência da morte, o que levaria os indivíduos a se apegarem fortemente às visões de mundo e valores pessoais. Há evidências de que o conservadorismo e atitudes autoritárias de direita são visões de mundo correlatas e estão associadas a processos psicológicos para gerenciar o medo e a incerteza (Hibbing, Smith, & Alford, 2014; Lilienfeld & Latzman, 2014). Em consonância com as pesquisas anteriores, a correlação negativa entre percepção de severidade da COVID-19 e atitudes de autoritarismo pode gerar a inferência de que perceber a doença como menos severa é uma maneira de indivíduos de maiores pontuações na variável autoritarismo gerirem o medo e a incerteza produzidos pela pandemia.

Altemeyer (2006) argumenta que a escala de Autoritarismo de Direita (RWA) é uma medida de atitudes sociais que se correlaciona de forma moderada a alta a conservadorismo econômico e social, preocupação que se evidenciou com a correlação positiva entre a percepção de barreira (custo econômico) e identidade política. Também o trabalho de Barros et al. (2009) apontam relação positiva entre valores materialistas e posturas autoritárias. Identifica-se que o atributo barreira (custo econômico) tem peso na adesão atitudinal de forma distinta quando na adoção de atitude negativa frente à OMS e positiva frente ao presidente da República. Por sua vez a percepção de barreiras (custo econômico) na adoção do isolamento social, o apoio à

OMS ou ao presidente da República se correlacionam com a forma de perceber a severidade da COVID-19, estes dados sugerem que o apoio ao presidente da República está associado a uma postura política pautada em valores materialistas e associado à minimização da severidade da COVID-19.

Pode-se inferir que, no que diz respeito ao não apoio ao isolamento social, ainda mais relevante que ser um apoiador “pragmático” de Bolsonaro, é ser um apoiador “ideológico”, ou seja, ter aderência psicossocial ao seu projeto político que tem apresentado evidentes características autoritárias. Tal distinção entre “pragmáticos” e “ideológicos” é corroborada pela correlação parcial entre o apoio ao presidente e atitudes de autoritarismo, ou seja, não há uma relação direta e inequívoca entre as duas variáveis. Segundo pesquisa CNT/MDA (Confederação Nacional do Transporte e Instituto MDA, 2020) realizada entre 07 e 10 de maio de 2020, a avaliação negativa (ruim ou péssimo) do governo Bolsonaro subiu 14,4% entre janeiro e maio, totalizando 43,4%. A avaliação positiva (bom ou ótimo), por sua vez, caiu 2,5%, totalizando 32%. No entanto, a avaliação do governo como “ótimo” teve uma elevação de 4,8%, totalizando 14,3%. Os números apresentados podem indicar certa debandada dos apoiadores “pragmáticos” e um fortalecimento da coesão entre apoiadores “ideológicos” naquele momento.

De maneira análoga a Moscovici (2007) ao defender causalidades de direita e esquerda, as discussões levadas a cabo apontam a possibilidade de se inferir vínculo relevante entre a crença na eficácia do isolamento social e identificações político-ideológicas. Como argumenta Moscovici (2007), defende-se que as atitudes referentes ao isolamento social não se constituem apenas por meio de processamento individual de informações, mas são compostas por pensamentos socialmente produzidos e partilhados entre diferentes grupos sociais. Assim, o fato de um indivíduo se reconhecer como pertencente a determinado ponto do contínuo político-ideológico esquerda-direita é elemento relevante na forma como ele se posicionará diante da eficácia do isolamento social.

## Considerações finais

A pesquisa demonstrou que o posicionamento político apresenta correlações significativas com todos os preditores da variável critério. Dessa maneira, cabe refletir se o posicionamento favorável ou não ao

isolamento social está diretamente relacionado à própria doença, ou se indica uma politização da doença. No Brasil a pandemia tem se configurado como um fenômeno político e neste estudo tende a ser percebida a partir da identidade social de grupos no que tange ao seu posicionamento político. Assim, ser contra ou favorável ao isolamento social no contexto brasileiro, pode estar mais associado a identidades políticas diversas do que a própria objetividade da doença.

A técnica de amostragem utilizada não nos permite generalizar estes resultados para além da amostra obtida neste estudo. A adesão dos participantes à pesquisa não possibilitou uma representatividade mais equilibrada para variáveis importantes. Acrescenta-se que esta leitura deve se deter ao momento em que os dados foram coletados. Ou seja, o estágio específico do contágio da COVID-19 no Brasil, uma vez que esta variável pode acrescentar mudanças importantes na dinâmica psicossocial que atravessa o modo como nos relacionamos com o fenômeno.

Os dados parciais que foram abordados indicam possibilidades profícuas para estudos futuros. Entre elas, destacam-se pesquisas que abordem o processo de mudança referente à crença no isolamento social. Faz-se necessário melhor entender como as variáveis preditoras atuam no processo em que indivíduos deixam de apoiar o isolamento ou passam a aderir à política. Como demonstrado, tal mudança deve passar por uma complexa rede envolvendo identidades sociais, valores, atitudes, representações sociais, entre outras variáveis. Destaca-se a relevância de estudos que identifiquem o papel de variáveis psicossociais em fenômenos de saúde coletiva, acrescentando conhecimento às informações epidemiológicas.

## Referências

- Abraham, C., & Sheeran, P. (2015). The health belief model. In M. Conner & P. Norman (Orgs.), *Predicting and changing health behaviour: Research and practice with Social Cognition Models* (3ª edição). Londres: Open University Press McGraw-Hill Education.
- Achen, C. H., & Bartels, L. M. (2016). *Democracy for realists: Why elections do not produce responsive government*. Princeton, Princeton University Press.
- Allen, W. (2006, julho). Australian political discourse: pronominal choice in campaign speeches. In M. Laughren (Org.), *Selected papers 2006 Annual Meeting of the Australian Linguistic Society*. School of English, Media Studies and Art History, University of Queensland, Brisbane, Australia.
- Altemeyer, B. (1996). *The authoritarian specter*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

## COVID-19: a influência de fatores psicossociais na crença acerca da pertinência do isolamento social no Brasil

- Altemeyer, B. (2006). *The authoritarians*. Winipeg: University of Manitoba.
- Alvaro, J. L., & Garrido, A. (2006). *Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas* (M. C. Fernandes, Trad., R. R. Torres, Rev. técnica). São Paulo: McGraw-Hill.
- Ajzenman, N., Cavalcanti, T., & Da Mata, D. (2020). *More than words: Leaders' speech and risky behavior during a pandemic*. (Manuscrito em preparação). doi: 10.2139/ssrn.3582908
- Barros, T. S., Torres, A. R. R., & Pereira, C. (2009). Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. *Psico-USF*, 14(1), 47-58. doi: 10.1590/S1413-82712009000100006
- Bolsonaro volta a criticar isolamento social contra o coronavírus. (2020, 16 de maio). *O Globo*. Recuperado de <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-volta-criticar-isolamento-social-contra-coronavirus-24430964>
- Caprara, G. V., & Zimbardo, P. G. (2004). Personalizing politics: A congruency model of political preference. *American Psychologist*, 59(7), 581-594. doi: 10.1037/0003-066X.59.7.581
- Ciftci, S. (2013). Social Identity and attitudes toward foreign policy: evidence from a youth survey in Turkey. *International Journal Middle East Studies*, 45, 25-43. doi: 10.1017/S0020743812001249.
- Confederação Nacional do Transporte e Instituto MDA Pesquisa. (2020). *Pesquisa CNT/MDA: rodada 146*. Recuperado de <https://cdn.cnt.org.br/diretorioVirtualPrd/6b767840-4489-4901-aff-aed024d3c41b.pdf>
- Crochik, J. L. (2005). Preconceito: relações com a ideologia e com a personalidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(3), 309-319. doi: 10.1590/S0103-166X2005000300009
- Cruz, R. M., Borges-Andrade, J. E., Moscon, D. C. B., Micheletto, M. R. D., Esteves, G. G. L., Delben, ... Carlotto, P. A. C. (2020). COVID-19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, 20(2), I-III. doi: 10.17652/rpot/2020.2.editorial
- DeLuca, J. S., & Yanos, P.T. (2016). Managing the terror of a dangerous world: Political attitudes as predictors of mental health stigma. *International Journal of Social Psychiatry*, 62(1), 21-30. doi: 10.1177/0020764015589131
- Einwohner, R. L. (2002). Motivational framing and efficacy maintenance: Animal rights activists' use of four fortifying strategies. *The Sociological Quarterly*, 43(4), 509-526. doi: 10.1111/j.1533-8525.2002.tb00064.x
- Festinger, L. (1954). A theory of social comparison processes. *Human Relations*, 7, 117-140. doi: 10.1177/001872675400700202
- G1. (2020a, 11 de maio). *Estudo calcula quantas vidas o isolamento social está salvando no Brasil: pesquisadores da Unicamp consideram taxas de transmissão do novo coronavírus*. Recuperado de <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/05/11/estudo-calcula-quantas-vidas-o-isolamento-social-esta-salvando-no-brasil.ghtml>
- G1. (2020b, 11 de maio). *Rondonia fica entre os 15 estados com piores taxas de isolamento social, diz pesquisa*. Recuperado de <https://g1.globo.com/ro/rondonia/noticia/2020/05/11/rondonia-fica-entre-os-15-estados-com-piores-taxas-de-isolamento-social-diz-pesquisa.ghtml>
- G1. (2022, 08 de novembro). *Brasil registra 95 mortes por Covid e total chega a 688.539; média segue com tendência de queda*. Recuperado de <https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2022/11/08/brasil-registra-95-mortes-por-covid-e-total-chega-a-688539-media-segue-com-tendencia-de-queda.ghtml>
- Garcia-Marques, T. (1992). Mudança ou estabilidade de atitudes e crenças?: a interdependência do comportamento grupal e individual. *Análise Psicológica*, 10(3), 391-401. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10400.12/1914>
- Garvey, J. (2016). *The persuaders: The hidden industry that wants to change your mind*. Londres: Icon Books Ltd.
- Gloria Filho, M., & Modesto, J. G. (2019). Morality, activism and radicalism in the Brazilian left and the Brazilian right. *Trends Psychology*, 27(3), 763-777. doi: 10.9788/TP2019.3-12
- Guedes, B. M., Carvalho, L. B., Cunha, L. M. M., & Matinada, T. B. (2020, 02 de abril). Casos suspeitos e confirmados do novo coronavírus (covid-19) registrados no mundo, no Brasil e na rede Ebserh. *Vigilância em foco*, 73, 1-24. Recuperado de <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/saude/covid-19/VigilanciaemFocoedioCovid19n73de11052020.pdf>
- Hibbing, J. R., Smith, K. B., & Alford, J. R. (2014). Differences in negativity bias underlie variations in political ideology. *Behavioral and Brain Sciences*, 37, 297-350. doi: 10.1017/S0140525X1300280X
- Jiménez, C. (2021). Economistas pedem 'lockdown' contra "falso dilema" entre salvar vidas e desempenho econômico. *El País*. Recuperado de <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-21/economistas-pedem-lockdown-contra-falso-dilema-entre-salvar-vidas-e-desempenho-economico.html>
- Johnson-Grey, K. M. (2018). *Expressing values and group identity through behavior and language* (Dissertação de Doutorado, University of Southern California). doi: 10.25549/usctheses-c40-466314
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacombe, M. J., Howat, A. J., & Rothschild, J. E. (2019). Gun ownership as a social identity: Estimating behavioral and attitudinal relationships. *Social Science Quarterly*, 100(6), 2408-2424. doi: 10.1111/ssqu.12710
- Lilienfeld, S. O., & Lutzman, R. D. (2014). Threat bias, not negativity bias, underpins differences in political ideology. *Behavioral & Brain Sciences*, 37, 318319. doi: 10.1017/S0140525X13002641
- Marôco, J. (2014). *Análise Estatística com o SPSS Statistics* (6ª ed.). Pêro Pinheiro: Report Number.
- Ministério da Saúde. (2020). *Brasil registra 168.331 casos e 67.384 pessoas estão recuperadas*. Recuperado de <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46863-brasil-registra-168-331-casos-e-11-519-pessoas-estao-recuperadas>
- Moreira, A. C. F., Santos, Z. M. S. A., & Caetano, J. A. (2009). Aplicação do modelo de crenças em saúde na adesão do trabalhador hipertenso ao tratamento. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 19(4), 989-1006. doi: 10.1590/S0103-73312009000400005
- Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.
- Pereira, C., & Camino, L. (2003). Representações sociais, envolvimento nos direitos humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(3), 447-460. doi: 10.1590/S0102-79722003000300004
- Pereira, C., Medeiros, A., & Bertholini, F. (2020, 11 de abril). O medo da morte aproxima os polos. *Estadão*. Recuperado de <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,artigo-o-medo-da-morte-aproxima-os-polos,70003267861>

- Ramaci, T., Barattucci, M., Ledda, C., & Rapisarda, V. (2020). Social stigma during COVID-19 and its impact on HCWs outcomes. *Sustainability*, 12(9), 3834. doi: 10.3390/su12093834
- Resolução nº510. (2016, 07 de abril). *Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos*. Brasília, DF: Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Saúde.
- Ribeiro, E., Carreirão, Y., & Borba, J. (2011). Sentimentos partidários e atitudes políticas. *Opinião Pública*, 17(2), 333-368. doi: 10.1590/S0104-62762011000200003
- Rosenstock, I. M. (1974). Historical origins of The Health Belief Model. *Health Education Monographs*, 2(4), 328-335. doi: 10.1177/109019817400200403
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in Social Psychology*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Tajfel, H., & Turner, J. (1979). An integrative theory of intergroup conflict. In W. G. Austin & S. Worchel (Orgs.), *The Social Psychology of intergroup relations* (pp. 33-47). Monterey: CA: Wadsworth.
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behavior. In S. Worchel, & L. W. Austin (Orgs.), *The Social Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Chicago: Nelson-Hall.
- Torres, A. R. R., Camino, L., Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (Orgs.) (2011). *Psicologia Social: temas e teorias* (1ª. ed.). Brasília: Technopolitik.
- Vilanova, F., De Sousa D. A., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1299-1316. doi: 10.9788/TP2018.3-07Pt
- Wachelke, J. F. R., & Hammes, I. C. (2009). Representações sociais sobre política segundo posicionamento político na campanha eleitoral de 2006. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 14(3), 519-528. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pe/a/wWWDYS4nb35Bcn7mvsVScQB/?lang=pt>
- World Health Organization. (2020, 11 de maio). *WHO Director-General's Opening Remarks at the media briefing on COVID-19-11 May 2020*. Recuperado de <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-may-2020>
- World Health Organization. (2022, 9 de novembro). *Weekly epidemiological update on COVID-19 - 9 November 2022*. Recuperado de <https://www.who.int/publications/m/item/weekly-epidemiological-update-on-covid-19---9-november-2022>

Marcelo Xavier de Oliveira, Doutor em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC). Endereço para correspondência: Campus da Universidade Federal do Acre, Rio Branco/AC, CEP 69.917-400. Email: [marcelo.xavier@ufac.br](mailto:marcelo.xavier@ufac.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8751-6426>

Leandro Amorim Rosa, Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC). Email: [leandro.rosa@ufac.br](mailto:leandro.rosa@ufac.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0742-2359>

Gustavo Henrique Carretero, Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professor da Universidade Federal do Acre (UFAC). Email: [gustavo-carretero@ufmg.br](mailto:gustavo-carretero@ufmg.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9633-2581>

Patricia da Silva, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), é Professora da Universidade Federal do Acre (UFAC). Email: [patricia.silva@ufac.br](mailto:patricia.silva@ufac.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3435-7852>

Recebido em 29.mai.20  
Revisado em 24.mar.22  
Aceito em 06.abr.22

# Violência de Estado e dispositivo clínico-político: os efeitos do atendimento psicossocial do PAEFI/CREAS na trajetória de vida dos usuários

Gelson Panisson. Prefeitura Municipal de São José (Santa Catarina)  
Marcela de Andrade Gomes. Universidade Federal de Santa Catarina  
Marivete Gesser. Universidade Federal de Santa Catarina

## Resumo

Este artigo tem como objetivo estudar os efeitos junto aos usuários acerca do trabalho psicossocial realizado no Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de uma cidade da região sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foram entrevistados nove usuários do serviço. Dois eixos se constituíram na análise temática: a) o dispositivo clínico-político do PAEFI; b) a precariedade das políticas públicas e o olhar familista-patologizante frente às violações de direitos. Discute-se sobre o fazer psicológico frente às situações comumente vivenciadas pelas pessoas atendidas no serviço. Aposta-se na potencialidade do trabalho psicossocial quando compreendido como um dispositivo clínico-político, ou seja, um trabalho de escuta clínica calcada em uma perspectiva interdisciplinar, intersetorial, inventiva, resistente à naturalização das violências e voltada para a promoção dos direitos humanos.

**Palavras-chave:** assistência social; psicologia; paefi; dispositivo clínico-político.

## Abstract

*State violence and clinical-political device: The effects of psychosocial care in the PAEFI/CREAS on users' life trajectories.* This article aims to study the effects, together with the users, about the psychosocial work carried out in the Protection and Specialized Care Service for Families and Individuals (PAEFI) at the Specialized Reference Center of Social Assistance (CREAS) in a city in the southern region of Brazil. This is about a qualitative research, in which nine users of the service were interviewed. Two axes were constituted in the thematic analysis: a) the PAEFI's clinical-political device; b) the precariousness of public policies and the familist-pathological view in the face of rights violations. The psychological attention in the face of the situations commonly experienced by the people assisted in the service is discussed. Acknowledging the potential of psychosocial work when understood as a clinical-political device, that is, a clinical listening work based on an interdisciplinary, intersectoral, inventive perspective, resistant to the naturalization of violence and focused on the promotion of human rights.

**Keywords:** social assistance; psychology; paefi; clinical-political device.

## Resumen

*Violencia estatal y dispositivo clínico-político: los efectos de la atención psicossocial en PAEFI/CREAS en las trayectorias de vida de los usuarios.* Este artículo tiene como objetivo estudiar los efectos, junto con los usuarios, sobre el trabajo psicossocial realizado en el Servicio de Protección y Atención Especializada para Familias e Indivíduos (PAEFI) en el Centro de Referencia Especializado de Asistencia Social (CREAS) de una ciudad de la región sur de Brasil. Esta es una investigación cualitativa, en la que se entrevistó a nueve usuarios del servicio. Se constituyeron dos ejes en el análisis temático: a) el dispositivo clínico-político del PAEFI; b) la precariedad de las políticas públicas y la visión familiarista-patológica ante las violaciones de derechos. Se discute sobre la atención psicológica frente a las situaciones comúnmente experimentadas por las personas asistidas en el servicio. Apostamos al potencial del trabajo psicossocial cuando se entiende como un dispositivo clínico-político, es decir, un trabajo de escucha clínica basado en una perspectiva interdisciplinaria, intersectorial e inventiva, resistente a la naturalización de las violencias y enfocado en la promoción de los derechos humanos.

**Palabras clave:** asistencia social; psicología; paefi; dispositivo clínico-político.

Tendo presente a construção da assistência social como direito de quem precisa e dever do Estado (Lei n. 8.742, 1993), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) vem se constituindo com a presença da Psicologia nos serviços socioassistenciais e a necessidade de uma atuação crítica comprometida com a transformação social (Yamamoto & Oliveira, 2010). Contudo, diversos estudos atentam para dificuldades na apropriação da política de assistência social por profissionais da Psicologia, através de uma atuação ainda marcada pelo paradigma biomédico, com práticas arraigadas no modelo tradicional e patologizante – considerando a formação profissional, as condições de trabalho e as contradições inerentes à assistência social (Cruz & Guareschi, 2014; E. P. Moreira, Muller, & Cruz, 2012; Paiva & Duriguetto, 2021).

Ampliando esse debate, Montañó (2012), ao discutir as concepções hegemônicas em torno da pobreza, destaca que intervenções psicologizantes e moralizadoras residem na ideia de que as causas da questão social<sup>1</sup> e da pobreza se encontram no próprio indivíduo. Nessa concepção, a pobreza é considerada como carência ou déficit e a resposta são ações filantrópicas e beneficência social, sem contar ações que promovem a criminalização da pobreza. Outro aspecto apontado nos estudos sobre a questão social, além do assistencialismo, é o olhar familiarista, que responsabiliza as famílias pelo bem-estar ou fracasso no cuidado junto aos seus membros, diante da escassez da rede de serviços, de apoio social e do suporte do Estado (Esping-Andersen, 1991; Mioto, 2010).

Na organização e oferta de serviços, tendo a matricialidade sociofamiliar como um dos eixos estruturantes do SUAS, o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) disponibiliza o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), que visa prestar apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em diferentes situações de violação de direitos – como violência física, psicológica, sexual, negligência, discriminação, dentre outras – que provocam danos e agravos aos sujeitos e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar (Resolução nº109, 2009).

Nesse contexto, os psicólogos ocupam lugar importante como operadores da Política de Assistência Social, tendo presentes os desafios de renunciar a ações pautadas em visões individualizantes, patologizantes e clientelistas. Conforme o Censo SUAS 2019, existem 4.788 psicólogos atuando nos CREAS em todo o Brasil, correspondendo a 19,7% do total dentre as categorias profissionais que compõem as equipes (Ministério da

Cidadania, 2020). Ou seja, os CREAS têm sido campo importante de empregabilidade à Psicologia, assim como têm contribuído para colocar a própria ciência e profissão em questão nesse contexto.

Assim como destacam as referências técnicas para a prática de psicólogas(os) no CREAS, o compromisso da Psicologia com a promoção de direitos deve romper com práticas culpabilizadoras e psicologizadoras. Torna-se fundamental sair “do lugar de identificação de ‘problemas’, de culpabilização ou de busca de responsáveis”, a fim de “contribuir para a ressignificação, pelos sujeitos, de suas histórias, ampliando sua compreensão de mundo, de sociedade e de suas relações, possibilitando o enfrentamento de situações cotidianas” (Conselho Federal de Psicologia, 2013, p. 60). Conforme Barreto (2015), o desafio é considerar os determinantes sociopolíticos na prática de fortalecer vínculos, de modo a não adotar uma postura individualista ou de culpabilização ou responsabilização pessoal para os fenômenos que são sociais.

A fim de problematizar as práticas desenvolvidas no SUAS, este estudo tem como objetivo investigar os efeitos do trabalho psicossocial realizado no PAEFI na trajetória de vida dos usuários atendidos. Este artigo é produto de uma pesquisa de mestrado cuja problemática esteve voltada à compreensão dos sentidos dos usuários sobre o acompanhamento psicossocial – entendido aqui como o processo de atendimento aos usuários e famílias que abrange a relação intrínseca das dimensões subjetivas e materiais, em que o psíquico e o social se constituem mutuamente.

Dentre as pesquisas sobre o fazer do PAEFI/CREAS, destaca-se a de Andrade (2018, p. 118) que discute sobre o conceito de autonomia, identificando o serviço como “potencializador da capacidade de transformação dos sujeitos que produzem ações reflexivas como respostas às situações de violação de direitos”. Almeida (2019), ao problematizar sobre a noção de negligência, defende que só é possível pensar um trabalho no PAEFI de forma multiprofissional, interdisciplinar, intra e intersetorial. Não obstante, demonstram-se necessárias reflexões em torno do acompanhamento psicossocial a partir da perspectiva dos usuários.

Na pesquisa de Gomes, Chaud, e Kluge (2017), no tocante à atuação de psicólogos no PAEFI na região de Florianópolis, defende-se que o trabalho da Psicologia nesse serviço possui uma dimensão tanto subjetiva como política. Remete à subjetividade, pois atua nas histórias de vida, nos vínculos estabelecidos, no sofrimento ético-político – conceito teórico elaborado por Sawaia (2001) – desencadeado pelas injustiças e

desigualdades sociais. Trata-se de um trabalho que não é “exclusivamente psíquico”, mas político, de modo a pressupor que as(os) usuárias(os) são sujeitos de direitos, tendo a autonomia e a politização como interfaces da atuação profissional (Gomes et al. 2017).

No intuito de anunciar este estudo sobre os efeitos do PAEFI na perspectiva dos usuários, inicialmente será exposto o caminho metodológico da pesquisa. Em seguida, os resultados serão apresentados e discutidos em diálogo com autores do campo da psicologia sócio-histórica, bem como da psicanálise e de referenciais pós-estruturalistas, buscando relações com o conhecimento anteriormente produzido sobre o tema. Por fim, serão apresentadas algumas sínteses e reflexões sobre o trabalho psicossocial realizado pelo PAEFI nas considerações finais.

## Método, procedimentos e participantes

A presente investigação se refere a uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, com enfoque nas significações dos participantes em torno de suas experiências situadas em determinados contextos (Gialdino, 2006). A entrevista semiestruturada foi escolhida como instrumento para obtenção das informações por ser uma técnica de pesquisa em que perguntas são formuladas, sendo que o entrevistado discorre espontaneamente sobre o tema em questão (Minayo, 2010). Desse modo, ao se construir os resultados do presente estudo, não se pretendeu atribuir um caráter conclusivo e classificatório, mas apresentar os processos de apropriação acerca do acompanhamento psicossocial situados no contexto do PAEFI por parte dos usuários. Tem-se ainda presente que dois autores deste artigo tiveram incursão na política de assistência social e no atendimento diante de situações de violação de direitos.

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, parecer nº 2.572.240 de 30 de março de 2018 (CAAE: 82997618.7.0000.0121). Foi realizado contato aleatório com os usuários, sendo que todos os participantes leram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual constavam os objetivos da pesquisa. Ao ser reiterada a garantia do sigilo e a escolha de participar ou não da pesquisa, as participações foram gravadas com a autorização dos sujeitos para posterior transcrição, sendo que uma pessoa solicitou que sua fala não fosse gravada – nesse caso, com sua autorização, foram feitos registros por escrito. De modo a assegurar o anonimato, foram conferidos nomes fictícios aos participantes.

A partir da apreensão sobre análise temática proposta por Braun e Clarke (2006), foi possível depurar as informações e significações sobre o acompanhamento psicossocial no PAEFI/CREAS estudado na percepção dos participantes. A construção analítica das informações envolveu as seguintes etapas: 1) transcrição e revisão dos dados, através de leituras e releituras; 2) geração de códigos temáticos, de modo a contemplar informações relevantes ao estudo; 3) agrupamento de temas amplos, podendo incluir vários códigos; 4) verificação se os possíveis temas correspondiam ao objetivo do estudo; 5) nomeação e refinação dos temas; 6) discussão dos temas, tendo em vista o problema de pesquisa e contribuições da literatura, apresentando alguns trechos representativos das falas dos participantes.

## Resultados e discussão

Participaram do estudo nove usuários de um PAEFI/CREAS localizado em uma cidade da região sul do Brasil. Foram realizadas sete entrevistas, sendo que duas foram feitas em conjunto com outros pares (uma entre mãe e filha, e outra entre cônjuges). Abaixo, segue uma tabela de caracterização dos entrevistados (Tabela 1).

Convém assinalar que, na maioria dos casos, a demanda de ir ao encontro da família – a fim de realizar acompanhamento no PAEFI – parte de uma denúncia, geralmente advinda de algum órgão do sistema de garantia de direitos. Sobre a forma de inserção no serviço, conforme exposto na tabela, uma pessoa iniciou o atendimento por demanda espontânea e os outros oito participantes foram atendidos mediante encaminhamentos e/ou denúncias do Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude, Delegacia de Polícia, serviços de saúde e CREAS de outro município.

A partir do levantamento das informações, verificou-se que o tempo de acompanhamento no serviço variou entre dois meses a 10 anos. Retirados os valores atípicos (*outliers*), a média de duração foi de cerca de dois anos de acompanhamento no PAEFI. Ressalta-se que os entrevistados são pessoas oriundas de baixa renda (até meio salário mínimo *per capita*) e com baixa escolaridade (apenas dois possuem o ensino médio completo), revelando o perfil tipicamente atendido no SUAS. Destaca-se também que quase a totalidade é constituída por mulheres – o que aponta para a feminização do atendimento no referido serviço (Meyer, Klein, Dal’Igna, & Alvarenga, 2014).

**Tabela 1.** Caracterização dos Sujeitos da Pesquisa

Nome (Idade; Sexo)	Membro familiar	Escolaridade	Atividade laboral	Nº de membros na família	Renda familiar	Tempo no PAEFI	Inserção no PAEFI
Jane (38; F)	Mãe	Fundamental Incompleto	Leiturista	6 pessoas	Até 1/3 do salário mínimo	Cerca de 1 ano	DP*
Gabi (20; F)	Filha	Ensino Médio	Não possui no momento	6 pessoas	Não relatou	Cerca de 1 ano	DP
Alex (38; M)	Pai	Fundamental Incompleto	Não possui no momento	3 pessoas	Até 1/3 do salário mínimo	Cerca de 10 anos	Serviços de Saúde
Lúcia (34; F)	Mãe	Ensino Médio	Professora	6 pessoas	Até 1/2 salário mínimo	Cerca de 3 anos	CT** e DP
Sandra (53; F)	Mãe	Fundamental Incompleto	Auxiliar serviços gerais	3 pessoas	Até 1/2 salário mínimo	Cerca de 3 anos	CT e da Promotoria da Infância e Juventude
Iara (34; F)	Mãe	Fundamental Incompleto	Dona-de-casa	5 pessoas	Até 1/3 do salário mínimo	2 meses	Demanda espontânea
Carla (32; F)	Mãe	Fundamental Incompleto	Cuidadora	5 pessoas	Até 1/2 salário mínimo	Cerca de 2 anos	CT, DP e CREAS de outro município
Maria (52; F)	Mãe	Fundamental Incompleto	Servente	6 pessoas	Não relatou	Cerca de 3 anos	CT e DP
Marcos (50; M)	Marido	Fundamental Incompleto	Não possui no momento	6 pessoas	Não relatou	Cerca de 3 anos	CT e DP

Nota: \*DP = Delegacia de Polícia; \*\* CT = Conselho Tutelar.

Com base na refinação de diferentes códigos temáticos em que os participantes expressaram suas percepções a respeito da atuação do PAEFI, este estudo foi organizado em dois eixos que emergiram na análise; são eles: a) a escuta, o acolhimento e a cidadania no SUAS: o dispositivo clínico-político do PAEFI; b) naturalização da violência de Estado: a precariedade das políticas públicas e o olhar familista-patologizante frente às violações de direitos. Tais temas de análise serão discutidos nos tópicos a seguir.

### **A escuta, o acolhimento e a cidadania no SUAS: o dispositivo clínico-político do PAEFI**

Este eixo emergiu para abordar como o trabalho psicossocial do PAEFI contribui para minimizar as violações de direitos e seus consequentes sofrimentos psíquicos vivenciados pelos usuários e suas famílias. Para a análise do presente tópico, foram considerados códigos temáticos que remeteram às experiências de acolhimento e apoio, os quais apontam o PAEFI como espaço que proporciona apoio emocional, alívio, desabafo e aprendizado para lidar com as situações difíceis do dia a dia, sinalizando importantes efeitos deste trabalho psicossocial na dimensão subjetiva dos usuários.

Conforme uma usuária entrevistada do serviço em questão, Sandra (53 anos, auxiliar de serviços gerais,

atendida no PAEFI há cerca de três anos), o acompanhamento psicossocial produziu efeitos significativos em sua vida. Na entrevista, ela relatou seu histórico de que precisou sair de sua cidade natal fugida dos conflitos entre facções do tráfico de drogas, nos quais o ex-companheiro estava envolvido, e uma de suas filhas desaparecera na época, com 13 anos, não obtendo mais notícias de seu paradeiro. Num relato emocionado, ao mostrar a foto da filha tatuada em seu braço, Sandra destaca que a oportunidade de conversar e a escuta das profissionais trouxeram alívio em suas dificuldades e mudaram seu modo de viver.

Eu era uma mulher mais triste tá [...] eu não gostava de sair, eu não me arrumava [...] depois que eu comecei a conversar com elas [profissionais do PAEFI], começaram a fazer a visita na minha casa, eu ia lá conversar com elas né? Então, parece assim pra mim foi diferente entende? Foi bem diferente [...]. Eu posso sair do meu trabalho triste assim né? Porque eu chego lá começo conversar com elas, escutam, elas começam a perguntar, eu começo a falar, eu saio de lá assim [...] aliviada entende?. (Sandra)

De igual maneira, Jane (38 anos, leiturista, acompanhada há um ano no PAEFI) destaca o apoio psicológico como suporte diante de suas vivências de perda e luto. Ela conta que estava um pouco deprimida por conta da morte de sua irmã e que conversar com a psicóloga “deu um alívio, sabe? Saiu pra fora tudo aquilo que tava me

sufocando, me ajudou bastante [...] Problemas pessoais que eu estava passando assim, não conseguia conversar com alguém da família” (Jane). Iara (34 anos, dona-de-casa, atendida há dois meses no PAEFI) salienta mudanças em suas relações familiares, especialmente junto à filha (13 anos), diante de histórico de violência sexual, tentativas de suicídio e autolesão: “Eu cheguei num ponto de pensar em tirar minha vida, porque eu não aguentava mais. [...] me indicaram pra cá [PAEFI] e isso, hoje, mudou minha vida cem por cento e de melhor” (Iara). Em consonância, Lúcia (34 anos, professora, atendida há cerca de três anos) destaca que o PAEFI foi espaço de escuta, apoio e orientação, onde foi possível se fortalecer emocionalmente para lidar com problemas relacionais junto às filhas e minimizar dificuldades para impulsionar seus projetos de vida: “Ajudou bastante, acho que eu consegui ter mais estabilidade emocional pra lidar com meus problemas, com as situações. Voltei a estudar [...] Consegui um emprego melhor” (Lúcia).

Diante dos depoimentos acima, sobressaem experiências de acolhida, apoio emocional, mudanças nas relações familiares e fortalecimento dos recursos subjetivos das pessoas atendidas pelo acompanhamento psicossocial do PAEFI. Essas falas expressam a potencialidade do acolhimento à dimensão subjetiva ante os fenômenos sociais. Consta-se que, por meio disso, o trabalho psicossocial do PAEFI contribui para minimizar o sofrimento psicológico e as violações de direitos, através da oferta de espaços de encontro, escuta, acolhimento, apoio emocional, de modo que os sujeitos possam vislumbrar outros modos de pensar, sentir e agir.

Nesse sentido, evidencia-se a importância de que o trabalho psicossocial leve em consideração a dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. Sawaia (2014) alerta que, ao visar a transformação social como objeto pertinente à intervenção psicológica, há o risco de se voltar exclusivamente à análise e à atuação nas determinações sociais. Para a autora, o psicólogo, nesse intuito, por medo do psicologismo e da redução do indivíduo em si, isolado do social, tende a abandonar a dimensão subjetiva, criando, assim, uma cilada à sua práxis:

Se o sujeito é um objeto que não pode se defender das determinações sociais, não há lugar para a ideia de transformação da sociedade; ou, uma vez que a subjetividade é efeito mecânico da presença do capitalismo e a individuação é exclusivamente a subjetivação de processos sócio-históricos de submissão, resta-nos apenas conhecer e criticar os mecanismos de adestramento. (Sawaia, 2009, p. 365)

Concorda-se com Sawaia (2009) quando defende que não há um determinismo da questão social aos processos subjetivos, como também não há uma subjetividade autônoma e independente de seu contexto sócio-histórico. Destaca-se o trabalho da Psicologia na valorização da experiência subjetiva, ao buscar atuar no campo simbólico afetivo-emocional e potencializar a capacidade de ação frente às situações de risco e vulnerabilidade social (Sawaia, 2001), sem tirar a responsabilidade da sociedade e do Estado em ofertar serviços e assegurar direitos, visto que “É o indivíduo que sofre, porém, esse sofrimento não tem gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente” (Sawaia, 2001, p. 98).

Diante disso, convém discutir sobre a atuação do psicólogo frente às situações de violação de direitos, de modo particular no PAEFI. Uma das polêmicas constantemente levantada por profissionais do SUAS diz respeito ao fato de o psicólogo não poder fazer psicoterapia nesta política (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011), normativa esta ratificada pelo Conselho Federal de Psicologia no intuito de inviabilizar que uma prática clínica psicoterápica aos moldes do consultório privado seja reproduzida em um contexto de atuação que tem como foco os direitos humanos e os interesses públicos/coletivos.

Assim como indagam L. R. Moreira e Dias (2019, p. 224), questiona-se neste artigo como é possível compreender a complexidade que envolve as situações de vulnerabilidade e risco social – “seja para preveni-las ou para superá-las” -, e que atravessa a singularidade de cada indivíduo, se não pela escuta dos próprios sujeitos que as vivenciam? Compreende-se que a escuta sensível e comprometida tem lugar importante nas práticas psicossociais.

Conforme destaca Sawaia (2003), para além da necessidade de comida ou acesso a direitos como medidas básicas, todo ser humano tem fome de dignidade, de reconhecimento, de afeto, de atenção; seu processo de humanização perpassa tanto o impulso de conservação da vida quanto a expansão de suas possibilidades. “A alegria, a felicidade e a liberdade são necessidades tão fundamentais quanto aquelas, classicamente, conhecidas como básicas: alimentação, abrigo e reprodução” (Sawaia, 2003, p. 56). Assim, o trabalho realizado no SUAS pode ser orientado a partir da relação entre “cidadania e a singularidade do sujeito” (L. R. Moreira & Dias, 2019, p. 226). Essa relação fica visível na fala de Alex (38 anos) quando diz que encontra no PAEFI “respeito, carinho, palavras de conforto e cesta básica”. Nesse sentido, a pessoa atendida é concebida como sujeito de direitos e de desejos.

Ressalta-se que as narrativas trazidas pelos usuários reforçam a importância de a Psicologia estar presente nesta Política e o quanto este campo pode contribuir para o aprimoramento dos serviços quando, *no desespero, foi ajuda* (Lúcia), *porto seguro*, a partir da construção de *confiança* (Iara). Contudo, a complexidade das demandas dirigidas ao PAEFI convoca a equipe composta pela dupla de psicólogo e assistente social a escutar as marcas psíquicas dessas vivências, trazendo desafios aos profissionais que se questionam, como é apontado na pesquisa de Gomes et al. (2017), sobre qual seria o papel do PAEFI nesses casos: se não é psicoterapia, então, de qual trabalho se trata? O que seria este trabalho “especializado”, diferente da atuação do CRAS que possui um caráter mais preventivo?

Em torno das práticas psicossociais, ainda que no campo da saúde mental, Costa e Faria (2021) discorrem sobre a necessidade de ir além da clínica, de modo a pensar “outras formas de trabalho e militância, inclusive para além das políticas (...) e do aparato estatal” (p. 12). Concorde-se com tal apontamento, ao mesmo tempo em que se reitera a importância do lugar da escuta no Serviço do PAEFI, objeto do presente estudo. Compreende-se ser uma demanda de escuta “qualificada”, tendo em vista que os casos atendidos no PAEFI apresentam peculiaridades complexas para as questões subjetivas vivenciadas nas dinâmicas familiares. São casos de abuso e exploração sexual, espancamento, negligência e abandono que vão se cristalizando nas relações intergeracionais. Ou seja, trata-se de escutar histórias de violências de quem pratica e de quem as vivencia; de quem denuncia e de quem compactua; de quem sofre e de quem banaliza a violência e, muitas vezes, tudo isso vivido ao mesmo tempo de forma paradoxal pelo sujeito e pela família.

Alguns autores (Gomes et al., 2017; Marcos & Neves, 2019; L. R. Moreira & Dias, 2019) têm defendido que a atuação no PAEFI, por se caracterizar em acompanhamento especializado destinado a famílias em situações de violências, deve ser pautada em uma escuta clínica diante das dores e sofrimentos vividos por estes sujeitos. Nesse debate, Romagnoli (2007, p. 101) afirma que a clínica acontece na desestabilização do estabelecido, na produção, na criação como estratégia de resistência para uma ação transformadora da realidade, ancorada na tarefa tanto de identificar o que se repete e se instala como microfascismo, quanto na potencialização de novas possibilidades de vida. Concebe-se o território clínico como multiplicidade aberta a devires,

sendo necessário fomentar uma clínica comprometida e inventiva (Romagnoli, 2006).

Nesse sentido, muito diferente de um trabalho psicoterápico, a clínica pode ser compreendida como um dispositivo clínico-político (Gomes et al., 2019), pois, ao mesmo tempo em que oferta uma escuta acolhedora e não julgadora frente às situações de violências, também as compreende como constituintes de um processo histórico e cultural onde a violência de Estado se faz marcante na vida destas pessoas. Gomes (2021) compreende o dispositivo clínico-político como uma operação simbólica que visa produzir novos enunciados e modos de subjetivação para a própria história de vida. Enfatiza-se assim que “mesmo em meio às generalizações e padronizações inerentes ao funcionamento das políticas públicas, a Psicologia pode se configurar como um dispositivo clínico que singulariza a compreensão de cada dinâmica familiar e de cada constituição de sujeito” (Gomes et al., 2017).

A inscrição de dispositivo clínico-político nas políticas públicas (Gomes, 2021) funciona como mediador simbólico que busca fazer vacilar o discurso hegemônico, desalojando o sujeito de seu próprio texto, deslocando seus assentamentos identificatórios e ideológicos que aprisionam e reduzem a potência de vida. O dispositivo clínico-político faz um giro nas escutas realizadas nas instituições que, ao invés de fornecer conselhos ou respostas, produz um endereçamento, conferindo espaço e legitimidade social às narrativas silenciadas pelas violações de direitos.

Desse modo, a escuta clínica é entendida aqui como um método de intervenção psicossocial que busca dar um espaço para as histórias que estavam *sufocadas, deprimidas*, ofertando um lugar de apoio às pessoas que se sentem *sozinhas, destruídas*, que não têm outro *lugar para chorar* e desabafar - nas palavras das entrevistadas. Esta escuta se delinea por um posicionamento ético e subjetivo de respeito às narrativas que busca escapar de qualquer postura moralista, avaliadora, aconselhadora ou disciplinarizadora. Esta intervenção pode ocorrer a qualquer momento e em qualquer lugar, tanto durante os atendimentos no contexto do PAEFI, assim como nas visitas domiciliares e institucionais e nos momentos mais inusitados que fazem parte do acompanhamento psicossocial das famílias usuárias do serviço.

Destaca-se ainda que a noção de clínica pensada para o PAEFI necessita estar atrelada a uma perspectiva intersetorial e interdisciplinar, tal como apontam diversos

autores (Almeida, 2019; Gomes et al., 2019). A assistência social é marcada pelo campo multiprofissional, pela interdisciplinaridade, pelo atravessamento de saberes e práticas (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011). A partir de Fernandes e Hellmann (2016), compreende-se interdisciplinaridade como o espaço onde é possível visualizar as diferenças, as correlações de forças e as potencialidades que se estabelecem entre áreas de conhecimento, assim como é encontro que demarca resistência à fragmentação de saberes.

Diante disso, o PAEFI, como serviço interdisciplinar, se constitui como um possível caminho para conceber o sujeito na sua integralidade, promovendo uma percepção acerca da própria vivência e de suas potencialidades. Assim, torna-se fundamental um trabalho integrado e coeso entre a Psicologia e o Serviço Social, de modo que tanto a dimensão dos direitos, quanto a dos processos de subjetivação sejam incorporadas nas intervenções durante o acompanhamento psicossocial, já que uma esfera não está desarticulada a de outra.

A interdisciplinaridade foi aspecto salientado pela usuária Lúcia, que expressa como percebe as diferenças na atuação do Serviço Social e da Psicologia no PAEFI:

O profissional da psicologia, pra mim ele indaga, ele mais é [...] faz perguntas, né? Faz indagações. [...] A psicologia faz você refletir, né? Na tua vida, naquelas situações como você resolver aquele problema. Ela não te dá respostas, mas faz com que você busque as respostas pra aquilo [...] Assistente social, ela fala assim 'ai, mas daí você tem que fazer de tal jeito'. (Lúcia)

Esta fala ilustra como a usuária percebe o lugar da Psicologia no PAEFI: um lugar que longe de trazer respostas, traz indagações para que o sujeito se interrogue e se reinvente. De igual forma, a clínica interdisciplinar inventiva se faz presente quando é possível ter alguém pra contar nas horas difíceis; ou quando a usuária diz que vem para o atendimento "(...) porque eu gosto, me sinto à vontade com eles [profissionais] pra desabafar tudo né? [...] me sentindo em casa lá, porque eles tratavam super bem"(Maria).

Percebe-se assim a relevância da escuta clínica junto aos serviços de proteção social especial, como o PAEFI, uma clínica que seja permeada pela atuação interdisciplinar e intersetorial, pelo encontro entre afeto e cidadania. Além disso, enfatiza-se que, diferentemente de psicoterapia, o processo interventivo aqui discutido remete a um dispositivo clínico-político em que a escuta do sofrimento psíquico diante das

violações de direitos busca localizar as violências oriundas de um processo sócio-histórico, onde a violência de Estado também se faz presente. Assim sendo, indica-se uma escuta "especializada" no PAEFI que visa singularizar, legitimar, ressignificar e acolher os usuários ante suas vivências, tendo em vista uma leitura de contexto em que se vislumbra a potência de transformação social da pessoa atendida, percebida como sujeito de direitos e de desejos.

As narrativas destacadas até aqui trazem significações positivas em relação ao trabalho realizado pelo PAEFI, ressaltando os efeitos subjetivos frutíferos e transformadores que este espaço possibilitou na trajetória de vida dos usuários. Entretanto, paradoxalmente, por se constituírem no contexto das políticas públicas, as práticas psicossociais podem tanto potencializar para a ação transformadora, quanto fomentar a manutenção da ordem social excludente. Tais reflexões serão aprofundadas no próximo tópico que busca discutir a importância da crítica aos olhares reducionistas e familistas que traduzem e exemplificam as diversas formas de violência de Estado.

## **Naturalização da violência de Estado: a precariedade das políticas públicas e o olhar familista-patologizante frente às violações de direitos**

Tendo presente a investigação sobre os efeitos do trabalho psicossocial realizado no PAEFI na trajetória de vida dos usuários, outro tema que sobressai na construção analítica remete às concepções familistas e patologizantes que frequentemente atravessam o olhar da equipe técnica do PAEFI. Esse segundo eixo foi organizado com base na articulação de códigos temáticos que revelaram sentimentos de recusa, objeção e culpa por parte de alguns entrevistados em relação ao processo interventivo do serviço em questão. Presume-se que tais aspectos são indicativos de visões reducionistas e estereotipadas que revelam um modelo idealizado de família burguesa "estruturada" que está subjacente nas práticas psicossociais. Infere-se que são perspectivas que responsabilizam os sujeitos por sua condição, gerando culpabilização, revitimização e recorrente violação, configurando "efeito iatrogênico" por parte do PAEFI e, desse modo, cristalizando a violência de Estado.

Carla (36 anos, cuidadora) teve seu núcleo familiar (quatro filhos, ela e o companheiro) inserido no PAEFI há

cerca de dois anos, a partir do encaminhamento de um CREAS de outra cidade, onde houve suspeitas de que sua filha, de 11 anos de idade (com quem não tinha vínculo), foi abusada desde a primeira infância pelo avô materno. No decorrer da entrevista, a usuária havia relatado que não chegou a criar a filha pré-adolescente, a qual foi acompanhada pelo PAEFI de sua cidade natal, sendo retirada do núcleo familiar dos avós maternos pelo Conselho Tutelar local e encaminhada para estar sob os cuidados da genitora. Permanecendo na família de Carla, os conflitos se acentuaram quando houve suspeitas de que a pré-adolescente havia sido abusada pelo então padrasto (companheiro de Carla), vindo a ser encaminhada para um serviço de acolhimento institucional. A usuária relata se sentir obrigada pelo PAEFI a assumir os cuidados da filha adolescente mesmo sem ter convivido com ela, pois "(...) era mãe e tinha que gostar, amar, mesmo que (...) o amor meu e dela nunca vai ser de mãe e filha." (Carla)

O familismo, termo cunhado por Esping-Andersen (1991), remete à tendência de a política pública ser construída e ofertada, considerando que as famílias devem assumir a principal responsabilidade pelo bem-estar de seus membros. De acordo com Mioto (2010), essa concepção foi delineada no momento em que se delegou a "família nuclear burguesa" como principal instância na provisão do bem-estar e cuidado diante da escassez de serviços e suporte social. Para a autora, a visão familista reside na afirmação de necessidade de intervenção estatal diante do fracasso das famílias na sua obrigação de provimento das condições materiais e imateriais de sobrevivência, de suporte afetivo e socialização de seus membros.

No relato de Carla, percebe-se a tendência de responsabilizar a família ou os sujeitos pelo "insucesso" das suas relações, sendo possível identificar uma perspectiva de trabalho permeada por um modelo ideal de família e maternagem atravessado pela égide de que a mulher/mãe deve ser a principal responsável pelos cuidados dos filhos. Gomes et al. (2017) alertam para o risco de o PAEFI perpetuar uma lógica perversa que individualiza e culpabiliza famílias e equipes por seus "fracassos" gerados por um longo e complexo processo histórico vinculado à emergência da sociedade capitalista.

Nota-se em algumas falas uma psicologização das questões sociais quando a família é apontada como "cheia de problema" (Maria) e não se insere nesta análise a ausência de um Estado que deveria garantir os direitos humanos. Ou seja, atua-se somente nos efeitos

das desigualdades sociais sem considerar as inúmeras violações de direitos – incluindo as de Estado – vivenciadas por essas famílias. Maria conta que procurava o SUAS para ajudar a sustentar seus filhos e que, toda vez que chegava uma carta do PAEFI em seu serviço a chamando para o atendimento, imaginava que as pessoas de seu trabalho pensavam que ela tinha *muito problema sério* e que se sentia magoada de ser vista como *uma pessoa muito complicada na vida*, de ter uma família *carga pesada*. Esta sensação também é sentida por Carla quando diz que "todo mundo que passa pelo PAEFI é porque está dentro de um problema" (Carla). Com a lente do olhar familista-patologizante, o Estado surge muitas vezes como instrumento de gerenciamento das formas de viver, onde as políticas públicas podem se configurar como um poder disciplinar, que enseja a vigilância dos corpos e a gestão da vida (Foucault, 1999). A perspectiva moralista e disciplinadora da política pública se torna visível quando Maria relata que o serviço busca ajudar a explicar como se vive.

Desse modo, cair em olhares simplistas num ideal de família, psicologizando e responsabilizando os sujeitos por sua condição, gera culpabilização e revitimização, sendo o próprio serviço um elemento que pode também (re)produzir violências e violação de direitos. Ainda sobre a experiência da usuária Carla, em diversos trechos de sua fala, a entrevistada demonstra sentimentos de recusa, raiva e objeção para com o serviço, sentindo-se obrigada a participar dos atendimentos. No excerto abaixo, nota-se que a abordagem do PAEFI provocou efeitos antagônicos ao que se pretende neste serviço:

Mexia muito com meu psicológico, entendeu? Eu chegava em casa muito estressada, é [...] batia nas crianças, ficava muito agitada! Aí foi quando eu comecei a dizer "eu não quero! É uma coisa que eu não quero, será que eu não posso falar o que eu não quero?" Aí eu comecei a ir a... aí no fim, teve um dia que eu tentei suicídio por causa disso!. (Carla)

Essa narrativa aponta o caráter invasivo e violento que, muitas vezes, o PAEFI assume em suas práticas. Ao colocar a obrigatoriedade ao sujeito de comparecer nos atendimentos e entrar em contato com determinados acontecimentos de sua vida, extrai-se do usuário sua condição de sujeito, ou seja, sua condição de poder escolher e consentir sobre o quê, e de que forma, vai se haver com as experiências de sua própria vida. Evidente que não se defende aqui a negligência de uma suposta violência sexual praticada contra uma adolescente;

entretanto, a forma de conduzir a intervenção no PAEFI pode se deslocar desde uma postura mais acolhedora e sensível até uma conduta mais coercitiva, punitiva e revitimizadora, configurando o efeito iatrogênico do serviço – ou seja, o próprio acompanhamento do PAEFI pode provocar danos ou prejuízos às pessoas atendidas por conta das próprias práticas interventivas do serviço.

Ao analisar concepções e práticas da equipe técnica em um serviço socioassistencial, Barreto (2015) destaca a sensação dos profissionais de que houve revitimização quando, sob a orientação de auxiliar os sujeitos e fortalecer vínculos, acaba-se por invadir seu universo, assumindo o risco de expor os usuários a reviver situações conflitantes sem proveito para eles, reproduzindo situações de violência. Conforme o autor, “a culpabilização é um poderoso instrumento de ordem social que visa normatizar e viabilizar o convívio humano” (Barreto, 2015, p. 59), sendo que através de alguns preceitos morais fomenta-se, muitas vezes, a opressão e a regulação da vida, historicamente visualizadas nas ações socioassistenciais ações socioassistenciais.

Tais violências e violações por parte do Estado se refletem, por exemplo, no caso de Gabi (filha da usuária Jane), que sofreu abuso sexual na infância e só recebeu o atendimento no PAEFI oito anos depois, em face de uma rede precária com poucos profissionais e fragmentada. Ao reiterar a importância do trabalho inter e intrasetorial nas políticas sociais (Oliveira, 2014), a *falta de rede* é uma queixa frequente por parte dos profissionais, segundo Gomes et al. (2019). As autoras destacam relatos de profissionais atuantes em diferentes políticas públicas que se queixavam *porque não podiam contar com a rede*, sentiam-se angustiadas e cúmplices da violência de Estado, pois, ao trabalharem em prol do acesso a direitos, elas mesmas acabavam se sentindo violadoras de direitos na vida dos usuários.

Convém destacar que, em torno da precariedade das políticas sociais (sobretudo as do SUAS), entende-se que tal aspecto transcende a atuação dos profissionais na oferta do serviço aos usuários. Destaca-se o atual contexto como marco de desmonte, num recrudescimento orçamental, na piora nas condições de trabalho, sem contar a ausência de transparência no uso do financiamento, dificuldade do trabalho em rede, escassez de planejamento, monitoramento e avaliação de serviços e falta de fundamentação e capacitação profissional (Ribeiro, Paiva, Seixas, & Oliveira, 2014).

Compreende-se que tais mediações paradoxais entre proteger e violar são constituintes de um processo dialético do contexto das políticas públicas. Lima e Silveira (2016) apontam que historicamente as políticas públicas nascem para administrar a pobreza emergente e necessária ao sistema capitalista, revelando-se como incipientes, residuais e contraditórias, pois operam sob a lógica de um Estado submetido à lei de mercado e não aos interesses coletivos pautados na racionalidade dos direitos humanos. Ou seja, “nasce aqui um emaranhado entre Estado, direitos humanos e desigualdades sociais, em que as políticas sociais são engendradas pelo Estado para combater as desigualdades sociais produzidas por essa mesma instituição” (Gomes et al., 2019, p. 58).

Ressalta-se que a violência de Estado é entendida como o conjunto de múltiplas formas de (re)produção de violação dos direitos que se constituem no exercício do poder do Estado e afetam cotidianamente os grupos subalternizados, blindando e favorecendo o sistema de exploração inerente ao modo de produção capitalista. Condiz à violência estruturada, fundamentalmente, no racismo e no patriarcado, e se pauta na governamentalidade da necropolítica que produz mortes e violações para disciplinar uma determinada distribuição dos corpos nas malhas do poder (Mbembe, 2016).

Diante disso, adverte-se para o risco de os serviços, como o PAEFI, cristalizarem as violências historicamente construídas, quando as práticas muitas vezes são utilizadas para responsabilizar, patologizar, culpabilizar, disciplinar, criminalizar os sujeitos e famílias por sua condição, ao passo que a desimplicação e violação por parte do Estado acaba sendo naturalizada e banalizada. Mediados por processos constituintes das políticas públicas, que tanto protegem quanto violam direitos, aponta-se como desafio aprimorar o acompanhamento psicossocial no contexto do PAEFI.

Frente aos eixos analisados neste artigo que se produzem nas relações uns com os outros perante o atendimento do PAEFI estudado, enfatiza-se que tais aspectos são desdobramentos de desmontes das políticas sociais. Ademais, aponta-se o dispositivo clínico-político como subsídio aos profissionais para buscar minimizar as inúmeras situações de sofrimento e violação de direitos encaradas neste determinado serviço, constituídas na presente realidade social. Ressalta-se assim a possibilidade de construir o PAEFI como um espaço interdisciplinar, intersetorial, inventivo e resistente à naturalização das violências.

## Considerações finais

As ideias expostas neste estudo, com base nas percepções dos usuários do PAEFI, nos inspiram a repensar o fazer frente às situações de sofrimentos psicológicos e violação de direitos vivenciadas pelas pessoas atendidas, anunciando potencialidades e desafios ante o trabalho social com as famílias no SUAS.

Em síntese, pode-se afirmar que o trabalho psicossocial no PAEFI opera e produz relações paradoxais com os usuários: este foi um lugar significado tanto como produtor de mudanças na vida; um lugar onde as pessoas conseguiam chorar e expressar seus sentimentos, sentindo-se acolhidas e amparadas em momentos em que não tinham mais forças e quando a vida não tinha mais sentido. Um lugar que recebia pessoas que estavam se sentindo deprimidas, destruídas, automutilando-se e com ideação suicida. Um espaço que propiciou coragem, força, orientação, estabilidade emocional que foram importantes para propulsionar projetos de vida, a volta aos estudos e a conquista de um emprego.

De forma paradoxal, também foi significado como um lugar que estressava e obrigava o usuário a mexer em seu passado quando isso não era seu desejo; um lugar violento e invasivo que não dá o direito de a pessoa escolher se quer, ou não, falar de si. Um lugar que, muitas vezes, confunde o trabalho de fortalecimento de vínculo com o poder regulatório frente a valores morais previstos para um modelo burguês e patriarcal de família, que obrigava uma mãe a amar e cuidar da sua filha mesmo sem vínculo construído entre ambas, disfarçando, em muitos casos, a violação de direitos por parte do Estado como um fracasso da família.

Estas significações paradoxais revelam a própria condição que o Estado estabeleceu, historicamente, com a sociedade no contexto ocidental capitalista. Ao mesmo tempo em que o Estado emerge como um aparelho para proteger os direitos, este mesmo Estado opera de modo a vigiar, monitorar, disciplinar e culpabilizar a família pelo seu “fracasso” sem se implicar como também produtor de violências e violação de direitos dos grupos empobrecidos no sistema capitalista.

A partir deste paradoxo encontrado nos sentidos atribuídos ao PAEFI, esta pesquisa aponta as potencialidades deste espaço quando o trabalho psicossocial não escorrega para um viés individualizante e psicologizante da questão social; bem como para uma via familista, machista e moralista frente ao modelo de família e cuidado dos filhos. Defende-se neste trabalho

a peculiaridade do trabalho da Psicologia, a partir de uma perspectiva inventiva, intersetorial, interdisciplinar e territorializada, ou seja, compreendendo o acompanhamento psicossocial como um dispositivo clínico-político. Trata-se de um dispositivo que investe tanto na potência de reflexão, ressignificação e criação por parte de cada sujeito, como também faz resistência aos processos de opressão e reificação das singularidades.

Assim sendo, este estudo se construiu envolto à importância de escutar o público usuário do PAEFI de modo a aprimorar o trabalho realizado neste serviço. Ainda que muitas vezes atropelado pelas emergências e precariedades inerentes às políticas públicas e sociais no Brasil, operando como testemunho e produtor de violências e violações, o PAEFI possui potência de se configurar em um espaço de acolhimento e emancipação das vidas mortificadas pelo sistema capitalista, voltado para a promoção dos direitos humanos.

## Referências

- Almeida, D. M. D. L. (2019). *Problematizando a negligência: concepções e práticas na atuação de psicólogos do PAEFI* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Recuperado de <http://hdl.handle.net/1843/34109>
- Andrade, J. L. P. (2018). *Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI): um espaço social para a construção de autonomia?* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte). Recuperado de <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-B94JPF>
- Barreto, D. F. (2015). *Entre cartilhas metodológicas e inventividades dos técnicos do CRAS: a prática de fortalecimento de vínculos* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão). Recuperado de <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/6010>
- Braun, V., & Clarke V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 9(2), 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp0630a
- Conselho Federal de Psicologia. (2013). *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS*. Brasília: CREPOP.
- Costa, P. H. A., & Faria, N. C. (2021). “E agora, José?” Saúde Mental e Reforma Psiquiátrica brasileiras na encruzilhada. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(4), 1-21. doi: 10.1590/S0103-73312021310412
- Cruz, L. R., & Guareschi, N. (2014). Articulações entre a psicologia social e as políticas públicas na assistência social. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (2ª ed., pp. 15-34). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Esping-Andersen, G. (1991). *As três economias políticas do Welfare State*. São Paulo: Lua Nova.
- Fernandes, R. M. C., & Hellmann, A. (Orgs.). (2016). *Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil* (1ª ed.). Porto Alegre: UFRGS.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber* (13ª ed., M. T. C. Albuquerque & J. A. G. Albuquerque, Trans.) Rio de Janeiro: Graal.

- Gialdino, I. V. (2006). La investigación cualitativa. In I. V. Gialdino (Coord.), *Estrategias de investigación cualitativa* (pp. 23-64). Barcelona: Gedisa.
- Gomes, M. A. (2021). Psicanálise nas instituições: dispositivo clínico-político no laço social. In Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Org.), *IV Simpósio Nacional do Grupo de Trabalho "Psicanálise e Clínica Ampliada" – ANPEPP*. Resumos (p. 17). São Paulo: Autor.
- Gomes, M. A., Chaud, L. P., & Kluge, B. L. (2017). A atuação das/os psicólogas/os no serviço PAEFI na região da grande Florianópolis (SC). In Associação Brasileira de Psicologia Social (Org.), *XIX Encontro Nacional ABRAPSO*. Resumos (pp. 842-843). Uberlândia: Autor.
- Gomes, M. A., Lima, A., Guerra, A. S., Corrêa, B., Nascimento, V. N., & Favaretto, V. (2019). Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?: o curso de capacitação como um dispositivo clínico e político. In M. L. Lopodote, D. S. Mayorca, D. Negreiros, M. A. Gomes, & T. Tancredi (Orgs.), *Corpos que sofrem - como lidar com os efeitos psicossociais da violência?* (p. 392). São Paulo: Elefante.
- Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lima, C. B., & Silveira, J. I. (2016). Direitos Humanos e Política Social: instrumentos sóciojurídicos não punitivos e mecanismos democráticos. *Revista de Filosofia: Aurora*, 28(43), 147-166. doi: 10.7213/aurora.28.043.DS08
- Marcos, C. M., & Neves, E. O. (2019). As (im) possibilidades de fazer clínica no PAEFI: o que pode o analista face à violência? In F. Z. Amorim, J. G. S. Isabel, & M. M. Saadallah (Orgs.), *O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social* (p. 299). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, (32), 122-151. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>
- Meyer, D. E., Klein, C., Dal'igna, M. C., & Alvarenga, L. F. (2014). Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: a feminização da inclusão social. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 885-904. doi: 10.1590/S0104-026X2014000300009
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Ministério da Cidadania. (2020). *Censo SUAS 2019 – CREAS*. Recuperado de <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2011). *Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: Autor.
- Mioto, R. C. (2010). Família, trabalho com famílias e Serviço Social. *Serviço Social em Revista*, 12(2), 163-176. doi: 10.5433/1679-4842.2010v12n2p163
- Montaño, C. (2012). Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, (110), 270-287. doi: 10.1590/S0101-66282012000200004
- Moreira, E. P., Muller, E. L., & Cruz, L. R. (2012). Centro de Referência Especializado da Assistência Social: pesquisa-intervenção na rede de proteção à infância e adolescência. *Barbarói*, 36(n. esp.), 70-82. doi: 10.17058/barbaroi.v0i36.2921
- Moreira, L. R., & Dias, T. B. M. (2019). Para além do divã: contribuições da psicanálise para o trabalho social com famílias no CRAS. In F. Z. Amorim, J. G. S. Isabel, & M. M. Saadallah (Orgs.), *O fazer da Psicologia no Sistema Único de Assistência Social* (pp. 219-228). Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais.
- Oliveira, I. F. (2014). Os desafios e limites para a atuação do psicólogo no SUAS. In L. R. Cruz & N. Guareschi (Orgs.), *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social* (2ª ed., pp. 35-51). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Paiva, F. S., & Duriguetto, M. L. (Orgs.). (2021). *O trabalho profissional da psicologia e do serviço social na política de assistência social: questões, tensões e perspectivas*. Juiz de Fora, MG: UFJF.
- Resolução no 109*. (2009, 22 de novembro). Aprova a tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
- Ribeiro, A. B., Paiva, I. L., Seixas, P. S., & Oliveira, I. M. F. F. (2014). Desafios da atuação dos psicólogos nos CREAS do Rio Grande do Norte. *Fractal Revista de Psicologia*, 26(2), 461-478. doi: 10.1590/1984-0292/421
- Romagnoli, R. C. (2006). Algumas reflexões acerca da clínica social. *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, 18(2), 47-56. doi: 10.1590/S0104-80232006000200004
- Romagnoli, R. C. (2007). A invenção como resistência: por uma clínica menor. *Vivência*, (32), 97-107.
- Sawaia, B. B. (2001). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes.
- Sawaia, B. B. (2003). Fome de felicidade e liberdade. In Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Org.), *Muitos lugares para aprender* (p. 147). São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú Social/ Unicef.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372. Recuperado de <https://www5.pucsp.br/nexin/artigos/download/psicologia-e-desigualdade-social.pdf>
- Sawaia, B. B. (2014). Transformação social: um objeto pertinente à Psicologia Social? *Psicologia & Sociedade*, 26(n. spe 2), 4-17. doi: 10.1590/S0102-71822014000600002
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe.), 9-24. doi: 10.1590/S0102-37722010000500002

<sup>1</sup> Entende-se por “questão social” o conjunto das expressões das desigualdades sociais produzidas na contradição entre capital e trabalho. Surge no século XIX quando se demanda a criação de políticas sociais para a classe trabalhadora, que tem perpassado por crescente situação de pobreza.

*Gelson Panisson*, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Psicólogo na Prefeitura Municipal de São José/SC. Endereço para correspondência: Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Psicologia, Campus Universitário, Trindade, Florianópolis - SC, Brasil. CEP 88040-500. Email: [gpanisson@gmail.com](mailto:gpanisson@gmail.com) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4969-7641>

*Marcela de Andrade Gomes*, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [marcela.gomes@ufsc.br](mailto:marcela.gomes@ufsc.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9804-4754>

*Marivete Gesser*, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Professora Associada Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [marivete.gesser@ufsc.br](mailto:marivete.gesser@ufsc.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4091-9754>

Recebido em 04.jun.20  
Revisado em 09.mar.22  
Aceito em 01.abr.22

## Narrativas na carne: as tatuagens dos jovens na socioeducação

Thaywane do Nascimento Gomes. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal  
Deise Matos do Amparo. Universidade de Brasília

### Resumo

Este artigo objetiva analisar as expressões psíquicas, identitárias e sociais das tatuagens de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, compreendendo que seus corpos são territórios de simbologia, memórias, afetos e filiações. Trata-se de uma pesquisa clínico-qualitativa a partir da imersão no campo e dos registros etnográficos. Partindo dos relatos de campo, construímos eixos narrativos das tatuagens que estiveram constantemente nas peles dos jovens, como o nome da mãe, as homenagens aos parentes mortos, o nome próprio e os marcadores religiosos, entendendo-os a partir das ligações com o âmbito social, institucional e territorial. Assim, as tatuagens desses jovens são repletas de significações e dizem de um mundo interno que tenta se apresentar, demarcar lugares e sair da invisibilidade.

**Palavras-chaves:** tatuagem; socioeducação; jovens; expressividade, narrativas.

### Abstract

*Narratives in the flesh: the tattoos of young people in socio-education.* This article aims to analyze the psychic, identity and social expressions of the tattoos of young people in compliance with a socio-educational measure of deprived liberty, understanding that their bodies are territories of symbolism, memories, affections and affiliations. This is a clinical-qualitative research based on immersion in the field and ethnographic records. Based on field reports, we built narrative axes of tattoos that were constantly on the skins of young people, such as the name of the mother, homage to dead, proper names, religious symbols, understanding them based on the connections with the social, institutional, and territorial area. Thus, the tattoos of these young people are full of meanings and tell of an internal world that tries to present itself, demarcate places and come out from invisibility.

**Keywords:** tattoo; socio-education; young; expressiveness, narratives.

### Resumen

*Narrativas en la carne: los tatuajes de los jóvenes en la socioeducación.* Este artículo tiene como objetivo analizar las expresiones psíquicas, identitarias y sociales de los tatuajes de los jóvenes en cumplimiento de una medida socioeducativa de internación, entendiendo que sus cuerpos son territorios de simbolismo, recuerdos, afectos y afiliaciones. Se trata de una investigación clínico-cualitativa basada en la inmersión en el campo y los registros etnográficos. A partir de informes de campo, construimos ejes narrativos de tatuajes que estaban constantemente en la piel de los jóvenes, como el nombre de la madre, homenaje a familiares fallecidos, nombres propios, símbolos religiosos, entendiéndolos desde las conexiones con el ámbito social, institucional y territorial. Así, los tatuajes de estos jóvenes están llenos de significados y hablan de un mundo interno que intenta presentarse, demarcar lugares y dejar la invisibilidad.

**Palabras clave:** tatuaje; socioeducación; joven; expresividad, narrativas.

O presente artigo objetivou compreender as expressões psíquicas, identitárias e sociais das tatuagens de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, partindo da concepção de que seus corpos são territórios de simbologia, memórias, afetos e filiações. Todavia, a perspectiva não é construir um catálogo de tatuagens desses jovens, e sim tentar entender os significados de usar a corporeidade como palco de expressividades.

Quando falamos dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, a quais corpos nos referimos? De acordo com Gisé (2018), o perfil dos jovens institucionalizados é específico, eles possuem um modo próprio de se comunicar, códigos de ética rígidos, gosto musical, estética do corpo e do cabelo. De modo consonante, Guerra (2017) afirma que a convivência nas comunidades forja diversas formas de codificação de vida, de racionalidade e normatização, assim, as regras do território, do crime e da lei regulam e se inscrevem também nesses corpos. Assim, grifa-se que o corpo do jovem em cumprimento de medida socioeducativa de internação conta uma história por meio das tatuagens (Gomes, 2021).

Abordar a corporeidade é essencial para romper a dualidade corpo-mente. Desse modo, partimos da compreensão de que “a realidade corporal é o local onde depositam as fantasias, as sensações, os desejos, o real e o imaginário, ou seja, toda a subjetividade humana” (Maroun & Vieira, 2008, p. 184). O ser humano precisa ser refletido em sua integralidade e interconexões, corpo e subjetividade não são polos opostos, são dimensões complexas da existência, da territorialidade e dos afetos dos sujeitos.

A existência é primeiramente corporal (Freud, 1996; Le Breton, 2007). Dessa maneira, o corpo é nosso primeiro território e abrigo (Oxfam Brasil, 2020). A carne torna o existir concreto, em que “o corpo funciona como uma fronteira viva para delimitar, em relação aos outros, a soberania da pessoa” (Le Breton, 2007, p. 30). A pele estabelece os limites e bordas entre o interno e externo, podendo ser compreendida como um envelope psíquico que faz proteção frente ao caos do mundo e torna-se maleavelmente a memória viva do sujeito (Amparo, Cardoso, & Vilas Boas, 2016; Anzieu, 1988; Le Breton, 2010; G. L. Silva & Passos, 2016).

### **As tatuagens como uma narrativa: uma memória manifesta**

Na atualidade, o ato de tatuar-se ganhou outros contornos e ampliou os limites da estética pessoal,

ligando-se à devoção privada, estruturação de papéis sociais e associação entre pares (G. L. Silva & Passos, 2016). Entretanto, apesar da popularização, alguns corpos têm os seus desenhos e mensagens estigmatizados, independentemente dos significados. Por exemplo, em um corpo negro, qualquer inscrição pode ser interpretada pelas lentes do racismo e da segregação como sinalizador de envolvimento com a ilicitude e ameaça. Ao falarmos das tatuagens precisamos olhar em qual corpo ela se localiza!

A marcação social e cultural pode se realizar por meio da escrita direta do coletivo na carne do autor, em que as inscrições corporais podem ser um ritual de afiliações e/ou separações (Le Breton, 2007). Sendo assim, no tatuar-se, o individual e o social se entrelaçam em um paradoxo de autenticidade e busca por inserção grupal (Costa, 2015; Garcia, 2006; Le Breton, 2004; Lise, Gauer, & Neto, 2013; S. Macedo, Paravidini, & Próchno, 2014; Rodrigues & Carreteiro, 2015). Portanto, a tatuagem é um relato, uma memória manifesta (Alvarez, Castro, & Lasky, 2016), uma narrativa permanente.

Podemos refletir sobre como as tatuagens possibilitam que a história seja escrita, inscrita (Rodriguez & Carreteiro, 2015) e narrada. Os jovens vinculados à infracionalidade pouco são ouvidos, pois os medos e estigmas sociais colocam barreiras quase intransponíveis, então as palavras na carne deixam nítidas e concretas para si e outrem, a humanidade, as fragilidades, as figuras de referência e crenças. Desse modo, o corpo tatuado é um campo de manifestação, de expressão de vicissitudes e do mundo interno (Alvarez et al., 2016; Lise et al., 2013).

O corpo passa a ser uma espécie de tela externalizadora de afetos, identidades e localizações. Em termos psicossociais, as tatuagens podem auxiliar no processamento de lutos, perdas concretas e simbólicas, representação de estados internos, autoafirmação, prova de masculinidade, código de inclusão grupal (G. L. Silva & Passos, 2016) ou forjamento de um personagem destemido, que é uma hipótese acerca dos jovens enlaçados com a infracionalidade. Frisamos que o ato de se tatuar escancara os contornos da singularidade e das vivências, a pele fronteira do eu passa a ter cascas que endereçam mensagens.

### **Escrituras no corpo como dispositivo narrativo do jovem na socioeducação**

No sistema socioeducativo, o corpo juvenil é tido unicamente como portador de transgressões e códigos ligados às facções, forjando a necessidade de desvelar

os significados das tatuagens para controlar, docilizar e enquadrar. Ao adentrar a socioeducação, o jovem tem sua pele mapeada. No cadastro institucional, junto com seus dados pessoais se encontram as descrições de suas tatuagens e cicatrizes físicas. Porém não é para realizar um trabalho analítico acerca das inscrições corporais, e sim para alimentar um catálogo com informações e características acerca dos corpos considerados perigosos.

Nas unidades voltadas para o cumprimento de medida socioeducativa de internação, depreendemos que a tatuagem é uma das poucas coisas que não pode ser despida no processo de institucionalização. O jovem pode virar um número, ter suas roupas e cortes de cabelo padronizados, ter sua voz e protagonismo cerceados, mas a sua pele jamais será arrancada. Apesar dos constantes enquadramentos e apagamentos identitários, as narrativas na carne mostram um mínimo de domínio sobre si e a sua trajetória. No cotidiano de suas vidas, os jovens envolvidos com infracionalidade não têm tempo para conversas, reflexões ou elaborações. O *mundão*<sup>1</sup> os convoca para o “*corre*”<sup>2</sup>, a agilidade, o existir frenético, em que todas as dimensões precisam ser atuadas, assim, o corpo é a pouca matéria física que possui e faz vez de tela.

A pele dos jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação pode ser olhada como um pergaminho cheio de pistas, sentimentos, buscas e caminhos percorridos, como nos mostra o estudo de Cabral, Saturnino, e Santamaria (2020), em que as tatuagens dos adolescentes ligados à infracionalidade são tidas como significantes para o entendimento social de suas histórias de vida, ao referenciar alegrias, conflitos e situações arriscadas. Entretanto, pondera-se que inexistem estudos acerca da simbologia psíquica e social das escrituras na pele de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação.

Enfatiza-se que nas instituições privativas de liberdade, as tatuagens não são para enfeitar, mas tentam comunicar e instalar distâncias (Lisa et al., 2013), assim, transpor os estigmas apresentados na pele é parte imprescindível para a construção do vínculo e de uma escuta sensível junto a esse público. Ou seja, é possível construir um trabalho socioclínico dentro de instituições privativas de liberdade a partir das palavras ditas no corpo.

## Método

Tratou-se de uma pesquisa clínico-qualitativa (Turato, 2000) acerca do corpo e das tatuagens, construída a partir da imersão no campo e dos registros

etnográficos. O objetivo era compreender como as tatuagens refletem subjetividades e podem ser pistas para a construção de um trabalho analítico e de alianças com esses jovens, posto que elas estão também no bojo de outras narrativas. O projeto de pesquisa que originou o presente artigo foi aprovado por Comitê de Ética.

Este estudo se ancorou nas premissas da clínica implicada, uma modalidade de escuta e ação que vislumbra compreender as capturas e enredamentos da maquinaria do poder frente a sujeitos situados precariamente no social, bem como os processos de alienação social e resistências (Rosa, 2012). Dessa maneira, conforme Soares e Machado (2017), nesse modo de operacionalizar o pesquisar há um rompimento com a produção científica hegemônica, em que a posicionalidade implicada se desvincula do discurso colonizador, utilizando a dimensão ética e a estratégia política como mecanismos de construção de saberes.

O contato com os jovens institucionalizados ocorreu em um estabelecimento de cumprimento de medida socioeducativa de internação para jovens do sexo masculino, com idades entre 18 e 21 anos, mas que cometeram o ato infracional na menoridade penal. A aludida instituição atendia mais de 200 jovens. No que tange ao perfil, eram jovens originários da periferia, com distorção idade-série e uma trajetória marcada pela “*experiência*” na infracionalidade e no cumprimento de outras medidas socioeducativas.

A terminologia “*experiência*” é empregada para sinalizar como a inserção na ilicitude começa ainda na infância. Não é regra, mas de maneira geral os jovens possuíam um percurso longo de envolvimento em infrações. Alguns estavam envolvidos com tráfico de drogas desde a infância, ou seja, maior tempo de suas vidas foi de ligação à infracionalidade. Além disso, é importante demarcar como eles se sentiam sobreviventes, haja vista, os recorrentes assassinatos em seus territórios.

No que concerne às estratégias metodológicas e de registro, utilizou-se a observação participante e a imersão etnográfica em campo, que foram registradas em diário de campo. A observação participante possibilitou que as pesquisadoras acessassem comportamentos e situações que não estão comumente abertas para a observação científica e externa, na qual quem pesquisa desempenha função dupla: observa as vicissitudes das pessoas institucionalizadas e participa ativamente da situação observada (Schaughnessy, Zechmeister, & Zechmeister, 2012). A descrição das atividades, percepções e sentimentos foram escritas até 24 horas posteriores ao contato com a

instituição e pessoas. A utilização do diário de campo em pesquisas tem o potencial de produzir reflexões acerca da prática, do vivido e dos não-ditos interpessoais e institucionais; além disso, é relevante na análise das implicações das pesquisadoras (Borges, Rézio, L'Abbate, & Fortuna, 2018).

Para análise do simbolismo das tatuagens, organizamos as inscrições mais recorrentes, basicamente, em cinco eixos narrativos: as tatuagens de *homenagens*-referentes às mães; as *memorativas*- direcionadas aos parentes mortos; as de *autorreferenciamento*- na busca por uma diferenciação, como são as do nome próprio e da Santa Morte; as *protetoras*- ligadas à religiosidade e a proteção transcendental; e as de *pertencimento*- que vislumbravam narrar às inserções em determinados espaços e grupos, com as inscrições ligadas ao território que habitam e se inscrevem afetivamente, o que eles nomeiam como quebrada, e a simbologia do palhaço enquanto marca do enlace com a ousadia transgressiva.

## Resultados e discussão

Desde a inserção no campo, as tatuagens dos jovens convocaram o nosso olhar, sendo o único contraponto à serialização e à massificação vivida no estabelecimento privativo de liberdade. Os desenhos e as palavras apresentados nas peles traziam cor e demarcavam limites para a contenção imposta, era como se eles precisassem carregar constantemente um cartaz corporal sinalizador, para si e os outros, de uma história, das perdas, dos sonhos e de ser filho de alguém.

Em consonância, Le Breton (2004) sinaliza que qualquer corpo possui a virtualidade de outros corpos, com inúmeras identidades possíveis. Nessa conjuntura, apesar das deliberadas tentativas de enquadramentos e modificações, os corpos são instrumentos protetivos, de atuação e diferenciação. Portanto, podemos pensar como o corpo produz sentidos e estratégias para expressão dos sentimentos e dos sofrimentos individuais e coletivos.

O corpo é um marcador social e culturalmente desenhado, a partir dos “símbolos e signos atribuídos a ele, podemos compreender melhor a dinâmica que se instaura em determinada sociedade e em determinado período histórico. O corpo pode ser encarado como um dos elementos que exterioriza o interior de uma sociedade” (Maroun & Vieira, 2008, p. 177). A corporeidade é forjada como comunicadora, a pele se transforma em argila, moldando-se conforme o desejo de quem

o executa. No corpo como superfície, a pele apresenta a história não simbolizada e se converte em memória (Alvarez et al., 2016).

Na construção de vínculos com os jovens institucionalizados, observamos que as tatuagens serviam como gatilho para iniciarmos diálogos com aqueles mais introvertidos ou desconfiados. Falando sobre a tatuagem, eles diziam de si sem perceber e abandonavam a sensação de que estávamos investigando suas vidas. Para outros, as inscrições eram como prova de episódios ou valores, ao contar algum evento, mostravam o desenho como balizador. Em diálogo com Gomes (2021), a tatuagem enquanto linguagem pode ser utilizada como mediadora relacional e elaborativa na atuação junto a grupos historicamente silenciados.

Portanto, as conversas mediadas pelas inscrições corporais foram primordiais para construir alguns elos de confiança, descobrir histórias de vida e perdas afetivas. Sendo assim, segundo Le Breton (2004), as tatuagens compõem a estética cotidiana, jogando com o enigma a partir do lugar e do grau de familiaridade com o outro. Demonstrando que a análise pelo simbólico possibilita uma brecha para que o sujeito simbolize ao seu modo e faça processo próprio de subjetivação, consolidando uma clínica que reforça o protagonismo (Dunker, 2011).

Dessa maneira, ao considerar as tatuagens como narrativas, utilizou-se dos elementos visíveis e possíveis para adentrar as intimidades, as angústias e os sofrimentos dos jovens. Partindo das premissas de que “a pele tatuada é o livro de nossa história” (Alvarez et al., 2016, p. 191) e as palavras na carne apresentam momentos-chaves da existência, em que o corpo se torna um arquivo de si (Le Breton, 2004). Grifando que a atuação socioclínica na privação de liberdade requer criatividade e sensibilidade para escutar/ver as palavras silenciadas, porém encarnadas.

Como já apontado, notamos que a tatuagem era a única vivacidade dos jovens institucionalizados, sempre com roupas brancas, cabelos raspados, mão para trás e cabeça baixa, o colorido dos desenhos na carne confrontavam a mortificação perpetrada pelo estabelecimento privativo de liberdades. Nesse sentido, a carne reivindicava por uma diferenciação e uma identidade, a partir de uma estratégia que não era vista como linguagem, mas como um marcador de inserção na ilicitude.

A seguir, apresentaremos os eixos narrativos que surgiram a partir das tatuagens que estiveram constantemente nas peles dos jovens. Ao descrevê-los

tentamos entender as ligações com os âmbitos social, institucional e territorial no qual cada jovem estava inserido. Não podemos generalizar interpretações, cada jovem tem particularidades, uma relação simbólica com o que está escrito e motivações diversas para realização da tatuagem: experiências vivenciais, estética, repetição de um significante ou uma possibilidade de elaboração (Rodríguez & Carreteiro, 2015). Não almejamos criar padrões estigmatizantes, e sim apresentar as tatuagens como uma narrativa e uma ponte para iniciar trabalhos analíticos e reflexivos na socioeducação.

### **“Amor só de Mãe”: a Família e suas Idealizações na Pele**

A maioria das inscrições corporais dos jovens acompanhados por esta pesquisa trazia nomes de familiares, principalmente, da mãe e/ou a frase que intitula este tópico. Geralmente, essas tinham sido as primeiras tatuagens realizadas pelos jovens, ainda no início da adolescência. Eles sinalizaram que traziam o nome da mãe consigo como homenagem à única pessoa que continuava ao seu lado mesmo no contexto de infrações e encarceramento. A frase “amor só de mãe” esteve presente diariamente nos corpos, produções e falas desses jovens, tornando-se justificativa para agressões a mulheres e o abandono das companheiras. Para esses jovens, a amorosidade e a confiança são premissas exclusivas de suas mães.

No que concerne à relação dos jovens que passaram ao ato infracional e suas mães, Penso et al. (2013) apontam que as suas vivências estão restritamente ligadas a essa figura, considerando o vazio da presença paterna. Essas autoras constataram serem esses filhos idealizados por suas genitoras e colocados no lugar de “homem da casa”. Com isso, eles se sentem no direito de cobrar a constante presença de suas mães, como se elas fossem portadoras inesgotáveis e incondicionais de afeto e submissão.

Por outro lado, tinha uma parcela dos jovens institucionalizados que mesmo com o nome da mãe e/ou a supramencionada frase tatuados possuía uma relação conflituosa ou sequer teve contato com a genitora. Havia uma necessidade de demarcar ser filho de alguém, na institucionalização, como se fosse inadmissível ter conflitos com a figura materna ou não ter mãe. Nos diálogos, quando o jovem conseguia verbalizar a falta de afeto ou as brigas com a mãe, parecia que ele estava cometendo um sacrilégio, falar sobre isso era um tabu. Para eles, era melhor falar de uma relação de cuidados e afeto idealizados do que da sua experiência na realidade.

Sinalizamos como o dispositivo materno (Zanello, 2018) é algo supervalorizado e explorado na medida socioeducativa de internação. Da mãe ou de outras mulheres demandam-se a responsabilidade pelo acompanhamento, a presença nas visitas e o fornecimento de alimentos e itens de higiene. Várias mães relataram o cansaço e o desgaste com a vida infracional dos filhos, mas as cobranças social e institucional não autorizavam o seu distanciamento dos filhos.

Esse amor materno idealizado é tido como uma obrigação dessas mulheres e deve transpor qualquer barreira, assim, mesmo quando ele inexistente, os jovens o forjavam e idealizavam. Assim, destacamos a necessidade de construção de pesquisas e intervenções críticas e feministas sobre as mães e familiares que acompanham os jovens em cumprimento de medida socioeducativa. As grandes filas de mulheres nas instituições de encarceramento não é só prova de amor, é obrigatoriedade social, anseio e renúncia.

### **“Conversando com os Mortos”<sup>3</sup>: Eles Continuam Vivos na Minha Carne**

As tatuagens que registram a memória de amigos e parentes mortos são frequentes em jovens em cumprimento de medida socioeducativa, seja por meio de nomes, apelidos ou desenhos. Essa seria uma maneira de referendar quem morre criando uma marca no corpo (Pinho & Rosa, 2014). Relatamos aqui uma história que parece ficcional. Um dos jovens acompanhados tatuou a imagem de um famoso personagem de terror para homenagear um amigo que havia morrido, contudo, meses depois, descobriu que a morte se tratou de uma farsa para desvencilhamento de dívidas e conflitos territoriais, porém nada podia ser feito e a tatuagem memorativa permaneceu como marcador da parceria e lealdade que nem a morte seria capaz de cessar.

Conforme Alvarez et al. (2016), ao tatuar algo que simbolize a morte do amigo, essa cena fica cristalizada, uma experiência passada torna-se permanente e impossibilitada de ser metabolizada. A tatuagem memorial pode ainda ser entendida como uma tentativa de fazer durar ou preservar o morto como humano (Pinho & Rosa, 2014; Vannucchi et al., 2016). Nesse sentido, a depender dos significados, determinados desenhos podem demarcar um rito contemporâneo de passagem por um tempo de luto (Costa, 2015; Pinho & Rosa, 2014).

No caso dos jovens institucionalizados, as pessoas que morrem passam a ser eternizadas na pele, como um modo de continuar vivo num corpo que se transforma em baú de recordações. Assim, a memória é vivida no

corpo (Rodriguez & Carreteiro, 2015), sendo possível trazer um pedaço ou a lembrança de quem se vai. Essas inscrições autenticam as perdas de figuras de referência e afetividade, as cicatrizes internas ficam na carne.

Assinalamos aqui um jovem que trazia na pele um desenho com várias cruzeiras. Institucionalmente, havia o relato de que era o registro das pessoas que ele havia assassinado, o que era negado pelo jovem. Nas conversas informais com as pesquisadoras, ele não escondia os atos infracionais, mas trazia muito mais as perdas de parentes em conflito territorial de décadas e como buscava consolidar um perfil destemido para ser linha de frente de uma “guerra” que nasceu antes dele. Apresentamos essa história para sinalizar como as tatuagens faziam a composição da fama de perigoso e impossibilitavam que as pessoas se aproximassem, essas marcas acabavam protegendo-o e balizando o lugar de temerário.

#### **“A Santa Morte”: a Morte como Companheira**

Outro desenho comum é a caveira mexicana, diferentemente da categoria acima, não eram memoriais e referentes a entes queridos falecidos, mas podem ser analisadas como autorreferenciais. De maneira geral, quando questionados, os jovens sinalizaram que este tipo de inscrição não possuía um significado específico.

Entretanto, observamos que a morte era uma constante nas tatuagens dos jovens institucionalizados, sendo representada pelas caveiras estilizadas ou “santa morte”, essa última trata-se de desenho que mistura elementos de uma divindade atrelada à caveira e são sempre figuras femininas. Gusmão (2019) apresenta como a morbidez está presente nas narrativas de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação, “estes vivem em si, em seus corpos, o imaginário de estão onde estão por serem pessoas ruins e merecedores da morte” (p. 86).

Todavia, chama atenção a vivacidade destas tatuagens, mesmo tratando-se de ossos, as expressões e cores apresentam sedução, plenitude e vivacidade. Na qual, as aludidas inscrições funcionam quase como uma aproximação paulatina do destino próximo e sem saídas, a morte, como se cultuassem um tipo de autoluto. Nas vicissitudes desses jovens, a morte é parceira cotidiana, em que a ameaça do fim é constante. Tal construção pode ser interpretada como uma tentativa de tornar a morte mais amigável e de ressignificar a condição que virá. Além de destino, para Gusmão (2019), a morte seria componente da própria identidade de

jovens envolvidos com infracionalidade, como se eles fossem a morte personificada.

Em outra perspectiva, Grigorieff (2016) pontua que a caveira tatuada representaria a finitude e também a continuidade por meio do culto aos mortos. Desenhos que trazem o mortífero para a pele podem demarcar a repetição de atos destrutivos comum nas trajetórias infracionais dos jovens. Independente do mistério de se trazer a morte na pele, enfatizamos que o movimento de autodestruição e o extermínio atravessam o existir dos jovens inseridos em contextos de violência. Assim, a superfície tegumentar pode funcionar como proteção contra as incertezas do mundo (Le Breton, 2004) ou nesse caso, a única certeza que eles acreditam ter, a morte.

#### **O Nome Próprio: a Busca por um Eu**

Alguns jovens tatuam o próprio nome. Quando questionados sobre a escolha desta modalidade de tatuagem, alguns diziam que facilitaria no momento de se apresentarem para alguém, pois era só mostrar a inscrição. Outros apontaram que não sabiam. Seria uma necessidade de se singularizar? Refletindo sobre o endereçamento para o outro, talvez servisse como um marcador de que não se encontra sozinho, mas de que pode contar com alguém.

Convém ainda sinalizar as tatuagens de autorreferenciamento como tentativa de demarcar uma identidade para além da forjada no contexto infracional, em que são chamados pelas alcunhas. Quase como um ensaio que traz para a carne o eu que vai se diluindo no percurso infracional. Corroborando isso, Vannucchi et al. (2016) apresenta o tatuar-se como uma forma privilegiada de forjar uma identidade diferenciada. Nesse cenário, apreendemos que a pele acaba tornando-se palco da dinâmica intrapsíquica desses jovens, em que, poderão ser projetadas uma ampla gama de estados afetivos, fantasias e conflitos inconscientes. Na carência de recursos psíquicos para conter a excitação psíquica, a pele constitui-se em um espaço delimitado, no qual se podem depositar afetos (M. M. S. Macedo, Gobbi, & Waschburger, 2009, p. 100).

Outra compreensão para tatuar o nome próprio diz respeito às desvinculações vivenciadas por esses jovens. Podendo dizer de um movimento desses jovens de se mostrarem enquanto sujeitos, com uma história que o antecede e que possuem, ao menos, a posse de si mesmo. Esse convém como um recurso para apresentar a relação que o sujeito estabelece com um traço dele mesmo (L. C. Silva, Carvalho, & Chatelard, 2017).

Reforçamos que o corpo dos jovens institucionalizados pode ser compreendido como um mapa cultural, capaz de comunicar por meio das cicatrizes e tatuagens as suas histórias de vida, que estão entranhadas em suas peles e psiquismo (Freitas, 2013). Ou seja, na impossibilidade de falar e ser ouvido, o jovem encontra outros modos de expressar e afirmar sua existência para si e outrem (S. Macedo et al., 2014). As tatuagens são pistas que expõem o território subjetivo na carne (Garcia, 2006), marcando pertencças e resistências.

#### **“Livrai-me de Todo Mal”: a Carne que Clama Proteção Divina**

A busca por proteção e uma blindagem divina urgia na pele. Havia uma mescla de figuras angelicais, terços, trechos de orações (“*Livrai-me de todo mal*”), salmos ou nomes que remontavam às divindades cristãs (*Deus, Jesus Cristo*). Geralmente, localizadas em partes visíveis como mãos e rosto, ou estratégicas para o “*fechamento*” do corpo, como é o caso do tórax. Além disso, as tatuagens religiosas foram feitas para evidenciar momentos de agradecimento à sobrevivência da violência urbana. Demarcando a necessidade de construir bordas ligadas a algo transcendental em detrimento das fragilidades humanas e falhas vivenciadas. Conforme Le Breton (2004), as tatuagens protetoras funcionariam como uma barreira, um escudo contra os infortúnios, bem como sinalizaria que o sujeito não se encontrava sozinho no mundo, mas ligado a figuras universais.

As marcas religiosas ligadas ao cristianismo dialogavam também com um momento de vida anterior desses jovens, em que a maioria relata a estreita relação com instituições religiosas e o fato de serem provenientes de famílias cristãs. Inclusive, apontamos a escassez de estudos acerca da religiosidade de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação. No percurso desta pesquisa, podemos perceber como o discurso religioso estava presente nas falas e compreensões de mundo desses jovens, além disso, os dogmas religiosos são tidos como justificativa para valores rígidos, preconceituosos e de permanência na ilicitude, numa lógica de destino e providência divina.

As inscrições corporais apresentadas neste eixo apontam ainda como esses jovens anseiam por um perdão divino pelos atos cometidos, o que seria capaz de reparar todo o sofrimento vivido e atuado durante a vida. Assim como as demais marcações, não se tratava apenas de um desenho, mas de uma localização enquanto sujeito no mundo, sendo atravessada por dogmas e construções subjetivas ligadas à religiosidade.

#### **“Um Bom Lugar”<sup>4</sup>: Não Largo minha Quebrada**

Pensando no tatuar-se como inserção grupal, várias tatuagens estavam ligadas a quebrada onde residiam ou se identificavam, dizendo respeito a um espaço delimitado pela pertença e afeto, pode ser uma rua, uma quadra residencial, um bairro, é um tipo de chão que mostra de onde se é. A quebrada é uma cisão da lógica estabelecida pela sociedade, em que os sujeitos envolvidos com a infracionalidade tentam desenhar um lugar no mundo permeado por alianças, identificações e possibilidade de existir.

Para Freitas (2013), a tatuagem pode ser vista como um código para a inserção grupal em contextos em que a coletividade garante a fantasia de suprimimento e pertencimento para a existência do sujeito. Para exemplificar, diversos jovens de um território tinham uma gueixa desenhada no braço; outros traziam as iniciais da quadra onde moravam no pulso ou mão. Salienta-se a forte presença da territorialidade nas vivências dos jovens, considerando que eles se organizavam e (des) vinculavam-se a partir do local onde pertencem.

Em termos psicossociológicos, a tatuagem nesses jovens pode ainda ser entendida como uma estratégia para enraizar alguns valores e episódios de suas existências. Tendo em vista um itinerário de vida perpassado pelas desvinculações e o risco iminente de morte. Visão corroborada por Rodriguez e Carreiro (2015), em que a tatuagem é apontada como resistência à liquidez das subjetivações atuais e o corpo é tomado como tela para testemunhar as experiências vivenciadas e as localizações. Percebemos que a pele se configurava como espaço privilegiado para marcar graficamente a subjetividade (M. M. S. Macedo et al., 2009), a territorialidade e o querer ser. Para esses jovens, eles são a própria quebrada, quase numa busca por se eternizar, ele pode até não durar para sempre, mas a quebrada perdurará.

#### **“Chora Agora, Ri Depois”: A Máscara e o Palhaço**

Pensando no papel do outro nos processos identitários, pertencimentos e no endereçamento, sinalizamos a constância de tatuagens de palhaços, que é significado socialmente como pessoas que matam policiais. Sendo analisada pelos pares como sinal de audácia e rebeldia, porém vista pelos profissionais da segurança pública como ameaça e passível de penalidade. Um jovem, por exemplo, sinalizou que ter este tipo de tatuagem era aval para ser agredido em contextos prisionais ou assassinado pela violência policial, o que o levou a fazer outro desenho para cobrir.

Em contrapartida, outro jovem, como numa confissão, relatou que nunca havia matado, mas tinha feito o desenho para demonstrar coragem e força em detrimento dos atos infracionais cometidos. Na busca por ser visto como alguém perigoso, que matava e mostrava, divergindo da sua visível fragilidade física e social. Com o palhaço na carne, ele acreditava que se tornaria mais respeitado pelos colegas. Refletindo a partir de Rodriguez e Carreteiro (2015), a tatuagem convoca o caráter coletivo de identidade, em que o sujeito se sente amparado, em um lugar.

Cabral et al. (2020) também identificaram a presença da figura do palhaço na pele de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no estado de São Paulo e apontaram que a inscrição corporal desses símbolos muda como eles são identificados em suas comunidades, pela polícia, escola e pares, num tipo de reforçamento de estigmas já vividos cotidianamente. Porque esses jovens precisam marcar o seu lugar na criminalidade? Trata-se de uma defesa vulnerabilizante, porque os expõem mais ainda as violações de direitos e violências policiais e institucionais.

Considerando que, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que demarca audácia também vulnerabiliza o sujeito frente ao outro (nesse caso, os policiais). Nesta modalidade de tatuagem, além do apelo à decifração e o despertar da curiosidade (Pinho & Rosa, 2014), o portador utiliza-se de um estigma para que as pessoas não se aproximem, e ele fique resguardado com todas as suas lacunas, afinal de contas, dificilmente alguém perguntará se aquele desenho corresponde a um assassinato. Pois, algumas marcas corporais são imediatamente destinadas ao julgamento alheio, principalmente, quando estão em partes visíveis (Le Breton, 2004).

Para tentarmos entender a simbologia do palhaço, cabe ainda o apontamento do trabalho de Costa (2015), em que as marcações corporais podem trazer um movimento de mostrar e esconder, levando em conta que, mesmo a pele sendo uma superfície que se apresenta também se almeja criar um ponto cego. O que esses jovens escondem ao mostrar o palhaço? Desse modo, essas marcas capturam o olhar nem que seja pelo horror e estranhamento.

As máscaras de tristeza e alegria da tragédia grega, geralmente acompanhadas da frase "*chora agora, ri depois*", também estavam presentes e entraram no escopo dos desenhos de palhaço, entendidas pelos jovens como símbolo de mistério e não desvelamento dos conteúdos internos. Assim, podemos questionar o

que esses jovens estavam querendo endereçar ao outro? Qual enigma quer se mostrar?

Após apresentarmos os eixos narrativos e uma aproximação reflexiva acerca das tatuagens de jovens em cumprimento de medida socioeducativa de interação, faremos alguns apontamentos acerca de episódios vivenciados no itinerário da pesquisa e que se relacionam com as narrativas na carne. Notamos que foi recorrente a descoberta de máquinas artesanais de tatuagem, que eram produzidas intramuros com canetas, chinelos derretidos, peças de televisores ou outros objetos. Uma verdadeira engenhoca era criada para marcar a pele, os desenhos eram tão grosseiros que precisavam ser explicados. Qual o significado de escrever na carne dentro da restrição de liberdade? Fazer frente à massificação institucional? Convocar olhares que não os olham? Tentar codificar as vivências de um período na restrição de liberdade?

No trabalho de Vilhena, Rosa, e Novaes (2015) apreende-se que as marcas no corpo são uma maneira de consolidar a presença dos jovens no mundo, vislumbrando sair da invisibilidade social e do apagamento psíquico em detrimento da pasteurização encarnada nas instituições encarceradoras. Tratando-se de uma estratégia para demonstrar que o corpo é o único território que a pessoa institucionalizada tem posse, assim, ele se apresenta insubmisso, mesmo que esteja reduzido ao silêncio da cela e ao constrangimento das revistas, "a pele continua a testemunhar a sua liberdade" (Le Breton, 2004, p. 62).

As tatuagens feitas escondidas no interior das instituições de encarceramento tornam-se uma afirmação de dignidade e independência, que testemunham a continuidade do livre-arbítrio do tatuador e do tatuado. Portanto, "estes momentos são os episódios de uma cerimônia secreta que abre os muros da prisão e favorece um sentimento de reconquista de si" (Le Breton, 2004, p. 59). Assim como apontado por Le Breton (2004), a maior parte das tatuagens feitas pelos jovens institucionalizados dizia respeito às iniciais que remetiam ao nome de parentes e companheiras, numa busca por ter na pele o que não pode ter fisicamente ou um meio de provar os sentimentos.

De certa maneira, a relação de confiança, horizontalidade e presença das pesquisadoras foi primordial para compreender os significados próprios e a utilização das narrativas na carne como recursos de acesso à historicidade, perdas, angústias, localizações e pertencimentos dos jovens que passam ao ato infracional.

Levando-se em conta que são raros os que se calam acerca da sua marca corporal (Le Breton, 2004), ao contrário, as palavras encarnadas convocam o outro, transpondo o silenciamento imposto socialmente e usando a pele como plataforma de expressividade.

## Considerações finais

Enfim, podemos nos perguntar o que os jovens institucionalizados querem nos dizer a partir das suas peles? O que acontece em termos subjetivos e sociais para que esses jovens tentem simbolizar as suas vidas na carne? Compreendemos a tatuagem como um traço de narrativa como algo fixo/concreto/permanente em uma vivência marcada pela inconstância de um corpo ainda juvenil e atravessado por um possível extermínio iminente.

Ao considerarmos as tatuagens como narrativas, há um rompimento com as premissas reducionistas e se reafirma as idiosincrasias e coletividades de cada jovem. Ao invés de acusarmos um jovem de uma infracionalidade ou aliança com crime organizado só por possuir determinado desenho, essa inscrição corporal pode ser a porta de entrada para adentrarmos a história de vida, as motivações, as relações e os mecanismos de sobrevivência empreendidos pelos jovens envolvidos com a ilicitude. Se a pele do jovem é vista como mera tábula de inscrições delituosas, dificilmente se estabelecerá um elo de reparação, socioeducação e cuidado.

Reforçamos que as tatuagens dos jovens institucionalizados são repletas de significações, não se trata de modismo, porém, dizem de um mundo interno que tenta se apresentar, demarcar lugares e sair da invisibilidade, sendo uma arca de memórias. O corpo passa a ser balizador permanente das (re)existências internas e sociais, as vicissitudes desses jovens são tão viscerais e provenientes de tantos lugares e traumas, que o corpo passa a ser palco de uma busca por território, chão, concretude e continência. A derme dos jovens institucionalizados apresenta um mapa de localizações, raízes, sobrevivências e emoções.

No caso dos jovens inseridos em contextos de violência, a carne traria tudo àquilo que não dá tempo de falar e elaborar para si e o outro, seja porque são corpos que perecem ainda na juventude ou por terem a sua trajetória infracional transformada em identidade. As palavras na carne não estão decorando essas peles, estão fazendo vez de casca protetiva, que, paradoxalmente, também afasta e estigmatiza. É sabido que estar ligado à infracionalidade demanda marcadores e provas

de inscrição, contudo, com vidas tão complexas, a tatuagem serviria apenas a essa função?

Acreditamos que uma clínica implicada socialmente e ético-política pode se consolidar nas unidades de internação ao ancorar-se no cuidado e no olhar para as sutilezas que marcam as narrativas dos jovens atendidos. Por vezes, aquilo que é tomado como sinalizador de perigo e transgressão pode ser o espaço psíquico de existência desses jovens. Onde mais eles podem se colocar fora da engrenagem e da performance infracional se não no próprio corpo? Logo, ao compreendermos as tatuagens como tentativa de um psiquismo que tenta se revelar e lutar contra o apagamento social, atrelando a uma relação socioterapêutica dialógica e de confiança é possível construir uma socioeducação crítica e responsável por transformações.

Por fim, apontamos o ínfimo número de trabalhos que abordam a tatuagem dos jovens institucionalizados no sistema socioeducativo como ligados à subjetividade, identidades, historicidade e territorialidades. Além disso, urge a construção de práticas e intervenções intramuros que incluam as tatuagens como modo de se auto narrar.

## Referências

- Alvarez, L. E., Castro, L. G., & Lasky, C. (2016). Tatuagens. A pele como tela de expressão cultural. *IDE*, 39(62), 185-192. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010131062016000200014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131062016000200014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Amparo, D. M., Cardoso, B. C. C., & Vilas Boas, L. M. (2016). Corpo e escarificação: o trabalho de simbolização na adolescência. In K. T. Brasil & D. Drieu (Orgs.), *Mediação, simbolização e espaço grupal* (pp. 113-134). Brasília: Liber Livro.
- Anzieu, D. (1988). *O Eu-pele*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cabral, L. C., Saturnino, B. P., & Santamaria, L. M. (2020). Projeto Riscando o Risco. In C. Bisinoto, D. S. Rodrigues, & E. S. Cruz (Orgs.), *Anais do II Simpósio Nacional em Socioeducação: desafios da prática socioeducativa*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Borges, F. A., Rézio, L. A., L'Abbate, S., & Fortuna, C. M. (2018). A entrada no campo e a fabricação de dispositivos em pesquisas socioclínicas. *Psicologia em Estudo*, 23, 1-15. doi: 10.4025/psico-lestud.v23i0.40373
- Costa, A. (2015). *Litorais da Psicanálise*. São Paulo: Escuta.
- Dunker, C. L. (2011). Corporeidade em Psicanálise: Corpo, Carne e Organismo. In H. Ramirez, T. Assadi, & C. Dunker (Orgs.), *A Pele como litoral: fenômeno psicossomático e psicanálise* (pp. 87-129). São Paulo: Annablume.
- Freitas, R. B. (2013). A prática da tatuagem entre jovens em conflito com a lei: Arte, cultura juvenil ou identificação grupal? *Políticas Culturais em Revista*, 1(6), 117-136. doi: 10.9771/1983-3717pccr.v6i1.8262
- Freud, S. (1996). *O ego e o Id e outros trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.

- Garcia, W. (2006). *Corpo e subjetividade: estudos contemporâneos*. Factash.
- Gisé, D. (2018). Desenhando novas propostas. In A. Firmiano, D. Gisé, E. Andre, J. B. Santos, V. Vint, Z. Geraes ... T. Botelho (Orgs.), *Na linha tênue: experiências de arte-educação em privação de liberdade* (pp. 32-37). São Paulo: Ação Educativa.
- Gomes, T. N. (2021). *“Tipo um oásis”: as narratividades dos jovens institucionalizados na medida socioeducativa de internação* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília). Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41248>
- Grigorieff, A. G. (2016). Fragilidade narcísica na adolescência: a caveira mexicana como paradoxo da vida e da morte. *Contextos Clínicos*, 9(1), 118-123. doi: 10.4013/ctc.2016.91.10
- Guerra, A. (2017). Educar para a cidadania: nas fronteiras da socioeducação. *Currículo sem Fronteiras*, 17(2), 260-274. Recuperado de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss2articles/guerra.pdf>
- Gusmão, M. M. (2019). *Dispositivo clínico de cuidado com jovens em medida socioeducativa* (Tese de Doutorado, Universidade de Brasília). Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38461>
- Le Breton, D. (2004). *Sinais de identidade: tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa: Miosótiis.
- Le Breton, D. (2007). *A sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes.
- Le Breton, D. (2010). Escarificações na adolescência: uma abordagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, 16(33), 25-40. doi: 10.1590/S0104-71832010000100003
- Lise, M. L. Z., Gauer, G. J. C., & Neto, A. C. (2013). Tatuagem: aspectos históricos e hipóteses sobre a origem do estigma. *Brazilian Journal of Forensic Sciences, Medical Law and Bioethics*, 2(3), 294-316. doi: 10.17063/bjfs2(3)y2013294
- Macedo, M. M. S., Gobbi, A. S., & Waschburger, E. M. P. (2009). Marcas corporais na adolescência: (im)possibilidades de simbolização. *Psicologia em Revista*, 15(1), 90-105. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682009000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682009000100006)
- Macedo, S., Paravidini, J. L. L., & Próchno, C. C. S. C. (2014). Corpo e marca: tatuagem como forma de subjetivação. *Revista Subjetividades*, 14(1), 157-166. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2359-07692014000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Maroun, K., & Vieira, V. (2008). Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, 14(2), 171-186. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682008000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682008000200011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Oxfam, Brasil (Org.). (2020). *Juventudes nas cidades*. Brasília: Oxfam.
- Penso, M. A., Costa, L. F., Conceição, M. I. G., & Carreiro, T. C. O. C. (2013). As mães dos adolescentes que cometeram ato infracional e de natureza sexual. *Interações*, (25), 151-179. doi: 10.25755/int.2856
- Pinho, M. X., & Rosa, M. D. (2014). Luto em versão contemporânea: as tatuagens memoriais. *Trivium*, 6(1), 18-28. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2176-48912014000100004](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000100004).
- Rodriguez, L. S., & Carreiro, T. C. O. C. (2015). O corpo que fala: a tatuagem na contemporaneidade. In M. I. G. Conceição, M. I. Tafuri, & D. S. Chatelard (Orgs.), *Psicologia Clínica e cultura contemporânea 2* (pp. 419-435). Brasília: Technopolitik.
- Rosa, M. D. (2012). Psicanálise Implicada: vicissitudes das práticas clínicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (41/42), 29-40. Recuperado de <http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>
- Schaughnessy, J. J., Zechmeister, E. B., & Zechmeister, J. B. (2012). *Metodologia de pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: AMGH.
- Silva, G. L., & Passos, M. C. (2016). Um lugar para chamar de seu: uso de tatuagens por adolescentes em programas socioeducativos. *Estudos de Psicanálise*, (46), 67-76. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372016000200007](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372016000200007)
- Silva, L. C., Carvalho, I. S., & Chatelard, D. S. (2017). Considerações sobre a noção de nome próprio em Lacan: entre o significante e a letra. *Cadernos de Psicanálise*, 39(3), 161-174. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-62952017000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952017000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)
- Soares, L. V., & Machado, P. S. (2017). “Escrivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*, 17(39), 203-219. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&tlng=pt)
- Turato, E. R. (2000). Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 2(1), 93-108. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/287/28720111.pdf>
- Vannucchi, A. M. S., Fernandes, J. M. D. S., Ribas, A., Chuman, D. B. B., Martin, F. A. J., Ortolon, L. M. C., ... Bressan, S. (2016). Escrevendo em mim- me inscrevo e me descrevo. *IDE*, 39(62), 193-213. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31062016000200015](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062016000200015)
- Vilhena, J., Rosa, C. M., & Novaes, J. V. (2015). Narrando dores. A tatuagem como narrativa. *Cadernos de Psicanálise*, 37(33), 129-154. Recuperado de [http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno33\\_pdf/07\\_Narrando%20dores.pdf](http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno33_pdf/07_Narrando%20dores.pdf)
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

<sup>1</sup> Nomenclatura usada pelos jovens em cumprimento de medida socioeducativa de internação para se referir ao contexto extramuros, a rua, a vida externa.

<sup>2</sup> De modo geral, significa a atividade ilícita que o jovem está envolvido. Porém, institucionalmente, ela foi se ramificando e ganhando ressignificados. Por exemplo, quando um jovem fala que determinado/a profissional é “corre”, quer dizer que esse/a faz bem o seu trabalho e movimenta-se para realização dos relatórios. Também diz da habilidade de se virar, não ficar parado/a e construir estratégias.

<sup>3</sup> Referência à música do grupo de RAP Fação Central. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ADkJMIY77Xg>

<sup>4</sup> Referência à música do rapper Sabotage. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GA7LcSX8tYE>

*Thaywane do Nascimento Gomes*, Mestre em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB), é Psicóloga escolar na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Email: [thaywanegomes@gmail.com](mailto:thaywanegomes@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0002-3448-1987>

*Deise Matos do Amparo*, Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), é Professora Adjunta II da Universidade de Brasília (UnB). Endereço para correspondência: Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.910-900. Email: [deise.amparo.matos@gmail.com](mailto:deise.amparo.matos@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4155-9559>

Recebido em 22.set.20

Revisado em 26.mar.22

Aceito em 11.abr.22

# Exposição íntima online: experiências de mulheres brasileiras e seu acesso a políticas públicas

Letícia de Mélo Sousa. Centro Universitário UNIFACISA  
Maria de Fatima Pereira Alberto. Universidade Federal da Paraíba

## Resumo

Exposição íntima online (conhecida como pornografia de vingança; *slut shaming*) consiste na divulgação, ou ameaça, de materiais íntimos da vítima, caracterizando uma cultura, atualizada através da internet, de exposição e humilhação de mulheres por sua sexualidade. Este artigo se propõe a analisar as experiências de exposição íntima online vivenciadas pelas mulheres brasileiras usuárias da internet e as políticas públicas por elas acessadas. A pesquisa, qualitativa e fundamentada na perspectiva de gênero foi realizada através de questionário online respondido por 1.028 mulheres. Os dados foram analisados através de estatística descritiva e análise de conteúdo temático-categorial, com auxílio dos softwares SPSS e MaxQDA. Cinco por cento das participantes haviam sofrido exposição íntima online, praticada majoritariamente por um parceiro ou ex-parceiro. A busca por políticas públicas foi baixa e identificada como insatisfatória. Estimamos que os resultados possam contribuir com a construção do conhecimento científico e embasar o atendimento profissional às vítimas de exposição íntima online.

**Palavras-chave:** exposição íntima online; pornografia de vingança; gênero; violência contra a mulher; políticas públicas.

## Abstract

*Online intimate exposure: experiences of brazilian women and their access to public policies.* Online intimate exposure (known as revenge porn; *slut shaming*) consists in the disclosure, or threat, of the victim's intimate material, characterizing a culture, updated through the internet, of exposure and humiliation of women for their sexuality. This article aims to analyze the experiences of online intimate exposure experienced by Brazilian women who use the internet and the public policies accessed by them. The research, being qualitative and based on a gender perspective, was conducted through an online questionnaire, answered by 1.028 women. The data was analyzed using descriptive statistics and thematic-categorical content analysis, with the aid of the softwares SPSS and MaxQDA. Five percent of the participants had undergone intimate online exposure, mostly practiced by a partner or ex-partner. The search for public policies was low and identified as unsatisfactory. We estimate that the results can contribute to the construction of scientific knowledge and support professional care for victims of online intimate exposure.

**Keywords:** online intimate exposure; revenge porn; gender; violence against women; public policy.

## Resúmen

*Exposición íntima online: experiencias de mujeres brasileñas y su acceso a las políticas públicas.* La exposición íntima online (conocida como pornografía de venganza; *slut shaming*) consiste en la divulgación, o amenaza, del material íntimo de la víctima, caracterizando una cultura, actualizada a través de Internet, de humillación de mujeres por su sexualidad. Este artículo pretende analizar las experiencias de exposición íntima online vividas por mujeres brasileñas que utilizan internet y las políticas públicas a las que acceden. La investigación, cualitativa y en base a una perspectiva de género, fue realizada a través de un cuestionario online, respondido por 1.028 mujeres. Los datos se analizaron mediante estadística descriptiva y el análisis de contenido temático-categorico, con la ayuda de los programas SPSS y MaxQDA. Cinco por ciento de las participantes habían sufrido exposición íntima online, en su mayoría practicada por una pareja o expareja. La búsqueda de políticas públicas fue baja y identificada como insatisfactoria. Estimamos que los resultados pueden contribuir a la construcción de conocimiento científico y apoyar la atención profesional a las víctimas de exposición íntima online.

**Palabras clave:** exposición íntima online; pornografía de venganza; género; violencia contra las mujeres; políticas públicas.

Exposição Íntima Online designa uma forma particular de violência, na qual se realiza o compartilhamento ou a ameaça de compartilhamento de material íntimo referente a uma pessoa, sem o consentimento das partes envolvidas (Lei nº 13.772, 2018). Essa forma de violência ficou popularmente conhecida no contexto brasileiro através do termo “pornografia de vingança”, uma tradução do termo em inglês *revenge porn*. Ela se dá através do compartilhamento de materiais, como fotografias, vídeos, montagens, listas e relatos sobre a sexualidade, que objetivam a humilhação pública da vítima. Dados empíricos apontam que as mulheres são as vítimas mais frequentes dessa forma de violência (Ruvalcaba & Eaton, 2020), como também apresentam consequências mais impactantes na sua vida social e saúde mental (Ricciardelli & Adorjan, 2019). A vulnerabilidade das mulheres à Exposição Íntima Online se apresenta fundamentada na cultura de exposição e humilhação de mulheres por suas práticas sexuais, conhecida pela expressão em inglês *slut shaming*, sem equivalente no português, com tradução aproximada de “envergonhar uma vadia” (Pickel & Gentry, 2017). Para os efeitos deste artigo, consideramos “pornografia de vingança”, *slut shaming* e “Exposição Íntima” Online enquanto termos equivalentes, optando por adotar o termo “Exposição Íntima Online”, por ser o termo conferido pela Lei nº 13.772/18 e por se desvincular de determinismos e referências desrespeitosas às vítimas, atribuídas, muitas vezes, através dos termos “pornografia de vingança” e *slut shaming*.

Apesar de a Exposição Íntima ter ganhado espaço midiático através de sua modalidade online, sua origem não está atrelada ao advento da internet e possui raízes históricas milenares. Webb (2015) analisa casos de mulheres que sofreram exposições e humilhações públicas por sua sexualidade na Roma Antiga, afirmando que a exposição íntima tem sido perpetrada ao longo da história da civilização ocidental, onde as mulheres são publicamente expostas por terem transgredido às regras impostas por sua sociedade para a sexualidade feminina. Essas regras apresentam poucas variações ao longo da história e contextos geográficos e culturais, em vista de que, diante do modelo patriarcal de sociedade, o sexo fora do casamento, a perda da virgindade antes do casamento, ou mesmo a expressão de qualquer forma de prazer ou desejo têm sido proibidos às mulheres, modelo que perdura nos dias atuais, mesmo após a revolução feminista (Webb, 2015).

Portanto, a exposição íntima não atua apenas enquanto punição para a mulher transgressora, mas também atua enquanto sobreaviso para as demais mulheres, para que não ousem ultrapassar os limites a elas impostos, por medo de sofrerem o mesmo destino. A exposição íntima serve enquanto *cautionary tale* (conto preventivo) sobre os malefícios advindos do desejo e da sexualidade feminina, servindo aos propósitos de dominação e controle sobre a mulher, seu corpo e sua sexualidade. Nesse escopo, a exposição íntima constitui uma violência simbólica, onde a cultura é empregada enquanto ferramenta de transmissão dos valores dominantes, atuando para promover a submissão da mulher (Saffioti, 2001).

A exposição íntima enquanto violência simbólica encontra-se presente em diversas produções culturais que envolvem o tropo da “mulher em desgraça”: na figura bíblica de Eva; em obras literárias como *O Primo Basílio* (Eça de Queiroz, 1878) e *As Relações Perigosas* (Choderlos de Laclos, 1782); ou no cinema, através do estereótipo da *femme fatale*. A produção cultural populariza a cultura de que, se uma mulher não se comporta de acordo com os limites impostos à sua sexualidade ou à submissão de seu gênero, ela é uma vilã, portanto, merece ser exposta, humilhada e atacada. Essas obras atuam, destarte, naturalizando a violência contra a mulher e a culpabilização das vítimas de exposição íntima. A internet compõe esse fenômeno enquanto uma ferramenta de fácil manuseio e alto alcance, para que qualquer pessoa (especialmente homens) possa construir sua própria narrativa ao expor a intimidade de uma mulher, identificando-a enquanto vilã, digna do desprezo social, por não atender às expectativas impostas sobre seu gênero (Webb, 2015). Com a cultura da exposição e humilhação de mulheres já estabelecida, o processo de culpabilização das vítimas inviabiliza, inclusive, a identificação dessa mulher enquanto vítima de uma violência (Cisne & Oliveira, 2017), o advento da internet traz consigo o crescimento e popularização do fenômeno da exposição íntima.

Essa popularização pode ser observada nos estudos desenvolvidos por Hall e Hearn (2019), que fundamentam a percepção da Exposição Íntima Online enquanto construção cultural de uma narrativa que vilifica a mulher exposta, objetivando justificar uma violência que é praticada de maneira deliberada. Ao analisar os textos que acompanhavam as postagens de um site, especificamente voltado para a prática da Exposição Íntima Online ([www.myex.com](http://www.myex.com)), os autores apontam

a construção de discursos entre os homens, nos quais se identificam como “vítimas” das mulheres expostas. Desse modo, a exposição é utilizada como uma forma de recobrar a dominância sobre as mulheres através da violência, performando a masculinidade hegemônica. A masculinidade hegemônica, de acordo com Connell e Messerschmidt (2005), compreende um modelo de práticas que servem à manutenção da dominação masculina, não apenas sobre as mulheres, mas também entre os próprios homens. Correspondendo a um ideal socialmente construído sobre o que é ser homem, a masculinidade hegemônica está fundamentada em três pilares: performance da heterossexualidade, dominância sobre as mulheres e hipercompetitividade entre os homens (Connell & Messerschmidt, 2005).

Em outro artigo, Hearn e Hall (2019), também analisando os textos que acompanham as postagens do site MyEx ([www.myex.com](http://www.myex.com)), apontam que os discursos dos homens versam sobre a construção para si mesmos de uma masculinidade dominante. A violência é utilizada de maneira deliberada, objetivando performar uma masculinidade hegemônica, onde os corpos das mulheres expostas constituem apenas um recurso para atingir esse objetivo. Essa completa negação da humanidade da mulher configura o fenômeno da *sexagem*: a redução da mulher ao sexo, constituindo uma “apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam ‘coisas’” (Cisne, 2015, p. 144).

Nesse escopo, a Exposição Íntima Online, ao desumanizar mulheres se apropriando de seus corpos para estabelecer a dominância masculina, consiste em violência psicológica contra a mulher vitimada. A completa perda de controle sobre seu corpo e sua imagem, bem como a exclusão e escárnio públicos, uma vez que o ato da exposição é comumente seguido de assédios e agressões de terceiros, provoca quadros de sofrimento psicológico entre as mulheres vitimadas. Bates (2017), em pesquisa qualitativa com mulheres adultas que experienciaram exposição íntima online ou ameaça de exposição, aponta, entre as participantes, o desenvolvimento de quadros de ansiedade, depressão e Transtorno do Estresse Pós-Traumático, acompanhados da sensação de perda do controle sobre a própria vida e danos à autoestima. Kamal e Newman (2016) afirmam que, a curto prazo, a experiência de exposição íntima online pode implicar em raiva, culpa e paranoia, podendo levar a consequências duradouras para a saúde mental das vítimas, que incluem a depressão,

o isolamento social, a baixa autoestima, a ideação suicida e o suicídio. Segundo Bates (2017), o quadro de sofrimento psicológico das vítimas de exposição íntima online justifica a sua classificação como uma forma de violência sexual, uma vez que são quadros que se aproximam daqueles observados entre sobreviventes de abuso sexual, como também pela natureza sexual da exposição.

Os impactos da exposição íntima online na saúde mental das mulheres vitimadas podem ser ainda mais intensos quando se trata de mulheres jovens ou adolescentes. A literatura sobre a exposição íntima aponta uma especial vulnerabilidade das adolescentes e mulheres jovens a essa forma de violência (Miller, 2016; Mishna et al., 2020; Ricciardelli & Adorjan, 2019; Ringrose, Harvey, Gill, & Livingstone 2013; Patchin & Hinduja, 2020; Pickel & Gentry, 2017). De acordo com Ricciardelli e Adorjan (2019), a vulnerabilidade das adolescentes e mulheres jovens à exposição íntima online, não pode ser considerada como proveniente apenas da maior inserção desse público no ambiente online e de sua expressão da sexualidade nesses meios (através do *sexting*<sup>1</sup>, por exemplo), mas sim como um resultado da cultura de repressão à sexualidade feminina e incentivo à sexualidade masculina. Os dados levantados por Ringrose et al. (2013), evidenciam a dupla moral sexual existente no fenômeno do *sexting*, uma vez que as meninas se veem pressionadas a produzir material íntimo, mesmo temendo a exposição íntima online, enquanto os meninos se utilizam dos vastos materiais recebidos como moeda de troca, empregados na performance de sua masculinidade. Thomas (2018) também ressalta em seus resultados a pressão que os parceiros exercem sobre jovens mulheres e adolescentes, para que elas produzam e os enviem material íntimo, através de manipulação emocional, para obter sucesso.

Segundo os resultados de Miller (2016), a cultura de humilhação de mulheres por suas práticas sexuais é a principal fundamentação do *bullying* entre meninas, nos conduzindo aos dados do estudo experimental de Pickel e Gentry (2017), os quais apontam que quando uma adolescente vítima de exposição íntima online é identificada como “sexualmente disponível”, ela passa a ser mais culpabilizada pela violência sofrida. Esses resultados também são observados na análise de Mishna et al. (2020), que através de 100 entrevistas com jovens em idade escolar, apontam, que em casos de exposição íntima online, as meninas são focadas, criticadas e culpabilizadas, enquanto a participação dos meninos

é invisibilizada. Patchin e Hinduja (2020), em pesquisa com 5.578 adolescentes entre 12 e 17 anos, apontam, que 5% destes afirmaram já terem sido vítimas de exposição íntima online ou de ameaças de exposição, com mulheres e adolescentes não-heterossexuais possuindo os maiores índices enquanto vítimas. Os dados empíricos, observados na literatura que versa sobre a exposição íntima online, reafirmam a fundamentação dessa violência no sistema de dominação com base no gênero, atuando de modo a punir aquelas que ultrapassam os limites impostos sobre sua sexualidade, ou mesmo que, de alguma forma, desafiem o poder da masculinidade (Saffioti, 1987). As adolescentes e mulheres jovens são mais vulneráveis, exatamente porque os limites impostos sobre sua sexualidade são ainda mais restritos, de modo que a violação de sua intimidade acarreta julgamentos e consequências mais severas (Saffioti, 2004).

No ano de 2018, duas legislações que versam, especificamente, sobre a exposição íntima online foram sancionadas: A Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018 (Lei da Importunação Sexual) e a Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018 (Lei da Exposição Íntima Online). A Lei nº 13.718/18 é mais conhecida por criminalizar a Importunação Sexual; contudo, ela também criminaliza a divulgação e compartilhamento de cena de sexo ou nudez sem o consentimento da vítima (Lei nº 13.718, 2018). Por sua vez, a Lei nº 13.772/18 aborda a problemática da exposição íntima online enquanto uma forma de violência psicológica contra a mulher, alterando o texto da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), de modo a reconhecer a violação da intimidade da mulher como uma forma de violência doméstica e familiar, como também altera o Código Penal de maneira a criminalizar o registro não-autorizado da intimidade sexual (Lei nº 13.772, 2018). De acordo com Rocco e Dresch (2014) e Rodrigues e Nogueira (2018), no contexto brasileiro, mesmo antes da sanção dessas duas legislações específicas, a proteção da mulher contra a exposição íntima online já estava garantida através da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e da Lei nº 12.737/2012 (Lei Carolina Dieckmann). Nos casos em que a vítima era menor de 18 anos no ato da exposição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deveria ser observado, uma vez que a produção, divulgação e compartilhamento de materiais íntimos envolvendo crianças e adolescentes constitui pornografia infantil.

Sendo assim, existe no contexto brasileiro uma forte proteção legislativa contra a exposição íntima online. Contudo, um estudo realizado no Canadá por

Dodge e Spencer (2018) aponta que, mesmo em um contexto em que existam legislações específicas que versam sobre a exposição íntima online, profissionais das políticas públicas de segurança tendem a não reconhecer a mulher que sofreu exposição íntima online enquanto vítima de um crime. Segundo os autores, a naturalização da violência contra a mulher e a culpabilização das vítimas de exposição íntima online levam os profissionais a desconsiderar o impacto da exposição na vida das mulheres vitimadas, não identificando a exposição como violência sexual (a legislação canadense classifica a exposição como uma forma de violência sexual), nem como pornografia infantil, quando as vítimas eram menores de 18 anos. Os dados apresentados por Dodge e Spencer (2018) se aproximam dos apresentados por Powell e Henry (2018), sobre o contexto australiano. Em entrevistas com 30 profissionais de diversos serviços policiais, legais e de atendimento às vítimas de exposição íntima online, Powell e Henry (2018) observam que os danos causados às vítimas pela experiência de exposição íntima online são frequentemente minimizados pelos profissionais. Dodge e Spencer (2018) e Powell e Henry (2018), afirmam que as concepções dos profissionais das políticas públicas acerca da exposição íntima online interferem diretamente no atendimento ofertado às vítimas, podendo levar a revitimizações, de modo que o Estado e seus agentes se negam a garantir os direitos das mulheres vitimadas.

Diante do exposto, construímos o entendimento de que a exposição íntima online se caracteriza enquanto uma forma de violência psicológica, sexual, moral e simbólica, fundamentada no sistema de dominação com base no gênero e atualizada através da internet, imbricada em processos de naturalização da violência contra a mulher e culpabilização das vítimas de exposição íntima online, o que resulta em entraves ao atendimento das vítimas através das políticas públicas. O objetivo do presente artigo é analisar as experiências de exposição íntima online vivenciadas pelas mulheres brasileiras usuárias da internet e as políticas públicas por elas acessadas.

## Método

A pesquisa consistiu em um estudo qualitativo, descritivo, exploratório e transversal (Minayo, 2014), referendado na perspectiva de gênero (Saffioti, 2001). Considerando que o *locus* da violência estudada é o ambiente online, observou-se a necessidade de retorno ao *locus* para a adequada apreensão do fenômeno.

### **Instrumentos**

Foi desenvolvido um questionário online, de autoria própria, através da plataforma KwikSurveys ([www.kwiksurveys.com](http://www.kwiksurveys.com)) e divulgado através de redes sociais (*WhatsApp, Facebook, Instagram e Twitter*). A temática geral do questionário era a violência contra a mulher e continha 34 questões, sendo sete abertas e 27 fechadas.

### **Participantes**

Mulheres brasileiras maiores de 18 anos e usuárias da rede mundial de computadores (homens e mulheres transgênero e pessoas não-binárias que haviam nascido com o sexo feminino também poderiam participar).

### **Aspectos Éticos**

A pesquisa foi iniciada apenas após a liberação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 07175318.6.0000.5188) e seguiu todas as diretrizes da Resolução 510/16 CNS/MS, mantendo o sigilo dos resultados e garantindo o caráter confidencial da pesquisa. A coleta de dados foi realizada entre março e maio de 2019.

### **Procedimentos**

Após a concordância com o TCLE e a inclusão dos dados sociodemográficos da participante, o questionário foi composto por três fases: a primeira trata dos entendimentos da participante sobre violência, de uma forma geral; na segunda, a participante era levada a responder questões sobre suas experiências enquanto vítima de violência e, caso respondesse que nunca havia sofrido Exposição Íntima Online, o questionário seria encerrado; contudo, se respondesse que já havia sido vítima de Exposição Íntima Online, a participante seria levada a responder a terceira fase do questionário, com perguntas acerca de sua experiência de exposição e, ao final, uma caixa aberta para que relatasse brevemente sua experiência, caso desejasse. Para os objetivos deste artigo, serão analisados apenas os dados referentes às participantes que afirmaram ter sofrido Exposição Íntima Online.

### **Análise de Dados**

Os dados do questionário constituíram uma amostra não-probabilística e por conveniência. Os dados quantitativos colhidos foram trabalhados através do software SPSS, em análises estatísticas por frequência; já os dados textuais coletados através da caixa aberta para os relatos breves das experiências de Exposição Íntima Online foram analisados através do software MaxQDA, em uma

Análise de Conteúdo Temático-Categorial (Minayo, 2014). Consideramos que as análises quantitativas não deslegitimam o caráter qualitativo da pesquisa, uma vez que o seu objeto é, em essência, qualitativo, e a análise de frequência, neste caso, nos permite observar as regularidades e homogeneidades do fenômeno social em questão (Minayo, 2014).

Participaram do questionário um total de 1.028 mulheres, das quais 5% (48 mulheres) afirmaram já terem sofrido alguma forma de Exposição Íntima Online. Para os objetivos deste artigo, serão analisados apenas estes 48 casos de Exposição Íntima Online.

## **Resultados**

### **Dados Sociodemográficos**

As participantes foram, em sua maioria, moradoras da região Nordeste, com o estado da Paraíba contando com o maior número de participantes (21), seguido por Ceará (4), Bahia (2), Pernambuco (2) e Rio Grande do Norte (2). As demais participantes foram moradoras dos estados: Minas Gerais (4); São Paulo (3); Santa Catarina (2); Mato Grosso (1); Rio de Janeiro (1); Rio Grande do Sul (1); Rondônia; Tocantins (1) e; Distrito Federal (1). Em relação à renda mensal familiar das participantes, a média ficou em R\$6.343,40 ( $DP = 6.651$ ;  $Min = 400$ ;  $Máx = 30.000$ ); todavia, a moda foi de R\$3.000,00 mensais.

A média de idade das participantes foi 25,2 anos ( $DP = 7,1$ ;  $Min = 18$ ;  $Máx = 55$ ). As participantes apresentaram alta escolaridade, com 27 delas informando possuir Ensino Superior Incompleto, seguido de Ensino Superior Completo (11), Pós-graduação Incompleta (4), Pós-graduação Completa (3) e Ensino Médio Completo (3). Elas se declaram, em sua maioria, como brancas (29), seguidas de pardas (13), pretas (5) e amarela (1). Quanto à religião, a maioria se declarou praticante do catolicismo (18), seguido por ateísmo (11), sem religião (6), agnosticismo (3), protestantismo (3), espiritismo (3), candomblé (2), umbanda (1) e budismo (1). Todas as participantes se declararam como mulher cisgênero, das quais 32 eram heterossexuais, 14 bissexuais e duas homossexuais.

### **Experiência de Exposição Íntima Online**

As participantes foram questionadas sobre que idade tinham quando sofreram a exposição íntima online, apresentando uma média de 21 anos ( $DP = 8,4$ ;  $Min = 4$ ;  $Máx = 52$ ); entretanto, a moda ficou em 16 anos de idade. O agressor foi apontado como sendo, em sua maioria, ex-parceiro da vítima ( $n = 16$ , equivalendo a

51,6% das respostas válidas), seguido por: colega de escola ou faculdade (6); desconhecido (6); amigo (4); conhecido (4); parente (4); parceiro atual (3); colega de trabalho (1); vizinho (1); “namorada do marido e a mãe dela” (1); professor (1).

Questionadas sobre se havia atuado mais de um agressor em sua experiência de exposição, 11 participantes afirmaram que sim. Destas, cinco afirmaram que mulheres também atuaram em sua exposição. Todas as participantes afirmaram que homens atuaram em sua exposição.

Quando perguntadas sobre se haviam buscado alguma instituição para lidar com a violência sofrida, apenas seis participantes afirmaram ter buscado algum equipamento de política pública, sendo eles: Polícia (3); Delegacia (4); Centro de Referência da Mulher (1). Sete participantes afirmaram ter buscado atendimento psicológico para lidar com a experiência de exposição íntima online, das quais quatro buscaram atendimento particular, uma buscou atendimento na sua escola, uma buscou na sua faculdade, uma em seu trabalho e uma buscou uma clínica-escola de Psicologia. Elas avaliaram o atendimento psicológico recebido como “Excelente” (4), “Ruim” (1), “Abaixo do aceitável” (1) e “Aceitável” (1). Quando questionadas sobre se haviam buscado denunciar a violência sofrida, sete participantes afirmaram que sim, todavia, elas avaliaram o atendimento recebido como “Péssimo” (4), “Ruim” (2), “Excelente” (2) e “Aceitável” (1).

### **Relatos das participantes**

Ao serem convidadas a relatar brevemente suas experiências de Exposição Íntima Online, 30 participantes submeteram seus relatos, que puderam ser analisados com auxílio do MaxQDA, levando à composição de três classes temáticas: *Contexto da Violência*, *Consequências da Exposição* e *Ações Diante da Violência*. As três classes temáticas, suas categorias e conteúdos serão explanados a seguir.

A classe temática *Contexto da Violência* trata das condições nas quais a Exposição Íntima aconteceu, sendo organizada em três categorias: Forma de Exposição; Agressor, e; Outras Violências. A categoria *Forma de Exposição* reúne os conteúdos relativos a onde e como a violência foi perpetrada. Os meios de exposição mais relatados foram as redes sociais, sendo citadas as redes *Facebook*, *WhatsApp*, *Instagram* e *Twitter*, bem como as extintas redes *MSN* e *Orkut*. Também foram citados como meios de exposição o e-mail, grupos de amigos, mensagens de texto e relatos orais. A exposição se deu, principalmente, através da

publicação e compartilhamento, ou ameaça de publicação, de vídeos, fotos ou relatos com conteúdo íntimo da participante, também tendo sido citada a produção de montagens que incluíam a participante em situação íntima e/ou vexatória. A fala da Participante nº 126 exemplifica essa categoria: “fez um vídeo com fotos íntimas minhas, com fundo musical com palavras obscenas e com legendas tipo: puta, já deu pra todo mundo, vagabunda, etc.”.

A categoria *Agressor* discorre acerca de quem realizou a exposição e com que objetivo. Os agressores foram identificados como sendo, em sua maioria, parceiros ou ex-parceiros da vítima. Também foram apontados enquanto agressores: hacker, pessoas desconhecidas, amigos e professor. Quanto às motivações do agressor para perpetrar a exposição, a vingança pelo fim do relacionamento ou pela rejeição da participante aos seus avanços sexuais foram as motivações mais recorrentes. Foram citadas também como motivações a ameaça de exposição como forma de coação para que a participante não rompesse o relacionamento e a difamação, ressaltando-se a motivação para exposição como uma forma de exibição de suas conquistas sexuais para os amigos, como pode ser observado na fala da Participante nº 774, que relata ter sido pressionada pelo namorado a se masturbar em frente à *webcam*, momento em que ele ocultava a própria imagem, e depois “descobri que ele assistia com os amigos”.

Por sua vez, a categoria *Outras Violências* reúne os conteúdos que tratam de outras formas de violência vivenciadas pelas participantes, em conjunto com a experiência de exposição íntima. Episódios de assédio sexual, violência sexual, violência psicológica e violência doméstica foram vivenciados pelas participantes, em conjunto com suas experiências de Exposição Íntima Online, como pode ser observado no exemplo da Participante nº 1026, que afirma que um professor “insistia por meio do *Facebook* para que eu fosse encontrar com ele, oferecendo em troca boas notas. Depois os assédios passaram a ser pessoalmente, pegando em minhas pernas na sala de aula, me segurando pelo braço pra conversar, além de uma grande perseguição em relação a sua matéria.”.

A classe temática *Consequências da Exposição* trata dos conteúdos referentes às consequências da exposição íntima online observadas pelas participantes em suas vidas, os quais puderam ser organizados em três categorias: *Consequências Psicológicas*, *Consequências Sociais* e *Consequências Para a Rede de Apoio*. Na categoria

*Consequências Psicológicas* encontram-se os impactos da exposição íntima para a saúde mental das mulheres vitimadas, a curto, médio ou longo prazo. As participantes relataram a experiência de choque, vergonha, medo e culpa, identificando a exposição íntima como uma fonte de sofrimento, desespero e estresse. Elas afirmaram ter desenvolvido dificuldade para confiar novamente e estabelecer novas relações amorosas, perda de peso e sofrimento psíquico. Nas palavras da Participante nº 422: “até hoje me sinto insegura em muitos relacionamentos e confiar nas pessoas novas”.

A categoria *Consequências Sociais* trata dos impactos da exposição íntima na vida social das participantes. O assédio de terceiros e a humilhação pública foram frequentemente relatados. As participantes afirmaram ter se visto forçadas a abandonar temporariamente ou permanentemente determinados círculos sociais, como a escola, a faculdade ou as redes sociais. A fuga desses espaços é uma forma de autoproteção em relação aos ataques direcionados às mulheres vítimas de Exposição Íntima, como observa a Participante nº 777: “fui humilhada de diversas maneiras, até quando mudei de cidade...”.

Já a categoria *Consequências Para a Rede de Apoio* reúne os trechos referentes ao impacto da exposição íntima nas vidas de familiares e amigos das participantes. Pais e irmãs(os) das participantes foram indicados como os mais afetados, provocando, em alguns casos, rupturas no seio familiar e convívio doméstico. A Participante nº 1000, que morava com a irmã quando foi exposta, afirma que após a exposição “ela não quis que eu continuasse morando lá”.

A classe temática *Ações Diante da Violência* reuniu os conteúdos relativos às medidas adotadas pelas participantes para lidar com a exposição íntima, sendo organizada em duas categorias: *Busca Pela Polícia* e *Estratégias de Enfrentamento*. A categoria *Busca Pela Polícia* reuniu os trechos que referenciaram a procura por atendimento policial ou a justificativa para não buscá-lo. Algumas participantes afirmaram não ter procurado a polícia diante da exposição íntima porque não havia garantia de mecanismo legal de proteção às vítimas de exposição íntima na época em que sofreram a violência. Todas as participantes que afirmaram ter buscado prestar queixa da violência sofrida, por sua vez, relataram a ineficácia da polícia ou delegacia na abordagem dos casos. A Participante nº 126 afirmou que buscou a delegacia para prestar queixa, contudo, não foi atendida, uma vez que os profissionais consideraram

que o crime consistia, nas palavras dela, apenas em “coisa de namorados”.

A categoria *Estratégias de Enfrentamento*, entretanto, apresenta as demais estratégias adotadas pelas participantes para lidar com a exposição íntima. O enfrentamento direto dos agressores exigindo retração e/ou remoção dos conteúdos compartilhados foi frequentemente citado, tendo sido efetivo em alguns casos, como no da Participante nº 652, que precisou “criar uma nova conta no *Twitter* e ameaçar o meu violentador pelas redes sociais. Após isso, todas as minhas contas invadidas saíram do ar”. A mudança de cidade, com o objetivo de fugir do “estigma” da exposição íntima, também foi citada como estratégia de enfrentamento, assim como o apego à fé e o aguardo pelo esquecimento social da experiência.

## Discussão

O índice de 5% das participantes que afirmaram já terem sofrido alguma forma de exposição íntima online corrobora os dados levantados por Patchin e Hinduja (2020), que também chegaram a um índice de 5%, bem como os apresentados por Ruvalcaba e Eaton (2020) que, por sua vez, apresentaram um índice de 8,3%. Considerando-se que a amostra foi não-probabilística e por conveniência, esses índices não podem ser universalizados. Todavia, esses índices e a sua constância e repetição em diferentes contextos socioculturais nos ajudam a estabelecer uma base para a compreensão da problemática da exposição íntima online e da sua fundamentação no gênero, que atravessa diferentes contextos permeados pela dominação da mulher através da violência.

A análise sobre a idade que as participantes tinham quando sofreram a exposição reafirma a vulnerabilidade das adolescentes e mulheres jovens a essa forma particular de violência, como já apontado na literatura (Miller, 2016; Mishna et al., 2020; Patchin & Hinduja, 2020; Pickel & Gentry, 2017; Ricciardelli & Adorjan, 2019; Ringrose et al., 2013). Apesar de a média ter se estabelecido em 21 anos, a moda foi de 16 anos e em 14 casos as participantes eram menores de 18 anos no ato da exposição. A vulnerabilidade das meninas e jovens mulheres à exposição íntima online não pode ser entendida apenas enquanto um efeito da maior inserção da população jovem nos meios digitais e do surgimento de práticas de sexualidade relacionadas a esses meios (*sexting*, por exemplo). Essa vulnerabilidade possui raízes em práticas milenares de exposição de mulheres por

suas práticas sexuais (Webb, 2015), diante da repressão à sexualidade das adolescentes e mulheres jovens, fundamentada na cultura da virgindade enquanto maior virtude da mulher. A perda da virgindade, ou mesmo a menor expressão de sexualidade e desejo, fazem com que a mulher jovem ou adolescente perca todo o seu valor social, sendo levada ao rechaço (Saffioti, 2004), quando a exposição íntima possibilita a imposição desse julgamento social sobre a mulher.

Os resultados indicam parceiros ou ex-parceiros das participantes enquanto os seus agressores, na maioria dos casos, corroboram os dados de Bates (2017), que também indicam a exposição íntima online enquanto uma forma de violência praticada majoritariamente por parceiros e ex-parceiros das vítimas. Já os dados que apontam a participação de homens na exposição de todas as participantes reiteram os resultados de Ruvalcaba e Eaton (2020) e Patchin e Hinduja (2020), que apontam que homens têm uma probabilidade duas vezes maior de serem os perpetradores da exposição íntima online. Esses resultados reforçam o caráter da exposição íntima online enquanto uma forma de violência de gênero e contra a mulher, que objetiva exercer controle e dominação sobre a mulher, seu corpo e sua sexualidade, através da violência simbólica, psicológica, moral e sexual.

A análise dos objetivos dos agressores ao praticar a exposição íntima, apresentados pelas participantes, esclarece o uso da violência na dominação e controle sobre a mulher. A exposição íntima online foi empregada em retaliação pelo fim do relacionamento ou pela rejeição da participante aos avanços sexuais do agressor, dados também presentes nos resultados de Hall e Hearn (2019) e Hearn e Hall (2019). A recusa da mulher a se dobrar à vontade e dominação do homem constitui uma transgressão grave dentro do sistema patriarcal, por negar o poder masculino. Diante disso, a violência é empregada enquanto uma forma de performance da masculinidade hegemônica, através da dominação sobre as mulheres (Saffioti, 1989). A performance da masculinidade também é observada nos casos em que a participante foi exposta pelo próprio parceiro para amigos dele, sem que houvesse qualquer objetivo de retaliação. Nesses casos, a exposição foi empregada enquanto performance da masculinidade hegemônica em seus três pilares: enquanto prova da heterossexualidade do homem e enquanto exibição de sua conquista sexual, o que estabelece o seu domínio sobre as mulheres e sua superioridade aos outros homens (Connell & Messerschmidt, 2005).

Os dados referentes às consequências psicológicas da exposição íntima online para as mulheres vitimadas reforçam os dados apresentados por Kamal e Newman (2016) e Bates (2017). A exposição íntima online provoca processos de sofrimento psicológico que podem evoluir para quadros clínicos de ansiedade, depressão, Transtorno do Estresse Pós-Traumático, ideação suicida, automutilação e distúrbios alimentares (Bates, 2017). A experiência de ter sua imagem, a qual é inseparável do corpo em si, explorada para o propósito da sua própria humilhação (e divertimento alheio perante o seu sofrimento), afeta a autoimagem e autoestima das mulheres, gerando impactos na sua saúde mental (Kamal & Newman, 2016). A procura por atendimento psicológico, entretanto, foi baixa entre as participantes, buscada majoritariamente através da clínica particular. Essa baixa busca pode ser um reflexo da falta de acesso a atendimento psicológico, especialmente ao se considerar que a falta de reconhecimento da exposição íntima online, enquanto uma forma de violência contra a mulher, nega às mulheres vitimadas o acesso a atendimento através das políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

As consequências sociais e para a rede de apoio, apontadas pelas participantes, reforçam a caracterização da exposição íntima online enquanto uma forma de violência que se sustenta no julgamento moral sobre a sexualidade da mulher e conta com esse julgamento para causar dano e sofrimento à vítima. As humilhações, ataques e assédios de terceiros, observados pelas participantes, são resultados da cultura de exposição de mulheres, que vilifica as mulheres expostas por ousarem vivenciar sua sexualidade fora dos padrões impostos pelo patriarcado. Desse modo, a sociedade patriarcal enxerga esses ataques como legítimos e justificáveis, uma vez que a mulher atacada é considerada "indigna" (Saffioti, 2001). A sociedade que ataca a mulher exposta e a culpabiliza pela violência sofrida pratica uma revitimização contra ela, gerando sofrimento e atingindo o direito seu e de seus familiares e amigos de ir e vir livremente, afetando, portanto, sua cidadania (Cisne & Oliveira, 2017).

A análise das outras violências observadas em conjunto com a exposição íntima online através dos relatos das participantes (violência doméstica, psicológica, sexual e assédio sexual) reforça a fundamentação da exposição íntima online no sistema de dominação com base no gênero. A presença dessas outras violências, acompanhada dos dados que revelam os

parceiros e ex-parceiros como principais agressores nos casos de exposição íntima online, permitem justificar a inclusão, através da Lei da Exposição Íntima Online (Lei nº 13.772, 2018), da violação da intimidade da mulher enquanto forma de violência psicológica na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, 2006). As características apresentadas por essa forma particular de violência justificam o desenvolvimento de políticas públicas para o seu enfrentamento, ligadas às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher.

Desse modo, cabe analisar as experiências de atendimento em políticas públicas apresentadas pelas participantes, compreendendo que o conceito de políticas públicas apresentado entre as respostas das participantes surge do contato direto do público geral com os serviços, equipamentos e legislações referentes à garantia de seus direitos. A procura por equipamentos de políticas públicas, mesmo as políticas de segurança, foi baixa entre as participantes. A falta de legislações específicas sobre a exposição íntima foi citada enquanto justificativa para não buscar a polícia ou delegacia e, entre as participantes que buscaram políticas de segurança para lidar com a violência, a avaliação sobre seu atendimento foi considerada por elas como insatisfatória. A legislação que versa especificamente sobre a exposição íntima online é, de fato, recente (Lei nº 13.718, 2018; Lei nº 13.772, 2018), todavia, considerando a sua caracterização enquanto violência doméstica e o fato de que, nos casos das mulheres expostas com menos de 18 anos, esse crime se caracteriza como pornografia infantil, a proteção da mulher brasileira à exposição íntima online já estava garantida desde antes da sanção das legislações específicas (Rocco & Dresch, 2014; Rodrigues & Nogueira, 2018).

A insatisfação com o atendimento nas políticas públicas nos casos de exposição íntima online corrobora os dados apresentados por Dodge e Spencer (2018) e Powell e Henry (2018). Mesmo em contextos onde existe uma legislação específica que trate da exposição íntima online, existe uma tendência entre profissionais das políticas públicas a não oferecer atendimento adequado aos casos de exposição de mulheres e meninas, uma vez que esses profissionais reproduzem concepções que naturalizam a violência contra a mulher e culpabilizam a vítima de exposição íntima online pela violência sofrida. O julgamento moral imposto sobre essas mulheres que tiveram sua intimidade exposta, bem como a falta de recursos, formações e capacitações sobre a temática, impedem os profissionais de reconhecer essas mulheres enquanto

vítimas de um crime que gera repercussões em diversos campos das suas vidas, fazendo com que necessitem de atendimento adequado. Mesmo nos casos em que as vítimas são menores de 18 anos, a culpabilização das vítimas leva os profissionais a desconsiderarem a caracterização do caso como pornografia infantil (Dodge & Spencer, 2018). Desse modo, o Estado pratica contra a mulher vítima de exposição íntima online mais uma revitimização, ao negar a ela o seu direito à justiça e atendimento adequados.

## Conclusões

A análise dos resultados reafirma a caracterização da exposição íntima online enquanto uma forma de violência de gênero e contra a mulher, de base simbólica, psicológica, sexual e moral. As mulheres que sofrem exposição íntima online são revitimizadas em três níveis: a vitimização primária é praticada pelo agressor, que se apropria do corpo e da imagem da mulher, destituindo-a de toda a sua humanidade; a vitimização secundária é praticada pelo Estado, quando se nega a garantir os seus direitos, ou através do descaso, do escárnio e da culpabilização, promovidos por seus agentes; a vitimização terciária é promovida pela sociedade, imbuída na cultura de exposição e humilhação de mulheres por suas práticas sexuais, que culpabiliza a vítima, a agride, a assedia, a humilha e a rechaça.

Observamos que, apesar do imaginário popular, a vingança não está sempre presente nas motivações para a prática da exposição íntima, como também nem sempre há a presença de material íntimo audiovisual, o que também foi observado por Bates (2017). Esses dados justificam a não adoção da terminologia “pornografia de vingança”, visto que ela remete à indústria pornográfica, bem como apresenta um viés culpabilizante sobre as vítimas, uma vez que a “vingança” seria motivada por uma ofensa cometida anteriormente pela vítima. A análise das motivações dos agressores apresenta uma fundamentação misógina, onde a violência é empregada de modo a performar masculinidade através da dominância e controle sobre as mulheres.

O acesso das participantes às políticas públicas que atuam no enfrentamento à violência contra a mulher se mostra insuficiente e deficitário, o que pode ser atribuído aos processos de naturalização da violência contra a mulher e culpabilização das vítimas de exposição íntima online. A naturalização atua identificando a exposição íntima como algo “normal”,

apenas uma consequência das escolhas e ações da vítima, de modo que impede a identificação adequada da exposição enquanto uma forma de violência. Já a culpabilização atua oferecendo justificativas para as ações do agressor, alocando na figura da vítima as motivações para a violência, legitimando-a. A dificuldade, imposta pela naturalização e culpabilização, em enxergar a exposição íntima online enquanto violência e a mulher enquanto vítima, apresentam entraves ao acesso das brasileiras às políticas públicas.

Entretanto, cabe considerar que a coleta de dados foi realizada poucos meses após a sanção das legislações específicas sobre exposição íntima online (Lei nº 13.718/18 e Lei nº 13.772/18). Apesar de o Estado não garantir integralmente o direito dessas mulheres à não-violência, contraditoriamente, ele se faz importante com a criação de leis e políticas, que constituem avanço significativo para a garantia desses direitos. Também se faz importante a participação da sociedade nesse processo, como garantido pela Constituição Federal, que cobra do Estado leis e políticas sociais (Cisne & Oliveira, 2018). Diante disso, faz-se necessário construir uma política efetiva de enfrentamento à exposição íntima online, que atue não apenas na reparação dos danos sofridos, mas, principalmente, na prevenção da violência, o que exige ações educativas, direcionadas não apenas para aqueles que possuem potencial para se envolver em casos de exposição íntima online, mas também para os(as) profissionais encarregadas(os) de atender aos casos. Como forma de devolução dos resultados da pesquisa que origina este artigo, foi produzido e divulgado, através da internet, um material infográfico com informações sobre a caracterização da exposição íntima online, como agir diante da exposição e que políticas públicas buscar. Será desenvolvido, também, um protocolo de atendimento a vítimas de exposição íntima online, voltado para políticas públicas e entidades do terceiro setor.

## Referências

- Bates, S. (2017). Revenge porn and mental health: A qualitative analysis of the mental health effects of revenge porn on female survivors. *Feminist Criminology*, 12(1), 22-42. doi: 10.1177/1557085116654565
- Cisne, M. (2015). Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista. *Serviço Social em Revista*, 18(1), 138-154. doi: 10.5433/1679-4842.2015v18n1p138
- Cisne, M., & Oliveira, G. M. J. C. (2017). Violência contra a mulher e a lei Maria da Penha: desafios na sociedade patriarcal-racista-capitalista do Estado brasileiro. *Serviço Social em Revista*, 20(1), 77-96. doi: 10.5433/1679-4842.2017v20n1p77
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W. (2005). Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender & Society*, 19(6), 829-859. doi: 10.1177/0891243205278639
- Dodge, A., & Spencer, D. C. (2018). Online sexual violence, child pornography or something else entirely? Police responses to non-consensual intimate image sharing among youth. *Social & Legal Studies*, 27(5), 636-657. doi: 10.1177/0964663917724866
- Hall, M., & Hearn, J. (2019). Revenge pornography and manhood acts: A discourse analysis of perpetrators' accounts. *Journal of Gender Studies*, 28(2), 158-170. doi: 10.1080/09589236.2017.1417117
- Hearn, J., & Hall, M. (2019). 'This is my cheating ex': Gender and sexuality in revenge porn. *Sexualities*, 22(5-6), 860-882. doi: 10.1177/1363460718779965
- Kamal, M., & Newman, W. J. (2016). Revenge pornography: Mental health implications and related legislation. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online*, 44(3), 359-367. Recuperado de <http://jaapl.org/content/44/3/359>
- Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. (2018, 24 de setembro). Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. (2018, 19 de dezembro). Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para reconhecer que a violação da intimidade da mulher configura violência doméstica e familiar e para criminalizar o registro não autorizado de conteúdo com cena de nudez ou ato sexual ou libidinoso de caráter íntimo e privado. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Miller, S. A. (2016). "How you bully a girl" sexual drama and the negotiation of gendered sexuality in high school. *Gender & Society*, 30(5), 721-744. doi: 10.1177/0891243216664723
- Minayo, M. C. S. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). São Paulo, SP: Hucitec.
- Mishna, F., Schwan, K. J., Birze, A., Van Wert, M., Lacombe-Duncan, A., McInroy, L., & Attar-Schwartz, S. (2020). Gendered and sexualized bullying and cyber bullying: Spotlighting girls and making boys invisible. *Youth & Society*, 52(3), 403-426. doi: 10.1177/0044118X18757150
- Patchin, J. W., & Hinduja, S. (2020). Sextortion among adolescents: Results from a national survey of US youth. *Sexual Abuse*, 32(1), 30-54. doi: 10.1177/1079063218800469
- Pickel, K. L., & Gentry, R. H. (2017). Slut shaming in a school bullying case: Evaluators ignore level of harm when the victim self-presents as sexually available. *Sex Roles*, 76, 89-98. doi: 10.1007/s11199-016-0662-6
- Powell, A., & Henry, N. (2018). Policing technology-facilitated sexual violence against adult victims: Police and service sector perspectives. *Policing and Society*, 28(3), 291-307. doi: 10.1080/10439463.2016.1154964
- Ricciardelli, R., & Adorjan, M. (2019). 'If a girl's photo gets sent around, that's a way bigger deal than if a guy's photo gets sent around': gender, sexting, and the teenage years. *Journal of Gender Studies*, 28(5), 563-577. doi: 10.1080/09589236.2018.1560245

- Ringrose, J., Harvey, L., Gill, R., & Livingstone, S. (2013). Teen girls, sexual double standards and 'sexting': Gendered value in digital image exchange. *Feminist Theory, 14*(3), 305-323. doi: 10.1177/1464700113499853
- Rocco, B. L. G., & Dresch, M. L. (2014). Violação dos direitos à intimidade e à privacidade como formas de violência de gênero. *Percurso, 14*(1), 27-49. doi: 10.21902/RevPercurso.2316-7521.v1i14.833
- Rodrigues, P. G., & Nogueira, K. M. C. (2018). A pornografia de vingança e as dificuldades de tipificação no ordenamento jurídico-penal atual. *Revista da Esmal, 7*(3), 181-194. Recuperado de <http://revistadaesmal.tjal.jus.br/index.php/revistaEletronicaEsmal/article/view/101>
- Ruvalcaba, Y., & Eaton, A. A. (2020). Nonconsensual pornography among US adults: A sexual scripts framework on victimization, perpetration, and health correlates for women and men. *Psychology of Violence, 10*(1), 68. doi: 10.1037/vio0000233
- Saffioti, H. I. B. (1987). *O poder do macho*. São Paulo: Moderna.
- Saffioti, H. I. B. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu, (16)*, 115-136. doi: 10.1590/S0104-83332001000100007
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Thomas, S. E. (2018). "What should I do?": Young women's reported dilemmas with nude photographs. *Sexuality Research and Social Policy, 15*(2), 192-207. doi: 10.1007/s13178-017-0310-0
- Webb, L. (2015). Shame transfigured: Slut-shaming from Rome to cyberspace. *First Monday, 20*(4). doi: 10.5210/fm.v20i4.5464

---

<sup>1</sup>Troca de mensagens com conteúdo sexual, podendo ou não envolver o envio de materiais íntimos audiovisuais.

Letícia de Mélo Sousa, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), é Professora do Centro Universitário FACISA (UNIFACISA). Endereço para correspondência: Rua José Mamede de Sousa, 166, Santa Cruz, Campina Grande/PB - CEP 58.417-205. Email: [leticiamelosousa@gmail.com](mailto:leticiamelosousa@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1823-0280>

Maria de Fatima Pereira Alberto, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), é Professora titular da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: [jfalberto89@gmail.com](mailto:jfalberto89@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2515-9571>

Recebido em 23.abr.21  
Revisado em 08.fev.22  
Aceito em 24.abr.22

# Constelações Familiares no judiciário: um tema para a Psicologia?

Lisandra Espíndula Moreira. Universidade Federal de Minas Gerais  
Laura Cristina Eiras Coelho Soares. Universidade Federal de Minas Gerais  
Adriano Beiras. Universidade Federal de Santa Catarina

## Resumo

Espalham-se pelos tribunais brasileiros projetos e práticas de constelação familiar como método para a resolução de conflitos. Esse artigo tem como objetivo refletir sobre como a Constelação Familiar articula-se ou não com o exercício da profissão da Psicologia, assim como problematizar de que maneira o Judiciário vem apoiando a ampliação dessa prática. Para tanto, analisamos as publicações sobre Constelações Familiares no site do Conselho Nacional de Justiça, no que se refere aos seguintes aspectos envolvidos na implantação dessas práticas nos tribunais: campos de aplicação; procedimentos utilizados; constelação como competência profissional e condições de participação e de avaliação. Discutiu-se de forma crítica sobre a emergência de políticas futuras do CNJ e sua validade utilizando, para tal, conceitos e reflexões da Psicologia Social Jurídica; assim como levantaram-se questionamentos a respeito das consequências dessas práticas. Por fim, destaca-se a importância da construção de um posicionamento do Conselho Federal de Psicologia.

**Palavras-chaves:** justiça; psicologia forense; políticas públicas.

## Abstract

*Family constellations in the judiciary: a topic for Psychology?.* Projects and practices of family constellation as a method for resolving conflicts spread through Brazilian courts. This article aims to reflect on how the Family Constellation is articulated or not with the exercise of the profession of Psychology, as well as to discuss how the Judiciary has been supporting the expansion of this practice. For this, we analyzed the publications on Family Constellations on the National Council of Justice website, regarding the following aspects involved in the implementation of these practices in the courts: fields of application; procedures used; the family constellation as a professional competence and conditions of participation and evaluation. The emergence of future CNJ policies and their validity was critically discussed using concepts and reflections from Social and Legal Psychology; as well as questions about the consequences of these practices were raised. Finally, we highlight the importance of building a position for the Federal Council of Psychology.

**Keywords:** justice; forensic psychology; public policies.

## Resumen

*Constelaciones familiares en el poder judicial: ¿un tema para la psicología?.* En los tribunales brasileños se propagan proyectos y prácticas de constelación familiar como método de resolución de conflictos. Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre cómo la Constelación Familiar se articula o no con el ejercicio de la profesión de la Psicología, así como discutir cómo el Poder Judicial viene apoyando la expansión de esta práctica. Para ello, analizamos las publicaciones sobre Constelaciones Familiares en el sitio web del Consejo Nacional de Justicia sobre los siguientes aspectos involucrados en la implementación de estas prácticas en los tribunales: campos de aplicación; procedimientos utilizados; competencia de la constelación familiar y condiciones de participación y evaluación. El surgimiento de las futuras políticas del CNJ y su vigencia fue discutido críticamente utilizando conceptos y reflexiones de la Psicología Social Jurídica; así como también se plantearon interrogantes sobre las consecuencias de estas prácticas. Finalmente, se destaca la importancia de construir un posicionamiento del Colegio de Psicólogos.

**Palabras clave:** justicia; psicología forense; políticas públicas.

“Constelação Familiar ajuda a humanizar práticas de conciliação no judiciário” (Bandeira, 2016). Esse é o título de uma das 37 notícias encontradas no site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo as informações do CNJ, em outubro de 2016 pelo menos 11 Estados e o Distrito Federal já utilizavam “a dinâmica da constelação familiar para ajudar a solucionar conflitos na Justiça brasileira” (Bandeira, 2016). As informações do CNJ indicam a introdução e a difusão dessa prática nos tribunais do Brasil. Entretanto, a ampliação do uso da Constelação Familiar não vem acompanhada do crescimento de pesquisas, tendo em vista que ainda são raros os artigos sobre essa temática publicados em periódicos científicos no Brasil.

Assim, surgem questionamentos sobre o que está envolvido na prática de Constelação Familiar: quais ferramentas são utilizadas? Qual é o objetivo? Quais profissionais poderiam utilizá-la? Quais os efeitos para os sujeitos submetidos a essa prática? Cabe ressaltar que a proposta deste artigo não é responder a todas essas problematizações, mas compreender algumas particularidades da aplicação dessa técnica no âmbito da justiça a partir da perspectiva teórica da Psicologia Social em articulação com o Direito (Sampaio, Oliveira, Neves, & Beiras, 2020) e, para tanto, é necessário abordar alguns elementos gerais e a forma como são utilizados no contexto jurídico. Como bem sinalizam Marino e Macedo (2018) sobre a inclusão da Constelação Familiar como prática integrativa e complementar no Sistema Único de Saúde: “Se técnicas previnem, também podem provocar enfermidades, dependendo do procedimento, de como se pratica e do caso” (p. 29).

No contexto do judiciário, a utilização da prática da constelação suscita outros questionamentos: em quais situações as constelações são utilizadas? Como são ofertadas e quais as condições de escolha e de consentimento para a participação? Quais são os objetivos estabelecidos? Quais são os efeitos produzidos nos sujeitos? Quais estratégias de acompanhamento são ofertadas? Como a Psicologia se posiciona diante dessa prática que intenta responder rapidamente ao litígio familiar que adentra o Judiciário?

Tendo em vista a amplitude dessas questões e as poucas publicações a respeito da temática, buscamos com esse artigo apresentar algumas considerações envolvidas na implantação de práticas de Constelação Familiar no contexto jurídico. Para tanto, analisaremos as informações publicadas pelo CNJ sobre seu uso, a partir de alguns questionamentos apontados acima. Além disso, tomaremos como referencial teórico os debates

que tensionam a articulação entre Psicologia e Direito, em especial, os debates a partir da Psicologia Social.

## Metodologia

Para compreender o panorama de inserção dessas técnicas no judiciário brasileiro, esbarramos na dispersão dessas metodologias em vários tribunais e na falta de informações detalhadas sobre o modo como os projetos estão acontecendo. Campos consolidados de pesquisa jurídica, como por exemplo, a jurisprudência, não se mostram eficazes<sup>1</sup>, pois na maior parte das decisões as informações referem-se aos resultados e não ao processo utilizado para a resolução de conflitos. Ou seja, é possível ter demandas semelhantes com resoluções muito parecidas, mas com procedimentos muito diferenciados, como por exemplo, a utilização de Constelações, sem que essa informação fosse identificável ao analisar as jurisprudências, quando tomando em consideração apenas as decisões (sentenças ou acórdãos). Nesse sentido, para identificar como o Judiciário vem abordando a temática é necessário pensar em outras fontes. Nossa estratégia metodológica foi a pesquisa documental tomando como instituição de referência o CNJ<sup>2</sup> buscando as informações publicadas por esse órgão sobre as Constelações Familiares.

Importante explicar a função do CNJ para compreender a escolha das informações publicadas por esse órgão na análise das constelações familiares no conjunto do judiciário brasileiro. O CNJ tem função administrativa, “organizando a atuação dos tribunais e de seus integrantes e trazendo à discussão as condutas desses na administração da justiça” (Franco & Cunha, 2013, p. 516). Nessa tarefa, o CNJ estabelece princípios para as práticas jurídicas no Brasil, além da possibilidade de exercer controle disciplinar externo<sup>3</sup>. A implantação de órgãos semelhantes ao CNJ teve inspiração em países da Europa, mas com algumas diferenças. Naquele contexto, a preocupação maior era com a ingerência do poder executivo, já na América Latina eles ocupam “lugar estratégico no gerenciamento e funcionamento do poder judiciário” (Carvalho & Leitão, 2013, p. 15).

Não será possível aprofundar as questões institucionais vinculadas ao CNJ, mas cabe esclarecer que sua atuação tem produzido transformações e direcionamento das práticas jurídicas, de maneira ampla e irreversível. Como ressaltam Carvalho e Leitão (2013), é possível evidenciar essas mudanças no “impacto da produção de dados (estatísticas), na maior transparência,

nas inspeções, nos mutirões e, por fim, nas suas resoluções” (p. 20) que são publicadas pelo órgão. Tendo em vista a importância do CNJ como referência para os tribunais brasileiros, buscamos nessa instância as publicações relacionadas ao uso das Constelações Familiares no contexto jurídico. Cabe sinalizar que, tendo em vista as competências já mencionadas, o site arquivava publicações variadas produzidas ou fomentadas pelo CNJ, tais como: manuais, cartilhas, relatórios, tratados, cursos na plataforma online, pesquisas, dentre outros. Esses formatos de publicação organizam informações técnicas de maneira mais sistematizada.

Assim, nosso *corpus* de análise foi construído a partir do levantamento de notícias no CNJ em 11 de abril de 2021. Encontramos ao todo 40 ocorrências com o descritor “constelações” e 41 com o descritor “constelação”. Contudo, alguns equívocos no sistema de busca também geraram a exclusão de algumas notícias, tais como uma reportagem que não continha a palavra e outras três nas quais a palavra era utilizada como verbo e não guardavam nenhuma proximidade com o tema de constelações familiares. Desta forma, o conjunto total de documentos analisados nesta pesquisa foi composto por 37 notícias. Destaca-se que todas as publicações encontradas se referem a notícias veiculadas no site, caracterizando informações curtas e sem sistematizações padronizadas.

Fica evidente que estamos analisando materiais referentes a eventos recentes, visto que as notícias dizem respeito a programas iniciados nos últimos anos. Entretanto, para compreender as condições e possibilidade para o surgimento e a utilização de certas ferramentas no judiciário é necessário pensar em movimentos históricos e discursivos mais antigos. Nesse sentido, apoiamos nossa análise na perspectiva genealógica, buscando marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história “(...) apreender seu retorno não para traçar a curva lenta de uma evolução, mas para reencontrar as diferentes cenas onde eles desempenham papéis distintos” (Foucault, 1979, p. 15).

Compreender as condições de possibilidade para a aparição de determinados acontecimentos – nesse caso, o uso das constelações familiares no contexto jurídico – implica historicizar não buscando origens, mas proveniências e emergências. Nessa abordagem, a pesquisa genealógica “não teme ser um saber perspectivo (...) é um olhar que sabe tanto de onde olha quanto o que olha” (Foucault, 1979, p. 30). Portanto, ressaltamos

que nossa análise está implicada com o campo da Psicologia Jurídica, principalmente no que se refere às tensões entre o campo da Psicologia e do Direito.

O campo jurídico se operacionaliza com a intensa e complexa circulação de documentos que acionam a noção de prova, ou seja, vestígios tratados como fatos, que instrumentalizam a punição e a classificação de sujeitos. Como salientam Lemos, Galindo, e Costa (2014), a análise dos arquivos do judiciário, inspirada nas pesquisas foucaultianas, possibilitaria “resistir ao controle social e forjar ferramentas de inquietação no presente em termos do que estamos fazendo com os outros e com nós mesmos” (p. 429).

Portanto, nossa análise toma o conjunto de materiais publicados na instância virtual do CNJ como um arquivo que carrega informações sobre a utilização das constelações familiares nos tribunais, entendendo que são “recortes provisórios” (Foucault, 2005, p. 33). Os trechos das notícias foram analisados buscando compreender os enunciados que são produzidos e as formas discursivas que acionam.

## Resultados

A primeira notícia encontrada data de novembro de 2014, ano em que só houve uma notícia publicada, em 2015 aumentou um pouco (três notícias) a repercussão da prática das constelações e em 2016 há o maior número de notícias (13), em 2017 foram 10 publicações, em 2018 manteve-se um número próximo com nove. Contudo, em 2019 apenas uma notícia, em 2020 nenhuma e em 2021 até o momento pesquisado (11 de abril de 2021) também não foram localizadas ocorrências no site.

A diminuição do número de notícias nos últimos anos chama a atenção. Inicialmente, seria possível pensar que a necessidade de medidas de proteção da pandemia implicasse na interrupção das práticas de constelação. Entretanto, como a diminuição de notícias aconteceu já em 2019, não parece ter relação direta com o momento de pandemia COVID-19. Por outro lado, também não é possível afirmar que a redução das notícias tenha relação com a diminuição do interesse ou da utilização das Constelações no judiciário, pois não encontramos nenhuma informação sobre o encerramento dos projetos noticiados nos anos anteriores. Uma possibilidade é que essa prática esteja se tornando tão frequente que tenha deixado de ser alvo prioritário das notícias no CNJ.

De maneira geral, podemos também observar que há dispersão geográfica das práticas, sendo que há

notícias de todas as regiões do país, em maior número as notícias do Centro-Oeste/Distrito Federal e em menor número as notícias do norte. Talvez a concentração de publicações no Centro-Oeste/Distrito Federal decorra do CNJ localizar-se em Brasília e, portanto, a divulgação pode ser facilitada. Para a visualização dos materiais encontrados, sistematizamos a tabela A1 (Apêndice A).

A partir desses materiais, buscamos identificar e problematizar o uso das constelações no judiciário diante de algumas questões: em quais situações as Constelações são aplicadas? Quais são os procedimentos utilizados? Quem tem executado essa prática? Quais são as formas de avaliação e quais são os resultados esperados e encontrados?

Importante salientar que, apesar de não encontrarmos orientações específicas ou embasamento técnico em cartilhas e materiais do site que versassem diretamente sobre as Constelações, há nas argumentações das notícias a articulação com documentações do CNJ. Muitas notícias fazem referência à Resolução CNJ 125 (Resolução nº 125/2010), que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário. A legislação sobre essas práticas foi complementada por meio da aprovação da Lei nº. 13.105 de 2015, o Novo Código de Processo Civil e pela Lei nº 13.140 de 2015, conhecida como Lei da Mediação. Desta forma, evidencia-se que o Judiciário tem localizado a aplicação dessa técnica como um modo não adversarial de resolução de conflitos, assim como a mediação e a conciliação. Diante dos dados encontrados optou-se por dividir a análise nos quatro seguintes eixos: Campos de aplicação da constelação; Procedimentos utilizados; Competência da constelação familiar; Condições de participação e avaliação; e finalizar trazendo uma discussão reflexiva com ponderações para a prática interdisciplinar e políticas do CNJ.

### **Campos de Aplicação das Constelações Familiares nos Tribunais**

Nos materiais analisados, a área de aplicação prioritária das Constelações Familiares tem sido os conflitos das Varas de Família relatados em 18 notícias – em especial, questões vinculadas a divórcio, guarda de filhos e pensão alimentícia. Além dessa aplicação, as notícias informam o uso das Constelações em situações de violência doméstica (7), de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (7) e no âmbito prisional (2). Há também referência ao uso da técnica em processos de adoção, assim como em espaços de mediação e justiça restaurativa. Algumas notícias

não mencionaram claramente um espaço de atuação e outros explicitaram mais de uma aplicabilidade.

A maior incidência das Constelações em conflitos familiares parece uma observação bastante óbvia, tendo em vista que as informações sobre a técnica explicitam sua ênfase na resolução desses conflitos. Entretanto, mesmo nessas situações, poderíamos colocar em questão quais noções de família são utilizadas nas constelações e de que forma elas convergem ou não para as concepções de família vigentes na legislação brasileira.

Como resumem Cruz e Chiquetti (2017), a base teórica aplicada nas constelações familiares, referente às formulações de Bert Hellinger, leva em consideração três ordens gerais que regeriam os relacionamentos: o pertencimento pelo vínculo, o equilíbrio entre dar e receber e a ordem de precedência dos membros. Essas leis que regeriam os relacionamentos e que produziriam a resolução dos conflitos, dependendo da interpretação a elas dada, não convergem plenamente com a legislação. Por exemplo, em casos de análise de abandono afetivo, a responsabilidade e o cuidado entre alguns familiares podem ser exigidos mesmo quando o vínculo não tenha se constituído (Soares & Moreira, 2016). A interpretação sobre como se constituiria esse vínculo, na obra de Hellinger, parece reafirmar espaços biológicos e uma visão tradicional de família de base religiosa, independentemente da forma como esse convívio se estabeleceu. Essa perspectiva é explicitada por Marino e Macedo (2018): “(...) a Constelação Familiar não somente tem influência da formação religiosa do autor, como reproduz em sua prática preceitos da religião cristã” (p. 28).

Há também nas notícias do CNJ informação sobre a aplicação da Constelação familiar em casos de violência contra a mulher e medidas socioeducativas. Em se tratando das questões de violência contra mulher, há debates sobre o uso de procedimentos não adversariais, tais como conciliação, mediação ou justiça restaurativa. A Lei 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, não apresenta textualmente impedimento ao uso desses métodos alternativos de resolução de conflito no caso de violência contra a mulher e é possível verificar que o CNJ tem se posicionado a favor dessa prática.

Entretanto, essa utilização não está consensuada, tendo em vista que o reconhecimento das relações desiguais de gênero coloca em questão os parâmetros a partir dos quais se estabelecem as ferramentas de resolução. Essa interpretação aparece na recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos,

vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA) em relatório sobre o acesso à justiça por mulheres em situação de violência, dizendo inclusive que o uso de práticas alternativas agrava a hierarquia de gênero e que muitas vezes os acordos firmados não são cumpridos (OEA, 2007). Nos materiais analisados, percebemos a argumentação por meio de enunciados que tensionam essas posições, tentando apresentar a constelação como técnica válida nesse contexto.

O conhecimento dos princípios sistêmicos traz às mulheres uma possibilidade de mudarem sua postura vitimizada, justamente porque elas conseguem observar o que não vem funcionando e como podem fazer diferente nos seus relacionamentos. “As vítimas demonstram compreensão da ordem sistêmica e entendem a repetição do ciclo de violência”, ressaltou o juiz (N13).

A metodologia terapêutica é importante porque subsidia a tomada de consciência do conflito e aponta soluções. “Quando a vítima se vê como parte atuante do conflito e enxerga a recorrência do padrão conflituoso aprende a tratar a questão e se investe de poder, com isso acaba saindo da condição de vítima”. (N18)

Essas duas notícias parecem retratar o mesmo programa e nos dois materiais há ênfase nas ações da vítima, tendo em vista que o procedimento é feito unicamente com as mulheres. O risco dessa ênfase reside na forma como esse enunciado produz também certa responsabilização da vítima pela violência sofrida. Além disso, a proposta da Constelação Familiar traz em seu bojo um entendimento que reafirma lugares de gênero que podem promover violências, como Marino e Macedo questionam:

Os fóruns de juízes consteladores não estariam se transformando em palcos de desigualdade de gênero entre homens e mulheres, na medida em que a técnica acredita que a mulher deve seguir os passos do homem e que possui um papel específico de ‘guardiã do bem-estar da família’ enquanto que o homem deve se responsabilizar por sua segurança externa?(...) Como o Estado garantirá que os direitos das mulheres serão preservados?. (Marino & Macedo, 2018, p. 30)

A utilização em situações de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas não se apresenta menos problemática, pois tende a posicionar na família a responsabilidade pela prática considerada delituosa. Apesar da complexa rede de questões envolvidas na vivência de jovens que passam pelas medidas

socioeducativas e que contribuem para suas práticas, alguns discursos criminológicos, que antes articulavam causas à biologia do sujeito, passam a definir causas na biografia, em especial nas vivências familiares desses jovens (Moreira & Toneli, 2015).

Um jovem atormentado por questões familiares pode tornar-se violento e agredir outras pessoas. Não adianta simplesmente encarcerar esse indivíduo problemático, pois se ele tiver filhos que, com as mesmas raízes familiares apresentem os mesmos transtornos, o problema social persistirá e um processo judicial dificilmente resolve essa realidade complexa. Pode até trazer algum alívio momentâneo, mas o problema ainda está lá. (N1)

De maneira geral, as três principais áreas de aplicação citadas nos documentos do CNJ levantam novos questionamentos. Mesmo em se tratando de conflitos familiares, a utilização das constelações como forma de resolução nos convoca a pensar quais são as noções de família acionadas por esse embasamento teórico, em especial quando definem algumas ordens que estariam regendo os relacionamentos, mas não necessariamente são os preceitos jurídicos vigentes na legislação brasileira. Nesse sentido, para fins de exemplificação dessa divergência, pode-se pontuar que a legislação brasileira não promove diferenciação e nem hierarquização de filiações e nem entre irmãos. Assim como sinalizado anteriormente sobre o tema do abandono afetivo e sua abordagem pela Justiça e pela constelação familiar.

Nas utilizações vinculadas à violência contra a mulher e às medidas socioeducativas, há nas argumentações alguns enunciados que invisibilizam as complexas relações envolvidas nessas situações, responsabilizando a vítima, no caso das violências domésticas, ou a família, no caso das medidas socioeducativas. No campo da socioeducação, a constelação familiar parece apontar que na relação vítima e adolescente estaria implicada uma repetição de conflitos familiares deste adolescente. O conflito legal parece traduzido para um conflito intergeracional familiar interno. Esta questão precisa ser vista com cautela, pois desconsidera a complexidade do conflito, procurando uma causa e uma explicação únicas para resolver o conflito. Desta forma, a prática das constelações familiares, nesse contexto, produziria uma associação preocupante entre cometer ato infracional e a história familiar do adolescente, simplificando a questão e desconsiderando diversos fatores psicossociais importantes.

### **Procedimentos de Execução das Constelações Familiares**

Em relação aos procedimentos utilizados nas Constelações familiares, os materiais nem sempre os descrevem com clareza. Quando as notícias apresentam as ferramentas utilizadas nas sessões de constelação, percebemos uma grande diversidade de propostas, sendo alguns procedimentos utilizados em várias outras ferramentas, levando a questionar porque nomeá-los como Constelações, como no caso de vídeo com posterior debate:

A oficina começou com a exibição de um vídeo sobre a história de vida e de superação de um dos maiores atletas de todos os tempos, o nadador norte-americano Michael Phelps... que tinha um mau relacionamento com o pai... alguns jovens acompanharam os relatos aninhados no colo e de mãos dadas com a mãe. (N10)

Em algumas explicações há a apresentação de várias etapas, algumas mais preparatórias e explicativas e outras mais interventivas:

A sessão de Constelação Familiar começa com uma palestra proferida pelo juiz sobre os vínculos familiares, as causas das crises nos relacionamentos e a melhor forma de lidar com esses conflitos. Em seguida, há um momento de meditação, para que cada um avalie seu sentimento. Após isso, inicia-se o processo de Constelação propriamente dito. Durante a prática, os cidadãos começam a manifestar sentimentos ocultos, chegando muitas vezes às origens das crises e dificuldades enfrentadas. (N1)

Na maior parte dos materiais as informações são bem gerais, indicando de maneira mais específica o objetivo reflexivo da ferramenta, com algumas pistas do modo como são conduzidos os encontros, geralmente em grupos e com a condução de um constelador.

Durante a sessão, os envolvidos têm a oportunidade de enxergar de fora a situação que os aflige. Por meio de uma frase-tema e um mínimo de informação sobre o cliente, a condução do trabalho desencadeia no ambiente do grupo coisas extraordinárias. Na constelação, o grupo é conectado a favor da "alma" do cliente. (N4)

Consiste em criar "esculturas vivas" para reconstruir a árvore genealógica do constelado, a partir da qual são localizados e removidos os bloqueios do fluxo amoroso de qualquer geração ou membro da família (...) As famílias podem receber até quatro atendimentos (N2).

A técnica tenta fazer com que as pessoas meditem sobre si mesmos, para apaziguar conflitos referentes a processos (N17).

A partir da dinâmica buscamos identificar como se produzem os problemas no sistema familiar e mostrar claramente os padrões de conduta repetitivos que perduram ao longo das gerações de forma inconsciente, pelo comportamento do passado da família. É preciso buscar essa reconciliação com os nossos pais, avós, para nos livrarmos de bloqueios que atrapalham nossos relacionamentos no presente... Os participantes representaram papéis de parentes de pessoas do grupo e revelavam o que sentiam a partir do momento em que seus conflitos e emoções eram revelados e debatidos com o interlocutor. (N16)

Um exercício coletivo no qual foi representada uma situação envolvendo vítima e seu agressor (...) a constelação familiar trata das relações conflituosas de casais que chegam a agressões. O objetivo é fazer com que a vítima verbalize o conflito, identifique a origem dele e receba orientações práticas para resolver a questão. (N18)

Nas sessões, os participantes são estimulados a refletir sobre seus vínculos familiares, o litígio e os motivos que os levaram a entrar com o processo judicial. O objetivo é que, por meio da observação da dinâmica do sistema familiar, sejam interrompidos comportamentos repetitivos que geram conflitos e possibilitar a conversa entre os litigantes, que resulta, frequentemente, no acordo. (N19)

Em uma notícia destaca-se a participação dos funcionários: "No modelo de constelação praticado na Unidade de Santa Maria, a atuação dos servidores não é por acaso (...) a participação dos funcionários sensibiliza-os sobre as trajetórias que levaram rapazes e moças a entrar em conflito com a lei" (N34). Pode-se questionar sobre o efeito de tal exposição no cotidiano institucional, a suposta compreensão também confere maior poder diante da obtenção de informações tão íntimas.

De maneira geral, não é possível compreender por meio das notícias como a ferramenta tem sido aplicada nas instâncias jurídicas. Essa impossibilidade pode ter relação com o formato dos materiais utilizados (notícias), mas também pode estar relacionada com certa flexibilidade no uso da ferramenta ou ainda com a indefinição do que realmente possa ser considerado constelação familiar.

Nesse sentido, é necessário olhar com extrema cautela a utilização de ferramentas tão variadas,

especialmente porque procuram evocar conteúdos emocionais e íntimos da história individual e familiar, num contexto que talvez não dê condições suficientes para elaboração desses conteúdos. Quais são os parâmetros epistemológicos e teóricos que sustentam essas intervenções? Como eles alinham a proposta jurídica e a validação científica? É preocupante a exposição das situações singulares das famílias, que no âmbito jurídico responde a um propósito específico de andamento e resolução do processo. Não fica claro o número de sessões de constelação que serão disponibilizadas ou se haverá acompanhamento dos casos para além da definição jurídica. Sem um acompanhamento, como saber se houve de fato uma mudança? A resposta que aparece frequentemente nas reportagens refere-se ao índice de acordos como indicativo de sucesso da intervenção, porém temos o perigo de cair em soluções rápidas e momentâneas para problemas complexos que exigiriam estudos psicológicos aprofundados que são descreditados nestas ações.

### **Constelação como Competência Profissional**

Não há informações claras sobre a formação dos profissionais que aplicaram a ferramenta. Esse é o terceiro eixo de análise dos materiais. A quem compete a aplicação desse procedimento e com qual autonomia institucional? Em alguns materiais, há a descrição da Constelação familiar como “método psicoterapêutico” (N4) ou “terapia familiar” (N16), “envolve técnicas de terapia familiar... alicerçada na Teoria Geral dos Sistemas, na Fenomenologia, no Psicodrama” (N2). Diversas reportagens utilizam uma arte do próprio CNJ com a seguinte definição de constelações familiares: “técnica alemã que investiga as relações interpessoais do sistema familiar, mostrando as conexões entre as gerações” (N29, N34, N30 e N33).

Essas definições por si só não resolvem a dúvida. Nota-se aqui uma mistura epistemológica, conceitual e teórica, com inferências não compatíveis entre si, colocadas de forma superficial e rápida. Faz-se importante diferenciar a técnica em si de conhecimentos consolidados sobre sistemas e de um paradigma novo-paradigmático sistêmico da ciência, que sustenta a terapia familiar já por muitas décadas. Esta diferenciação é importante pois o próprio conceito de “sistêmico” pode ser visto de forma diversa nestes contextos. Não se percebe nas constelações uma preocupação com o pensamento complexo e novo-paradigmático e sim um movimento de busca de soluções de causa e efeito, produzidos de forma simplista e imediatista (Marino & Macedo, 2018). Marino e Macedo concluíram que “(...) não é possível

considerar a Constelação Familiar como sistêmica, uma vez que em sua prática ou teoria os pressupostos do Pensamento Sistêmico não se fazem presentes; não basta o uso do termo ‘sistêmica’, requer uma postura terapêutica que acompanhe seus princípios” (Marino & Macedo, 2018, p. 32).

Na grande maioria dos materiais, o profissional que tem a palavra nas notícias é o juiz/juíza, mesmo que na descrição fique claro que outro profissional conduz a técnica. Uma hipótese para essa ênfase na explicação do magistrado é que a proposta dos projetos seja instituída pelo responsável de determinada vara, portanto, o juiz/juíza. Há também notícias do magistrado como executor do procedimento: “Palestra proferida pelo juiz” (N1) e “Muitas vezes é necessário se despir da toga para que ele encurte a distância entre as partes e ganhe confiança” (N6).

Entretanto, essa participação dos juizes na condução das constelações parece encontrar divergências. Na notícia N29 consta que “O tribunal rondoniense está investindo na formação dos magistrados neste método de solução de conflitos – 27 deles já foram capacitados”, denotando o protagonismo dos magistrados nessa prática. Já na reportagem N33 a magistrada pontua: “Não sou consteladora, fiz uma parte do curso apenas para entender do que se tratava. A Lei Orgânica da Magistratura (Lei Complementar nº 35/1979) proíbe que o juiz tenha outra profissão como terapeuta”. Pode-se argumentar que essa seria uma perspectiva ampliada da atuação na condição de magistrado, porém essa atividade poderia produzir efeitos no trabalho como juiz, como a própria juíza questiona: “você pode contar detalhes da sua vida para a consteladora, vou saber de informações que não constam no processo. Como vou depois ter isenção para te julgar?”(N33).

Quanto à execução dos procedimentos, muitas vezes é citada a presença de psicólogas(os), ou equipe multidisciplinar (“os casos passam por avaliação prévia por uma equipe multidisciplinar”, N20), ou profissionais de diversas áreas (“Os temas conflito revelam no desenrolar da constelação aprendizados que servem à atuação de profissionais das mais diversas áreas, principalmente médicos, terapeutas, advogados de família e juizes”, N4). Também é relatado que as práticas servem como espaço de formação de estudantes de Direito e Psicologia. Em alguns materiais, não há citação da formação, referindo apenas o/a profissional como constelador, servidor, conciliador, facilitadora, ou “um terapeuta especializado comanda a sessão de

constelação” (N14). A parceria com ONGs ou com consteladores voluntários também é mencionada, denotando que nem sempre são funcionários vinculados ao tribunal que conduzem a constelação.

Cabe chamar atenção que, no âmbito da articulação entre Psicologia e Direito, as práticas estão intimamente imbricadas, mas essa articulação não se constitui sem tensões. Para além de estabelecer um rol de práticas que são interdisciplinares é necessário colocar em questão que os propósitos da formulação de algumas técnicas oriundas da psicologia passam por grandes modificações na incorporação pela instância jurídica.

Não se trata aqui de defender as delimitações tradicionais das disciplinas acadêmicas, mesmo porque, no plano das práticas, tais delimitações encontram-se já embaralhadas. No entanto, acreditamos na necessidade de uma desconstrução crítica e não às cegas de tais fronteiras, para que um outro modo de pensar possa emergir para além das práticas normalizadoras e de controle nas quais tanto o direito como a psicologia se encontram implicados (Arantes, 2008).

Além disso, nas práticas profissionais da Psicologia, vemos surgir algumas ferramentas divulgadas como produtos de mercado, misturando técnicas diversas, prometendo a solução de vários problemas psicológicos. Diante da complexidade das situações envolvidas na subjetividade humana seria no mínimo pretensioso imaginar que uma ferramenta concentraria a possibilidade de intervenção eficaz em todas as situações.

Mesmo que a execução das Constelações não seja identificada de maneira aberta como uma intervenção psicológica, a Psicologia não poderia, nem deveria se furtar à análise. De certa maneira, não identificar a intervenção como no âmbito da Psicologia poderia ser compreendido como uma estratégia para não responder aos parâmetros profissionais decorrentes dessa nomeação. Dizer que a intervenção não é restrita a Psicólogas(os) ou que não é uma técnica Psicológica produz como efeito a flexibilidade de utilização sem que seja regulamentada ou mesmo fiscalizada pelos órgãos competentes, no caso do Brasil os Conselhos Regionais e o Conselho Federal de Psicologia. Entretanto, isso não significa que não deva ser problematizada no âmbito Psicológico, tendo em vista que talvez produza efeitos psicológicos nos sujeitos que a ela se submetem. Além dos efeitos psicológicos há uma pretensão e uma apropriação de determinados conceitos psicológicos de forma simplista, ligada às relações de poder, confundidas e misturadas com intuições e espiritualidades.

Isso nos faz refletir sobre a complexa relação entre o Direito e Psicologia e seus tensionamentos, assim como a apropriação de conhecimentos *psis* por juizes para dar conta de forma pouco aprofundada e cuidadosa de problemas complexos.

### **Condições de Participação e Avaliação do Procedimento**

A utilização das Constelações Familiares, tomando como base o fato de serem ferramentas atreladas inicialmente ao contexto de psicoterapia, nos convoca a pensar como fica estabelecido o consentimento dos participantes. Não raras vezes, na articulação entre Psicologia e Direito, as práticas jurídicas, argumentando em nome do bem comum, da humanização ou de alguém considerado incapaz de decidir, estabelecem a participação compulsória em programas, como em situação de imposição de tratamento para usuários de determinadas substâncias ou para autores de violência contra a mulher.

Essa última situação aparece descrita nos materiais analisados, na utilização de Constelações em situações de violência contra mulher. Nesses casos, a participação na Constelação é compulsória e a não participação acarreta desdobramentos jurídicos.

Os encontros fazem parte das medidas aplicadas aos homens ofensores, que são obrigados a participar das oito sessões. “Caso falem”, diz o juiz, “eles podem ser presos. Há um relatório semanal que nos informa sobre a assiduidade deles” (N21).

A compulsoriedade não representa uma regra entre os programas apresentados nos materiais analisados. O modo como as partes são chamadas para participar das Constelações varia, sendo por vezes convidadas e por vezes intimadas. Sendo a cena jurídica palco da constelação, mesmo que se diga que há voluntariado ou consentimento na participação, essas decisões estão atravessadas pelo peso da instituição jurídica e da morosidade do andamento processual. O consentimento pode estar vinculado ao receio dos efeitos que uma negativa poderia desencadear, ou ainda a necessidade de resolução rápida da sua demanda, submetendo-se a uma ferramenta mesmo sem interesse nela.

Chama atenção nos materiais a ênfase na eficácia das constelações. Muitas informações sobre os resultados obtidos nos dão pistas de qual o propósito envolvido na aplicação da ferramenta. Em parceria com outras ferramentas de resolução de conflitos, as constelações são utilizadas em mutirões e Semanas de Conciliação, sendo que os resultados são avaliados conforme o montante dos valores de acordos:

"TJBA totalizou R\$ 358,8 milhões e 35.785 acordos, alcançados em 51.604 audiências realizadas em todo o estado. O índice de sucesso chegou a 69%. O TJBA superou outros 26 tribunais de todo o país, incluindo os de maior estrutura" (N3); "Foram realizadas 943 sessões de conciliação e mediação, com 549 acordos e mais de R\$ 55 milhões negociados" (N5).

Quando os materiais apresentam diretamente os números de programas de Constelações, as estatísticas parecem bastante otimistas. "De acordo com o magistrado, o índice de solução é de aproximadamente 94% das demandas" (N2). "A técnica foi aplicada em cerca de 52 processos, desde março, alcançando índice de acordos de 86%, com a participação das duas partes na dinâmica" (N14).

Setenta e um por cento das pessoas convidadas compareceram ao evento. Após a realização de audiências dos processos, observou-se uma média de acordos de 61%. Nos casos em que ambas as partes se fizeram presentes na constelação, a média de acordos chegou a 76% (N23).

O índice de aprovação da técnica foi de quase 80%. Além disso, 86% das audiências realizadas após a constelação resultaram em acordos (N19).

"A Constelação Familiar é muito interessante para o Judiciário, pois, além de solucionar a causa, evita futuras judicializações entre as partes." E acrescentou: "Após a aplicação da técnica, alguns juizes já obtiveram 100% de acordos em processos" (N27).

No caso de utilização das constelações com jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, a reincidência passa a ser o critério de avaliação da eficácia. "A ferramenta é tão potente que, após passar pela constelação, a reincidência é mínima... temos uma possibilidade efetiva de não reincidência de 90%" (N10). Nos casos de violência doméstica, esse também é um dado considerado: "(...) desde que a psicoterapia vem sendo usada nos casos de violência doméstica em Parobé, houve redução de 94% na reincidência das agressões entre homens e mulheres" (N32).

Além das avaliações quantitativas, os materiais mostram a utilização de argumentos qualitativos como comprovação da eficácia do procedimento. Numa situação de possível divórcio, a retomada da união é apontada como um sucesso da técnica - "utilizaram a técnica da constelação e o casal acabou retomando a união de 15 anos" (N4); "durante a técnica aplicada, M. S. R. e G. S., que haviam decidido pela separação, resolveram dar outra chance ao relacionamento" (N17). Entretanto,

é necessário colocar essa avaliação em questão. Seria o objetivo do judiciário desencorajar o divórcio?

Esse questionamento parece já estar povoando essas argumentações, tendo em vista que em outro material a fala já contém um contra-argumento "Em caso de divórcio, conta o magistrado, muitas vezes é impossível impedir a separação do casal, no entanto, o sucesso da prática é garantir a manutenção de laços saudáveis" (N2). "Um ex-casal que não se falava há dois anos, depois da aplicação da Constelação Familiar, voltou a conversar e a decidir sobre as suas pendências e a criação dos dois filhos" (N11).

### ***Discussão Reflexiva: Ponderações para a Prática Interdisciplinar e Políticas do CNJ***

Diante de todo o exposto neste texto, é relevante trazer à discussão ponderações reflexivas sobre a emergência desta prática no judiciário. Diante de quais interesses estas práticas tomam lugar no judiciário? Quais são os efeitos de uma possível política nacional do CNJ neste sentido? Seria um fomento à inovação ou uma abertura para intervenções sem sustentação teórica e científica? Ainda que se coloque como ponderações positivas a possível celeridade dos processos, a resolução dos conflitos ou ainda as ideias de humanização, isto ocorre a custo de que outros efeitos psicológicos, na medida em que não se tem estudos mais aprofundados sobre sua efetividade?

Estas práticas põem em evidência a necessidade de se pensar porque práticas que apresentam misturas epistemológicas incoerentes, pouco aprofundamento teórico, mescla de autores incompatíveis ou visões simplistas de conceitos, ganham destaque nestes contextos sem qualquer senso crítico. Aguiar, Fonseca, e Daros (2018), ao tomar em análise os processos de judicialização da vida e seus efeitos nos debates sobre direitos humanos, chamam a atenção para a simplificação de conflitos que não são simples, pois estão atravessados por complexas relações de poder. Nesse sentido, algumas práticas se tornam limitadas "pela pressa e por um ímpeto econômico na produção de saídas para fatos que demandam análise cautelosa e lenta" (p. 83). Essa redução de problemas complexos, à semelhança do que encontramos nas aplicações das Constelações, naturalizam e normalizam as experiências de vida, restringindo especialmente as vivências que não se encaixam nos parâmetros normalizados.

Seria talvez a exposição da impotência e da angústia de operadores do direito em lidar com problemas complexos e relacionais, diante da insuficiência das

teorias do direito e da sociedade? É preciso compreender de maneira ampliada esse cenário. Como aponta Lemos (2018), “as encomendas realizadas ao Poder Judiciário crescem exponencialmente, nas últimas décadas, gerando uma inflação jurídica sem proporção, a qual, o próprio Judiciário não consegue administrar” (p. 145). Assim, esses movimentos nomeados de judicialização da vida expandem no corpo social a função judiciária “em seu duplo movimento de invasão (capilarização) no ínfimo da vida e de condensação (tomada para si) das funções de diferentes instituições (...) em uma ordem sustentada pelo controle” (Aguiar et. al., 2018, p. 80).

Cabe salientar ainda que se trata de soluções alinhadas a um momento histórico de busca por caminhos rápidos, efeitos de políticas neoliberais, de desqualificações profissionais, de formações cada vez mais levianas e simplistas em diferentes áreas. No campo da judicialização, esse contexto histórico de aceleração se desdobra na “ampliação e generalização da visão contratual dos julgamentos jurídicos para todas as esferas da sociedade” (Lemos, 2018, p. 145), ditando um tempo reduzido para a resolução de conflitos que exigem análise cautelosa.

Por outro lado, faz pensar na disputa e no tensionamento da área psicológica com o direito. Por que a cobrança por cientificidade da psicologia nas atuações do direito não se aplica, por vezes, nestas intervenções? Nota-se que a psicologia, apesar de todo seu conhecimento sobre relacionamentos, comportamentos, sociedade e cultura, ainda parece servir apenas para embasar e auxiliar o direito em suas ações e suas limitações. Da mesma forma, conhecimentos e técnicas psicológicas, construídas no acúmulo de extensas e consistentes pesquisas, acabam sendo incorporadas de forma incoerente, como é possível verificar no caso das Constelações familiares.

Com isso, produz-se um preterimento a todo um histórico consolidado da ciência psicológica, das psicoterapias familiares (terapia familiar), das bases do pensamento sistêmico novo- paradigmático que provocaram avanços e questionamentos na ciência atual, assim como, dos estudos da psicologia social que têm apontado a necessidade de análise de questões sociais e estruturais que se traduzem em desigualdades na garantia de direitos. Produz também distância das possíveis relações da psicologia social, clínica e jurídica nas interfaces com o Direito, por elas não oferecerem, em seu aprofundamento, soluções rápidas e midiáticas que possam dar palco à celeridade da justiça e preencher o

vazio e a impotência do direito diante de questões complexas e da judicialização das relações sociais.

Outros questionamentos são possíveis. Seria o lugar do magistrado constelar e resolver as demandas psicológicas dos sujeitos que buscam a justiça? Por que seus conhecimentos de formação parecem ser tão insuficientes? Seria esta a melhor forma de resolução de conflitos? A psicologia deveria então se manter restrita às perícias e aos conhecimentos subalternos ao direito? Coincide com estas práticas a constante precarização da função de psicólogos jurídicos e forenses em diversos tribunais do país.

Fica a questão de por que interessam tanto estas práticas de constelações, mesmo com argumentos contrários consolidados e de fácil exploração. Pior ainda quando observamos esta atratividade a casos de violência contra mulheres e ações com autores de violência, sem qualquer observância aos textos de Bert Hellinger que buscam fundamentar e manter conceitos normativos e patriarcais e misoginia, culpabilização das mulheres sobre as violências e vivências de abusos sexuais. Isso sem falar na manutenção de relações de poder nos contextos familiares que auxiliam a manutenção de violências de gênero.

## Considerações finais

A constelação familiar no judiciário parece atender a uma preocupação de celeridade de justiça ao prometer a resolução do conflito de modo instantâneo. Atende também as demandas contemporâneas de produtividade, de rapidez e dos imediatismos, assim como da precarização neoliberal. Dessa forma, o juiz poderia prescindir do trabalho da equipe técnica composta por psicólogos e assistentes sociais que, frequentemente, são questionados por sua demora em função da complexidade da trama familiar. Não sendo prática psicológica, os psicólogos retornam ao lugar de realização de perícias ou o psicólogo será capacitado para realizar um trabalho não psicológico? Nesse cenário, reforçamos a necessidade de posicionamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), mesmo que seja no sentido de esclarecer à população e reafirmar aos profissionais e estudantes de Psicologia que não se trata de atividade psicológica, que não possui respaldo e controle pelo CFP e, ainda, que não tem suporte científico como as demais atividades reconhecidas pelo CFP. Coloca em questão também o tensionamento existente sobre as diferenças entre práticas de terapia, psicoterapias e psicologia,

questões que demandam maior discussão dos conselhos profissionais.

Por outro lado, demanda também uma melhor discussão sobre a relação entre a psicologia e o direito, e como a psicologia é apropriada e solicitada pelos magistrados. Há um interesse destes magistrados em entender conceitos como conflito, relacionamentos e relação familiar, assim como outros conceitos psicológicos a fim de dimensionar como estas noções tensionam suas ações, decisões e a formação base tradicional do Direito. Talvez a aproximação do direito com as constelações familiares indique uma identificação com conservadorismos, leituras rígidas de comportamentos e aspectos morais e religiosos, assim como a angústia presente na prática destes profissionais. Esse cenário pode levá-los à adoção de explicações simplificadas para o complexo conjunto de relações humanas.

A partir do que foi analisado, ao situarmos a Constelação no entendimento da mesma resolução que versa sobre mediação e conciliação, em quais condições emocionais a parte envolvida se encontra no momento da proposta de acordo? Qual é a possibilidade do sujeito envolvido no processo de negar a sua participação na audiência conduzida por um Juiz? Quais modelo(s) de família são impostos e defendidos nessa prática? Diante do exposto, o receio é que a presença da Constelação Familiar no Judiciário se torne, em curto ou médio prazo, uma política do CNJ a ser implementada nos Tribunais brasileiros sem a devida reflexão crítica sobre seus efeitos, suas práticas e seu suporte científico.

## Referências

- Aguiar, K., Fonseca, V., & Daros, R. (2018). Linhas, riscos e rabiscos - considerações sobre o presente. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(n. spe), 75-91. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70nspe/07.pdf>
- Aranes, E. M. M. (2008). Mediante quais práticas a psicologia e o direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar. In C. Coimbra, L. Ayres, & M. L. Nascimento (Orgs.), *Pivetes: encontro entre a psicologia e o judiciário* (pp. 131-148). Curitiba: Juruá.
- Bandeira, R. (2016, 28 de outubro). "Constelação Familiar" ajuda a humanizar práticas de conciliação no Judiciário. Recuperado de <https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-ajuda-humanizar-praticas-de-conciliacao-no-judiciario-2/>
- Carvalho, E., & Leitão, N. (2013). O poder dos juízes: Supremo Tribunal Federal e o desenho institucional do Conselho Nacional de Justiça. *Revista de Sociologia e Política*, 21(45), 13-27. doi: 10.1590/S0104-44782013000100003
- Cruz, C. H. S., & Chiquetti, T. (2017). O uso das constelações sistêmicas familiares em audiências conciliatórias na vara de família do RN. In M. Therense, C. F. B. Oliveira, A. L. M. Neves, & M. C. H. Levi (Orgs.), *Psicologia Jurídica e Direito de Família: para além da perícia psicológica* (pp. 273-303). Manaus: UEA Edições.
- Foucault, M. (1979). Nietzsche, a genealogia e a história. In M. Foucault (Org.), *Microfísica do poder* (pp. 12-22). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (2005). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Franco, I. C. S., & Cunha, L. G. (2013). O CNJ e os discursos do Direito e Desenvolvimento. *Revista Direito GV*, 9(2), 515-534. doi: 10.1590/S1808-24322013000200006
- Lei nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006. (2006, 7 de agosto). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm)
- Lei nº. 13.105, de 16 de março de 2015. (2015, 16 de março). Dispõe das reformulações do Código de Processo Civil. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)
- Lei nº. 13.140, de 26 de junho de 2015. (2015, 26 de junho). Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm)
- Lei complementar nº 35 de 14 de Março de 1979. (1979, 14 de março). Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp35.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp35.htm)
- Lemos, F. C. S. (2018). O governo da subjetividade por meio da judicialização no dispositivo de segurança. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(n. spe), 142-151. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v70nspe/12.pdf>
- Lemos, F. C. S., Galindo, D. C. G., & Costa, J. M. (2014). Contribuições de Michel Foucault para analisar documentos e arquivos na judicialização/jurisdiconalização. *Psicologia em Estudo*, 19(3), 427-436. doi: 10.1590/1413-73722233006
- Marino, S., & Macedo, R. M. S. (2018). A Constelação Familiar é sistêmica?. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 27(62), 24-33. doi: 10.21452/2594-43632018v27n62a02
- Moreira, L. E., & Toneli, M. J. F. (2015). Do determinismo biológico ao determinismo familiar: uma análise de documentos jurídicos. In A. A. S. Oliveira, A. M. P. Caniato, D. C. Fonseca, J. A. M. Almeida, K. Prado filho, & M. L. Boarini (Orgs.), *Psicologia Social, violência e subjetividades* (pp. 173-196). Florianópolis: Abrapso.

Organización de los Estados Americanos. (2007). *Acceso a la justicia para las mujeres víctimas de violencia en las Américas*. Washington: OEA, CIDH.

Resolução Nº 125. (2010, 29 de novembro). Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça. Recuperado de <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156>

Sampaio, C. R. B., Oliveira, C. F. B., Neves, A. L. M., & Beiras, A. (Orgs.). (2020). *Psicologia Social Jurídica: novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça* (1ª. ed.). Curitiba-PR: CRV.

Soares, L. C. E. C., & Moreira, L. E. (2016). Contornos da judicialização: reflexões sobre famílias recasadas e abandono afetivo. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 497-508. doi: 10.4025/psicoestud.v21i3.32248

- 
- <sup>1</sup> Pesquisando o descritor “constelação” + “familiar” no campo da jurisprudência dos tribunais superiores (STF e STJ) encontramos resultados nulos para referência à técnica de constelação familiar. Em alguns documentos, o termo “constelação” aparece com significados que remetem a conjuntos variados e o termo “constelação familiar” aparece para sinalizar certas noções de família extensa ou ainda para pensar tendências em relação ao desenvolvimento de problemas psiquiátricos.
  - <sup>2</sup> O Conselho Nacional de Justiça é identificado como uma forma de controle do sistema judiciário brasileiro e sua implantação remete à reforma do judiciário, desdobramento da Emenda Constitucional n. 45 de 2004, como sinalizam Franco e Cunha (2013).
  - <sup>3</sup> Há questionamentos sobre a função do CNJ como órgão de controle disciplinar externo ao poder judiciário. Apesar das argumentações a favor da democracia no sistema de justiça, houve muitas resistências à implantação e ao formato do CNJ. As argumentações contrárias à participação de membros externos ao judiciário apontam para: “falta de conhecimento específico sobre o funcionamento da justiça; existência de forte controle interno exercido pelos tribunais; flagrante perigo à independência judicial” (Franco & Cunha, 2013, p. 525). A composição atual pode ser consultada no link: [www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/composicao](http://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/composicao). Segundo Carvalho e Leitão (2013) há prevalência do Supremo Tribunal Federal (STF) na gestão e condução do CNJ.

*Lisandra Espíndula Moreira*, Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Endereço para correspondência: Avenida Antônio Carlos, nº 6627, Departamento de Psicologia/FAFICH, Bairro Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP 31.270-901. Email: [lisandra.ufmg@gmail.com](mailto:lisandra.ufmg@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9356-3416>

*Laura Cristina Eiras Coelho Soares*, Doutora em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), é Professora Adjunta da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Email: [laurasoarespsi@yahoo.com.br](mailto:laurasoarespsi@yahoo.com.br) ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0859-7625>

*Adriano Beiras*, Doutor pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), é Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: [adriano.beiras@ufsc.br](mailto:adriano.beiras@ufsc.br) / [adrianobe@gmail.com](mailto:adrianobe@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1388-9326>

Recebido em 29.jun.21  
Revisado em 06.fev.22  
Aceito em 01.abr.22

## APÊNDICE

Tabela A1. Publicações Sobre Constelações Familiares No Site Do CNJ

Nº	Título da notícia	Data	Estado
N1	Juiz consegue 100% de acordos usando técnica alemã antes das sessões de conciliação	17/11/2014	BA
N2	TJGO é premiado por mediação baseada na técnica de constelação familiar	23/06/2015	GO
N3	Campeão em conciliações, tribunal é destaque em premiação do CNJ	02/07/2015	BA
N4	Cejusc de Sorriso usa método da constelação familiar e evita divórcio	08/10/2015	MT
N5	Cejusc de Sorriso atinge R\$ 55 milhões em acordos durante conciliações	24/02/2016	MT
N6	Justiça alagoana aplica técnica da constelação familiar em audiências	18/03/2016	AL
N7	Projeto de constelação familiar chega em agosto à Justiça paraense	09/06/2016	PA
N8	Projeto constelação familiar resolve conflitos por meio de conciliação	28/07/2016	DF
N9	Pirenópolis (GO) sedia o XIX Fonajuv, fórum voltado à justiça juvenil	16/08/2016	GO
N10	Phelps inspira uso da técnica da constelação familiar para infratores	17/08/2016	MT
N11	Com foco na solução de conflitos, Belém conhece constelação familiar	30/08/2016	PA
N12	Justiça do Distrito Federal promove 3 oficinas de constelação familiar	29/09/2016	DF
N13	Conhecimento do direito sistêmico ajuda vítimas de violência em MT	30/09/2016	MT
N14	“Constelação Familiar” ajuda a humanizar práticas de conciliação no Judiciário	31/10/2016	Nacional
N15	Ministra Cármen Lúcia abre a Semana Nacional da Conciliação em Minas Gerais	18/11/2016	Nacional
N16	Tribunal pernambucano utiliza da Constelação Familiar em conciliação	22/11/2016	PE
N17	Método da constelação familiar trata 35 casos na Justiça alagoana	28/11/2016	AL
N18	Casos de violência familiar aplicam constelação em MT	21/03/2017	MT
N19	Constelação familiar é aplicada a 300 casos no Rio	31/03/2017	RJ
N20	Justiça restaurativa e constelações familiares avançam no Paraná	04/05/2017	PR
N21	Audiência judicial ajuda mulheres a vencer o medo de agressores	12/07/2017	MG
N22	Constelação familiar: juízes de RO são primeiros a concluir formação	17/08/2017	RO
N23	Constelação familiar: vara no DF alcança 61% de acordo com método	18/08/2017	DF
N24	Justiça Restaurativa: encontro troca experiências no Mato Grosso do Sul	22/09/2017	MS
N25	Judiciário paulista já tem 246 centros de solução de conflitos	06/11/2017	SP
N26	Justiça carioca cria centro de resolução de conflitos familiares	04/12/2017	RJ
N27	Constelação Familiar é debatida no Foro Regional de Santo Amaro (SP)	14/12/2017	SP
N28	Constelação Familiar: no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF	03/04/2018	DF + 16 Estados
N29	“Constelação Familiar” no cárcere: semente para uma Justiça melhor	17/04/2018	RO
N30	Juízes empregam “constelação familiar” para tratar vícios e recuperar presos	24/04/2018	CE, SC
N31	Constelação pacifica conflitos de família no Judiciário	30/04/2018	AL, RS, PE, BA e GO
N32	Constelação familiar: solução para violência doméstica no Rio Grande do Sul	14/05/2018	RS
N33	A busca pela paz com a constelação familiar no Tribunal do DF	29/05/2018	DF
N34	Sinta a emoção de uma Constelação Familiar em unidade socioeducativa	24/07/2018	DF
N35	Semana Justiça pela Paz em Casa: 66 sentenças proferidas em Alagoas	6/09/2018	AL
N36	Justiça Restaurativa: tribunal gaúcho tem palestra de conselheira do CNJ	29/10/2018	RS
N37	Projetos da Justiça visam prevenir violência que passa de pais para filhos	27/03/2019	MT

# Espaços potentes para a democracia: um olhar sobre os CRAS em um município do Sul do Brasil

Kátia Maheirie. Universidade Federal de Santa Catarina  
Luiza Marson Moraes. Universidade Federal de Santa Catarina  
Marcelo Felipe Bruniere. Universidade Federal de Santa Catarina

## Resumo

Este artigo compõe uma ampla pesquisa, cujo objetivo foi investigar trabalhadores de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) no que se refere a seus fazeres com grupos e coletivos, e experiências de subjetivação política, em municípios do Brasil. Este artigo foca a compreensão dos trabalhadores acerca dos usuários dos CRAS em um município da região Sul. Por meio de entrevistas semiestruturadas, videogravadas e realizadas coletivamente com as equipes dos CRAS, buscamos uma análise voltada ao discurso dos sujeitos, tomando como base o pensamento de Jacques Rancière e dialogando com as diretrizes da PNAS. Os resultados apontam para discursos nos quais se identificam, em grande parte, por relações com os usuários orientadas pelo princípio da igualdade, indicando práticas voltadas à emancipação. Considerando que os CRAS possibilitam uma ampliação do exercício político das comunidades onde se encontram, aponta-se a necessidade de intenso investimento nesses serviços.

**Palavras-chave:** política de assistência social; serviço social; democracia; igualdade.

## Abstract

*Powerful spaces for equality, emancipation and democracy: a look at the CRAS in a southern Brazilian City.* This article is part of an extensive research project whose objective was to research the workers from Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) regarding their doings with groups and collectives, and experiences of political subjectivation, in Brazilian counties. This article focuses on workers' understanding of CRAS users, in a county of the southern region. Through semi-structured interviews, video-recorded and conducted collectively with the CRAS teams, we seek an analysis focused on the subjects' discourse, based on Jacques Rancière's thinking and dialoguing with the PNAS guidelines. The results point to discourses in which are identified, in most of it, by relationships with users guided by the principle of equality, indicating practices towards the emancipation. Considering that the CRAS enables an expansion of the political exercise of the communities where they are located, there is a need for maintenance and investment in these services.

**Keywords:** social welfare policy; social work; democracy; equality.

## Resumen

*Espacios poderosos de igualdad, emancipación y democracia: una mirada a los CRAS de un municipio del sur de Brasil.* Este artículo forma parte de un amplio proyecto de investigación cuyo objetivo fue investigar los trabajadores de los Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) en relación con su trabajo con grupos y colectivos y sus experiencias de subjetivación política en los municipios de Brasil. Este artículo se centra en la comprensión que tienen los trabajadores de los usuarios del CRAS en un municipio del sur de Brasil. A través de entrevistas semiestructuradas, grabadas en vídeo y realizadas colectivamente con los equipos del CRAS, buscamos un análisis centrado en el discurso de los sujetos, basándonos en el pensamiento de Jacques Rancière y dialogando con las directrices del PNAS. Los resultados señalan que los discursos se identifican, en gran medida, por las relaciones con los usuarios guiadas por el principio de igualdad, lo que indica prácticas volcadas a la emancipación. Teniendo en cuenta que los CRAS permiten ampliar el ejercicio político de las comunidades donde se encuentran, es necesario invertir intensamente en estos servicios.

**Palabras clave:** política de bienestar social; servicio social; democracia; igualdad.

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior intitulada “Experiências Coletivas em Centros de Referência em Assistência Social”<sup>1</sup>. Essa pesquisa investigou a compreensão das equipes técnicas dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) sobre suas práticas, principalmente no que se refere às atividades e experiências coletivas vividas nos espaços dos CRAS. A partir das informações produzidas na pesquisa, as quais se referem ao período de agosto de 2017 a agosto de 2018, por meio de entrevistas abertas, semiestruturadas e produzidas coletivamente com as equipes de cada CRAS investigado, buscou-se compreender a potência dos trabalhos com coletivos, as dificuldades e avanços nos seus fazeres e, por fim, como significam essas experiências. Nesta pesquisa ampliada, investigamos 22 CRAS, pertencentes a cinco municípios envolvendo o sul e o nordeste do país. Como resultados desta pesquisa, identificamos diversas experiências com grupos e coletivos, as quais foram capazes de fortalecer e criar vínculos comunitários e familiares (Lopes, et al, 2020), assim como experiências de subjetivação política por parte das equipes de assistência social (Maheirie, et al, 2021; Maheirie, et al, 2019) e, também, alguns avanços e dificuldades vivenciados em diferentes aspectos das suas práticas no serviço (Maheirie, et al, 2020). O objetivo deste artigo é analisar como alguns profissionais das equipes significam os usuários do serviço, identificando a possibilidade de deslocamento identitário e das lógicas assistencialistas e tutelares que marcam o histórico no campo. Buscamos, assim, expandir reflexões que possam auxiliar profissionais a pensarem seus fazeres considerando aquilo que pode se mostrar como potente para o fortalecimento dos sujeitos e da própria política de assistência social.

As políticas da Assistência Social, no momento de realização da pesquisa, estavam fundamentadas como política pública integrante da Seguridade Social, que se voltava para o direito e a cidadania social. As ações, no que diz respeito ao *locus* de investigação da pesquisa, objetivavam assegurar a efetivação desses direitos que eram ratificados pelo Estado brasileiro, além de visibilizar a emancipação política dos sujeitos usuários através das experiências coletivas e do fortalecimento de vínculos (MDS, 2004). Para analisarmos os enunciados das entrevistas, partimos de uma breve contextualização do campo da pesquisa. A obra de Jacques Rancière (2015) e as contribuições teóricas de Espinosa (2007) também norteiam a discussão proposta, considerando a igualdade de saberes como deslocamento das lógicas

tutelares. Dessa forma, buscamos articular essas considerações teóricas com os discursos que atravessam as narrativas de alguns profissionais da Assistência Social. Estudar e subsidiar as práticas nesses espaços se mostra relevante não apenas a fim de compreendê-las, mas também de defendê-las diante do contexto nacional de desmonte das políticas públicas, ameaçadas por forças conservadoras e neoliberalistas.

## Emancipação política e cidadania

A Psicologia, embora atue há décadas na Assistência Social, aumenta significativamente sua presença neste campo de atuação a partir da consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (Conselho Federal de Psicologia, 2016). Essa inserção propiciou uma atualização das concepções que figuram a área, interpeladas a dialogar com a realidade dos territórios nos quais atua (Yamamoto & Oliveira, 2010).

A Assistência Social é assegurada pelo Estado sob respaldo do direito social, compondo um dos eixos principais da Seguridade Social junto à saúde e à previdência, desde a Constituição de 1988 (Romagnoli, 2016). É importante demarcar o momento instituinte da Constituição (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988), porque reformula concepções e distribuições de papéis. A sociedade neste contexto era marcada por clientelismos, assim como práticas herdadas de lógicas assistencialistas e coloniais que acabam por contribuir à manutenção da desigualdade.

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS - regulamenta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Lei nº. 8.742, 1993). O SUAS, criado em 2005 é a principal via pela qual as políticas públicas de Assistência Social se operacionalizam, no que diz respeito à atenção voltada às pessoas em situação de vulnerabilidade social. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) é formalizada em 2004 (MDS, 2004), e está dividida em três níveis de gestão: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, e Proteção Social Especial de Média e de Alta Complexidade (MDS, 2009). Os Centros de Referência em Assistência Social estão identificados na Proteção Social Básica.

Os CRAS são voltados à prevenção de riscos e vulnerabilidades sociais, e destinados à emancipação dos sujeitos usuários, considerando-os ativos na promoção e manutenção de direitos sociais. Com atuação local, estão distribuídos entre bairros e/ou regiões municipais e regidos na diretriz da ação

territorializada (MDS, 2009). Como encontramos nas Orientações Técnicas para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, que baseia a política de assistência social no Brasil (MDS, 2012), a criação e o fortalecimento de vínculos são compreendidos como elementares à emancipação - além da garantia de direitos através de serviços, programas e projetos destinados ao público do serviço. As atividades são realizadas em formatos de grupos, oficinas, ações coletivas e comunitárias.

A equipe de referência é composta em relação ao número de famílias referenciadas e, pela lógica da interdisciplinaridade, podendo contar com profissionais de áreas diversas (MDS, 2009). A equipe mínima conta com dois técnicos de nível médio e dois de nível superior, sendo um deles assistente social e o outro, de preferência, psicólogo. As unidades também podem contar com pedagogos, estagiários, educadores, dentre outras áreas. Os CRAS também oferecem serviços de convivência com diversos programas educativos e de redistribuição de renda.

É importante constar que as políticas públicas, em especial as relacionadas à seguridade social, passam por redução (ou frequentes tentativas) de investimentos a partir de 2016, movimento ilustrado, por exemplo, na tentativa de desvinculação do valor do BPC do salário mínimo para os idosos (Boschetti & Behring, 2021). Paralelamente e conseqüentemente o Brasil passa a registrar crescimento nos indicadores de pobreza e redução dos investimentos sociais, além de experimentar uma pandemia viral, a Covid-19 (Castilho & Lemos, 2021) que se inicia a posteriori da realização da pesquisa que nos baseia. Tal quadro se configura como um processo de desmantelamento dos serviços sociais prestados pelo Estado, acarretando em equipes incompletas, funcionamento por meio período do dia, falta de imóvel próprio para atendimento da comunidade, indisponibilidade de automóveis para visitas aos territórios mais distantes, entre outros.

Tendo contextualizado os CRAS, vale mencionar que a história que acompanha essas políticas sociais se liga a um “processo de alocação e distribuição de valores, e campo de oposição e contradição de interesses” (Yamamoto & Oliveira, 2010, p. 10). Neste tensionamento, tem-se a noção de cidadania regulada estabelecida através do modo de estratificação ocupacional, dialogando com práticas ligadas a lógicas elitistas, populistas e ao histórico de caridade das primeiras-damas no

Brasil, que se orientava pela “bondade” daqueles que “têm” e doam aos que “não têm” (Santos, 1979).

A Constituição de 88 (Constituição da República Federativa do Brasil, 1998) torna possível uma compreensão do cidadão como sujeito de direitos, garantidos democraticamente e de forma universal. Entretanto, o conceito de cidadania traz em seu histórico formas diferentes de conceber os trabalhadores. O conceito de cidadania regulada se desenvolveu em relação a um contexto de construção de cidadania no qual o objetivo principal está na definição de cidadão por meio do exercício profissional. Essa ideia está ligada à estruturação de um sistema de inclusão dos trabalhadores a uma ordem centralizadora do Estado a partir da década de 30, com o propósito de dar estabilidade ao regime político e funções para a população na máquina do governo (Carretero, 2018).

Embora o jogo de forças dos movimentos sociais tenha contribuído para a consolidação de uma política não assistencialista (orientada a operar em lógicas não tutelares), a herança nos modos de ser e de fazer, até o ano de 2004, ainda demarcam as práticas na Assistência Social. Uma dessas heranças se percebe, por exemplo, na ambigüidade entre emancipar e tutelar. Nesse caso, há uma diferença que reside nas formas de lidar com a desigualdade. A primeira pressupõe a condição de sujeito autônomo e a segunda prescreve um modo verticalizado (Fachin & Pagliarini, 2018).

O dado da desigualdade é um ponto chave para a questão assistencial, porque escancara as contradições e reforça violências estruturais (Yamamoto & Oliveira, 2010). A discussão sobre a lógica ocidental e colonial que divide as experiências entre corporais e mentais parece propícia neste ponto. Isso porque a intelectualidade pode ser apresentada como dimensão legitimadora sobre a capacidade para governar e manter a ordem. Em sua obra sobre masculinidades negras e racismo, Faustino (2014) aborda como a dicotomização entre mente e corpo também contribuiu para projetos de racialização no mundo sob o imperialismo europeu. Nesta concepção, o poder para ordenar é designado a homens dotados intelectuais - o homem branco europeu e a obediência é referida aos homens mundanos, pessoas sem alma, de carne, racializadas (Faustino, 2014). Cabia, portanto, aos colonizadores a honrosa tarefa de educar e ensinar àqueles considerados selvagens e alienados, os desprovidos de intelecto, para que a nação pudesse rumar à prosperidade e à superioridade moral.

No Brasil, país que também foi construído colonialmente, a desigualdade é um dado histórico que opera por lógicas diversas. A Assistência Social no Brasil lida com a desigualdade através da promoção da cidadania e da emancipação de sujeitos. Por outro lado, seu histórico é enraizado no cristianismo que, diante das classes subalternizadas, colocava, como citado anteriormente, a bondade dos provedores e dotados de posse como grande instrumento de caridade, “doando àqueles que precisam”. Essa dinâmica da caridade se configura como um projeto de sociedade que parte de uma perspectiva sobre a desigualdade e trabalha no sentido de mantê-la.

Segundo Rancière (2015), não existe instância transcendente que poderia sustentar alguma hierarquia entre as inteligências, portanto, todos os modos de conhecer e aprender podem se relacionar com qualquer objeto e construir conhecimento. A *igualdade*, segundo o autor, não é um objetivo a ser alcançado, mas um pressuposto a ser verificado. Quando partirmos da desigualdade, estaremos afirmando-a, reiterando sua equação e produzindo-a continuamente. A igualdade, como um axioma, abole o intervalo insuperável entre o saber e o não saber entre saberes inferiores e superiores. Se todos os seres existem em potência, nada justifica a desigualdade se não uma divisão do mundo entre grupos privilegiados pelos padrões de poder e aqueles sem parcela nessa distribuição. As pessoas são embrutecidas quando as supomos incapazes de lidar com decisões relativas à sua própria existência. A *emancipação*, aqui, se coloca em ato, partindo da potência das inteligências entre todos os seres falantes (Rancière, 2015).

A igualdade, nesse sentido, é uma constatação da inexistência de atributos inferiores ou superiores, que não sejam socialmente naturalizados. Não é apenas o ato embrutecedor que reside na instrução ou explicação, mas o próprio laço da ordem social. Tal ordem se liga eminentemente à hierarquização, porque é necessária à distribuição ou partilha do comum e a justificativa da desigualdade precisa ser afirmada porque não se fundamenta senão nela mesma (Rancière, 2015). Assim, as inteligências são divididas entre os que sabem e os que não sabem, entre os mestres e os ignorantes, entre os que “podem” e os que “não podem”. Esta relação se dá em cadeia, porque o pensador despreza a inteligência do operário, que despreza a inteligência do camponês, seguindo um ciclo de inferiorização através da superiorização, mantendo a lógica da desigualdade e compensando-se de seu lugar, perpetuando o “paradoxo dos inferiores superiores” (Rancière, 2015, p. 124).

Por consequência, os considerados “mais capazes” terão a visão dos interesses gerais e poderão apontar os rumos da sociedade porque a compreendem. Deverão lidar com as massas, que são ignorantes (Vermeen, Cornu, & Benvenuto, 2003) e, assim, liderá-las. Essa população deve ser instruída com os códigos da civilização para que operem numa cultura comum:

Os espíritos se esclarecem, os hábitos se civilizam, a indústria difunde seus benefícios, os homens descobrem seus direitos e a instrução lhes revela seus deveres para com as ciências. A partir de agora, será a capacidade que deverá decidir a hierarquia social. E caberá a instrução revelá-la e desenvolvê-la (Rancière, 2015, p. 163).

Se o sujeito experimenta que sua atividade, assim como seu pensamento, é comunicável e sua emoção e experiência são partilháveis e relevantes, podemos tomar a atividade material como da ordem do discurso. Desta forma, a construção de saberes pode partir da igualdade, considerando relevantes as atividades humanas de ordens diversas. “É preciso que o artesão fale de suas obras para se emancipar, é preciso que o aluno fale da arte que quer aprender” (Rancière, 2015, p. 97). Muito tem o pescador a dizer sobre as marés, os ventos e as temporadas de pesca, e não é de menor valor frente àquele que estuda a anatomia dos peixes. Aqui reside a falta de sustentação de hierarquias, porque aquele que imaginou os códigos da escrita se assemelha ao que inventou o papel, que se assemelha ao que escreve com a pena, que se assemelha ao que prepara as penas e, assim por diante, porque são frutos de uma mesma inteligência, uma vez que “A potência não se divide” (Rancière, 2015, p. 47).

Segundo Sanches (2005) no contexto brasileiro, e a partir de uma concepção hegemônica, aqueles que estão à margem do projeto do progresso devem civilizar-se pelos modelos culturais disponíveis, para que se beneficiem do sistema da cultura comum. Mas, a eles nada fica senão a demarcação da desigualdade, a delimitação de seus lugares. Essas vozes são ouvidas como ruídos, seus conhecimentos são interpretados como folclore, tal como acontece aos povos indígenas e tradicionais. Como aponta Rancière (2009), estes são aqueles que ficaram sem parte na distribuição hierárquica da partilha, já que nada possuem (nem a nobreza do sangue, nem a herança, nem a propriedade da terra, nem o título), sendo apenas a parcela dos sem-parcela. Suas demandas não podem ser compreendidas pelos grupos que agem em domínio ou governo, porque suas falas

são inaudíveis. Os detentores da palavra estão inscritos em marcadores sociais que os tornam passíveis de inteligibilidade, como é o homem branco, cisheteronormativo, com títulos, terras ou propriedades, da nobreza ou de classes sociais privilegiadas.

As lógicas hierárquicas que distribuem e naturalizam a ordem social, instituem um ordenamento de como devem operar os corpos e os lugares a eles destinados, o que Rancière (1996) nomeia de lógicas **policiais**. A “polícia” aqui se liga à gestão das populações, mas também engloba o que opera os humanos e suas relações, seus lugares na sociedade, as perspectivas hierárquicas da realidade e da produção, do mercado e, também, as distribuições dos modos de viver. O que caracteriza a “política”, por outro lado, é um desentendimento, uma ruptura e uma perturbação da distribuição policial de lugares e de contagem das partes. Ela torna audível a voz que antes era ouvida como ruído, em um ato abrupto de verificação da igualdade de qualquer ser humano em relação a qualquer outro ser humano (Rancière, 1996).

Tal perturbação age em uma reconfiguração do sensível, de suas formas de inscrição, do modo dominante de apresentação das coisas: a afirmação da competência dos incompetentes. Essa experiência ruma ao alargamento da descoberta das competências sensíveis que não estavam antes impressas (Rancière, 2012a). A descontinuidade da ordem do jogo produzida por este contingente pelo qual os corpos são distribuídos produz afetos que se ligam à capacidade de ação. Um movimento de emancipação social é a produção do que se inicia como verificação da igualdade (Vermeren et al., 2003).

A inteligência é atenção e busca, antes de ser combinação de ideias. A vontade é potência de se mover, de agir segundo movimento *próprio*, antes de ser instância de escolha... Essa vontade sou eu, é minha alma, é minha potência, é minha faculdade. (Rancière, 2015, p. 83)

Para Rancière (2012b), construímos nossa linguagem ao nos aventurarmos nas “florestas das coisas e signos” (p. 15), experimentando diferentes relações entre objetos e palavras, conexões entre o novo e o conhecido, em um movimento que realiza a mesma operação pela qual aprendemos a língua materna.

Espinosa (2007), a partir da sua filosofia da imanência, ou da ideia da realidade como existente em ato, define o sujeito como uma potência de vida que está em variação de acordo com o encontro com outros corpos, os quais podem aumentá-la ou diminuí-la (Deleuze, 2002). À essa potência ou força da existência chama-se

*conatus* (Espinosa, 2007). A potência de ação está relacionada ao agir com liberdade, que se opera quando se é causa da sua própria ação. Na servidão, que é a diminuição da liberdade, reproduzimos as forças pelas quais nos encontramos constrangidos. Quanto mais atento às forças que produzem as suas ações, mais poderá o sujeito inclinar-se a aumentar sua potência de ação, conectando-se às afetações que a aumentam. Para Espinosa (2007), não há fundamento para hierarquias porque todos os seres existem pelas mesmas leis da substância, isto é, da natureza.

Articulando o pensamento de Espinosa ao de Rancière, podemos tomar de empréstimo o conceito de potência em Espinosa para compreender a capacidade de qualquer ser humano de interpretar e se aventurar na floresta dos signos. A potência só existe nas relações com outros corpos, as quais podem aumentar ou diminuir sua força. Nessa perspectiva, uma relação emancipadora é aquela que reconhece no outro sua capacidade e sua igualdade na potência de aprender e se aventurar pelos signos, o que aumenta a sua potência de ação, a partir dessa relação. O contrário da emancipação é o embrutecimento, o que significaria uma postura na qual o outro me aparece como menos capaz por uma suposta natureza, menos inteligente, menos autônomo, ou menos humano, no sentido ontológico do termo. Nesta situação, tão comum e predominante no contexto social de base capitalista, tem-se a base que sustenta as posturas assistencialistas, seja na educação, na saúde, nas relações de trabalho e na assistência social.

## Caminhos metodológicos

A pesquisa que originou este artigo tinha como foco toda equipe técnica, sob a compreensão de que não se faz possível olhar a prática da Psicologia de forma isolada, coadunando com o princípio da integralidade e interdisciplinaridade das diretrizes da Assistência Social (MDS, 2005).

Para a construção deste artigo, focamos as informações advindas das equipes dos 10 CRAS de um dos municípios da região sul, por meio de 11 entrevistas realizadas coletivamente, sendo duas delas realizadas em uma mesma unidade com equipes de diferentes períodos, portanto com 11 grupos. Os profissionais que compunham as equipes técnicas, alvo da pesquisa na época, abrangeram em seu núcleo básico as áreas da Psicologia e Assistência Social, totalizando 42 profissionais entrevistados, sendo 37 mulheres e cinco homens. Cada entrevista

era composta por 3 a 4 profissionais, nas quais seguíamos o roteiro, lançando as questões para que respondessem conforme o desejassem. Todos os entrevistados respondiam, na modalidade grupal, de forma que cada resposta complementava a outra.

Inicialmente, foi realizado um mapeamento em todos os CRAS do município escolhido. Após contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social e da aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (90168318.9.0000.0121), fomos em duplas em cada CRAS, de forma a apresentar e explicar aos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi assinado por todos os profissionais envolvidos. A condução ética da pesquisa se dá a partir do arcabouço teórico que nos norteia junto às normativas acerca da pesquisa com seres humanos (Resolução nº 016, 2000; Resolução nº 510, 2016). Desta forma, a condução das entrevistas levou em consideração o compromisso em resguardar a integridade dos participantes, e se assegurou do consentimento dos profissionais sobre suas contribuições serem testemunhadas e compartilhadas por seus colegas na proposta de entrevista coletiva. De forma a preservar o anonimato dos profissionais, seus nomes são fictícios e os CRAS estão classificados pelas letras do alfabeto greco-romano. Para minimização de riscos e desconfortos, os pesquisadores estiveram atentos a necessidades de manejo e disponíveis para mediação, caso fosse necessário.

Na sequência, os participantes responderam um questionário contendo dados da formação profissional, tempo de serviço e histórico no CRAS. Em seguida, aconteceram os encontros nos quais realizamos as entrevistas semiestruturadas com roteiro norteador, cujas questões envolvem: suas experiências de trabalho nos CRAS; a relação entre as equipes de trabalho; as condições de trabalho e sua relação com o Estado; as relações interinstitucionais; os trabalhos com grupos e coletivos; os trabalhos no contexto comunitário; dificuldades e avanços no cotidiano de trabalho. As entrevistas aconteceram no espaço das unidades, em salas que pudessem acomodar todos os sujeitos presentes e foram gravadas em vídeo, transcritas e categorizadas a partir de seu conteúdo discursivo. A duração das entrevistas não foi preestabelecida, tendo variações de menos de 1 hora até 3 horas.

A categorização das entrevistas foi montada a partir de eixos convergentes entre as falas dos profissionais. Inicialmente, criamos dois eixos de análise e suas temáticas: um eixo mais voltado para a relação com o Estado, a rede intersetorial e a gestão; outro mais voltado para as relações internas nos CRAS, as práticas profissionais e o

olhar para os usuários. A partir dessas temáticas, criamos nove categorias. O foco central deste trabalho é responder como os profissionais entrevistados olham para os usuários em relação às transversalidades produzidas pelo contexto instituinte da Assistência Social no Brasil. Para isso, olharemos principalmente para uma das categorias de análise, intitulada “Olhar da equipe sobre os usuários”, com dados de um dos municípios, localizado no sul do Brasil. A elaboração deste artigo é efeito do conteúdo compilado nesta categoria.

As análises estão pautadas em uma perspectiva crítica do discurso. Compreendemos o discurso como ato, situado social, histórica e culturalmente, constituído pelas forças que o produzem e que produz articulações entre inteligibilidades, refletindo, refratando e construindo incessantemente a realidade (Foucault, 2019). Falar, como indica o verbo, se realiza como uma ação. Sendo assim, atualiza, por meio da linguagem, os discursos que constituem a sociedade. A linguagem é a organização de signos simbólicos, com os quais expressamos e interagimos em relação às ações de outras pessoas. Neste trabalho, partimos da noção segundo a qual os sujeitos produzem os significados da sua experiência por meio da linguagem (Neves & Nogueira, 2003). É com a linguagem que construímos nossos objetos nos processos de subjetivação. Em suma, a linguagem é parte considerável do que chamamos de realidade e pode ser comunicada através da fala.

Compreendemos que os sujeitos compõem e são compostos pela história mutuamente, ou seja, não há interpretação que não esteja circunscrita em delimitações sociais, culturais e históricas, concepção que baliza todo o trajeto desta pesquisa. O pesquisador é sujeito e objeto da história, inscrito também em uma rede de significações. Em termos espinosanos, afeta e é afetado pelos corpos que encontra e assim se faz a ação de pesquisar. À medida que emergiram, nas entrevistas, os posicionamentos dos profissionais em relação aos usuários, foi possível analisar se e quando partem da verificação da igualdade, dialogando os efeitos dessa experimentação com a expansão da democracia, que orienta o processo constituinte da Assistência Social.

A partir daí, buscamos articular os discursos teóricos e os empíricos, visando estabelecer linhas analíticas das cenas e situações a nós comunicadas, criando redes de compreensão que se façam horizontalizadas pelos diferentes saberes em jogo na experiência da pesquisa.

## Resultados e discussão

### **A Igualdade como Pressuposto**

Os rumos que tomam as ações no campo da Assistência Social, quando vinculada às políticas públicas, colocam os profissionais desses espaços a verificar cotidianamente questões sobre sua formação, seus fazeres e métodos. Embora a política possua materiais de base, as práticas devem ser elaboradas em congruência com as demandas e especificidades dos territórios e de cada comunidade.

Identificamos nas nossas entrevistas um grande esforço dos profissionais em romper com a lógica assistencialista que tradicionalmente caracterizou o campo. Por outro lado, algo pode se manter dessa historicidade no que diz respeito às formas de olhar para os usuários que, em alguns casos, reproduzem elitismos em consonância com a noção de cidadania regulada (Santos, 1979). Nesses casos, as ações realizam um enquadramento dos usuários, que se valem de normativas sobre o que deve ser valorizado e sobre o conhecimento que se tem ao inserir-se em uma rede institucional, cujos saberes são associados e investidos como mais verdadeiros/legítimos que os da população local.

Ranciè (2015) coloca que, para que se haja emancipação de um sujeito cognoscente, deve-se pressupor a igualdade das inteligências. Mas, antes que essa igualdade seja ponto de partida para olhar o outro, ela deve igualmente ser ponto de partida sobre si mesma. Em outras palavras: o único apropriado a emancipar-se é o próprio sujeito. Esse caso é ilustrado na fala da psicóloga do CRAS B: “a gente tenta... essa coisa que a gente tenta facilitar do usuário... é com ele... sem tutelar. Ele está implicado na questão.” (Laura/psicóloga/CRAS B). De forma geral, boa parte das equipes compreende que é o sujeito usuário quem deve tomar suas decisões e realizar suas escolhas, ainda que o CRAS esteja para lhe esclarecer direitos e possibilitar a abertura de um campo de alternativas. Mas, se por um lado compreendem a política social como direito do cidadão e, assim, o CRAS aparece como um facilitador de suas garantias, por outro, o lugar do Estado também pode se constituir como um operador do controle.

A instrução fornecida pelos meios de educação formal tem a função de regular os modos de ser e de fazer dos corpos consoantes a diferentes modos de ser-em-comum. Sendo o Estado, muitas vezes, operador dessa regulação, os CRAS se encontram em uma situação paradoxal. Isso é apontado pelo psicólogo do CRAS C:

“o Estado também, na maioria das vezes, só aparece para fiscalizar, para normatizar, para regular... e se apresenta assim, numa primeira fase, com uma voz mais macia, mais tranquila, mas que no fundo ‘tá’ numa perspectiva de investigação” (Gustavo/psicólogo/CRAS C). É possível pensar, a partir desta fala, que a “cidadania” vai aparecer como cidadania regulada. Entretanto, paradoxalmente, é importante observar a importância dessa noção de cidadania em relação ao papel do Estado como protetor e promotor de direitos em relação à sua população (Carretero, 2018).

A assimetria entre saberes que dicotomiza a qualificação dos especialistas e a dos usuários do serviço permite o controle de certos grupos sobre outros. A práxis dos profissionais é atravessada por diversas forças que embrutecem a relação profissional-usuário quando contribuem com ordens sociais excludentes. Mas, também podem ser transformadoras quando partem da igualdade como perspectiva para produzir fissuras nas lógicas dominantes:

E se tem uma coisa que também me chamou atenção foi como as pessoas sabem muito do lugar delas, né? Porque quando tu pega os apontamentos que elas trazem e tu vai olhar nos dados quantitativos sobre o bairro, tu vai ver que elas têm um domínio impressionante, pessoas pouco escolarizadas, sobre questões que realmente acontecem. (Gustavo/psicólogo/CRAS C)

Na fala de Gustavo há um reconhecimento sobre os saberes da população local, mas simultaneamente lhe chama a atenção que “pessoas pouco escolarizadas” podem ter determinado domínio sobre as dinâmicas do próprio cotidiano. Essa perspectiva de partida atualiza hierarquias entre diferentes formas de conhecimento. Para construir relações e atuações nos CRAS, é possível se deslocar das hierarquias entre saberes e se voltar àquelas formas de conhecimento providas pelas experiências nos territórios (MDS, 2009, 2012). “Ponto de partida, mas que em certa medida é um efeito, que é essa posição de reconhecimento” (Gustavo/psicólogo/CRAS C). Verificar a igualdade pressuposta é conceber a si e aos outros como potências de uma mesma relação vital, como aprendizagens que acionam os mesmos processos, ainda que por contextos sociais específicos. Dando continuidade a esta forma de pensar, apresentamos as falas de duas assistentes sociais do CRAS D:

O usuário que eu vejo é um cidadão, eu sou uma cidadã, quem eu estou atendendo é um cidadão, que tem a mesma necessidade que eu tenho ...

necessidade de alimentação, que tem uma necessidade de moradia, uma necessidade de habitação... Eu tenho a mesma necessidade que aquela pessoa, a gente é feito da mesma matéria... precisa morar, precisa se vestir, precisa tudo. Eu vejo dessa forma, que é usuário, cidadão, sujeito. O nome pouco importa. (Lorena/assistente social/CRAS D)

“Também sou usuária” (Leticia/assistente social/CRAS D). As assistentes sociais compreendem os usuários por um processo no qual há a verificação da igualdade de qualquer ser humano com qualquer outro, deslocando sua identidade na direção do outro, desidentificando-se de seu lugar identitário experienciando, assim, um movimento de subjetivação política (Rancière, 2014). Sua verificação se deu pela via da mútua necessidade na qual, por meio de seu deslocamento identitário, não se reconheceram em um lugar de superioridade. “Cidadão”, termo que é designado aos direitos humanos, deve olhar a todos os corpos sem distinção, embora o cunho do termo tenha em seu histórico tantas controvérsias. Foi por essa via que as profissionais experimentaram a verificação da igualdade, que é inclusive levada a termos últimos quando diz pouco importar o nome da pessoa usuária, ou seja, como usuária basta para um cuidado sensível e integral, basta que seja sujeito e é, porque humano. É também na condição de usuária de um serviço que é público que a emancipação se coloca em ato, agindo no pressuposto do papel do mestre como de confirmar ou fortalecer a vontade que aparece à sua frente, e acompanhá-la em encontrar o seu caminho, aprendendo junto ao que solicita as suas conexões. O radar dos profissionais dos CRAS deve estar acionado à “vontade” dos usuários, que se dirige ao que os Centros podem oferecer, na articulação da rede e das demandas.

Juliana, psicóloga do CRAS A, nos coloca que “quando se tem informação, se tem o poder também. Acho que falta muito de informação para essas pessoas, e essa força né, porque tem muitas que parecem não se sentir dignas de ganhar um determinado direito” (Juliana/psicóloga/CRAS A). Em uma sociedade democrática, para lutar pelos seus direitos o cidadão precisa conhecê-los. A informação é uma via possível para a emancipação humana, mas não basta. O que importa é como essas informações passarão para o conhecimento. Podem partir, por exemplo, das necessidades verificadas pelos sujeitos, pela necessidade ou vontade que o lança a buscar essas informações.

Uma das profissionais do CRAS E, comprometida em “fortalecer o que eles [os usuários] entendem como

prioridade”, compreende que, “às vezes, o sentido não tem a resposta”. Luana, assistente social do CRAS E, abordava nessa fala um momento em que a demanda apresentada pelo território, a respeito do conceito de saúde ampliada, culminou em discussões sobre como a comunidade compreendia a concepção de saúde. Quando emprega que o sentido não tem a resposta, afirma que este não está dado a priori, mas em construção contínua e em conjunto com os usuários. Neste exemplo, constitui-se uma demanda sobre acesso a consultas especializadas de saúde, deparando-se com dificuldades na efetivação desses serviços. Por fim, na articulação com os usuários, percebem a própria comunidade tentando dar conta das visitas aos doentes, e integrando-se na promoção de saúde mediada pelas benzedadeiras do bairro. A comunidade utiliza de seus próprios recursos, os quais não eram reconhecidos como tecnologias na produção de saúde. Ainda que continuem necessitando de consultas especializadas, a atenção prestada pelas benzedadeiras produz um cuidado contextualizado, favorecendo o sentimento de proteção e alívio imediato da dor, fazendo-se, assim, um importante agente de promoção de saúde.

Aqui, a emancipação se atualiza com o questionamento da distância entre os saberes e daquilo que inferioriza uns e supervaloriza outros. Sendo essa desigualdade “inventada”, foi possível reconhecer como competente um saber que deu conta de parte da demanda na comunidade. Uma assistente social do CRAS B relata que tem trabalhado com os usuários compreendendo o espaço desta unidade como deles e, a partir daí, pode buscar a reflexão sobre o exercício da cidadania que conquistaria outros espaços, e o que isso significa para os usuários. A partir de recursos de seus saberes, que não são menores ou menos complexos que outros, eles fazem conexões que dão sentido e culminam, neste caso, na ocupação de lugares de decisão: “essa semana a gente chamou para que eles se reunissem para ocupar o espaço nos conselhos, porque ali é um espaço da sociedade” (Lidiane/assistente social/CRAS B). Partindo da igualdade foi possível reconhecer que qualquer lugar é passível de ser ocupado por qualquer sujeito.

Reconhecer os saberes dos usuários em sua complexidade é experimentar diferentes conexões, os territórios dos CRAS no município estudado têm em seus arranjos populações pescadoras, artesãs, tem cantores e produtores de RAP, entre outras formas de conhecer a realidade. Para apreender e aprender a pesca, é necessário um estudo preciso sobre hábitos dos peixes,

sobre espaços estratégicos, sobre o clima. Assim como para o artesão no tecer, é preciso saber o ideal daquele pequeno ponto que produz uma grande rede. Para o RAP que nomeia a realidade à maneira dela mesma, é preciso estudar sua história, seu ritmo, sua poesia. Sobre esta discussão, Gustavo, do CRAS C, afirma: “não sei como vocês percebem isso, mas tem um aprendizado assim, de história de vida de saber” (Gustavo/psicólogo/CRAS C). Nesse segmento, alguns CRAS têm trabalhado com os conhecimentos dos usuários em grupos com artesãos, por exemplo. Em duas das unidades, a comunidade é fortemente composta por este arranjo. No CRAS E, partiu-se da demanda inicial de usuários, que eram diversas, mas comuns na condição de artesãos. A partir desse tema, chega-se em conjunto às dificuldades para desenvolver o trabalho naquela área, para depois pensar quais os lugares possíveis para comercializar os artesanatos naquela região territorial e, por último, na verificação de quais as políticas públicas de apoio para esse setor de trabalho. Todo o movimento é gerenciado pelos usuários.

Foi necessário deslocar os saberes como operados pela propriedade, ou seja, como algo que se tem ou não se tem. Compreendendo a igualdade como pressuposto, os saberes se fazem em ato e são produzidos por seu compartilhamento sensível igualmente partilhado. Quando as práticas da assistência social se colocam em composição com sujeitos usuários, compõe-se um novo conjunto, autogestionado pela sua própria história compartilhada, e produtor de seu próprio desejo de emancipação.

### **Emancipação e Política**

Sobre a caracterização do público que se dirige ao CRAS, tomemos essa fala:

Eu acho que são aqueles que não encontraram outro lugar. Não encontraram lugar nas outras políticas porque em geral a gente é esse espaço para aqueles que, em todos os outros lugares, deu errado... um espaço para aqueles que não tiveram lugar. É a política da falta de política. (Elisa/psicóloga/CRAS F)

Esse trecho nos remete diretamente à caracterização da parcela social dos sem-parcela na distribuição de poder, abordada por Rancière (1996). A parte dos sem parte indica aqueles que têm seu saber desqualificado e sua voz ouvida como ruído, como aquilo que não é passível de inteligibilidade. Suas reivindicações não podem ser consideradas porque não são consideradas

passíveis de compreensão. O psicólogo Gustavo do CRAS C aborda: “a gente escuta a história de vida dessas pessoas que é todo tempo marcada pela ausência de reconhecimento, a pessoa ser constituída por olhares que quase sempre a atravessam, mas não enxergam”. Essas vozes, podendo vir a demandar, a denunciar, serão manifestadas, mas, no entanto, aquilo que elas querem dizer, nem sempre será compreendido.

Reconhecer como sujeitos, como cidadãos, eu acho que é importante porque é raro, muito raro, as políticas fazerem isso. E aí, é claro, eu acho que tá aí uma coisa muito artesanal de ir acompanhando as pessoas ao longo do tempo. (Gustavo/psicólogo/CRAS C)

A raridade da política pública provocar um dissenso sobre a divisão hierárquica de lugares e sobre a não naturalidade da desigualdade social, pode produzir experiências democráticas e emancipatórias. O dissenso não se trata de um simples conflito de diferentes pontos de vista, mas de um questionamento sobre a constituição do comum e sobre o que é passível de ser visto e ouvido. A ação política compreende-se nos litígios, é restrita e acontece quando se revelam e se organizam esses recortes do mundo sensível (Rancière, 1996). A política perturba a ordem social estabelecida e se manifesta no dissenso operando modificações no que é dizível e visível. O conflito na configuração policial pelo qual emergem novos atores se realiza em acontecimentos que chocam dois regimes de visibilidade (Rancière, 1996).

Quando os sujeitos se interrogam sobre suas funções na sociedade, podem produzir uma implicação crítica de deslocarem-se dos lugares que lhes foram designados. A democracia não é compreendida por Rancière como uma forma de governo, mas como um exercício litigioso em relação ao que nos aparece como dado na experiência política (Vermeren et al., 2003). Acontece, inclusive, quando as pessoas que têm seus saberes destituídos se colocam em uma situação que possibilita que a igualdade das inteligências se verifique. É o poder dos incompetentes que rompe com os fundamentos contingentes que produzem hierarquia entre os saberes. A prática política está relacionada à emancipação, porque é pela afirmação da potência de todos e qualquer um que os incapazes se mostram capazes, e os emudecidos demonstram que têm voz. E, assim, o espaço da palavra é reconfigurado (Vermeren et al., 2003).

Quando Carla, psicóloga do CRAS A, afirma que a grande contribuição dos CRAS, na sua perspectiva, se dá quando as pessoas usuárias se compreendem como

passíveis de estarem em espaços políticos reivindicando por seus direitos, é porque “reconheceram que, como é um espaço público, [este espaço] é delas”. Para Carla, tal reconhecimento, além de uma possibilidade de ação política, é uma expansão da potência de ação porque age por si mesma e se coloca ativa no que irá compor, no caso, as diretrizes dos serviços públicos. Quando os usuários ocupam cadeiras em conselhos, espaços em conferências, colocam-se em cena e podem provocar uma reconfiguração do instituído. Por fim, vale trazer a fala de Fernando, psicólogo do CRAS B, sobre o movimento da assistência social e da iniciativa dos usuários, marcando como compreende uma mudança efetiva:

A gente vai apagando incêndio aqui, e a lógica, e a história da Assistência foi sempre de apagar incêndio, ou a gente desconstrói isso, começa a construir uma organização social na qual as pessoas comecem elas mesmas a se juntar pra ver como que elas vão resolver esse problema e não ficar dependendo do Estado, mas cobrando do Estado seus direitos, aí a gente vai começar a ter uma mudança significativa realmente.

## Considerações finais

A Assistência Social no Brasil avança no seu sentido democrático quando se desloca das concepções assistencialistas sobre os sujeitos das políticas públicas. As concepções inerentes ao SUAS sobre a Política de Assistência Social contribuem para que os profissionais dos CRAS operem na via da emancipação política. Essa compreensão extrapola a ideia de garantia de meios para sobrevivência como vinculados exclusivamente à alimentação, moradia e consumo.

No entanto, o processo instituinte das ações assistenciais poderá ligar-se ao embrutecimento se pressupuser que o sujeito em situação de vulnerabilidade nada sabe de sua realidade, estigmatizando-o como passivo e pouco capacitado para compreender as relações à sua volta. Sob este risco, o trabalho na assistência social desconsideraria as vontades e saberes desta população, na tentativa de emancipá-la socialmente, inserindo-a nas regras e leis que regem a distribuição dos corpos na partilha do comum. Essas ações conversam com o histórico colonial do país e não se esgotam apenas em mudanças nas diretrizes dos serviços, porque é produzida nas relações entre os corpos, nas relações entre profissionais e usuários os quais também têm sua constituição na teia dessas significações instituídas.

Por apostarmos na visibilidade de discursos acerca das práticas profissionais emancipatórias e na sua capacidade de multiplicação, destacamos a parte das atuações profissionais abordadas que fizeram da igualdade seu ponto de partida. A expansão no campo da democracia pode ser apontada, quando se nomeia como passível de ocupar lugares de organização social aqueles tidos como incompetentes. Os CRAS aqui pesquisados se configuram como espaços de práticas inventivas, em especial, na expansão do campo da democracia nas relações cotidianas e profissionais do trabalho no âmbito da Assistência Social. Essa dinâmica fortalece as demandas de reconhecimento dos saberes e vontades daqueles sujeitos usuários como legítimos.

Os discursos aqui trazidos apontam para uma forma de pensar o usuário como um sujeito de direitos e, como tal, capaz de articular suas demandas e aumentar sua capacidade e possibilidade de ação, desde que tenha acesso ao que lhe é básico e fundamental.

Tomando, portanto, o campo da Assistência Social como um operador no processo de expansão da democracia a partir da premissa da igualdade das inteligências, é importante mencionar, mais uma vez, o sucateamento que esses espaços têm experimentado. No período em que este trabalho foi elaborado, as políticas públicas vinculadas à Seguridade Social caminhavam em seu percurso recente rumo a possíveis estruturas, enfrentando ataques e desmontes num movimento constante entre consolidação e fragmentação. Este movimento é aguçado pelo projeto político posto em voga pelo governo federal a partir da eleição de 2018, em conjunto à desigualdade social escancarada pela pandemia, ilustrando as dificuldades dos trabalhadores em relação a condições básicas de sobrevivência e a precarização dos empregos e ocupações impactados pela exploração de trabalho (Boschetti & Behring, 2021; Castilho & Lemos, 2021). Essas condições unem profissionais e usuários das políticas públicas como prejudicados pelo mesmo desmonte.

Com este cenário, as produções acerca da Assistência Social que se debruçam em um projeto político democrático, e que pretendem uma redução da desigualdade, devem levar em conta a fragilidade na qual se encontram as conquistas da Constituição de 88 (Constituição da República Federativa do Brasil, 1998) no contemporâneo, e as formas de empregá-la. As ameaças ao retorno do assistencialismo ligam-se a projetos de distribuição de renda, com recursos básicos que garantem apenas que o corpo aguente a exploração da mão de obra (Boschetti & Behring, 2021). Os auxílios emergenciais de

transferência de renda, muito utilizados na pandemia, retornam nossas discussões para a tensão entre emancipação e assistencialismo, numa ameaça sempre constante de regresso ao que mantém a divisão das inteligências e hierarquiza os corpos e suas funções (Castilho & Lemos, 2021). O desejo de criação dos trabalhadores das unidades CRAS, tal qual a premissa de igualdade na constituição de seu trabalho não basta para que o serviço se estruture. Faz-se fundamental um comprometimento estrutural dos governos, em todas as suas instâncias, com a seguridade social e aqui, em especial como um direito do cidadão à vida digna para todos os cidadãos.

Esta pesquisa buscou dar visibilidade ao discurso de profissionais da assistência social de um município do sul do país, sobre o olhar para os usuários. Apostamos que tal visibilidade pode ampliar os olhares sobre os fazeres na assistência social e com isso ampliar práticas e discursos que possam ter a igualdade de todo ser humano com qualquer outro ser humano como princípio norteador de seus fazeres. A originalidade da pesquisa está amparada, além dessa visibilidade, na leitura desses discursos a partir da filosofia política de Rancière, das diretrizes da própria Política de Assistência Social e na forma proposta de articulação dos diferentes discursos e saberes de forma horizontalizada.

Outras pesquisas devem e precisam ser desenvolvidas no campo da assistência social, cruzando saberes e fazeres neste campo, em especial, buscando os efeitos psicossociais das transformações recentes provenientes do desmonte dessa política que temos vivido desde 2018 e como, do ponto de vista intersubjetivo, temos conseguido ou não o enfrentamento em relação a tal desmonte. Apostamos nas brechas do tecido e que tais brechas podem produzir fissuras no cenário de forma a não sermos totalmente capturados pela cena antidemocrática no seio das políticas sociais.

## Referências

- Boschetti, I., & Behring, E. R. (2021). Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem?. *Serviço Social & Sociedade*, 66-83. doi: 10.1590/0101-6628.238
- Carretero, G. H. (2018). *Atuação de psicólogos nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS: (im)possibilidades* (Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21185>
- Castilho, D. R., & Lemos, E. L. S. (2021). Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista Katálysis*, 24, 269-279. doi: 10.1590/1982-0259.2021.e75361
- Conselho Federal de Psicologia, Comissão Nacional da Psicologia na Assistência Social (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*. Brasília: CFP.
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988, 5 de outubro). Recuperado de <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>
- Deleuze, G. (2002). *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta.
- Espinosa, B. (2007). *Ética* (T. T. Silva, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Fachin, Z. A., & Pagliarini, A. C. (2018). Movimentos sociais na Constituição Brasileira de 1988: a construção da democracia e dos Direitos Humanos. *Revista Direitos Humanos e Democracia*, 6(12), 150-160. doi: 10.21527/2317-5389.2018.12.150-160
- Faustino, D. N. (2014). O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In E. Al. Blay (Org.), *Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher* (pp. 75-110). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Foucault, M. (2019). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.
- Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. (1993, 7 de dezembro). Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Lopes, D. L. A., Maheirie, K., & Justo, A. M. (2020). Encontro de mulheres no CRAS: uma experiência na construção grupal. *Polis e Psique*, 10, 158-177. doi: 10.22456/2238-152X.98580
- Maheirie, K., Gomes, M. A., Minchoni, T., Tonial, F., Bruniere, M. F., & Hining, A. (2020). Tensões no campo do político e da prática profissional na assistência social. *Revista de Psicologia Política*, 20, 667-687. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2020000300016&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300016&lng=pt&tlng=pt)
- Maheirie, K., Gomes, M. A., Tonial, F., Minchoni, T., Arndt, A. D., & Correa, B. (2019) Subjetivação política e aumento da potência de ação: quem são os usuários do CRAS? *Psicologia em Revista*, 25(2), 874-890. doi: 10.5752/P.1678-9563.2019v25n2p874-890
- Maheirie, K., Miranda, P., Sawaia, B. B., & Iniguez-Rueda, L. (2021). Psicologia nos CRAS: uma análise do dissenso e dos processos de coletivização. *Psicologia & Sociedade (online)*, 33, 1-17. doi: 10.1590/1807-0310/2021v33n232754
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: Autor. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília: Autor. Recuperado de <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/norma-operacional-basica-suas-2005.pdf>
- Ministério do Desenvolvimento Social. (2009). *Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*. Brasília: Autor. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/orientacoes\\_Cras.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf)
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). *Orientações técnicas sobre o PAIF: o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília: Autor. Recuperado de [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Cadernos/Orientacoes\\_PAIF\\_1.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf)
- Neves, S., & Nogueira, C. (2003). A psicologia feminista e a violência contra as mulheres na intimidade: a (re) construção dos espaços

- terapêuticos. *Psicologia & Sociedade*, 15, 43-64. doi: 10.1590/S0102-71822003000200004
- Rancièrè, J. (1996). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Ed. 34.
- Rancièrè, J. (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34.
- Rancièrè, J. (2012a). *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. Lisboa: Antígona.
- Rancièrè, J. (2012b). *O espectador emancipado*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Rancièrè, J. (2014). *Nas margens do político* (1ª ed.). Lisboa: KKYM.
- Rancièrè, J. (2015). *O mestre ignorante - cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Resolução nº 016/2000. (2000, 20 de dezembro). Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Resolução nº 510/2016. (2016, 7 de Abril). Dispõe sobre a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151-161. doi: 10.1590/1807-03102015v28n1p151
- Sanches, M. R. (Org.). (2005). *Deslocalizar a "Europa", antropologia, arte, literatura e história na pós-colonialidade*. Lisboa: Cotovia.
- Santos, W. G. (1979). *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus.
- Vermeren, P., Cornu, L., & Benvenuto, A. (2003). Atualidade de O mestre ignorante. *Educação & Sociedade*, 24(82), 185-202. doi: 10.1590/S0101-73302003000100009
- Yamamoto, O. H., & Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(n. spe), 9-24. doi: 10.1590/S0102-37722010000500002

---

<sup>1</sup>Essa investigação teve a participação de outros pesquisadores: Ana Hining, Addressa Dias Arndt, Bruna Corrêa, Felipe Augusto Leques Tonial, Leandro Almir Aragon, Marcelo Felipe Bruniere, Tatiana Minchoni, Emília Franzosi, Luiza Moraes, e Maria Alice Echevarrieta.

*Kátia Maheirie*, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço para correspondência: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, Campus Universitário- NUPRA- sala18B e 20 do Departamento de Psicologia, Bairro Trindade, Florianópolis/SC. Email: maheirie@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5226-0734>

*Luiza Marson Moraes*, Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: luizamarmor@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2148-3091>

*Marcelo Felipe Bruniere*, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Doutorando em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: marcelobruniere@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1185-3984>

Recebido em 23.nov.21  
Revisado em 25.fev.22  
Aceito em 01.abr.22

## Relações sociais e direitos na narrativa de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Eveline Maria Perdigão Silveira. Universidade Estadual do Ceará  
Raquel Coelho de Freitas. Universidade Federal do Ceará

### Resumo

O artigo discute as relações intersubjetivas que atuam na vida de jovens em conflito com a lei e como tais relações os constituem como sujeitos de direitos. O ponto de partida foi a escuta compreensiva dos próprios adolescentes, em uma pesquisa qualitativa, realizada com jovens em regime de privação de liberdade. Tomou-se como objeto de pesquisa o processo de elaboração de uma obra escrita e ilustrada por adolescentes que cumprem medida socioeducativa. A pesquisa foi baseada em redações elaboradas por eles, no contexto do 4º Concurso de Redação da Defensoria Pública da União (DPU). Situações de violação de direitos foram identificadas no discurso dos sujeitos, organizadas em núcleos de significado da linguagem e discutidas à luz da Psicologia Histórico-cultural, estabelecendo-se um diálogo com Le Breton, Vigotski e autores que discutem vulnerabilidades e socioeducação.

**Palavras-chave:** adolescentes; medida socioeducativa; subjetividade; relações intersubjetivas; vulnerabilidades.

### Abstract

*Social relations and rights in the narrative of teenagers in compliance with socio-educational measures.* The article discusses the intersubjective relationships that play in the lives of young people in conflict with the law and how such relationships constitute them as subjects of rights. The starting point was the comprehensive listening of the adolescents themselves, in a qualitative research, carried out with young people in a regime of deprivation of liberty. For this, the research object was the process of elaboration of a work written and illustrated by adolescents who fulfill a socio-educational measure, which was based on essays prepared by them, in the context of the 4th Essay Contest of the Public Defender's Office of the Union (DPU). Situations of violence and violation of rights, were identified in the subjects' discourse, organized into language meaning cores and discussed in the light of Socio-historical Psychology, establishing a dialogue with Le Breton, Vigotski and authors who discuss vulnerabilities and socio-education.

**Keywords:** teenagers; socio-educational measure; subjectivity; intersubjective relationships; vulnerabilities.

### Resumen

*Relaciones sociales y derechos en la narrativa de adolescentes en cumplimiento de medidas socioeducativas.* El artículo discute las relaciones intersubjetivas que actúan en la vida de los jóvenes en conflicto con la ley y cómo dichas relaciones los convierten en sujetos de derecho. El punto de partida fue la escucha integral de los propios adolescentes, en una investigación cualitativa, realizada con jóvenes en régimen de privación de libertad. Para ello, el objeto de investigación fue el proceso de elaboración de una obra escrita e ilustrada por adolescentes que cumplen una medida socioeducativa, la cual se basó en ensayos elaborados por ellos, en el marco del 4º Concurso de Ensayo de la Defensoría Pública de Unión (UPD). Fueron identificadas situaciones de violencia y violación de derechos en el discurso de los sujetos, organizadas en núcleos de sentido del lenguaje y discutidas a la luz de la Psicología Sociohistórica, entablando un diálogo con Le Breton, Vigotski y autores que discuten vulnerabilidades y socioeducación.

**Palabras clave:** adolescentes; medida socioeducativa; subjetividad; relaciones intersubjetivas; vulnerabilidades.

O intuito deste artigo é tematizar acerca das relações intersubjetivas que influenciam na vida de jovens que cumprem medida socioeducativa, bem como, a partir de suas narrativas, reconhecer o modo como tais relações os constituem enquanto sujeitos. O ponto de partida foi a escuta compreensiva realizada durante uma pesquisa qualitativa feita com adolescentes em regime de privação de liberdade, a qual utilizou a arte e a fala como ferramentas de expressão da rede de significações que compõem as interações dos jovens com os ambientes sociais que os rodeiam.

Não se tem por intuito realizar uma análise histórica das políticas voltadas para a infância e adolescência. Propõe-se uma discussão de como os adolescentes são impactados, no processo de construção de suas subjetividades, pela falta de eficácia destas políticas, bem como pelas desigualdades sociais e pelas representações de raça, gênero, origem social, direitos humanos e justiça, que dão suporte às relações de poder no tecido social.

É suficiente um breve olhar para a realidade concreta de jovens que vivem em condição de vulnerabilidade para se identificar violações de direitos. Violência doméstica, violência policial, abuso e exploração sexual, crianças e adolescentes fora da escola (e mesmo vitimizados pela violência institucional na escola), jovens em situação de rua, alguns cooptados pelo crime organizado. Esta realidade expressa um fracasso social e coletivo cujas maiores vítimas são os jovens.

Embora sejam vistos por muitos como ameaça à paz do “homem de bem”, são eles sementes e frutos de uma sociedade desigual (Assis, Deslandes, & Santos, 2005). São frutos de uma árvore plantada no período colonial e escravista, que cresceu no período da escravidão, desenvolveu seus galhos a partir da Proclamação da República (e com o conseqüente processo de industrialização e urbanização das cidades) e que, com raízes cada vez mais profundas no capitalismo neoliberal, tem produzido muitos frutos nos dias atuais.

Decerto que o Estatuto da Criança e do Adolescente ensejou avanços significativos no que diz respeito às políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e mesmo àqueles a quem se atribui a autoria de atos infracionais. Um dos principais avanços trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi a ruptura com a doutrina da “situação irregular” estabelecida pelo Código de Menores de 1979. De menores delinquentes e desvalidos a crianças e adolescentes; de objetos de intervenção a sujeitos de direitos; da doutrina da situação irregular à doutrina da

proteção integral, os novos paradigmas implantados pelo ECA possibilitaram outro parâmetro de atendimento aos jovens de idade inferior a 18 anos.

Como discute o documento organizado pelo Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte (2015, p. 04), “desde o ECA, começamos a perceber que irregular mesmo era a concepção do Estado e da sociedade sobre o modo de proteger a infância em situação de vulnerabilidade”.

Embora o ECA represente mudanças de paradigmas, mudanças na lei não necessariamente implicam em transformações no campo das desigualdades sociais, das concepções ideológicas, nem das percepções sociais que geram e alimentam preconceitos e processos de exclusão social.

Uma das faces mais dramáticas da referida realidade diz respeito ao número de crianças e adolescentes assassinados no Brasil. Segundo levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no período de 2016 a 2020, 35 mil crianças e adolescentes, de 0 a 19 anos foram mortos de forma violenta no Brasil, dentre os quais 31 mil tinham entre 15 e 19 anos. Em todas as faixas etárias, o maior índice de mortes violentas aponta os meninos negros.

Em 2017, estudo realizado também pelo UNICEF, em parceria com o Governo do Estado do Ceará, analisou histórias de vida de adolescentes assassinados em sete cidades deste estado. De acordo com dados do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), os jovens compartilham um perfil que aponta o fato que tais homicídios têm cor, idade, origem social e sexo. Como nos demais estados do Brasil, são eles pretos ou pardos (65,75%), têm entre 16 e 18 anos (78,76%), são do sexo masculino (97,95%) e moram em bairros com menor renda nominal média de suas cidades (Fundo das Nações Unidas para a Infância, 2017).

Estes dados denunciam o fato de que crianças e adolescentes não são apenas atingidos pela desigualdade social e econômica, mas por determinantes raciais e de gênero. Esta é uma discussão que precisa ser exaustivamente realizada, pois, na perspectiva deste artigo, representa a trama geradora da violência sentida e, ao mesmo tempo, praticada por adolescentes em conflito com a lei.

Trata-se de um problema a ser enfrentado. Embora o artigo 227 da Constituição Federal atribua a responsabilidade pelas crianças e adolescentes no Brasil à família, à sociedade e ao Estado, considera-se que não há uma responsabilidade única, mas sim uma responsabilização comum visando a reversão deste quadro.

Vivemos numa sociedade que, sob a égide do capitalismo monopolista, produz a pobreza, intensifica as desigualdades sociais, ao passo que produz violências nos vários âmbitos da vida social. Os adolescentes têm sido profundamente atingidos por estas desigualdades, o que os conduz a vulnerabilidades que os tornam alvos à cooptação pelas facções criminosas, quer pela necessidade de sobrevivência, quer em busca de proteção, quer à procura de reconhecimento social.

O que cabe fazer diante desta realidade? Como superar este fracasso social, coletivo? Convém que se inicie esta discussão, buscando superar a mera busca por culpados. Tem-se lidado com a questão do envolvimento de adolescentes com delitos de forma limitada, quando ora se culpam os adolescentes, ora suas famílias, ora a escola, ora o ECA, a polícia ou a Justiça....não se tem concebido tal questão dentro de uma perspectiva sistêmica. A realidade é uma complexa trama de forças e jogos de poder que incidem sobre os atores sociais, embora maltratem mais a uns que a outros.

A concepção de que crianças e adolescentes em situação de pobreza representam uma ameaça social (Costa, 1990), por exemplo, tem suas raízes no século XIX e pode estar longe de ser superada. Este binômio carência/delinquência (Oliveira, 2015) é um sistema de ideias que fundamentou tanto o Código Mello Matos (1927) como o Novo Código de Menores (Lei nº 6.697/1979). Referida ideologia, de certa forma, persiste até hoje em muitas unidades de atendimento socioeducativo, nas escolas e no próprio sistema de garantia de direitos, fundamentando práticas objetificantes, disciplinadoras e mesmo violentas.

Até que ponto pode-se garantir que o paradigma da proteção integral e o reconhecimento de que adolescentes são sujeitos de direitos têm fundamentado as práticas do Estatuto da Criança e do Adolescente? Este artigo evidencia o fato de que, tão relevante quanto assegurar a efetivação do ECA nas práticas judiciais e mesmo no sistema socioeducativo, cabe enfrentar “as lógicas segregativas do discurso dominante ou massificado”. (Guerra et al., 2015, p. 19).

Descontextualização, alienação, descontinuidades de políticas públicas, violência institucional e dificuldades de atuar em permanente articulação interinstitucional são algumas das faces deste problema. Eis um quadro que se encontra além das vulnerabilidades sociais, posto que as instituições podem atuar no sentido da proteção de indivíduos que pertencem a grupos vulneráveis, mas também, em direção contrária, podem tornar-se

“elemento que engendra novas ‘camadas’ de vulnerabilidades” (Fonseca & Sandim, 2022, p. 56).

É preciso enfrentar o fato de que, se há adolescentes envolvidos com atos infracionais, há um sistema de garantias de direitos que tem fracassado e há práticas que desconsideram a dimensão subjetiva, social e política do problema. Estes jovens têm sido carregados pelas correntezas da invisibilidade, do silêncio e de baixa reflexão sobre o contexto social que envolve o tema.

O processo de constituição das subjetividades destes jovens (e suas articulações com as relações inter-subjetivas que são tecidas na família, escola, comunidade, bem como com atores sociais que compõem o sistema de garantia de direitos, sistema de justiça e de atendimento socioeducativo) precisa ser investigado, priorizando o que eles têm a dizer.

Cabe destacar que temáticas como as analisadas aqui podem lançar outro olhar sobre quem são e o que representam, na ordem simbólica de nossa sociedade, adolescentes que se envolvem com atos infracionais, apontando, certamente, para a responsabilidade social que se tem com estes jovens.

## Método

Como referencial teórico de produção e análise de dados, trabalhou-se com a Psicologia Histórico-cultural de Lev Semionovich Vigotski, em virtude de se considerar a importância de elaborar um método que seja capaz de se aproximar da complexidade de seu objeto: a subjetividade. Como via de acesso aos processos subjetivos, elegeu-se a linguagem. Segundo Aguiar (2009, p. 130), a linguagem é “um instrumento fundamental no processo de mediação das relações sociais, por meio do qual o homem se individualiza, se humaniza, apreende e materializa o mundo das significações que são construídas no processo social e histórico”.

Segundo este referencial teórico, a palavra possibilita aos sujeitos o acesso ao mundo das significações produzidas historicamente, constituindo-se, ao mesmo tempo, como base do processo de construção da(s) subjetividade(s) e do próprio desenvolvimento humano.

Desse modo, a palavra, incluindo a arte, é expressão do modo singular com que cada sujeito foi capaz de apreender e decodificar, num dado momento de sua existência, suas experiências no mundo e com o mundo. São elas formas de expressão das subjetividades.

Neste sentido, esta pesquisa se fundamentou numa perspectiva qualitativa de coleta de dados.

Buscou-se uma aproximação da dimensão das relações intersubjetivas, dos processos e dos fenômenos que constituem as subjetividades, além de compreender as experiências do mundo vivido dos adolescentes e os significados produzidos por eles, acerca das experiências.

O contexto de realização da pesquisa foi o 4º Concurso de Redação da Defensoria Pública da União (DPU) e o desenvolvimento de um projeto de produção de um livro contendo as referidas redações, as quais foram selecionadas na modalidade Ensino Fundamental. O projeto de edição do referido livro está sendo realizado pela Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Estado do Ceará (SEAS-Ce). A partir das redações, foram discutidos seus conteúdos com os adolescentes, os quais foram estimulados a traduzi-los em imagens (pintura em tela), segundo as representações construídas por cada um.

A condução das oficinas para reflexão dos conteúdos das redações foi realizada pelas autoras, enquanto a coordenação dos trabalhos artísticos foi feita por um artista plástico, sendo parte de um projeto permanente de arte-educação do centro socioeducativo, onde foi desenvolvida a pesquisa. Os encontros de produção das telas também foram acompanhados pelas pesquisadoras. Em seguida, foram realizados três grupos focais de jovens deste centro socioeducativo, para discussão sobre os conteúdos representados nas artes.

Assim é que a compreensão do processo de construção de subjetividade com os socioeducandos trouxe a necessidade de despertar uma tríade de conhecimentos essenciais: a) conhecimento de si mesmo como sujeito da história (Freire, 1997); b) conhecimento da realidade de violação de direitos em que está inserido; c) conhecimento da natureza do seu projeto de vida. Um dos principais fatores é o “conhecimento de si”, que encerra temas como visão de mundo, invisibilidade étnica e racial, identidade, autonomias, discriminação racial, desigualdades, exclusão, valores sociais e individuais, consciência de direitos, equidade, diversidade e protagonismo.

A referida tríade de conhecimentos foi construída por meio de um conjunto de ações ordenadas, compreendidas como Palavras, Emoções e Imagens em Movimento, método desenvolvido para as atividades de análise dos conteúdos das redações, estruturado em cinco etapas: 1) palavras narradas sobre a temática das redações, compreendidas como a narrativa dos jovens sobre suas experiências de mundo, especialmente, as que lhes são discriminatórias ou excludentes; 2) palavras pensadas, que são as reflexões sobre os

pressupostos teóricos históricos, cognitivos, culturais e legais estruturantes dos problemas vivenciados por si e pelos colegas que escreveram as redações, 3) palavras sentidas, são questionamentos devolvidos pelos jovens sobre seus relatos e reflexões conceituais e de vida que se assemelham àquelas escritas nas redações; 4) palavras buscadas, traduzidas como a busca por uma conscientização dos contextos sociais, políticos e legais em que se inserem; e, finalmente, 5) palavras pintadas, que é o resultado do processo reflexivo transformado em imagens. É neste contexto que os jovens compreendem por meio das artes uma linguagem em busca de sentidos restauradores de uma consciência social e política que promova fortalecimento cidadão e luta por direitos, dentro de um projeto humanitário de vida.

O trabalho de construção das telas (palavras pintadas) partiu da dimensão do sensível, dos afetos, da busca do entendimento empático do outro e da expressão dos sentimentos através da arte. Para tanto, foi organizado o processo de elaboração das pinturas em três momentos, com objetivos distintos: (1) trabalhando a sensibilidade; (2) releitura das redações e elaboração das telas; (3) diálogo coletivo acerca dos sentidos das imagens.

Neste terceiro momento, os participantes do projeto se organizaram em grupos de cinco ou seis adolescentes, ocasião em que emergiram debates acerca das telas escolhidas por eles. Cada discussão partia de uma imagem e seguia, de maneira não direcionada, conforme o fluxo do pensamento do grupo. Foram formados três grupos, os quais debateram entre 1h e 25 min e 1h e 30 min. Com a autorização dos participantes, as discussões foram gravadas e transcritas para posterior análise de dados.

Como procedimentos de análise dos dados, debruçou-se, sobretudo, sobre as narrativas dos adolescentes acerca das telas produzidas por eles, seus sentidos e significados. Como em Vigotski (2006), a palavra foi concebida, neste estudo, como representação do que ocorre nas relações do sujeito com o mundo. Por este motivo, as discussões em grupo foram transcritas para a realização de uma análise de conteúdo, procurando identificar núcleos de significado. Tais núcleos apontam para os sentidos subjetivos construídos pelos adolescentes, a partir da experiência concreta de cada um.

Esta análise prevê a articulação dos conteúdos com as lógicas que norteiam o pensamento de cada adolescente. Como destaca Calil (2003, p. 148), “todas as falas possuem um pensamento oculto por trás, um subtexto, que, ao ser revelado, permite a compreensão do significado subjacente às palavras, revelador da

base afetivo-volitiva do sujeito”. A análise de subtextos desvela, portanto, significados, sentidos, como também necessidades, desejos, afetos, sentimentos e emoções.

Neste sentido, buscou-se, nos discursos, nos subtextos, identificar os núcleos de significado, articulando-os às possíveis determinações concretas que levaram os jovens às formas de interpretar os direitos humanos e a justiça (temas que tangenciam o tema gerador do Concurso de Redação), política, polícia, comunidade, escola e ainda liberdade, humilhação, sofrimento e raiva.

Depreenderam-se das narrativas dos adolescentes cinco núcleos de significado: (1) Ricos têm oportunidades que pobres não têm; (2) Ricos mandam em tudo, até no pobre; (3) Ricos querem ficar longe dos pobres; (4) Por que os caras entram no crime? (5) Julgamentos, este último com três subdivisões: (5.a.) O olhar julga; (5.b.) Através dos julgamentos, aprendemos quem somos; (5.c.) O julgamento reduz as oportunidades.

## Discussão e análise de dados

Na perspectiva histórico-cultural, o sujeito é um ser que se constitui em sua existência nas relações com os outros sujeitos, mediadas pela linguagem. Neste fluxo de trocas intersubjetivas, o sujeito produz-se subjetivamente em sua singularidade, experimentando e apreendendo sua realidade de forma também singular.

Nesta perspectiva, o estudo do modo com que valores e símbolos de uma cultura se apresentam – e a maneira com que estes são percebidos e sentidos pelos sujeitos – torna-se relevante para a compreensão das subjetividades de adolescentes em conflito com a lei.

No que diz respeito ao modo com que percebem e são impactados pelos valores associados à raça, poder e dinheiro, os núcleos de significado mais citados no discurso dos adolescentes referem-se às relações e distinções no cotidiano, no tratamento e no reconhecimento entre ricos e pobres, brancos e pretos. Foram identificados três núcleos de significado em torno deste tema: (1) ricos têm oportunidades que pobres não têm; (2) ricos mandam em tudo, inclusive nos pobres; (3) ricos querem ficar longe dos pobres.

### **Ricos têm Oportunidades que Pobres não Têm**

As oportunidades dos ricos citadas pelos adolescentes dizem respeito ao acesso a direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, como o direito à educação de qualidade (associadas à escola e à universidade privada), ao lazer e ao esporte. Estas oportunidades

são associadas a “ter o que é bom” e é esta posse que torna a vida mais fácil.

O grupo 1 comentou sobre imagem produzida por um dos adolescentes: um jogo de futebol está acontecendo em campo de propriedade de pessoas ricas (representado na parte de cima da tela), enquanto os meninos da favela lhe assistem do lado de fora (representado abaixo da tela), sendo as duas realidades separadas por grades.

(Ad.1) “É mais fácil para aqueles do campo, dos prédios, do que para o menino da favela. Eles têm dinheiro, nasceu em berço de ouro. Ir para faculdade... O pai paga a faculdade. Pro menino pobre é difícil.”

(Ad.4) “Filho de rico sai de boa, arrumadão. Passa bem. Filho de papaizinho. Filho de pobre é acabadinho, olhos e cabelos grandes, são de uma sociedade baixa. Não tem escola particular.”

As expressões “arrumadão” e “acabadinho”, claramente colocadas em oposição, apontam para um movimento de valorização do rico e desvalorização dos pobres, para a tensão entre os considerados incluídos e os excluídos, a qual é produzida em contextos sociais de desigualdade econômica e são resultantes também de processos coloniais e escravagistas que se estruturaram em nossa sociedade. Cabe destacar que estas tensões e representações são parte do que compõe o processo de construção da autoimagem e da autoestima dos adolescentes, base de suas ações no mundo e com o mundo.

A referida concepção norteia as relações intersubjetivas de um modo geral, à medida que ensina o que se permite a ricos e a pobres. Numa linha de raciocínio mais profunda, define quem o sujeito é e que lugar ele ocupa no tecido social, se o indivíduo pertence ou não às relações sociais legítimas, se ele tem direito a ter direitos, se é protegido. O depoimento a seguir, emitido por Ad.2, em discussão do grupo 2, articula claramente os significantes “ser da favela” com “ser bandido”, apontando esta articulação como a base da discriminação.

Nós fomos criados no canto. Onde nós aprendemos que somos gentes diferentes. Porque quem mora na favela é discriminado. Pensa que só porque mora na favela é bandido. Nos prédios tem os vereadores, os corruptos, só que não dizem que eles são bandido. Eles são ricos. (Ad.2)

Observe-se que a concepção de que adolescentes em situação de pobreza representam uma ameaça social, citada por Costa (1990), Oliveira (2015), Almeida (2018) permanece forte no âmbito das representações simbólicas – e nas práticas – que norteiam as

relações intersubjetivas ainda hoje. Esta concepção enseja, por exemplo, violências físicas e simbólicas nas relações institucionais e findam por justificar violações de direitos.

Eis um quadro que se encontra além das vulnerabilidades sociais, posto que as instituições podem atuar no sentido da proteção de indivíduos que pertencem a grupos vulneráveis, mas também, em direção contrária, podem tornar-se “elemento que engendra novas ‘camadas’ de vulnerabilidades” (Fonseca & Sandim, 2022, p. 56).

Ser “da favela”, “acabadinho”, “bandido”, em oposição ao ser “dos prédios”, “arrumadão” parece servir de base para o segundo dos núcleos de significado, o qual aprofunda esta questão e acrescenta a noção de poder.

### **Ricos Mandam em Tudo, até no Pobre**

Outra imagem que gerou significativo impacto em um dos grupos (G.1) foi a de um homem branco que ostentava vários símbolos representativos de riqueza (relógio, cordão com o cifrão, chapéu, charuto, em cima de uma montanha de dinheiro), tendo, abaixo dele, pessoas negras, com corpos magros, caracterizadas como tristes e necessitadas. Breve trecho da discussão deste grupo em torno da tela apresenta outro núcleo de significado acerca dos ricos:

Porque nós somos tipo o pessoal pobre, os ricos pensa só neles mesmo. Os preconceitos vêm de faz tempo. Os brancos tem preconceito com os pobres, com pretos que eram escravos, que vem de longe já. Eles acham que podem fazer isso. (Ad.2)

(E) “Então preconceito não é da pobreza só, é da cor?”

(Ad2.) “É da cor também.”

(Ad4.) “A cor é do dinheiro. A dos ricos é verdinha, a dos pobres é vermelha. Tem mais dinheiro, eles pensam que manda mais. Manda em tudo, também no pobre.”

(Ad1.) “Que eles podem, porque tem mais dinheiro.”

Na relação de raça e poder, os adolescentes interrogaram quem tem o poder de decidir/mandar. No trecho da discussão em grupo retratada acima, nota-se uma contradição neste sentido: ricos são brancos, negros são pobres, mas o que os coloca na posição de comando? A riqueza ou a cor (da pele)? A cor da pele ou a cor do dinheiro?

Há, no entanto, um ponto na discussão em que os adolescentes convergem: “quem tem mais, manda mais”. Seja por se ter dinheiro, poder ou reconhecimento, o direito de governar-se não é para todos.

“Ricos mandam em tudo, também no pobre”, ou seja, o lugar que cabe ao pobre é o da submissão.

Cabe refletir acerca do que significa para o jovem pobre adotar numa sociedade onde “ricos mandam em tudo”, “quem tem mais, manda mais”. E de que maneira estes significantes contribuem para seus processos de subjetivação.

Numa sociedade marcada pela lógica do capital, com apelos permanentes ao consumo, que classifica e hierarquiza pessoas a partir de sua capacidade de comprar e ostentar sinais de riqueza, ser adolescente rico é absolutamente diferente de ser um jovem que vive em condições de vulnerabilidade. Estes sujeitos ocupam posições diferentes no tecido social e tendem a compreendê-lo a partir da posição e percepção deste lugar.

Ao julgar, lugares sociais são atribuídos para ricos e outros, para pobres. Estes sinais (ricos brancos *versus* negros pobres), por exemplo, tornam-se critério do julgamento que opõe vagabundo e trabalhador, gerando, enfim, outro significante. As palavras de um adolescente do Grupo 1 retrata o que se está a discutir: (Ad.4) “Se você vê um bem pretinho perto de um branquinho; um preto cheio de tatuagem com brinco na orelha e um cara branquinho, relógio, um carro. Você vê um preto andando, você vai dizer: ‘Vixe, aquilo é um vagabundo’”.

Nas relações cotidianas com a polícia, somente ao branco cabe o princípio da presunção de inocência. A polícia sabe que o abuso de autoridade contra um branco de classe média, por exemplo, terá repercussões muito distintas se perpetrada contra um negro pobre.

As tensões geradas entre adolescentes negros, pobres e a polícia apontam uma das faces do racismo estrutural e de processos cognitivos que perpetuam a imagem do jovem negro como sendo um bárbaro, um ser sem afetos ou cognição, ou apenas um corpo em movimento, para quem os direitos seriam desnecessários (Freitas, 2019). Em meio a malhas discriminatórias que a maioria dos jovens constrói seus valores e representações de seu lugar no tecido social.

A este respeito, Guerra et al. (2015, p. 18) comentam que somente quando cometem um ato infracional é que os adolescentes se tornam visíveis. Este é o momento em que, atravessando a porta de vidro, adentram a ordem simbólica da sociedade. A narrativa daquele jovem acerca da discriminação social aponta o que Fonseca e Sandim (2022) denominam por “vulnerabilidade institucional”, remetendo-se ao Estado como elemento engendrador de vulnerabilidades que emergem das relações de poder, de hierarquizações, em um

contexto em que apenas alguns são reconhecidos como dignos de sua ação protetiva.

Esta realidade se evidencia quando após a interação, por exemplo, a situação de vulnerabilidade do adolescente só se intensifica: a sentença lhe é impregnada como um estigma e as relações conflituosas se agravam; a violência policial sofrida nas comunidades se aprofunda e ocorre uma verdadeira desfiliação do adolescente em relação às instituições sociais a que caberia pertencer. Denomina-se a isso, uma modalidade de racismo institucional (Almeida, 2018).

O adolescente do Grupo 2 dá continuidade ao que estava a relatar acerca de como se sente visto pela polícia e as repercussões para seu direito à liberdade: (Ad. 2) “Aquele quadro ali: direito à liberdade. Eu queria esse direito à liberdade da polícia não me parar. Só que eu não tenho esse direito. Quando eles me vêm, eles me param”.

Sendo vistos como ameaça à paz da sociedade, os adolescentes – e não a partir de sua condição de vulnerabilidade – tornam-se alvos permanentes da ação policial, mesmo que sua condução não esteja a se opor ao que é legal. Estas ações se dão em nome de uma suposta proteção à sociedade, quando, na realidade, estão a atuar em favor de uns grupos e em desfavor de outro(s).

Como ressaltam Fonseca e Sandim (2022), tem-se discutido o conceito de vulnerabilidade com um foco unicamente nos grupos vulneráveis e em sua capacidade de enfrentar as situações em que os riscos se efetivam em perdas ou danos. É como se este conceito de vulnerabilidade estivesse diretamente relacionado à ausência ou fragilidade de recursos para enfrentar eventos ameaçadores, quando ser/estar vulnerável guarda relações também com a estrutura social e o aparato institucional disponível à pessoa ou grupo. O problema nesta forma de conceber vulnerabilidade está no fato de se colocar em segundo plano o lugar que ocupa o Estado como elemento regulador das relações institucionais, posto que estas podem contribuir tanto para a proteção do indivíduo (ou de alguns) ou para a reprodução e o aprofundamento das vulnerabilidades.

O fato é que este mundo tem se apresentado como extremamente hostil a tais pessoas em desenvolvimento. A este respeito, Guerra et al. (2015) ressaltam a lacuna que existe entre os adolescentes e as políticas públicas, no campo da educação, da saúde, da assistência, sendo vistos e nomeados como um problema, um transtorno. A sociedade não tem sido gentil com os adolescentes em condição de vulnerabilidade. Embora sejam eles produto de um sistema que produz profundas desigualdades sociais e violências em diversos

âmbitos (física, moral, institucional...), não se concebe que suas práticas sejam maneiras de resistir às opressões a que são submetidos.

Crescer em tais circunstâncias prejudica o desenvolvimento de habilidades ligadas à adaptação social, à capacidade de resolução de conflitos e de desempenho de papéis sociais, contribuindo para a construção de subjetividades imersas na desordem social.

Cabe considerar que o adolescente que se envolve com atos transgressores pode estar em busca do apoio social e do reconhecimento que não tem encontrado nos espaços de interação social. A violência praticada por estes jovens pode ser entendida como uma maneira possível de inclusão social (Calil, 2003). Em busca de outras possibilidades de pertencimento – e mesmo um percurso que supostamente lhe dará visibilidade – findam envolvendo-se em situações de grande risco pessoal e social.

Esta é uma questão também discutida por Sales (2004) ao propor o entendimento da violência como resposta a realidade de múltiplas violências e violações de direitos que se imprimem na vida de adolescentes pobres e periféricos, o que a autora denomina por “cidadania escassa”.

### ***Ricos querem Ficar Longe dos Pobres***

Na perspectiva dos adolescentes, parece existir pelo menos duas origens para as tensões entre ricos e pobres: (1) os ricos percebem os pobres como ameaça às suas pessoas e aos seus bens e (2) as desigualdades sociais provocam raiva nos pobres, isto por não terem condições de acesso a bens e serviços que desejam, mas que somente os ricos os possuem. Isto não significa uma questão de essencialidades, como o não ter virtudes morais para não desejar o que é do outro, mas sim, a consciência de que as oportunidades, os direitos e os bens não são distribuídos de forma equânime na sociedade, e de que as leis não são aplicadas para os pobres.

O recorte da discussão do Grupo 2, acerca da tela que representa o jogo de futebol, pode ilustrar a primeira destas zonas simbólicas de conflitos.

(Ad2.) “Porque eles aqui, do campo, tem medo do pessoal da favela roubarem eles, sequestrar, talvez matar. Porque o crime é na favela, acontece na favela.”

(Ad2.) “As crianças da favela querem só ver o jogo. As crianças de cima que mandam. Os favelados estão no alambrado, umas grades.”

(E) “Por que tem alambrado?”

(Ad2.) “É para as crianças não irem para os prédios. O povo dos prédios não quer as crianças lá, ficam isolando eles. O povo de lá tem preconceito.”

Reaparece aqui a discriminação referida no núcleo de significado anterior, através do vocábulo “preconceito”. No entanto, quando os adolescentes remetem suas falas a grades, alambrados que separam a cidade da favela, falam de algo que vai além de simples estrutura metálica erguida entre propriedades. Há grades simbólicas que isolam ricos de pobres e interdita acessos, oportunidades, impedem o reconhecimento. A suspeita permanente, gerada pelo preconceito ligado à origem social citada, parece se converter em uma comunicação de que não há lugar para o adolescente ali, assim como não há lugar para ele na sociedade. O sentimento que se gera nos adolescentes, a partir desta exclusão/discriminação é retratado como raiva e “vontade de acanaiar”, como se pode identificar na narrativa de Ad.4, no Grupo 2:

Eles (os pobres) querem jogar, mas não pode. Eles querem ir para lá porque não tem condição, mas tem vontade. Às vezes fica sentindo que não cabem eles ali. Dá vontade de acanaiar. Já que não pode entrar, vai lá e acanaia tudo. Dá uma raiva.

Em Le Breton (2019), a vida social requer dos humanos a produção de significantes que impõem-se entre o indivíduo e o mundo, os quais agem sobre todos, ou seja, afetam e, ao mesmo tempo, demandam uma ação afetivo-cognitiva sobre as mesmas. A raiva e a “vontade de acanaiar” dizem sobre a ação reativa a uma rede de significantes discriminatória e sobre as possibilidades de resistência percebidas por eles.

É oportuno indagar como há de se realizar o processo de construção das subjetividades de adolescentes que carregam em suas existências as marcas dos lugares interditados, das grades erguidas para isolá-los do convívio social, especialmente com grupos sociais não vulnerabilizados. As narrativas dos adolescentes expressam as subjetividades que se constroem no campo das interdições geradas pelos preconceitos e possivelmente, se articulam com o que apontam as narrativas do núcleo de significado a seguir.

### **Por Que os Caras Entram no Crime?**

Este tema apareceu nas três discussões de grupo. Foram registrados conteúdos diferentes quando suas narrativas apontam as motivações que levam “os caras ao crime”. Estes conteúdos foram agrupados em quatro grandes núcleos de significação.

1. Devido à escassez ou falta. (...): (a) falta alguma coisa em casa; (b) falta escola, educação, segurança na escola (drogas na porta da escola), atividade esportiva, ajuda da escola para aprender;

- (c) não se tem acesso a emprego/trabalho; e (d) falta oportunidade.

2. Devido ao envolvimento com drogas.

3. Devido ao luxo que as facções oferecem.

4. Quando a pessoa é vítima de coisa errada e reage: (a) conflitos com outra pessoa; (b) situações em que são humilhadas pela polícia; e (c) racismo.

Observe-se que, dos quatro motivos citados, os três primeiros apontam para uma mesma realidade: os “caras” não se sentem apoiados em nenhuma das dimensões da vida social, buscam solução no envolvimento com bebidas e drogas e findam por encontrar no crime o suporte que não tiveram em suas vidas. Suas falas remetem com clareza às lacunas entre as políticas públicas e os adolescentes, discutidas por Guerra et al. (2015).

Há ainda uma questão importante que explica o envolvimento com o crime em resposta ao preconceito e à injustiça. Embora não tenha sido a resposta mais citada pelos grupos, cabe destacar o núcleo de significado que define que o crime muitas vezes é uma reação a situações humilhantes. Ad.4, adolescente do Grupo 2, traz um depoimento emocionado acerca do impacto do racismo em sua subjetividade: “O racismo mexe com a mente do cara. Crime julgar pela cor. A pessoa vai se revoltando. A pessoa fica com aquela ideia, pensando... dá vontade de matar... ou se matar”.

Discussões de Silvio Almeida (2018) acerca do racismo estrutural articulam-se com a fala do adolescente. Para o autor, a sociedade, tal como se organiza, reproduz tanto na vida dos sujeitos, como nas práticas institucionais, parâmetros de discriminação racial. Ser branco é não ter uma identidade racial, ou seja, não ser pensado a partir de sua raça, mas de sua singularidade. Mas ser negro, numa sociedade racista como a que vivemos, é carregar toda a opressão e subalternização construída no decorrer da história, a qual se reproduz nas micro e macro violências cotidianas.

Há um aspecto relevante no que diz respeito ao processo de construção da subjetividade de adolescentes que cumprem medida socioeducativa: crime é uma reação. Quer à ausência de suporte para uma vida digna, quer à falta de perspectivas, quer ao julgamento pela cor, pela origem social, pelo lugar onde mora.

A respeito do significante julgamento, cabe destacar que este foi o significante não apenas mais referido pelos adolescentes, mas também o que esteve presente nas discussões de temas mais diversos: relações comunitárias, interações na escola, do tratamento da polícia dispensado ao adolescente e, por fim, àquilo que

fundamentava as decisões dos juízes quando o jovem é responsabilizado por delitos cometidos.

### **Julgamentos**

Foram registradas diferentes referências a este significante, entre diretas e indiretas. Em torno deste, a fala dos jovens apontou três núcleos de significado: (1) o olhar julga; (2) através dos julgamentos, aprendemos quem somos e (3) o julgamento reduz as oportunidades.

*O Olhar Julga.* “Tem pessoas que não tem um olhar bom, tem um olhar que julga. Ninguém sabe o que tem por dentro das pessoas. Mas as pessoas julgam” (Ad. 2; G.2). Com referência em Le Breton (2019), para quem o reconhecimento é condição primária para que o filhote de homem possa compreender-se e afirmar-se como sujeito, o “olhar que julga” representa um olhar que nega ao adolescente o reconhecimento enquanto ser existente, interditando-o, em última instância, como ser social. Importante destacar que este olhar não vem apenas de um certo tipo de pessoas (um professor, um vizinho ou um policial), mas é identificável nas relações intersubjetivas de um modo geral. Trata-se da “invisibilidade perversa” tematizada por Sales(2004).

Se o reconhecimento do outro é a base para o reconhecimento de si, cabe indagar: o que comunica este olhar para o adolescente acerca dele mesmo? Para os adolescentes, até o julgamento realizado pelo magistrado apresenta a marca da invisibilidade perversa, posto que analisa o delito, mas não a pessoa que o cometeu, não as histórias vividas por cada um.

Promotor, juiz....criticam a gente só por causa do crime que a gente fez. O processo vai para a mesa dele, ele olha. Esse aqui fez crime tal, tal. Ele não conversa com a gente. Se ele viesse aqui dentro para conviver com a gente, no instante ele iria saber que somos todos normais. (Ad.2)

(Ad.3) “Ele vê o crime, vê só por aquilo que você fez. Não sabe o que é a gente de verdade”.

(Ad.4) “Juiz só sentenciando os menores. Só destruindo a vida dos outros”.

Cabe destacar que o “olhar que julga” realiza um reconhecimento a partir do delito, inserindo o adolescente na vida social, partindo da desconfiança permanente, o que comunica ao jovem que ele é um sujeito perigoso. Sua compreensão de mundo (bem como sua comunicação) é marcada por esta maneira de ser reconhecido.

*Através dos Julgamentos, Aprendemos quem Somos.* No grupo 2, ao tematizar acerca de imagem que

remetia ao direito à educação, um adolescente relatou o que aprendeu na escola:

É porque nós somos uma sociedade mais baixa. Viemos de um canto mais pobre. (...) Nas escolas nós somos ensinados a ser o que nós somos hoje. Eu sei que o cara entra na vida só se quiser, mas tem cada coisa que complica a vida da gente. (Ad.2)

Esta narrativa aponta a escola como uma instituição que ensina aos adolescentes o que são e/ou representam nas dinâmicas sócio-interativas. Em vez de favorecer seu desenvolvimento e ainda colaborar em seu reconhecimento, de modo geral, tem reproduzido os valores sociais hegemônicos que, ao discriminar o adolescente que não se enquadra em modelos esperados de jovem, aluno, cidadão, excluem-no de uma convivência intersubjetiva sadia.

Como destacam Assis et al. (2005, p. 81), o que comumente é nomeado como “incapacidade escolar”, “dificuldade de aprendizagem”, baixa capacidade para o mercado formal ou outras atribuições associadas a uma suposta incompetência cognitiva, afetiva ou social, há uma histórica - e nunca superada - de negação de oportunidades aos jovens das classes populares. Há também o racismo estrutural que se reverbera nas relações institucionais (Almeida, 2018).

Medidas devem ser tomadas no sentido de viabilizar políticas públicas que deem formação e condições aos educadores para lidar com o desafio que significa atuar com adolescentes em conflito com a lei.

*O Julgamento Reduz as Oportunidades.* “Aí o povo olha a gente pelo nosso histórico. O povo da cidade pequena, o povo conhece nós. Fica criticando. O cara quer fazer outra história, mas parece que não consegue. Não consegue porque a população fica jogando contra você” (Ad.2, G2).

Como demonstra esta narrativa, os julgamentos realizam um reconhecimento às avessas, produto da invisibilidade perversa (Sales, 2004). A inserção do adolescente na vida social realiza-se, então, a partir da desconfiança permanente, o que comunica ao jovem que ele é um sujeito perigoso. Um percurso de exclusão, marginalização e invisibilização marca suas histórias e constrói no adolescente a concepção que lhe é quase impossível a superação. Sua compreensão de mundo é marcada por esta maneira de ser reconhecido.

Para Silvio Almeida (2018), ao contrário do branco, o negro é visto (e julgado) a partir de sua raça, perdendo assim a possibilidade de ser reconhecido em sua individualidade. Em um raciocínio limite, quando um negro

erra, todos, simbolicamente, pagam por isto. E mesmo sem cometer erros, recai-lhe a desconfiança por ser negro. É o que o autor denomina por “subalternização racial”.

O jovem negro periférico carrega sobre si o peso de todo seu grupo, o que implica em consequências sociais, econômicas, educacionais e de saúde. Como estratégia de enfrentamento da referida realidade, diante de fragilidades de laços afetivos e sociais, e em face das parcas e inconstantes políticas públicas de apoio social, adolescentes que cumprem medida socioeducativa constroem outras formas de justiça e inventam estratégias de convivência nada pacíficas, caracterizadas pela violência que, embora não tenha sido criada por eles, os atravessa por meio das interações intersubjetivas. E assim, de “desobedientes”, “incompetentes”, “revoltados” se tornam temidos, inaugurando outra condição de reconhecimento (Guerra et al., 2015) e, como destaca Freitas (2019), diante da injustiça, reagem produzindo um padrão de justiça para si.

## Considerações Finais

Os depoimentos dos adolescentes em tela revelam os critérios sociais e históricos que classificam quem é passível ao controle do Estado, através da polícia e Justiça, e quem não o é, ou seja, quem é ou não sujeito de direitos. São juízos que apontam para o jovem periférico que teve um acesso precário à educação, uma história de vida marcada pela violação de direitos, realidades que o excluem da possibilidade de ser reconhecido como sujeito social e de direitos. Estes julgamentos apontam o fato de que há uma distância abissal entre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o cotidiano de adolescentes em conflito com a lei. Um delito não fala apenas de um percurso de um único jovem que cumpre medida socioeducativa, mas diz também de jogos de forças, relações de poder que percorrem instituições como a escola, a polícia, a Justiça, e de tensões que se estabelecem entre as gerações, as etnias e os estratos sociais. São estas forças que potencializam “os olhares que julgam”, criminalizando as adolescências pobres e suprimindo oportunidades; que autorizam a violação de direitos de jovens negros, pobres, periféricos; que erguem grades e ensinam o que eles são: “de uma sociedade baixa”, “de um canto, onde se ensina que são gentes diferentes”. Estes são vetores que efetivam suas forças atingindo sobremaneira os jovens em condição de vulnerabilidade e suas famílias, contribuindo na produção de subjetividades que se pautam em um padrão de justiça para si.

A respeito destes jogos de forças, não se pode omitir o fato de que, no Brasil, as relações sociais sempre foram marcadas pelo uso da violência, da submissão e da exclusão; desde a chegada dos Portugueses em terras indígenas. As diferentes formas de violência a que estes adolescentes são submetidos constituem obstáculos ao desenvolvimento de seu potencial, à construção de sua autoimagem, ao desenvolvimento de sua autonomia e do pensamento crítico.

Também não se pode secundarizar o papel do Estado, na efetivação de políticas públicas que se tornem capazes de, pelo menos, reduzir as desigualdades sociais, através de serviços de cuidados e proteção social de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de vulnerabilidade. É importante ainda que ações vulnerabilizantes do Estado - que determina quem é merecedor de sua ação protetora e quem não o é - sejam revistas e superadas e que a sociedade reconheça que estes adolescentes precisam ser protegidos e cuidados.

É preciso olhar este adolescente de outra forma, compreender seus comportamentos como reações às microviolências cotidianas vividas nas relações intersubjetivas, bem como às diversas faces da violência estrutural a que são submetidos. Intervenções baseadas unicamente no disciplinamento, na vigilância e na subordinação apenas reproduzem os jogos de forças tão conhecidos por eles e que os mantém no mesmo lugar social.

As subjetividades não têm como ser pensadas de maneira a se desconsiderar as forças políticas, econômicas e históricas. Tais dimensões da vida humana se articulam e se potencializam de tal forma que intervir em um dos pontos do sistema impacta sobre os outros.

Desta forma, há um lugar de fala que precisa ser restituído aos adolescentes que têm sido vistos e nomeados a partir do ato infrator. Qualquer esforço que se proponha à socioeducação de jovens que cumprem medida socioeducativa precisa partir destas falas, pois é através delas que se poderá chegar às subjetividades.

Acredita-se que a contribuição deste estudo está em apresentar elementos da subjetividade dos jovens que cumprem medida socioeducativa, através de suas narrativas. Não se tem por intuito analisar profundamente as narrativas destes adolescentes, nem contribuir com outras generalizações ou ideias pré-concebidas, mas apresentá-los como sujeitos de direitos e como seres pensantes, que têm capacidade crítica de analisar a própria realidade e suas condicionantes sociais.

Enquanto as políticas públicas não se voltarem ao reconhecimento destes jovens em sua singularidade,

atentando para as dinâmicas subjetivas e intersubjetivas, pouca diferença estará fazendo na vida de cada um.

## Referências

- Aguiar, W. M. J. (2009). A pesquisa em Psicologia Sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp. 129-140). São Paulo: Cortez.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Assis, S. G.; Deslandes, S. F., & Santos, N. C. (2005). Violência na adolescência: sementes e frutos de uma sociedade desigual. In Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (Orgs.), *Impacto da violência na saúde dos brasileiros* (pp. 79-105). Brasília: Ministério da Saúde.
- Calil, M. I. (2003) De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de resignificação do sujeito. In S. Ozella (Org.), *Adolescências construídas: a visão da Psicologia Sócio-Histórica* (pp. 137-166). São Paulo: Cortez.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. (2001). *Coleção Saraiva de Legislação* (21ª ed.). São Paulo: Saraiva.
- Costa, A. C. G. (1990). *Brasil criança urgente: a Lei 8069/90*. (Vol. 3, Coleção Pedagogia Social). São Paulo: Columbus Cultural.
- Fonseca, F., & Sandim, T. L. (2022). Vulnerabilidades sócio/institucionais: em busca de um conceito amplo e complexo. In P. Spink, F. Burgos & M. A. Alves (Orgs), *Vulnerabilidade(s) e ação pública: concepções, casos e desafios* (pp. 55-73). São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania. Recuperado de <https://hdl.handle.net/10438/31670>
- Freire, P. (1997). *Política e educação*. São Paulo: Cortez.
- Freitas, R. C. (2019). Prólogo. In C. S. Franco, R. C. Freitas, & L. R. Carvalho (Orgs.), *Liberta* (2ª ed., pp. 11-15). Fortaleza: Imprensa Universitária-UFC.
- Fundo das Nações Unidas para a Infância. (2017). *Trajetórias interrompidas: homicídios na adolescência em Fortaleza e seis municípios do Ceará*. Brasília: UNICEF. Recuperado de <https://cadauidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/03/trajetorias-interrompidas-junho-2017.pdf>
- Guerra, A. M. C., Grillo, C. F. C., & Pereira, M. R. (2015). Prefácio. In Fórum Permanente do Sistema de Atendimento Socioeducativo (Org.), *Desafios da socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes* (pp. 18-22). Belo Horizonte: CEAFF.
- Le Breton, D. (2019). *Antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes.
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. (2012, 18 de janeiro). Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. *Diário Oficial da União, seção 1*. Recuperado de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12594.htm)
- Oliveira, M. R. (2015). Violência institucional no Sistema Socioeducativo: quem se importa? In Fórum Permanente do Sistema de Atendimento de Belo Horizonte (Org.), *Desafios da socioeducação: responsabilização e integração social de adolescentes* (pp. 27-49). Belo Horizonte: CEAFF.
- Sales, M. A. (2004). *(In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/9/8132/tde-06122005-171140/pt-br.php>.
- Vigotski, L. S. (1993). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2006). *Obras escogidas* (Tomo I). Madri: Akal.
- Eveline Maria Perdigão Silveira, Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Coordenadora do Núcleo de Estudos Aplicados Direito, Infância e Justiça (NUDIJUS). Endereço para correspondência: Rua Chico Lemos, 1614, Parque Iracema, Fortaleza/CE, CEP 60.824-042. Email: [eveline.perdigao@uece.br](mailto:eveline.perdigao@uece.br) ORCID: <https://orcid.org/0000000165252266>
- Raquel Coelho de Freitas, Doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Law Policy And Society pela Northwestern University, é Professora Titular da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Coordenadora do Núcleo de Estudos Aplicados Direito, Infância e Justiça (NUDIJUS). Email: [raquelcoelho.ufc@gmail.com](mailto:raquelcoelho.ufc@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7915-8569>

Recebido em 22.jan.22  
Revisado em 26.abr.22  
Aceito em 04.mai.22

# Loucura sob ataque: contribuições de Ignacio Martín-Baró sobre colonização, guerra e saúde mental para o Brasil contemporâneo

Arthur Daibert Machado Tavares. Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Alexandra Cleopatre Tsallis. Universidade do Estado do Rio de Janeiro

## Resumo

Diante da multiplicação atual dos inimigos nacionais no Brasil, que atravessam as relações de gênero, sexualidade, raça e classe, neste texto abordamos um aspecto específico dessa guerra generalizada: a guerra contra os loucos. Com o objetivo de analisar o retorno recente do fortalecimento das arquiteturas de confinamento no campo da saúde mental, demarcando relações entre racionalidade e território, este artigo parte de um questionamento a respeito do espaço político dado ao louco e ao enlouquecimento, à diferença e à dor, à guerra aos loucos e à loucura na guerra. Como disparador, nos acompanharemos principalmente a obra de Ignacio Martín-Baró e suas críticas ao psicologismo colonial, assim como à naturalização e à patologização de condições e efeitos do capitalismo. Podemos traçar instigantes paralelos da nossa experiência com os escritos de Martín-Baró, elaborando um lugar de resistência possível para a psicologia nesse campo de batalha.

**Palavras-chave:** psicologia social; hospitais psiquiátricos; guerra; saúde mental.

## Abstract

*Madness under attack: contributions from Ignacio Martín-Baró on colonization, war and mental health for contemporary Brazil.* In view of the current multiplication of national enemies in Brazil, which cross gender, sexuality, race and class relations, in this text we approach a specific aspect of this generalized war: the war against the mad. With the objective of analyzing the recent return of strengthening confinement architectures in the field of mental health, demarcating relations between rationality and territory, this article is triggered from a questioning about the political space given to the mad and the madness, to the difference and to the pain, to the war against the mad and to the madness in war. As a trigger, it will be shared the work of Ignacio Martín-Baró and his criticisms of colonial psychologism, as well as the naturalization and pathologization of conditions and effects of capitalism. We can draw instigating parallels from our experience with Martín-Baró's writings, elaborating a possible place of resistance for psychology in this battlefield.

**Keywords:** social psychology; psychiatric hospitals; war; mental health.

## Resumen

*La locura bajo ataque: contribuciones de Ignacio Martín-Baró sobre la colonización, la guerra y la salud mental para el Brasil contemporáneo.* En vista de la actual multiplicación de enemigos nacionales en Brasil, que atraviesan las relaciones de género, sexualidad, raza y clase, en este texto abordamos un aspecto específico de esta guerra generalizada: la guerra contra los locos. Con el objetivo de analizar el reciente regreso del fortalecimiento de las arquitecturas de confinamiento en el campo de la salud mental, demarcando relaciones entre racionalidad y territorio, este artículo parte de un cuestionamiento sobre el espacio político que se le da al loco y a la locura, a la diferencia y al dolor, a la guerra contra los locos y a la locura en la guerra. Como detonante, nos acompañará la obra de Ignacio Martín-Baró y sus críticas al psicologismo colonial, así como la naturalización y patologización de las condiciones y efectos del capitalismo. Podemos trazar paralelos estimulantes de nuestra experiencia con los escritos de Martín-Baró, creando un posible lugar de resistencia para la psicología en este campo de batalla.

**Keywords:** psicología social; hospitales psiquiátricos; guerra; salud mental.

Qual seria a importância de se ler Ignacio Martín-Baró, hoje? Que contribuições poderíamos receber de um jesuíta branco, nascido em 1942 na Espanha e assassinado pelos militares em 1989, na guerra civil de El Salvador, para o nosso contexto brasileiro atual e especificamente para o movimento antimanicomial e a questão da saúde mental, que são a problemática deste estudo? Como não colher dos seus escritos uma teoria importada pronta, que daria respostas historicamente não situadas, pairando sem tempo nem lugar, sem ponto de vista nem pontos opacos, universal e sem limites?

Podemos começar por dizer que o próprio Martín-Baró (2017b) se opunha à prática, tão comum entre psicólogas e psicólogos sociais latino-americanos, de impor esquemas perceptivos como camisas de força aos processos sociais, criando um contraste gritante entre a experiência e o mundo apresentado pela teoria. Martín-Baró (2017b) estava dizendo, principalmente, de uma importação acrítica da psicologia social produzida pelos Estados Unidos (que diz respeito, na maioria das vezes, apenas ao contexto dos estudantes universitários estadunidenses). Desconsideramos ou abstraímos os aspectos históricos e existenciais latino-americanos em nome de prismas assépticos, que se propõem livres de qualquer contexto de significação comprometedor, que se distanciam das nossas necessidades vitais. Essa é uma (e não a única) psicologia social que se pratica na latinoamérica até hoje, se oferecendo para o consumo de estudantes universitários e empresários capitalistas: uma ciência em que se define que os problemas a serem estudados e suas resoluções possíveis serão aqueles que os centros de poder estadunidenses consideram fundamentais. O conhecimento, para Martín-Baró (2017b), incluindo o seu próprio conhecimento, é parcial, relativo e limitado, já que a perspectiva de quem conhece vai justamente contornar aquilo que se pode captar.

Seguindo suas pistas, apesar de sermos também latino-americanos, não podemos, portanto, fazer uma transposição imediata dos conceitos de Martín-Baró: da mesma forma que não somos estadunidenses, o contexto sangrento da guerra civil de El Salvador no século passado não é precisamente o mesmo que vivemos no Brasil, hoje. Sua própria produção resistiria a tal procedimento, enlaçada como está aos acontecimentos históricos à sua volta. Será preciso construir essas passagens que não estão dadas, já que resta essa questão que insiste: como é que os problemas evocados por Martín-Baró nos soam como disparadores tão potentes para pensar o que estamos vivendo?

Diante da multiplicação atual dos inimigos nacionais no Brasil, que atravessam as relações de gênero, sexualidade, raça e classe, neste texto abordamos um aspecto específico dessa guerra generalizada: a guerra contra os loucos. Não pretendemos esgotar o assunto nestas poucas páginas; o que podemos oferecer é também parcial, uma articulação local entre as questões que nos assombram e os escritos de Martín-Baró e de outras autorias mais recentes, como Silvia Federici (2017) e Paulo Amarante (2007), que nos convocam ao diálogo para repensar a relação entre colonização e saúde mental. Com o objetivo de analisar o retorno do fortalecimento das arquiteturas de confinamento, demarcando relações entre racionalidade e território, este artigo parte de um questionamento específico a respeito do lugar político dado ao louco e ao enlouquecimento, à diferença e à dor, enfim, à guerra aos loucos e à loucura na guerra. Como disparador para pensar as relações entre guerra e loucura, nos acompanhará principalmente o texto de Martín-Baró intitulado *Guerra e saúde mental* (2017c). Com suas críticas ao psicologismo colonial, assim como à naturalização e à patologização de condições e efeitos do capitalismo, podemos traçar instigantes paralelos da nossa experiência da saúde mental brasileira com os escritos de Martín-Baró, elaborando um lugar de resistência possível para a psicologia nesse campo de batalha.

Para isso, estamos partindo do que Martín-Baró (2011), em suas formulações para uma psicologia da libertação, chama de uma nova epistemologia, uma nova forma de buscar conhecimento. Nessa perspectiva, a verdade não é encontrada, como um dado de partida. A verdade é feita, de modo que só é possível receber notícias da realidade transformando e atuando sobre ela. De acordo com Martín-Baró (2011), para que a psicologia possa servir à libertação dos povos latino-americanos, sua abordagem deve partir de baixo, das próprias maiorias oprimidas, de maneira que não se trate de pensar por elas ou de resolver os seus problemas para elas, mas de pensar desde e com elas. Por isso, colocada a centralidade do nosso interesse em torno da loucura, levando em conta ainda a proposta de Martín-Baró (2017c) para a fundação de vínculos coletivos em que a realidade de ninguém precise ser negada para que outra possa prevalecer, criando um campo não de oposição, mas de tensionamento, na primeira parte do texto fazemos uma contextualização sobre a construção da figura do louco e sobre o campo contemporâneo da saúde mental, lançando mão de diferentes

perspectivas que podem nos auxiliar a pensar a loucura sob ataque. Esse procedimento nos permite indicar uma articulação histórica da colonização e das arquiteturas de confinamento com questões de gênero, sexualidade e raça no Brasil. Nas duas partes seguintes do texto, articulados com Martín-Baró, trazemos suas críticas e contribuições para pensar uma psicologia latino-americana que possa nos mover em direção a uma sociedade sem manicômios.

## Guerra contra os loucos

Se tomarmos seus escritos, não como um ponto de chegada, formulador de nossas perguntas e respostas, mas para pensar a partir de Martín-Baró (2011) ou com ele, podemos criar uma maneira de não descartar simplesmente suas palavras. Se pensarmos que, reconhecidas as diferenças que nos separam, é possível ainda que seus textos ressoem em nós, que reverberem com os problemas e as necessidades de nossa cultura, principalmente dadas as semelhanças entre os processos históricos e as dificuldades enfrentadas pelos países latino-americanos, podemos descobrir que suas questões podem ser altamente pertinentes para pensar nossa experiência concreta atual.

Podemos nos perguntar, por exemplo, o quanto seu contexto de guerra civil pode ser considerado algo assim tão distante do que se encontra em muitos dos territórios empobrecidos do Brasil diante das constantes operações militares de uma polícia fortemente armada, que se colocam como necessárias baseadas em uma política de criminalização e combate às drogas. Se seguirmos a leitura da historiadora italiana Silvia Federici (Federici, 2017) feita pelo filósofo espanhol Paul B. Preciado (Preciado, 2018), podemos remontar ao século XV, no pensamento europeu, o germen do projeto político racista e patriarcal da guerra às drogas travada nos dias de hoje, numa relação intrínseca do surgimento do capitalismo com a destruição das tradições enteogênicas (referentes ao uso de plantas para alteração da consciência), a colonização das terras do Novo Mundo (a nossa), a escravização dos corpos não brancos e a caça às bruxas. Nesse período se inicia a privatização do que antes era um uso comum da natureza, operacionalizada através da delimitação do território, da expropriação de saberes populares e da criminalização das práticas de intoxicação voluntária. Esse movimento tem seu ápice na perseguição contemporânea dos produtores, consumidores e traficantes de drogas consideradas ilícitas pelo seu desacordo com a exclusividade lícita das patentes

farmacêuticas e com as determinações médico-jurídicas que regem seus usos. A indústria farmacêutica tornou-se hoje uma das mais lucrativas, em que as drogas psiquiátricas se pronunciam entre as mais vendidas no mercado (Preciado, 2018).

Numa leitura do mesmo texto de Federici (2017) e, entretanto, partindo de problemáticas outras, a escritora brasileira Ana Kiffer (2018) nos lembra que é também daí que surge o processo de segregação da loucura, que adquiriu credibilidade ao germinar no âmbito religioso e, com o fim da Idade Média, consolidar-se como científico. Da inquisição colonial a cortes seculares, hospitais gerais, hospícios e consultórios. Para Kiffer (2018), um arco pode ser traçado desde a colonização dos povos “selvagens” e da caça às bruxas (negros, indígenas, mulheres insurgentes, todos aqueles possuídos por um mal a ser incendiado ou catequizado) até a internação das históricas e dos doentes mentais (transtornados a serem docilizados e transformados em lucro).

Embora não negue os rastros das imposições europeias sobre o território latino-americano, que também se expressam através da psicologia e das instituições de confinamento, vale ressaltar que a crítica realizada por Martín-Baró (2011) à nossa dependência colonial não se limita a essa herança como uma simples continuação do mesmo ou como um retorno histórico desse processo. O que Martín-Baró (2011, 2017b) enfatiza são as mais novas formações do capitalismo, que se assentou com o colonialismo, mas que vem se perpetuando, desenvolvendo e atualizando através do imperialismo, principalmente a partir do século XIX e com a pronúncia da hegemonia dos Estados Unidos. Retomaremos esse ponto adiante ao tratar das implicações específicas dessa dinâmica para a psicologia. O que importa marcar por enquanto é que existe a formação de um “novo-velho” que, sem romper com seu estatuto colonial, é reengendrado, expandido e transformado nos contextos do capitalismo contemporâneo (Costa & Mendes, 2020), com consequências importantes para o campo da saúde mental. É nesse sentido que, seguindo as indicações do psiquiatra martinicano Frantz Fanon, uma das maiores referências de Martín-Baró para pensar os desdobramentos das relações entre guerra e colonização, há uma ligação íntima entre os processos colonizadores e o aumento das internações em hospitais psiquiátricos, que operam como um mecanismo de apaziguamento dos efeitos violentos do próprio empreendimento colonial: “a ‘pacificação’ gera sua própria guerra; um estado constante de conflito, mesmo que

apassivado e 'pacificamente'. Colonização e guerra são indissociáveis" (Costa & Mendes, 2020, p. 3).<sup>2</sup>

Antes de prosseguir em proximidade mais estreita com Martín-Baró, entretanto, situemos o contexto brasileiro de onde partem nossas questões. Ao final de 2018, pautado justamente numa cultura da guerra, num discurso do medo e do ódio, numa promessa de segurança e retomada dos antigos valores, foi eleito no Brasil Jair Messias Bolsonaro, um presidente branco de extrema-direita. Vejamos que, para Martín-Baró (2017c), são três as características de um processo social enredado no discurso da guerra: a disseminação da violência como solução para os conflitos; a polarização da sociedade, que passa a se dividir entre "nós" e "eles"; e, por fim, a institucionalização da mentira. Ora, basta que o gesto significativo de imitar uma arma com as mãos, marca da campanha de Bolsonaro, diga por si próprio como o mandato do presidente eleito é pautado na resolução pela violência.<sup>3</sup> São diversas as figuras construídas como alvos dessas mãos engatilhadas, como estrangeiros, estranhos, baderneiros, bandidos, comunistas, pervertidos, como "eles". Há um inquérito em curso que apura o compartilhamento em larga escala de notícias falsas ou distorcidas (as chamadas *fake news*) como parte de sua campanha eleitoral,<sup>4</sup> difundidas com o objetivo de produzir o medo, o ódio e a indignação em torno desses alvos de tiro (feitos para a mira de nossos "cidadãos de bem", a serem progressivamente armados, e para a mira da nossa polícia militarizada).<sup>5</sup>

Já em fevereiro de 2019, no começo do mandato presidencial de Bolsonaro, a Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas do Ministério da Saúde publicou a Nota Técnica nº 11 (Ministério da Saúde [MS], 2019). O documento diz respeito à realização de mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas, compilando portarias e resoluções que vinham sendo publicadas desde o final de 2017 e que representam graves ataques às conquistas do movimento antimanicomial brasileiro. Ainda que a Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216, 2001) não garantisse a extinção dos hospícios, eles vinham, efetivamente, sendo fechados aos poucos, ao mesmo tempo em que uma rede de cuidado comunitário em liberdade vinha sendo construída e consolidada junto às políticas de desinstitucionalização. Na contramão desse movimento e nas brechas da lei, a Nota Técnica nº 11 (MS, 2019) cita uma preocupação com a escassez de leitos psiquiátricos e classifica sua redução, principalmente nas duas últimas

décadas, como um equívoco, colocando como nova meta o aumento de seu número e do valor pago pelas internações. Entre outros desmontes da reforma, como o estabelecimento da abstinência como objetivo para o tratamento do uso nocivo de drogas (numa exclusão da política de redução de danos como principal diretriz), a Nota Técnica nº 11 (MS, 2019) anuncia uma modernização dos hospitais psiquiátricos, agora incluídos, assim como as comunidades terapêuticas, na Rede de Atenção Psicossocial. Além disso, indica o aumento do financiamento ao atendimento de pessoas indígenas, a possibilidade de internação de crianças e adolescentes e que o Ministério da Saúde passa a financiar a compra de aparelhos de eletroconvulsoterapia (o eletrochoque). A Nota Técnica nº 11 (MS, 2019) é, então, um dos vetores nesse redirecionamento do campo da saúde mental que nos afasta dos sentidos da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica brasileira.

Se seguirmos uma breve história do hospício apresentada pelo psiquiatra brasileiro Paulo Amarante, é possível remontar seu nascimento ao hospital geral europeu, em que a internação podia ser determinada por autoridades reais e judiciárias, assumindo funções diretamente políticas. No século XIX, com a revolução francesa, imbuído de um espírito de modernização, o hospital geral foi medicalizado, tornou-se uma instituição médica, ao mesmo tempo em que a medicina ocidental foi fortemente marcada pelo hospital, hospitalizando-se. Foi nesse movimento de medicalização que os primeiros hospitais psiquiátricos, assim como a própria psiquiatria, foram fundados por médicos como o francês Philippe Pinel, que ditou o princípio de isolamento e um primeiro modelo terapêutico para a loucura, agora transformada em doença mental, ou seja, tida como uma questão médica passível de tratamento e como uma questão de segurança, um perigo em potencial para si e para a sociedade. Interessante notar que Pinel foi um dos construtores do conceito moderno de cidadania, nascente também na revolução francesa, em que a posse da liberdade é firmemente associada à posse da razão (Amarante, 2007).

No Brasil, no começo do século XX, como apontam as psicólogas brasileiras Regina Marques de Souza Oliveira e Maria da Conceição Nascimento, a psiquiatria começou a ganhar mais destaque, imbuída de um projeto de higiene social que visava à transformação do espaço urbano e dos hábitos da população para a consolidação de um novo ideal de nação. Inicialmente voltado ao aprimoramento da burguesia nacional, esse projeto

logo atingiu os pobres, imigrantes e negros por levarem modos de vida considerados inadequados para a ordem social emergente, que requeria, com a abolição formal da escravidão, que eles fossem transformados em proletariado. Essa preocupação com a formação física e moral da população para o “aperfeiçoamento da raça brasileira” se voltou a uma tradução da formulação europeia do conceito de degeneração como o grande perigo a ser evitado, uma anomalia que podia ter origens tanto hereditárias quanto educacionais. Assim, os conflitos sociais da época foram tidos como provenientes não das transformações econômicas, espaciais e sociais, mas de fatores raciais dos indivíduos, capturados como degenerados. O projeto racista de extirpação da degeneração no Brasil, que envolvia internações psiquiátricas e campanhas contra o alcoolismo, não demorou para tomar contornos eugênicos, estimulando a esterilização de negros e mestiços, que eram tomados como inferiores e selvagens (Oliveira & Nascimento, 2018).

Junto ao racismo científico, a guerra contra a degeneração serviu também como mecanismo massivo de controle da sexualidade e do gênero, recorrendo com frequência à internação psiquiátrica como forma de aniquilação dos desviantes. Um dos locais mais marcantes de destino dos anormais foi o Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, em Minas Gerais, conhecido como Colônia, o maior hospício do Brasil, onde morreram mais de 60.000 pessoas. Com condições absolutamente precárias, o Colônia passou a ser comparado aos campos de concentração nazistas, conferindo o nome de “holocausto brasileiro” ao genocídio perpetrado por essas internações que, no final das contas, eram uma sentença de morte.<sup>6</sup> Longe de se voltar à recuperação dos internados, era mais uma peça da guerra aos loucos brasileira. Como afirma a jornalista brasileira Daniela Arbex, a maior parte dos atendidos pelo Colônia apenas

(...) eram diferentes ou ameaçavam a ordem pública. Por isso, o Colônia tornou-se destino de desafetos, homossexuais, militantes políticos, mães solteiras, alcoolistas, mendigos, negros, pobres, pessoas sem documentos e todos os tipos de indesejados, inclusive os chamados insanos. A teoria eugênica, que sustentava a ideia de limpeza social, fortalecia o hospital e justificava seus abusos. Livrar a sociedade da escória, desfazendo-se dela, de preferência em local que a vista não pudesse alcançar. (Arbex, 2019, p. 25)

Não é difícil ver nessas instituições uma continuação da guerra para a manutenção da ordem social: como apontamos em outro escrito de nossa autoria (Tavares, 2021), há uma vasta documentação da relação entre a morte e os hospitais psiquiátricos que pode nos levar à consideração de que os hospícios são cemitérios, produtores tanto de morte quanto de morte-em-vida. Tomando como principais referências os textos de Lima Barreto, Antonin Artaud, Maura Lopes Cançado, Albertina Borges da Rocha, Stella do Patrocínio, Louis Althusser (autor que foi inclusive uma referência para Martín-Baró), Austregésilo Carrano Bueno e Rodrigo de Souza Leão, pessoas que estiveram internadas em hospitais psiquiátricos no Brasil e na França nos séculos XX e XXI e escreveram a partir de suas experiências como pacientes, podemos aprender como a articulação entre a morte e os hospícios se apresenta de diversas formas, como na desvalorização da vida, no suicídio, no assassinato, no abuso do eletrochoque e dos medicamentos, no abandono, na cronificação e no silenciamento dos corpos hospiciados (Tavares, 2021).

O louco é transformado em um inimigo, e uma das armas nessa guerra é precisamente o eletrochoque, cuja compra o Ministério da Saúde passa a financiar. A relação entre guerra e eletrochoque toma ainda outras proporções com as pesquisas, financiadas pela CIA, para o desenvolvimento de técnicas de tortura a serem utilizadas contra prisioneiros de guerra. De acordo com a escritora canadense Naomi Klein, as principais pesquisas que baseiam os manuais de “interrogatório coercitivo” – como são chamadas as técnicas de tortura pensadas para criar um estado de choque e confusão que force os prisioneiros a fazerem concessões contra sua vontade, em que o eletrochoque consta como uma das principais armas – da agência de inteligência estadunidense foram elaboradas por psiquiatras, utilizando hospícios da América do Norte como laboratórios. Apesar de serem financiadas com uma agenda bastante específica, o objetivo dessas pesquisas não era abertamente declarado: foram elaboradas, usando pacientes internados como cobaias, sob o pretexto de tratamento. Curiosamente, na época, o chamado tratamento de choque foi embasado pela suposição de uma aniquilação da personalidade patológica, uma espécie mesmo de morte, uma morte regressiva que permitiria um renascimento – voltado para a reconstrução de uma personalidade dessa vez socialmente adaptada (Klein, 2007).

Mesmo com as denúncias e com o desenrolar da Reforma Psiquiátrica, agora posta em retrocesso,

os hospitais psiquiátricos continuam sendo hoje uma via de institucionalização da violência. No relatório de uma inspeção realizada em 2018 em hospitais psiquiátricos de 17 estados do país, organizada pelo Conselho Federal de Psicologia, pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pelo Ministério Público do Trabalho (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019), são trazidas as diversas violações de direitos humanos realizadas nesses estabelecimentos, muitos dos quais ainda sustentam características asilares. Destacam-se, no relatório, os efeitos prejudiciais da internação em hospitais psiquiátricos: violação do direito à convivência; irregularidades nos usos das contenções mecânicas, de medicamentos e do eletrochoque; impedimento de exercício do direito sexual; negligência e violências físicas e sexuais; revistas vexatórias; exploração da mão de obra de pessoas internadas e violação dos direitos da criança e do adolescente e dos direitos da pessoa idosa.

A ascensão das comunidades terapêuticas, igualmente marcadas por reiteradas práticas de violação dos direitos humanos, também demonstra brutalmente o que Martín-Baró (2017c) notou a respeito da deterioração das raízes da convivência social e da desumanização das relações regidas pela lógica da guerra. O *Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas*, realizado em 2017 nas cinco regiões do Brasil por iniciativa do Conselho Federal de Psicologia, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (CFP, 2018), nos dá um panorama do terreno em que adentramos com o fortalecimento desses estabelecimentos. O relatório discute problemáticas como: incomunicabilidade e visitas restritas; retenção de documentos e dinheiro; violação do sigilo de correspondência; irregularidades em internações involuntárias e compulsórias ou voluntárias convertidas em involuntárias; ausência de projetos terapêuticos singulares; violação da liberdade religiosa e da diversidade sexual; indícios de violação ética no trabalho de psicólogas e psicólogos e indícios de tortura e trabalho forçado.

Os hospícios e as comunidades terapêuticas, com cuja lógica manicomial o atual governo brasileiro já aceitou alinhamento, anunciando, no mínimo, um recuo em relação às conquistas do movimento antimanicomial, expressam explicitamente a separação espacial dos corpos entre doentes e sãos, em que o louco ou o drogado é aquele “fora de si” de quem se deve ter medo, é a encarnação do perigo para ele mesmo e para

a sociedade. Não há desordem sem normas morais, dirá Martín-Baró (1997), assim como dirá que não há loucura sem ordem social. A loucura como um desvio só pode surgir e crescer na sombra do estabelecimento de uma ordem dura. Sob o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, aliado ao fundamentalismo, é justamente num acirramento da ordem que vivemos hoje. Tal mobilização convoca um retorno da desumanização daqueles considerados loucos ou doentes mentais em nossa cultura, os que não cabem em nosso “novo-velho” projeto de nação. Essa reação conservadora se traduz numa fortificação de certos prismas, que Marín-Baró (2017b) chama de camisas de força, impostos pela difusão de modalidades psi de julgamento de si e do outro, a tal ponto que a lógica manicomial está sendo efetivamente materializada com o aumento de financiamento para as instituições de isolamento.

## Psicologia colonial e saúde mental

Qual é, então, o lugar da psicologia na fabricação da figura do louco como essa espécie de inimigo social? Feita uma rápida contextualização e historicização da guerra em curso contra os loucos, podemos agora partir mais especificamente para as contribuições da obra de Martín-Baró, lançando novas perspectivas sobre o que viemos construindo.

Sigamos pelo que vínhamos dizendo a respeito do nosso vocabulário cotidiano psi de percepção de nós mesmos e do mundo. Martín-Baró (2013; 2017b) dirá que a psicologia que adquiriu grande popularidade e aceitação, essa que povoa nosso entendimento do mundo (e da loucura), é a que consagra como ideais as tendências individualistas e egoístas, as aspirações de quem não quer renunciar seus privilégios. Essa conversão da análise dos conflitos em problemas pessoais, privados e de ordem subjetiva leva a uma psicologização do diagnóstico promotora de um alívio da consciência: é ele o perigoso, é ele o doente mental, e nada tenho a ver com isso. Tal psicologismo é uma forte tendência da ideologia capitalista, liberal e burguesa, em que se descontextualiza e se atemporaliza a ação, reduzindo sua causalidade apenas ao indivíduo e suas características. A função social da psicologia, nessa perspectiva, é criar ambientes “harmoniosos”, ou seja, que não deixem falar nem ver os embates das discriminações estruturais da sociedade – assim, a normalidade fica definida pelo critério da capacidade de viver sem maiores problemas no mundo como ele está, teorizado como “o mundo

como ele é”, fazendo da psicologia um respaldo naturalizante para o sistema estabelecido. Por isso as psicólogas e os psicólogos pautados por essa orientação (que é, no final das contas, a orientação dos interesses das classes dominantes estadunidenses e seu imperialismo) estão direcionados a uma política da busca da verdade e da neutralidade através da técnica: trata-se de entender, prever e controlar qualquer desvio. O movimento de pessoalização de que fala Martín-Baró (2013; 2017b) é o que permite que o sistema social permaneça intocado, sendo os indivíduos aqueles que devem adaptar-se às suas exigências; caso contrário, as exigências se farão impor entre muros e paredes, contenções físicas ou químicas, já que o sistema dominante se recusa a repensar seus próprios pressupostos diante daquilo que a ele escapa, fazendo com que o problema esteja sempre do lado do indivíduo que o põe em questão. Aqui, a individualização é usada como uma técnica capitalista-colonial de controle da população.

O psicologismo cultural que fortalece as estruturas opressivas reflete, para Martín-Baró (2011), a miséria da psicologia latino-americana, expressa pelo mimetismo científico. Esse mimetismo, hoje, já não se faz apenas através da antiga admiração pela Europa, mas pela conversão, relativamente recente, dos Estados Unidos em centro global de produção de conhecimento e valor. Na base da psicologia estadunidense que importamos (que se fez científica a partir de um encaminhamento em direção às chamadas ciências naturais), Martín-Baró (2011) cita os modelos comportamental e cognitivo, bem expressos hoje pela tendência massiva na psicologia brasileira a incorporar a orientação da terapia cognitivo-comportamental. Ele detalha pelo menos cinco pontos críticos correntes nessa psicologia colonial ou colonizada, que são: 1) o positivismo, que se fecha a toda a negatividade (aquilo que não é, mas poderia ser, dadas as condições históricas para tanto), provocando, através da naturalização do dado positivo, uma essencialização da ordem existente; 2) o individualismo que, como dito acima, toma o indivíduo como entidade de sentido em si mesmo e o faz o objeto privilegiado do estudo da psicologia, reduzindo os problemas sociais a questões pessoais; 3) o hedonismo (entendimento de que há sempre busca de prazer ou satisfação em qualquer ato), que transpõe à natureza humana o que é do funcionamento de um determinado sistema, numa evidente concessão ao princípio capitalista do lucro e teorização de uma impossibilidade natural da solidariedade; 4) a visão homeostática (entendimento de que

há sempre busca de equilíbrio), que valoriza como ruim ou mau o desequilíbrio, a crise, a ruptura e o conflito, interceptando-os como transtornos patológicos pessoais; e 5) o historicismo, que postula uma natureza humana universal, ignorando seus aspectos de construção histórica e social. Cada um desses pontos é um pilar para a prática de uma psicologia reacionária, como Martín-Baró (2011) a apresenta. O mesmo pode ser notado, por exemplo, em utilizações acríticas das categorias do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), atualmente em sua quinta versão, produzido pela Associação Americana de Psiquiatria (APA). Isso se dá não tanto pelas suas origens serem estadunidenses, europeias ou não, mas pelos seus efeitos de ocultamento da experiência social e de reforço à racionalidade hegemônica, que é o que lhe confere seu estatuto colonial.

Além de cooperar com a criação da figura individual do doente mental como inimigo da sociedade (já que o interesse é justamente conservar a sociedade tal como está organizada ou mesmo reordená-la em direção aos valores tradicionais e alinhá-la aos interesses dominantes), Martín-Baró (2017c) nos mostra que a psicologia colonial nos leva a uma concepção bastante empobrecida da saúde mental. Esses modelos acabam por conceituar o saudável como ausência de transtornos psíquicos, ou seja, o bom funcionamento do organismo individual em adaptação ao meio. A definição do sofrimento, da diferença e da dissidência política ou estética como doença mental individual só pode surgir a partir dessa perspectiva reacionária de saúde.

Por essa via, o aumento de financiamento ao atendimento das pessoas indígenas, preconizado pela Nota Técnica nº 11 (MS, 2019), coloca algumas questões: como nossas instituições ocidentalizadas tratam o sofrimento de pessoas indígenas? Estamos dispostos a revê-las a partir desse encontro? As pessoas indígenas não têm suas próprias concepções de saúde e práticas de cuidado, que podem inclusive variar entre si? Será que a “prevalência dos transtornos mentais entre os indígenas” (MS, 2019, p. 5), que a Nota Técnica nº 11 cita sem apresentar qualquer contextualização, nada tem a ver com o genocídio que assola essas comunidades há 500 anos e que esse governo mesmo celebra? Ou ainda, será que para os modos de existência indígenas faz sentido falar em “transtornos mentais”? Ailton Krenak (2019a, 2019b), pesquisador e liderança indígena, fala de como o sujeito moderno e individual que tanto nos ocupa – que é o que confere terreno para que pensemos em transtornos de ordem mental – não fala

do modo de existir dos indígenas, que é uma vivência muito mais coletiva, muito mais associada às entidades não-humanas que nos cercam. Ele lamenta até mesmo a insistência de algumas pessoas indígenas em pedir pela implantação das instituições brancas nos seus territórios, falando de como isso teve efeitos nefastos para os seus parentes. Essa consideração faz coro à fala de Timei Assurini (2018), também pesquisador indígena, que diz de como a relação histórica das instituições brancas com os povos indígenas é de afastá-los de suas famílias, suas línguas, suas alimentações e suas práticas culturais tradicionais e diversas, transformando seus desejos e necessidades para que caibam no projeto civilizatório ocidental.

A partir deles, podemos ver como o vocabulário da Nota Técnica nº 11 (MS, 2019) segue o psicologismo reacionário criticado por Martín-Baró (2011), que individualiza e patologiza os efeitos de conflitos relacionais gerados pelo próprio empreendimento do capitalismo moderno-colonial. Apesar de se referir às “classes”, Martín-Baró não trabalha em seus textos os atravessamentos étnico-raciais que permitem que o psicologismo universalizante seja nomeado, além de reacionário e colonial, como racista e etnocêntrico. Aqui, o transtorno mental é usado como uma técnica que dá continuidade à violência do embranquecimento, não somente da pele, mas dos modos de vida das populações que habitam o território proclamado “brasileiro” a partir da invasão europeia.

O que Martín-Baró (2017c) busca estabelecer é uma definição em termos mais positivos e amplos para pensar a saúde mental. Ele propõe, em suma, que possamos pensar a partir da nossa experiência latino-americana uma psicologia anticolonial, que vai ao arremedo do posicionamento colonizado e reacionário (consciente ou não) de grande parte da nossa psicologia. Entendendo, a partir de Martín-Baró (2017b), a existência como historicamente enredada, elaborada na rede das relações sociais, a saúde mental não pode ser tida como um problema terminal, devendo ser definida como um problema fundante das relações. Ou seja, apesar de se apresentar singularmente em cada um, a saúde mental é uma dimensão da relação entre as pessoas e os grupos, não um estado individual. Aqui está o giro de suas proposições em relação à psicologia hegemônica. O transtorno ou a saúde, em vez de serem manifestações de um funcionamento essencial e interno próprio ao indivíduo, são para Martín-Baró (2017c) a materialização das tramas históricas e seus

efeitos, formas singulares de estar no mundo e simultaneamente de configurar o mundo. Para ele, uma definição crítica da doença mental ou da loucura seria dizer que uma pessoa ou um grupo se acha numa situação social com a qual tem problemas que não consegue resolver, levando-o a atuar de uma maneira que socialmente reconhecemos como imprópria.

No contexto de guerra, que, como dito, é o seu e em certo sentido também o nosso, não se trata, para Martín-Baró (2017c), de patologizar, por outro lado, a sociedade, dizendo que vivemos em uma cultura enferma (o que ainda carregaria uma centralidade do modelo médico). Ele está muito mais nos convocando a pensar como as raízes da convivência social se encontram deterioradas. Nesse sentido, a saúde mental de um povo poderia se definir, em Martín-Baró (2017c), pela fundação de vínculos coletivos em que a realidade de ninguém precise ser negada para que outra possa prevalecer (como é recorrentemente negada a realidade dos loucos, agora novamente como uma crescente política enclausurante de Estado): a criação de um novo mundo, assim, é também um problema de saúde mental.

Nessa virada de perspectiva, os hospitais psiquiátricos e as comunidades terapêuticas, que estão sendo propostos como vias de tratamento, se parecem mais com um fator contribuinte ele mesmo para o adoecimento da população e, ao mesmo tempo, nas palavras de Martín-Baró (2017c), uma expressão da deterioração de nossas relações, do esgarçamento de nossos laços. Da mesma forma, um movimento contemporâneo pela saúde mental no Brasil é indissociável de um posicionamento antimanicomial e anticolonial da sociedade em geral e da psicologia em particular. Como coloca Martín-Baró (2017c), se trata de contribuirmos, como psicólogas e psicólogos, à construção de um novo futuro.

## **Psicologia libertadora no campo de batalha**

Restam, então, algumas questões. Quais são especificamente o lugar e o alcance da psicologia nessa construção de um novo futuro, no que se refere à saúde mental? Como podemos pensar nossas práticas na guerra em curso para não contribuir com seus efeitos individualizantes, opressores e desumanizadores? Com essas perguntas acesas, neste trecho final, seguiremos pelas proposições ético-políticas de Martín-Baró para uma psicologia libertadora.

A psicologia, para Martín-Baró (2017b), e nesse caso especialmente a psicologia social, deve se configurar como um estudo da ação enquanto ideológica. Como dito, não somos seres pairando ao vazio: somos parte de uma história, nos movemos em situações e circunstâncias e atuamos sobre as redes das nossas múltiplas vinculações sociais. Segundo Martín-Baró (2017b), a ação é privilegiada por ser uma síntese entre objetividade e subjetividade, o que permitiria que não nos reduzíssemos nem a um psicologismo nem a um sociologismo. Nossas ações podem fazer agir uma lógica manicomial. Aqui, o social se torna pessoal e o pessoal, social – são polos que se constituem mutuamente, que ao mesmo tempo fazem um ao outro e são feitos um pelo outro. O objetivo da psicologia concebida dessa forma é, justamente, o de desmascarar os laços que conectam os atores sociais com interesses de classe específicos, evidenciando como é que as necessidades de uma classe se tornam imperativos e as necessidades dos loucos desaparecem da equação. Para desmascará-los, é necessário tomar uma postura ante essa realidade. De qualquer maneira já a tomamos. No estudo da psicologia há uma implicação inevitável, como Martín-Baró (2017b) aponta, já que somos, ao mesmo tempo, sujeitos e objetos da pesquisa.

Nessa tomada de postura é que entra a dimensão política das práticas psicológicas. Qual o impacto que temos na maneira em que a sociedade se configura? Qual a relação entre a psicologia e o poder? Já desdobramos essas perguntas no tópico anterior, mas, para Martín-Baró (2013), essas questões são algumas das que devem estar em vista se quisermos pensar na possibilidade de uma tomada de postura libertadora. Martín-Baró (2013) cita dois exemplos que aqui nos interessam para dar corpo a essas questões: a antipsiquiatria, que demonstra a presença do controle social no diagnóstico e no tratamento da loucura, e a pesquisa-ação, que busca romper com a dualidade estagnada entre sujeito e objeto, assumindo o dado não como descoberta, mas como construção. Nesses dois exemplos, vemos como a verdade sobre a loucura pode ser tomada de forma dinâmica e desnaturalizada, como um processo histórico. Entretanto, o caráter construído da verdade e o desvelamento das relações de poder em nossas práticas, apesar de expressarem uma parcialidade, não devem nos distanciar da experiência. Pelo contrário. Essa perspectiva deve nos aproximar dos principais problemas políticos com que nos defrontamos. No caso da latinoamérica, Martín-Baró (2013) cita nossas questões em torno da dependência e da autonomia, da alienação e da identidade histórica. Podemos pensar

o quanto esses pontos não estão também presentes na gestão manicomial da vida, em que os loucos são tantas vezes alienados da história do mundo e da sua própria história.

Pensar uma psicologia anticolonial e antimanicomial na companhia de Martín-Baró (2017a) partiria, portanto, dos problemas políticos e das necessidades dos próprios loucos. Ou seja, para imaginar e construir uma nova realidade social seria preciso que, como psicólogas e psicólogos, pudéssemos ajudar a formar uma nova mentalidade em relação à loucura, mais comunitária, que conciliasse autonomia e interdependência. Seria preciso pensar numa responsabilidade compartilhada em relação a nossos processos sociais e seus efeitos adoecedores, dos quais, como psicólogas e psicólogos, também não estamos ilesos. Trata-se da edificação menos individualista de convivências sociais mais companheiras. Martín-Baró (2017a) dirá que fazer uma boa psicologia, nesse sentido, passa necessariamente por não nos apoiarmos nas estruturas de poder vigentes, através de nosso *status* profissional, mas sim em nossa capacidade de responder à altura das novas necessidades e dos problemas que surgem. Ser uma psicóloga ou um psicólogo do povo requer que possamos sempre transformar nossos esquemas de compreensão e intervenção desde a perspectiva do povo (Martín-Baró, 2017a), o que, nesse caso, se trataria de enlouquecer um pouco nossa psicologia.

A esta altura, se uma psicologia revolucionária estaria ligada ao mesmo tempo à explicação e à transformação da realidade e da ordem social, podemos, com Martín-Baró (2011), definir que se trata de uma tarefa (não simplesmente teórica, mas eminentemente prática) de rompimento de suas próprias grades: para praticar uma psicologia libertadora precisamos primeiramente libertar a própria psicologia. No caso da saúde mental, a libertação da psicologia de sua clausura e sua colonização passa por uma mudança de perspectiva para partir daqueles que se diferem radicalmente do nosso regime de racionalidade dominante e daqueles que sofrem mais agudamente as violências que esse regime impõe, para com eles afirmar uma transformação social que os contemple. Vale ressaltar por fim que, para Martín-Baró (2011), a libertação é a transformação coletiva das estruturas sociais opressivas e, ao mesmo tempo, a busca de condições históricas que nos deem vida, que promovam vida, contra as práticas manicomiais e a política guerrilheira que tem governado o Brasil. Ou seja, embora a psicologia possa

fazer parte desse processo, não pode concretizá-lo sozinho, uma vez que ele não é passível de ser realizado na manutenção dos marcos do capitalismo, de seus traços coloniais e de sua produção (objetiva e subjetiva) da morte em larga escala. A construção vital de uma nova realidade se dá, portanto, nos termos de uma revolução muito mais ampla – que pode envolver a psicologia, mas que certamente ultrapassa o seu alcance.<sup>7</sup> Essas condições, quando estabelecidas, são um terreno de abertura ao radicalmente outro de que a loucura é tantas vezes o índice.

## Considerações finais

Gostaríamos de concluir frisando a pertinência de se ler Ignacio Martín-Baró, hoje. Não só para tirar lições das experiências do passado. Sua obra, quando devidamente contextualizada, pode nos trazer ferramentas bastante potentes para pensarmos criticamente nossa vida presente e nossas possibilidades alternativas de futuro no Brasil, como um país atualmente subserviente aos interesses capitalistas do imperialismo estadunidense, em meio a uma guerra aos loucos racista e patriarcal mascarada de segurança e tratamento. Martín-Baró nos convoca a deixar de reproduzir uma psicologia centrada na razão colonial euro-americana para pensar uma psicologia efetivamente libertadora e antimanicomial.

## Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

## Referências

- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Arbex, D. (2019). *Holocausto brasileiro*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Assurini, T. (2018, 4 de dezembro). *Manifesto de decolonização*. Agenda Awate. Recuperado de [https://marytykwawara.github.io/manifesto\\_decolonizacao/](https://marytykwawara.github.io/manifesto_decolonizacao/)
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). *Relatório da inspeção nacional em comunidades terapêuticas - 2017*. Brasília DF: CFP/Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/Conselho Nacional do Ministério Público/Ministério Público do Trabalho.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Relatório de Inspeções: 2018*. Brasília DF: CFP/Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura/Conselho Nacional do Ministério Público/Ministério Público do Trabalho.
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a psicologia brasileira. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 36(4), 1-12. doi: 10.1590/0102.3772e36nspe14
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante.
- Kiffer, A. (2018, 11 de maio). Antonin Artaud, o exemplo anômalo [Vídeo]. Recuperado de <https://youtu.be/oeknEid8jAU>
- Klein, N. (2007). *The shock doctrine: the rise of disaster capitalism*. Nova Iorque: Metropolitan Books.
- Krenak, A. (2019a). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das letras.
- Krenak, A. (2019b, 10 de outubro). Constelações insurgentes: fim do mundo e outros mundos possíveis [Vídeo]. Recuperado de <https://youtu.be/k5SP0GHjWfw>
- Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. (2001, 6 de abril). Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União, seção 1*.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), 7-27. doi: 10.1590/S1413-294X1997000100002
- Martín-Baró, I. (2011). *Para uma psicologia da libertação*. In R. S. L. Guzzo & F. Lacerda Jr. (Orgs.), *Psicologia social para América Latina: o resgate da psicologia da libertação* (pp. 181-197). Campinas: Alínea.
- Martín-Baró, I. (2013). Psicologia política latino-americana. *Revista Psicologia Política*, 13(28), 559-573. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2013000300010&lng=pt&ing=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2013000300010&lng=pt&ing=pt)
- Martín-Baró, I. (2017a). O psicólogo no processo revolucionário. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 25-29). Petrópolis: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017b). Entre o indivíduo e a sociedade. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161). Petrópolis: Vozes.
- Martín-Baró, I. (2017c). Guerra e saúde mental. In F. Lacerda Jr. (Org.), *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais* (pp. 251-270). Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde. (2019). *Nota Técnica nº 11/2019 Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas*. Recuperado de <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2019/02/0656ad6e.pdf>
- Oliveira, R. M. S., & Nascimento, M. C. (2018). A clínica e seus desafetos: pactos e omissões nos estudos sobre o negro no Brasil. *Revista da ABPN*, 10(24), 129-147. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/577>
- Passos, R. G. (2018). “Holocausto ou navio negreiro?": inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira. *Argumentum*, 10(3), 10-23. Recuperado de <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21483/15672>
- Preciado, P. B. (2018). *Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições.
- Tavares, A. D. M. (2021). *Fabulação do corpo hospiciado: escritas comprometidas e pensamento antimanicomial* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro). Recuperado de <http://www.btdt.uerj.br/handle/1/17333>

- <sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
- <sup>2</sup> Agradecemos pelos apontamentos dos pareceres anônimos que, no processo de avaliação deste artigo, nos ajudaram a elaborar as relações entre capitalismo, colonialismo e imperialismo. Para um aprofundamento desse ponto, que ultrapassa o escopo deste artigo, sugerimos a leitura do texto citado por nós: *Colonização, guerra e saúde mental: Fanon, Martín-Baró e as implicações para a psicologia brasileira* (Costa & Mendes, 2020). O texto nos foi indicado em um dos pareceres e, embora tenha outros objetivos, ressoa em muitas das questões aqui por nós apresentadas.
- <sup>3</sup> Uma das cenas mais polêmicas relacionadas ao gesto da mão armada ocorreu em um evento em que Bolsonaro, sorridente, ensinava uma criança em seu colo a reproduzir o gesto: <https://glo.bo/3fU8gNx>
- <sup>4</sup> A respeito do “Inquérito de *fake news*”: <https://bbc.in/2By0wlg>
- <sup>5</sup> O número de mortos pela polícia no Brasil, em sua maioria negros e periféricos, continua a crescer, atingindo um recorde histórico no estado do Rio de Janeiro no ano da posse de Bolsonaro: <https://glo.bo/3dsm3JI>
- <sup>6</sup> Nessa aproximação com o holocausto, em geral realizada para enfatizar a dimensão avassaladora dos hospitais psiquiátricos, é importante que levemos em consideração, justamente, o contexto e a história específicos do Brasil em relação às práticas de patologização e de internação psiquiátrica: “a atualização das práticas manicomiais, hoje expressas nas múltiplas ações do Estado, estão atreladas muito mais ao colonialismo do que ao holocausto. O debate aqui não é medir o grau de atrocidade e de violação de direitos humanos, e, sim, de reconhecer os fundamentos estruturantes da nossa realidade”, de modo que é urgente e “fundamental racializarmos a história da loucura no Brasil” (Passos, 2018, p. 17).
- <sup>7</sup> Deixamos aqui registrado nosso agradecimento pelas indicações dos pareceres anônimos sobre o conceito de “libertação” para Martín-Baró, que nos auxiliaram na elaboração dessa definição.

Arthur Daibert Machado Tavares, Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), é Doutorando em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Endereço para correspondência: Secretaria de Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IP/UERJ), Rua São Francisco Xavier, 524, 10º andar, bloco B, sala 10006, Maracanã, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.550-900. Email: [arthurdaibert@gmail.com](mailto:arthurdaibert@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6897-5187>

Alexandra Cleopatre Tsallis, Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em associação com a École des Mines – Paris, é Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: [atsallis@gmail.com](mailto:atsallis@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1221-137X>

Recebido em 22.out.20  
Revisado em 15.jan.22  
Aceito em 26.abr.22

# Practices of the self and pro-environmental behavior in ecovillages: ethnographic study in Brazil and Switzerland

Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte. Centro Universitário Una  
João Leite Ferreira Neto. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

## Abstract

This article aims to analyze the relationship between practices of the self and pro-environmental behavior in the daily life of ecovillages. We rely on Foucault's notion of practices of the self to understand the changes in the behavior of the inhabitants of ecovillages regarding the environment. We made participant observations in two ecovillages in Switzerland and one in Brazil. The analyses show that the presence or absence of practices of the self in each ecovillage led to different pro-environmental subjectivation: passive-structural, active-individual, and active-structural. From these different positions, each community achieved different degrees of preservation of the environment. The results provide evidence that practices of the self are relevant factors for the inhabitants of ecovillages to develop pro-environmental behaviors.

**Keywords:** pro-environmental behavior; ecovillage; practices of the self.

## Resumo

*Práticas de si e comportamento pró-ambiental em ecovilas: estudo etnográfico no Brasil e Suíça.* Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre as práticas de si e o comportamento pró-ambiental no cotidiano de ecovilas. Nos apoiamos na noção de Foucault de práticas de si para compreender as mudanças no comportamento dos habitantes das ecovilas em relação ao meio ambiente. Fizemos observações participantes em duas ecovilas na Suíça e uma no Brasil. As análises mostram que a presença ou ausência de práticas de si em cada ecovila levou a diferentes subjetivações pró-ambientais: passivo-estrutural, ativo-individual e ativo-estrutural. A partir dessas diferentes posições, cada comunidade alcançou diferentes graus de preservação do meio ambiente. Os resultados fornecem evidências de que as práticas de si são fatores relevantes para que os habitantes das ecovilas desenvolvam comportamentos pró-ambientais.

**Palavras-chave:** comportamento pró-ambiental; ecovila; práticas de si.

## Resumen

*Prácticas de si y comportamiento proambiental en ecoaldeas: estudio etnográfico en Brasil y Suiza.* Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre las prácticas de sí y el comportamiento proambiental en la vida diaria de las ecoaldeas. Nos basamos en la noción de prácticas de sí de Foucault para comprender los cambios en el comportamiento de los habitantes de las ecoaldeas con respecto al medio ambiente. Hicimos observaciones de los participantes en dos ecoaldeas de Suiza y una de Brasil. Los análisis muestran que la presencia o ausencia de prácticas de sí en cada ecoaldea dio lugar a una subjetivación proambiental diferente: pasivo-estructural, activo-individual y activo-estructural. Desde estas diferentes posiciones, cada comunidad logró diferentes grados de preservación del medio ambiente. Los resultados proporcionan evidencia de que las prácticas de sí son factores relevantes para que los habitantes de las ecoaldeas desarrollen comportamientos proambientales.

**Palabras clave:** comportamiento proambiental; ecoaldea; prácticas de sí.

With the escalation of environmental degradation, the discussion on pro-environmental behaviors has gained prominence in the sciences that discuss the subject. Kollmuss and Agyeman (2002) define “pro-environmental behavior” as the sort of behavior “that consciously seeks to minimize the negative impact of one’s actions on the natural and built world ...” (p. 240). Among the approaches used on the subject, two have stood out and have been part of a discussion between scholars (Batel, Castro, Devine-Wright, & Howarth, 2016; Shove, 2010; Whitmarsh, O’Neill, & Lorenzoni, 2010): environmental psychology and theories of social practices.

Environmental psychology deals with the interaction between individuals and natural and built environments (Steg & de Groot, 2018). Concerning pro-environmental behaviors, the studies revolve around the analysis of the reasons that lead to this type of behavior, such as family influences, norms, and contact with nature (Coelho, Pereira, Cruz, Simões, & Barata, 2017), and inter-group comparison (Rabinovich, Morton, Postmes, & Verplanken, 2012). Others focus on several individual aspects that serve as predictors of pro-environmental behaviors, such as: identity (Whitmarsh & O’Neil, 2010), affection (Coelho et al., 2017), values (Ruepert, Keizer, & Steg, 2017), and self-assertion (Graham-Rowe, Jessop, & Sparks, 2019).

Studies relating to social practices and pro-environmental behaviors focus more on practices and less on individuals. Anantharaman (2018) and Hargreaves (2011) highlight the importance of considering the following as conditioning factors for pro-environmental behaviors: the relationships between different practices; the material, legal, and social infrastructure; and power relations. Theories of practices also address individual aspects such as emotions (Sahakian, Godin, & Courtin, 2020), body and behavior (Roysen, 2018), and motivations (Johannes & Islar, 2019).

However, both theoretical perspectives lack a discussion about the subjects’ practices over themselves and their consequent results on pro-environmental behaviors. Studies on this theme have emerged (Pisters, Vihinen, & Figueiredo, 2019), and the concept of practices of the self (Foucault, 1995) is promising to advance the theme.

For Foucault (1998), practices of the self are the reflected and voluntary practices that the subjects exercise to establish rules of conduct and transform themselves. It is in this way that each one can constitute a singular existence. For Foucault (1995), based on

historical analyses, the consequent subjectifications arising from these practices do not occur exclusively through symbolic means but also real practices.

Following this reflection, ecovillages have proved to be a good research field for studying changes in behaviors and attitudes toward the environment (Roysen & Mertens, 2019). Ecovillages are described as an “intentional, traditional or urban community that is consciously designed through locally owned participatory processes in all four dimensions of sustainability (social, culture, ecology, and economy) to regenerate social and natural environments” (Global Ecovillage Network, n.d.).

However, Pratt (2012) points out that the ideals of supporting community cohesion projects and preserving the environment are rarely effective due to the dissolution of groups or the difficulty of achieving environmental objectives. Such findings highlight the importance of studying the relationship between community life, the practices that individuals exercise on themselves, the consequent processes of subjectivation, and their pro-environmental behaviors.

This article aims to analyze the relationship between practices of the self and pro-environmental behavior in ecovillages’ daily lives. This work focuses on comparing the subjectivation processes that emerge from the practices of self in different ecovillages and their correlations with the preservation of the environment.

In the following subsection, we present the theory of practices of the self. Next, we describe the methodology used to carry out the research. Then, we analyze the collected material. Finally, we present our conclusions.

## Practices of the self

Practices of the self are one of the aspects present in the processes of subjectification, as pointed out by Foucault (1998). According to Lea (2009), subjects constitute themselves in institutional contexts, organizing relationships, consumption possibilities, work routines, faith practices, childcare, education, investments, security, and punishments. In this sense, practices of the self-play a crucial role in engaging subjects with the world.

Foucault (1998) explained the practices of self as ethical works that the subjects carry out on themselves to transform themselves. They are relational experiences between individual and social dimensions, sustained by

existing socially fabricated meanings and practices. For Foucault (1998), this way of relating oneself with oneself would be an exercise in freedom. Most recently, scholars (Papadopoulos, 2008; Rose, 2017, 2021) have assigned freedom as a stable number of possibilities through which individuals exercise the self-enterprising or how each individual behaves themselves. These analyses aim to highlight the strategies to govern through freedom from an authoritarian populism perspective or to show how the neoliberals try to submit the population to the discourse of self-entrepreneurship aiming to improve their own economic achievements. However, recent studies (Duarte & Ferreira Neto, 2021; Shiffer, 2018) show how the ecovillages try different strategies through practices of the self in which their residents can struggle against what they call mainstream society perspective, creating new processes of subjectivation within the communities and keeping their contact with the surrounding contexts, trying to modify these ones.

It is noteworthy that the practices of the self are not just the exercises that the subject conducts exclusively in the stillness of one's interior. They are also efforts to articulate different forms of subject governance with other things, whether they are the individual themselves, other people, objects, or the environment (Luxon, 2008). In this sense, practices of the self are more than reflective exercises. They are also performatives, as Luxon (2008) states. In a given context, subjects are what they do. To develop their ethics, they must not stick to an ideal but work on themselves in contexts where ideals are present. More than being driven to know, subjects are invited to act. The practices generate space for transformation, deidentifying with a single way of being and aiming to build others.

Ferreira-Neto (2017) points out that the subjectivity in Foucault has three aspects: 1) it may present as submission and as a critical attitude or practice; 2) practices of the self do not consist of intra-individual works but collective and institutional ones; and 3) In both forms of subjectivity, there is a relationship with the norm extracted from culture.

## Methodology

Data collection took place in three ecovillages, one in western Switzerland, another in northern Switzerland, and the third in southeastern Brazil. The process involved 10 to 8 weeks of immersion in each

research field (January–March, June–August, and October–November 2019, respectively), participant observations, and interviews. Our data consists of 34 individual interviews (16 at the first ecovillage, 13 at the second, and five at the third one) and field notes of the daily lives of each community, their events, and meetings for administrative discussions or self-reflection. The authors shared the findings with the participants to receive feedback and improve the data's accuracy.

The participant observation method involves participating in a group's daily activities to learn the explicit and implicit aspects of its routines and culture (DeWalt & DeWalt, 2011). Spreadly (2016) shows that participant observation allows comparing participants' subjectivity and behavior, reporting their beliefs and actions. It helps us to understand the physical, social, cultural, and economic contexts in which the participants live. It is possible to witness the relationships between people, contexts, ideas, norms, and events.

People's behaviors and activities are another data source: their actions, how often, and with whom. However, Desmond (2014) points out the need to consider the object of study as "processes that involve configurations of relationships between different actors or institutions" (p. 587). We also apply the method to verify personal changes in the relationship with the context.

The analyzed data is about each ecovillage's physical and administrative structure, the residents' relations with themselves, others, and the environment. All interviews were recorded and later translated. For analysis purposes, we encoded the selected data around three themes (Creswell, 2014): (a) structure and practices of the self, (b) subjectivation processes toward pro-environmental behaviors, and (c) the behaviors' effects on the environment. After encoding and comparing the structure, the strategies of government, and the outcomes, we created the respective categories.

Data analysis was carried out from an ethnographic perspective, in which interpretations were based on each community's routine and key events, presenting different perspectives of the participants about each event. To make the intercultural comparison between ecovillages, we applied the case study approach to analyze the ethnographic perspective, studying the cases' similarities and differences (Creswell, 2014).

We invited all ecovillage residents to participate in the research. Those who accepted the invitation

signed the Free and Informed Consent Term, submitted and accepted by the Ethics Committee of the Pontifical Catholic University of Minas Gerais, under the code CAAE: 89152318.5.0000.5137.

## Data analysis of the three ecovillages

This section describes the structure of each ecovillage. Then we analyze the inhabitants' strategies for managing their population to live together and promote pro-environmental behaviors. We also highlighted how each community promoted its practices.

At last, we analyze which subjectivation processes have emerged in ecovillages' life, the pro-environmental behaviors that have appeared, and the subsequent results on environment preservation.

### *Ecovillage in Western Switzerland*

The first ecovillage is an intentional community managed by a cooperative. The community is in a western Switzerland house, with easy access to public transport and urban centers. During the observation, the house population was composed of 16 inhabitants. Among the residents, some worked for the community while others had regular jobs outside there. One was a member of the cooperative, and the others were not. The residents' ages ranged from 1 to 60.

The house serves as a showcase to advertise the bioconstruction and community lifestyle brand promoted by the cooperative. The cooperative members affirmed that this proposal was a way of "saving the planet", reducing the people's consumption of resources, and producing a more meaningful life. They called this process "happy degrowth."

All inhabitants must sign a social contract before living in the ecovillage. As written in the social contract, its main objective is to develop a notion of community that "has common bases, a common intention, and adapts to different contexts." They had a monthly meeting with all inhabitants to discuss the rules and the organizational life in the community, such as the time of work, who was taking care of each task, money, and other things they judged necessary. With this material and social structure, the cooperative intended to create a lifestyle by which people wished to live in the ecovillage for a lifetime, reducing consumption, consuming less, and being aware of the origin of the products.

Thinking about the strategy to achieve the cooperative aims, they wanted the ecovillage inhabitants to develop pro-environmental behaviors

based on explicit norms. These are written norms that explain how to act in each situation. They used the social contract, instructions glued to the walls indicating how to use the house more energy-efficiently, and direct instructions from the cooperative members. To avoid the failure of the community, the projects aimed at environmental sustainability, analyzed by Pratt (2012), the ecovillage aimed to intertwine the norms for reducing consumption and bioconstruction with community norms cohesion. However, we verify that a community structure based on norms and rules, aiming the administrative objectives, without the creation of practices of the self, did not successfully achieve its intentions. There was a constant turnover of inhabitants, moving away from the community, weakening the relationships inside the ecovillage.

In the observation notes and interviews, we found that not everyone agreed with the cooperative model. Community meetings, which took place once a month, were an information space. During the meetings, the activity in the community was reviewed.

Respondents said that these procedures centralized the decision-making power of the cooperative members. It was evident during a meeting, for example. Before starting, two cooperative members (one resident and one cooperative technician) announced that the heating equipment would be modified because the current equipment was underheating. They criticized the attitude of the residents. Some tried to argue that they did not have a chance to discuss the issue but were countered with claims that those responsible for the heating project were the ones who decided.

There were no situations we could call practices of the self (Foucault, 1998), such as meetings to discuss subjects' relationships with the environment, with others, or with themselves. The approach is concerned with reducing consumption instead of promoting the inhabitants' reflections.

The ecovillage incorporated a contradiction between the cooperative project and individual autonomy. On the one hand, the cooperative representatives focused on the prescribed rules, the community's needs, and the direction of each inhabitant's behavior during daily practices. These formed the moral code and the prescribed moral conduct (Lefebvre, 2017), crucial points of government conduct. They intended to foster an ethic that would make the community the goal of all residents' actions. On the other hand, most inhabitants would like to learn new skills, make decisions, and take responsibility for the ecovillage

as an ethical process (Lefebvre, 2017). However, the community did not promote collective spaces to exercise the practices of the self, reducing the autonomy of each one. We can affirm that the rule-based community, led by a professional administration, fragilizes the community because the administrative norms overcome individual priorities, leaving no space for self-development.

Regarding the strategies around the pro-environmental behavior, reducing the environmental impact was mainly linked to the building's physical structure. The house was constructed based on bioconstruction. The house's heating source was wood grains, which uses fewer natural resources than the canton's heating system, which uses oil and nuclear energy. The house had much glass in its structure, which increased the thermal insulation, so there was no need to keep the heaters on all day in the winter. With this structure, the house received a Swiss sustainability label (Minergie).

However, comparing the interviews, the residents' opinions differed concerning pro-environmental behavior. When they opined about the structure created by the cooperative, they said it allowed them to feel more environmentally friendly as they ate together, using local producers while optimizing the use of space. One of the residents, an architect, said: "Here I feel more ecological because we share the vegetables and buy organic food from a local farmer." He added: "The use of space here is brilliant. There is not much obsolete space here. The whole house is used all day."

The logistics proposed by the cooperative included the purchase of organic vegetables from a local farm. These vegetables were bought using the community cash and consumed by everyone in the house. The house was also used as a workspace, either by the cooperative or its inhabitants. As a result, there was always someone occupying the common spaces.

However, when they talked about the residents' pro-environmental behavior, opinions were not as favorable because the individual consumption of food and means of transport remained like what they had before entering the community. One of the residents, an engineer, said, "this is not the best sustainability. There are better designs. Here everyone has their car. Moreover, we consume the same as before, without worrying about sustainability."

Even though a new finding (Zhang & Yong, 2021) demonstrates that green buildings have the potential to motivate the residents toward pro-environmental behavior, it does not work out on its own. Čapienė,

Rūtelionė, and Tvaronavičienė (2021) show that it is crucial to consider the perceived responsibility as a factor that conditionate the pro-environmental behavior, and not just the external structure. We can understand that the residents' behavior did not change substantially without a process of care for the self.

We can analyze that the government model, based on ecologically efficient construction (based on the Minergie certificate), norms, and the absence of practices of the self, promoted what we will call *passive-structural pro-environmental subjectivation*. We affirm that the ecovillage structure enables a platform where people do not need to reflect on having pro-environmental behaviors in their daily lives since the design is energy efficient. Without a space for practices of the self, the behaviors that depend on individual choice remained since people did not have the space to reflect on their attitude and behavior. The inhabitant kept the same subjectivation they had before living in the ecovillage.

### ***Ecovillage in Northern Switzerland***

The second ecovillage, located in northern Switzerland, was formed by five different spiritual groups that have teamed up intending to create a community that promotes "encounters and self-awareness" without having a spiritual guide, allowing for any form of reflection proposed. They also created a Seminar Center where they promote workshops related to the topic of personal development.

The ecovillage population was multigenerational (ranging from 1 to 65 years old) and multicultural. At the time, there were 57 residents, 34 adults and 23 children. Like the previous ecovillage, among the residents, some worked for the community while others had regular jobs outside there. The community receives approximately 6,000 visitors annually who visit the Seminar Center or get to know the community.

The community is in an 18th-century castle, three kilometers from the city center. They do not have easy access to public transport, needing to go to the city by car or bicycle to access buses and trains. To manage the community, the residents created a stakeholder company in which every inhabitant is a shareholder.

They also had rules, such as working hours for the community and presence at regular meetings. However, no one was responsible for checking compliance. Each was responsible for this self-assessment.

There were two central members' meetings to work on the practices of the self. They dedicated one

meeting that occurred regularly on Tuesday nights to self-reflection and interpersonal relationship discussions. The second one was three meetings, lasting four days each, throughout the year. During this period, residents invite someone from outside the community to train them in some new self-reflection techniques. With this structure, they believe that the stronger and more aware everyone is, the more stable the community will be.

Regarding the government strategies, the inhabitants invested in their individual development and trust through regular meetings. Duarte, Sahakian, and Ferreira Neto (2021) pointed out that the less the organization's intervention and the more engaged the inhabitants are in community life, the more empowered a community is.

The primary author participated in some ceremonies with the inhabitants. One of them was a meeting on Possibility Management. During it, one of the inhabitants received the news that she would need to leave the country due to the new national legislation for foreigners. She was angry and wanted to blame the government. The person who led the group asked her to express what she felt, and she said that she felt like an abandoned child and would like to feel welcomed by the community at this difficult time. One of the older residents was willing to start a movement to help in this situation. Practices of the self, as represented, were constant exercises in the community. The strategy used to maintain the ecovillage was self-knowledge and individuals' control over themselves.

The government in this ecovillage aims to direct each inhabitant's behavior toward self-government (Foucault, 2010) and improve interpersonal relationships. As seen in this passage, even though the inhabitants experienced collective situations, they guided the processes to look at what concerned each one, individually, in the situations and did not judge others' positions.

In these practices of the self, the most profound intimacy of those involved emerged. The person who took care of the permaculture garden stated, "We have these coaches every year. We have different tools with different coaches. And some of these coaches can really bring you to the point". One of the management board members said, "I think I have learned to talk about my inner world a lot. It also helps in relationships. I accept Shadows better than I had before. Shadow means qualities that I have difficulties with myself and other people".

As highlighted by Han-Pile (2016), the practices of the self can detach someone from a previous

subjectivation, making possible the creation of different ones. Nevertheless, this process did not happen in the loneliness but during their relationships, based on a structure. As we showed, the community life imposed on the inhabitants the need to govern and care for themselves. This governance structure stabilized the community. As one of the community founders affirmed about the changes inside the community, "Things are like the processes of everyday life. Feeling safer, more natural, more relaxed. I am all trustful that I do not have to control what is happening."

Regarding pro-environmental behavior, even with personal and social development as the community's focus, ecological development was also present.

The buildings' physical structure hindered structural renovation, aiming at the more efficient use of natural resources. For example, they wanted to collect rainwater and change the buildings' heating, but they did not have enough financial resources. On the other hand, community life, with the self-reflection processes promoted by practices of the self, facilitated environmentally sustainable projects. For example, they jointly created the permaculture garden that served the residents and a small organic food market inside the community aimed at domestic consumption. As Duarte and Ferreira Neto (2021) pointed out, studying the ecovillages and the practices of the self transforms the subjects to achieve the specific objectives of each context.

Based on the interviews, community life produced a reflexive effect regarding consumption at the individual level. Even considering themselves low-resource consumers, many said that community life made them more critical of their consumption. They said they bought less on impulse and only out of need. According to one of the founders of the community:

I was in the city today. I realized that everything I have, you know, is torn. I was really looking around for a while, and at one point, I thought, 'you are wasting your time. So, you keep the old things. I just gave up. I do not need this.

According to the interviewees, this attitude is due to contentment with life and reframing each thing's purpose. One of the more recent residents said: "So when you are happy with things, it does not matter how they are. Now I really started to appreciate things for their purpose".

During practices of the self, such as reflection circles, intensive periods promoted by the community, and community activities such as the garden's collective cultivation and the cleaning and organization of

buildings, they exercised the critic or self-criticism. As Han-Pile (2016) highlighted, it allows deidentification with a form of subjectivity, promoting the construction of new forms of existence. In the ecovillage of northern Switzerland, the practices of the self have allowed the inhabitants to overcome the influences of norms and social identity in their pro-environmental behaviors (Steg & de Groot, 2018). Emotions and individual morals (Sahakian et al., 2020) gained more relevance in decision-making, causing them to criticize and reduce their consumption needs.

Despite the changes in their processes of subjectivation and the intensification of pro-environmental behaviors promoted by community life, they expressed their disappointment with the possibility of being ecologically sustainable because of the buildings' structures. One of the current managers of the community affirmed:

It is a joke that we want to call ourselves an ecovillage. There is no ecovillage at all. Furthermore, the worst thing is that we use 60,000 liters of diesel a year. On a sunny day, when I turn on the tap, I use diesel fuel to heat the water instead of solar energy.

Contrary to what we saw in the community in western Switzerland, even though the practices of the self they promoted can transform the inhabitants' subjectivities toward the environment, creating new perspectives of existence, the current construction structure limits these changes.

We found that a governance structure based on practices of the self had the side effect of changing the inhabitants' pro-environmental behavior. The model promoted what we call *active-individual pro-environmental subjectivity*. With this, we affirm that, in this context, pro-environmental behaviors are linked to self-reflection, self-criticism, and personal decisions. We do not mean that all behavior depends only on individual initiative, but that, even with the limitations of the structures, the subjects start to reflect on whether their behavior, in the construction of ethical life, is compatible with the environmental morals they wish to follow.

### **Ecovillage in Southeastern Brazil**

The third ecovillage, located in southeastern Brazil, was created by a group of friends who have already done many community activities. At one point, they decided to study the ecovillage lifestyle, which had been expanding worldwide.

The original idea was to create a community and, at the same time, produce several events. These events would be inside and outside the community, facilitating dialogue with the surrounding society. The members wanted to create a model in which they could live in the ecovillage and support themselves with their work. This work would have the function of sensitizing people to a new worldview. In their routine and during the events, they used to have meetings for self-reflection, as we call practices of the self, where they could analyze their attitudes toward themselves, others, and nature.

The ecovillage is in an environmental preservation area. The land is 46 hectares and is 16 km from the center of a city of approximately 5,000 inhabitants. Access to the ecovillage is by car, as no paved street exists. The path is full of virgin forests, and the community has a spring on its land. The ecovillage members decided to transform nine hectares of the land into a Private Reserve of National Heritage, where they were obliged by law to preserve the area entirely.

During the participant observation, the community had eight residents. Most of them were over 40 and had a child. Differently from the previous ecovillages, all of them worked inside the community. The previous year had 23 residents, nine children and 14 adults. However, residents decided to move out for some reasons, such as taking care of children or finances. In addition to the residents, several people visit the community throughout the year.

Every month, they held at least one event, which could host 10 to 60 people depending on their nature. They also received visits from people who just wanted to visit the ecovillage or even take time to rest. With this very conceptual structure, as they said, they intended to have more meaningful lives integrated with nature.

The social structure of the ecovillage was like the second one. Even though the inhabitants had more rules around ecological sustainability, they also created spaces for practices of the self in their daily life. They had regular inhabitants' meetings for self-reflection. Because of this similarity, the outcomes of these different structures were similar. Living in the community, the participants felt that the collective should constantly confront individual opinions. They could not just do what they wanted, and they needed to learn to listen to others. One participant said, "This adaptation with the collective is the biggest challenge for me. To live with everyone and each one

peculiarity, understanding the performance within the group, and seeing how it reverberates in the other.”

During the observation, the principal author took part in an internship to learn how community life and the practices of the self developed. He experienced the Forum’s technique. The process was a meeting where a person who felt compelled to speak goes to the center and exposes their feelings, thoughts, and experiences. Then, three people go to the center voluntarily, one at a time, to say how the speech reverberated in oneself to collectivize feelings and experiences. Walking and reflection experiences were also carried out in the forest and waterfall to experience being a part of nature and reflect on themselves in this context. Each meeting, whether at lunch, on a walk, or visiting someone’s home, was also a time to discuss the sustainability of each human action, such as food, construction, self-care, education, and finance, among others. Casey, Lichrou, and O’Maley (2017) show that this conceptual strategy to trigger reflexivity in inhabitants effectively improves the sustainability and cognitive changes inside the ecovillages.

The ecovillage uses several strategies to transform residents’ behavior. The community structure used agreements and rules to regulate community life using bioconstruction, and they also added to this the practices of the self. These practices occurred not only at the reflective and interpersonal level but in direct contact with the environment. As Martin et al. (2020) pointed out, connection with nature promotes personal well-being and pro-environmental behaviors.

Regarding pro-environmental behavior, they combine a governance process based on practices of the self with more environmentally sustainable constructions. In an interview, one of the residents said: “So, knowing how to ponder these things is a daily learning experience. You question your relationship with yourself, your companions, your child, and the community.”

From the interviewees’ point of view, the creation of the ecovillage aimed to build a life system that would make its residents responsible for preserving nature and providing learning. As highlighted by the data, this governance process promoted radical changes in the inhabitants’ processes of subjectivation. In this new system, they could be more reflective users of natural resources and physical structure. For them, the life model they created was a process of constantly problematizing their actions. They want to create a system that will set an example for others. This continuous reflection led them to denaturalize their consumption model. They pointed

out that it was possible to create more ecologically sustainable ways of life as approached a resident:

There is this constant problematization of what we are doing. As it is a small group, then we problematize everything. What was in the kitchen? What did we buy? How could we deal with the residue of what we did?

Moreover, it questions all the natural social dynamics; for example, waste treatment. Leave the garbage there so it disappears. I flush the toilet, the poop goes away, and I do not think about it anymore. Everything we did, we problematized. So, it is much learning.

The constant questioning of the sustainability of practices led to a transformation of reflecting the relationship with nature and their pro-environmental behavior. In the case of the present ecovillage, this questioning promoted an unlearning and relearning process, that is, disidentification with a form of subjectivity for the construction of another that is more coherent with the project (Han-Pile, 2016). They created subjectivities that saw themselves as part of nature and no longer subject distinct from the natural environment as consumers of resources. For example, the relationship with the land was not exclusively technical. They felt a mutual feeding interaction. The community educator said: “Interacting with [the land] produces food for me. I am feeding the land. I am taking care of the land in this interaction too. It is super interesting to do.”

Ecovillage residents used different strategies to promote pro-environmental behavior. Mixing the permaculture principles and practices of the self (meetings and dialogues, whether in the classroom or contact with the environment), both at a reflective and practical level (Ferreira Neto, 2017), promoted noticeable environmental results. They changed their consumption habits, preserved and regenerated the surrounding vegetation, and modified the notion of the inhabitants’ existence, who felt they were part of nature. One of the oldest residents said: “We are the self-reflective element of nature.” This process has substantially impacted behavior and the environment. The most visible consequence was land regeneration. When they bought 46 hectares of land, it was a pasture. After 12 years, they reforested the land with native vegetation.

From the daily life of the third ecovillage emerged what we call *active-structural pro-environmental subjectivation*. On the one hand, pro-environmental behaviors are linked to a structure that requires specific actions and reflections on environmental sustainability

from its residents. On the other hand, this structure's functioning depends on the self-reflection and self-experimentation of the inhabitants in interaction with the environment (Luxon, 2008).

## Discussion

As the data present, the promotion of the three processes of subjectivation and, consequently, the different pro-environmental behaviors depend on two factors: 1) the closer a community is to a preserved environment and, 2) the presence or absence of practices of the self.

We can identify how each ecovillage created a model for dealing with environmental issues based on the original group's ideals and the available physical structure. The first dealt with the subject in a more technical and normative way. They were concerned with the construction, standards, and prescriptions to promote pro-environmental behavior.

The second ecovillage did not preserve the environment as its primary focus, preferring everyone's development as a more reflective subject. The third ecovillage focused on preserving the environment and the residents' self-development: they had a technical approach to bioconstruction and environmental preservation and promoted self-reflection concerning self-knowledge and the relationship with nature.

Comparing the three modes of subjectivity that emerged in the daily life of ecovillages highlighted the importance of the practices of the self in the transformation of pro-environmental behaviors. The physical and government structures presented themselves as facilitators or hinderers in executing this behavior. However, the exercise of the inhabitants of ecovillages on themselves made it possible to change individual attitudes and behavior to preserve and recover the environment. We can also extract from the analysis that the higher inhabitant's dedication to community life (living and working there) facilitated the exercises over oneself and the respective changes toward some pro-environmental behaviors.

## Conclusion

This article provides evidence that practices of the self are relevant factors for ecovillage inhabitants to develop pro-environmental behaviors. The two analyzed factors, structure and practices of the self, can induce resource consumption to be more

conscious and less offensive toward the environment. However, the practices of the self proved to help develop subjectivities concerned with the preservation of the environment. On the other hand, the union of practices of the self with structures geared toward pro-environmental behaviors enhanced subjective transformations and the preservation and regeneration of the environment. On the one hand, these findings overcome the individualistic approach based on cognitive models, which overwhelms the individual as the solution for every environmental problem, as often fostered by environmental psychology. On the other hand, it shows that it is crucial to consider each individual's work over oneself, which is not considered by the theory of social practice.

We highlighted three different subjectivation modes that emerged in ecovillages from their strategies for preserving the environment: (a) passive-structural pro-environmental subjectivity, (b) active individual-pro-environmental subjectivation, and (c) active-structural pro-environmental subjectivity. Each of these processes presented its pros and cons.

In the passive-structural pro-environmental subjectivation mode, the ecovillage was concerned with building its structure based on eco-efficient models to receive energy efficiency certification. On the one hand, strategies based on rules and structure meant that the lives of inhabitants impacted less on the environment without requiring reflections and subjective transformations from the inhabitants. On the other hand, the lack of space to have practices of the self to question their behavior did not transform the inhabitants' behaviors that depended on the individuals themselves and made it difficult for them to link up with the project.

In the active-individual pro-environmental subjectivation mode, the community settled in a previously constructed building, which is not energy-efficient. The community's main focus was its residents' personal and social development. Even with the community's energy consumption higher than they wanted, self-reflection and social attachment, promoted by practices of the self, allowed individuals to question their attitudes and create pro-environmental projects.

Finally, we have the active-structural pro-environmental subjectivation mode, in which the community had as a premise: 1) the investment in infrastructure and rules that lead to the preservation of the environment; 2) the investment in practices of the self, aiming at personal and collective development,

and the link between human beings and nature. Practices went beyond reflection and also used experimentation with the surrounding environment. These processes promoted subjective transformations in which they started to consider themselves part of nature, and even led them to regenerate the environment in which they lived.

In this paper, we also have different findings from those of Rose (2021), Han (2015), and Lennon and Moore (2018), which show the neoliberal use of the practices of freedom to improve individuals' production. In ecovillage, when the practices of the self are present, they create a space in which the subjects who carry it out can distance themselves from their previous way of thinking and reflect on which path they wish to take. In this sense, they achieve more autonomy, with less submission to the established rules. As we followed the life of ecovillages, practices of the self empowered the subjects to decide how they would like to act to preserve the environment. Residents could reframe the consumption norms they carried out, promote new ways of being in the world, and understand that their actions were naturalized and could now be reflective.

We can also affirm that the practices of the self, associated with continuous contact with the environment, changed the reflection and the way of seeing oneself in the world. They reframed their relationship with nature, boosting the desire to take actions that preserve the environment.

We also found that the absence of practices of the self created obstacles in the community life of projects aimed at environmental sustainability. Pro-environmental practices, when worked in an exclusively normative manner, limit the freedom of its residents. Therefore, even if the project achieves the preservation of the environment, it does not succeed in linking people and promoting in them an interest in transforming their pro-environmental behavior.

We conclude that the present work sheds new light on the discussion around pro-environmental behaviors, opening a new area of discussion regarding the practices of the self. The results are also helpful for developing community projects to preserve the environment. The practices of the self prove to be effective instruments for the excellent execution of the projects and achieving the desired objectives.

The research has limitations in its generalization because it used a participatory observation method. The results must be analyzed from their context,

considering the researcher's presence at the place. We considered that at some level, the presence of one of the authors could constrain and restrict the action of some participants, which felt assessed by an external observer. For this reason, coming researchers must replicate this research model on practices of the self and the models of pro-environmental subjectivation to test its validity and applicability in other contexts.

## References

- Anantharaman, M. (2018). Critical sustainable consumption: A research agenda. *Journal of Environmental Studies and Sciences*, 8, 553-561. doi: 10.1007/s13412-018-0487-4
- Batel, S., Castro, P., Devine-Wright, P., & Howart, C. (2016). Developing a critical agenda to understand pro-environmental actions: Contributions from Social Representations and Social Practices Theories. *Wires Climate Change*, 7(5), 727-745. doi: 10.1002/wcc.417
- Čapienė, A., Rūtelionė, A., & Tvaronavičienė, M. (2021). Pro-environmental and pro-social engagement in sustainable consumption: Exploratory Study. *Sustainability*, 13(4), 1601. doi: 10.3390/su13041601
- Casey, K., Lichrou, M., & O'Malley, L. (2017). Unveiling everyday reflexivity tactics in a sustainable community. *Journal of Macromarketing*, 37(3), 227-239. doi: 10.1177/0276146716674051
- Coelho, F., Pereira, M. C., Cruz, L., Simões, P., & Barata, E. (2017). Affect and the adoption of pro-environmental behaviour: A structural model. *Journal of Environmental Psychology*, 54, 127-138. doi: 10.1016/j.jenvp.2017.10.008
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre as cinco abordagens*. Porto Alegre: Artmed.
- Desmond, M. (2014). Relational ethnography. *Theory and Society*, 43, 547-579. doi: 10.1007/s11186-014-9232-5
- DeWalt, K. M., & DeWalt, B. R. (2011). *Participant observation: A guide for fieldworkers*. Lanham, Maryland: Altamira Press.
- Duarte, L. G. M. F., & Ferreira Neto, J. L. (2021). Modos de governo e processos de subjetivação em ecovilas: uma revisão integrativa. *Psicologia & Sociedade*, 33. doi: 10.1590/1807-0310/2021v33236675
- Duarte, L. G. M. F., Sahakian, M., & Ferreira Neto, J. L. (2021). Empowerment in an ecovillage: Unveiling the role of power relations in social practices. *Community Development*, 52(5), 592-606. doi: 10.1080/15575330.2021.1923045
- Ferreira-Neto, J. L. (2017). A analítica da subjetivação em Michel Foucault. *Polis e Psique*, 7(3), 7-25. doi: 10.22456/2238-152X.76339
- Foucault, M. (1995). Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In L. H. Dreyfus & P. Rabinow (Eds.), *Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)* (pp. 231-249). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (1998). *The history of sexuality volume 2: The use of pleasure*. London: Penguin Books.
- Foucault, M. (2010). *The government of self and others: Lectures at the Collège de France 1982-1983*. New York: Palgrave Macmillan.
- Global Ecovillage Network. (n.d.). *What is an Ecovillage?* Retrieved from <https://ecovillage.org/projects/what-is-an-ecovillage/>

- Graham-Rowe, E., Jessop, D. C., & Sparks, P. (2019). Self-affirmation theory and pro-environmental behaviour: Promoting a reduction in household food waste. *Journal of Environmental Psychology, 62*, 124-132. doi: 10.1016/j.jenvp.2019.02.003
- Han, B. C. (2015). *The burnout society* (E. Butler, Trans.). Stanford, USA: Stanford University Press.
- Han-Pile, B. (2016). Foucault, normativity and critique as a practice of the self. *Continental Philosophy Review, 49*, 85-101. doi: 10.1007/s11007-015-9360-2
- Hargreaves, T. (2011). Practice-ing behaviour change: Applying social practice theory to pro-environmental behaviour change. *Journal of Consumer Culture, 11*, 79-99. doi: 10.1177/1469540510390500
- Johannes, B., & Islar, M. (2019). Living degrowth? Investigating degrowth practices through performative methods. *Sustainability Science, 15*, 917-930. doi: 10.1007/s11625-019-00756-y
- Kollmuss, A., & Agyeman, J. (2002). Mind the Gap: why do people act environmentally and what are the barriers to pro-environmental behaviour?. *Environmental Education Research, 8*(3), 239-260. doi: 10.1080/13504620220145401
- Lea, J. (2009). Liberation or limitation? Understanding Iyengar Yoga as a practice of the self. *Body & Society, 15*(3), 71-92. doi: 10.1177/1357034X09339100
- Lefebvre, A. (2017). The end of a line: Care of the self in modern political thought. *Genealogy, 1*(1), 2. doi:10.3390/genealogy1010002
- Lennon, M., & Moore, D. (2018). Planning, 'politics' and the production of space: the formulation and application of a framework for examining the micropolitics of community place-making. *Journal of Environmental Policy & Planning, 21*(2), 117-133. doi: 10.1080/1523908X.2018.1508336
- Luxon, N. (2008). Ethics and subjectivity: Practices of self-governance in the late lectures of Michel Foucault. *Political Theory, 36*(3), 377-402. doi: 10.1177/0090591708315143
- Martin, L., White, M. P., Hunt, A., Richardson, M., Pahl, S., & Burt, J. (2020). Nature contact, nature connectedness and associations with health, wellbeing and pro-environmental behaviours. *Journal of Environmental Psychology, 68*. doi: 10.1016/j.jenvp.2020.101389
- Papadopoulous, D. (2008). In the ruins of representation: Identity, individuality, subjectification. *British Journal of Social Psychology, 47*, 139-165. doi: 10.1348/014466607X187037
- Pisters, S. R., Vihinen, H., & Figueiredo, E. (2019). Place based transformative learning: a framework to explore consciousness in sustainability initiatives. *Emotion, Space and Society, 32*, 100578. doi: 10.1016/j.emospa.2019.04.007
- Pratt, K. (2012). Rethinking community: Conservation, practice, and emotion. *Emotion, Space and Society, 5*(3), 171-185. doi: 10.1016/j.emospa.2011.08.003
- Rabinovich, A., Morton, T. A., Postmes, T., & Verplanken, B. (2012). Collective self and individual choice: The effects of inter-group comparative context on environmental values and behavior. *British Journal of Social Psychology, 51*, 551-569. doi: 10.1111/j.2044-8309.2011.02022.x
- Rose, N. (2017). Still 'like birds on the wire'? Freedom after neoliberalism. *Economy and Society, 46*(3-4), 303-323. doi: 10.1080/03085147.2017.1377947
- Rose, N. (2021). Governing behaviour: Governing and the science of behaviour change. In T. Bennett, B. Dibley, G. Hawkins, & G. Noble (Eds.), *Assembling and governing habits* (pp. 43-60). London, UK: Taylor & Francis.
- Roysen, R. (2018). O corpo e a adoção de práticas sustentáveis: estudo de caso em uma ecovila. *Psicologia & Sociedade, 30*, e164236. doi: 10.1590/1807-0310/2018v30164236
- Roysen, R., & Mertens, F. (2019). New normalities in grassroots innovations: The reconfiguration and normalization of social practices in an ecovillage. *Journal of Cleaner Production, 236*. doi: 10.1016/j.jclepro.2019.117647
- Ruepert, A. M., Keizer, K., & Steg, L. (2017). The relationship between corporate environmental responsibility, employees' biospheric values and pro-environmental behaviour at work. *Journal of Environmental Psychology, 54*, 65-78. doi: 10.1016/j.jenvp.2017.10.006
- Sahakian, M., Godin L., & Courtin I. (2020). Promoting 'pro', 'low', and 'no' meat consumption in Switzerland: The role of emotions in practices. *Appetite, 150*, 104637. doi: 10.1016/j.appet.2020.104637
- Schiffer, S. J. (2018). "Glocalized" utopia, community-building, and the limits of imagination. *Utopian Studies, 29*(1), 67-87. doi: 10.5325/utopianstudies.29.1.0067
- Shove, E. (2010). Beyond the ABC: Climate change policy and theories of social change. *Environment and Planning A: Economy and Space, 42*(6), 1273-1285. doi: 10.1068/a42282
- Spreadly, J. P. (2016). *Participant observation*. Long Grove, IL: Waveland Press.
- Steg, L., & de Groot, J. I. M. (2018). *Environmental Psychology: An introduction*. Hoboken, N.J.: Wiley-Blackwell
- Whitmarsh, L., O'Neill, S., & Lorenzoni, I. (2011). Climate change or social change? Debate within, amongst, and beyond Disciplines. *Environment and Planning A: Economy and Space, 43*(2), 258-261. doi: 10.1068/a43359
- Whitmarsh, L., & O'Neil, S. (2010). Green identity, green living? The role of pro-environmental self-identity in determining consistency across diverse pro-environmental behaviours. *Journal of Environmental Psychology, 30*, 305-314. doi: 10.1016/j.jenvp.2010.01.003
- Zhang, D., & Yong, T. (2021). Green building, pro-environmental behavior and well-being: Evidence from Singapore. *Cities, 108*, 102980. doi: 10.1016/j.cities.2020.102980

*Luiz Guilherme Mafle Ferreira Duarte*, Doutor em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas), é Professor do Centro Universitário Una. Endereço para correspondência: Av. Itaú, nº 525, Bairro Dom Cabral, Belo Horizonte/MG, CEP 30.535-012. Email: [lgmafle@yahoo.com.br](mailto:lgmafle@yahoo.com.br) ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0686-9690>

*João Leite Ferreira Neto*, Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/Minas). Email: [jleitefn@gmail.com](mailto:jleitefn@gmail.com) ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3900-508X>

Received in 24.sep.21

Revised in 03.mar.22

Accepted in 05.apr.22

# Experimentação política da amizade em uma experiência de Psicologia comunitária em Sergipe

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo. Universidade Federal de Sergipe  
Samira Pires Damaceno. Espaço Terapêutico Conatus  
Jeferson Santos da Silva. Universidade Federal de Sergipe  
José Matheus Alves Santos. Universidade Federal de Sergipe

## Resumo

O presente artigo apresenta parte da experiência da pesquisa-intervenção ocorrida em um assentamento em Sergipe. Tal pesquisa teve como base os princípios da Psicologia Comunitária e a noção de experimentação política da amizade que nortearam a construção de um corpo coletivo junto aos/às moradores/as, materializado nas figuras do mutirão e da horta coletiva. A roda de conversa foi o dispositivo usado para reunir os/as moradores/as e a partir disso desdobrar uma relação horizontal e solidária, na qual todos/as têm voz e vez, tendo por base a concepção política de amizade, a partir de Arendt e Espinosa, possibilitando uma abertura ao/a outro/a em sua radicalidade.

**Palavras-chave:** amizade; política; psicologia comunitária.

## Abstract

*Political experimentation of friendship in a community psychology experience in Sergipe.* The present article presents part of the experience of research-intervention that took place in a settlement in Sergipe. This research was based on the principles of Community Psychology and the notion of political experimentation of friendship, which guided the construction of a collective body with the residents, materialized in the figures of collective effort and the collective garden. The conversation circle was the tool used to gather the residents and from that unfold a horizontal and solidary relationship, in which everyone has a voice and a turn, based on the political conception of friendship, from Arendt and Espinosa, allowing an opening to the other in its radicality.

**Keywords:** friendship; politics; community psychology.

## Resumen

*Experimentación política de la amistad en una experiencia de psicología comunitaria en Sergipe.* Este trabajo presenta parte de la experiencia de investigación-intervención ocurrida en un asentamiento de Sergipe. Esta investigación se basó en los principios de la Psicología Comunitaria y en la noción de experimentación política de la amistad que orientó la construcción de un cuerpo colectivo con los residentes, materializado en las figuras de esfuerzo colectivo y la huerta colectiva. El círculo de conversación fue la herramienta utilizada para reunir a los vecinos y a partir de ahí desplegar una relación horizontal y solidaria, en la que todos/as tienen voz y turno, basada en la concepción política de la amistad, de Arendt y Espinosa, permitiendo una apertura al otro en su radicalidad.

**Palabras-clave:** amistad; política; psicología comunitaria.

O presente trabalho se desdobra como reflexão sobre o processo de pesquisa-intervenção iniciado em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), localizado na região de Sergipe. Tomamos aqui o assentamento concebido enquanto comunidade, ou seja, em sentido próprio atribuído por Sawaia (1996), como espaço relacional comum em que potencialidades singulares são desenvolvidas, dizendo respeito ao imbricamento entre sujeitos e coletividade. Nossa entrada e intervenções no campo, em coabitação com os/as moradores/as, foram marcadas pela noção de experimentação política da amizade. Convém dedicar algumas linhas a isso.

Na modernidade, a concepção de amizade sofre um deslocamento para o âmbito familiarista. A amizade passou a ser entendida ligada à ideia de fraternidade que implica uma relação de parentesco ou de irmandade visando o estabelecimento de uma equalização entre os sujeitos, de modo que suprime a dimensão da alteridade (Gomes & Silva Júnior, 2007). Queremos ir ao encontro da qualidade política da amizade; para tal, a noção arendtiana de amizade se configura como espaço político por excelência, já que possibilita o agir e falar do/a outro/a criando uma situação discursiva de respeito mútuo, no qual a opinião do/a outro/a é considerada. Assim, a amizade, na concepção arendtiana do termo, desvincula-se da ideia de fraternidade, do que seja familiar; a amizade consiste no gosto pela opinião do/a outro/a, por um encontro agonístico no qual é possível vivenciar um questionamento do familiar, a partir da consideração do ponto de vista do/a outro/a.

A política para Arendt (2001) também ganha outra conotação, deixa de ser apenas pensada em termos do Estado e seus espaços institucionais, passa a ser concebida como ação entre as relações. A política é tomada como livre circulação e multiplicação de opiniões – de doxa, entendida como a colocação em palavras do modo como o mundo aparece para o sujeito – que possibilita o compartilhamento de informações, um compartilhamento do mundo entre as pessoas; o discurso, o encadeamento de falas, é a condição pela qual o humano põe em ação sua humanidade (Arendt, 2002). Assim, a política passa a ser entendida como espaço comum no qual as pessoas podem se produzir e se afirmarem, a partir da ação e da pluralidade (Arendt, 2001). Portanto, para a constituição de espaço comum é necessário um encontro com o diferente, a partir do qual forma-se uma ação comum.

Arendt (2001) concebe a condição humana da ação, da pluralidade do humano, como mediada pelo

discurso, assim, devemos entender as relações de amizade como vínculos propícios ao agir e falar. As relações de amizade contribuem para a aparição do agente por meio de sua doxa; por sua ação e fala o agente se mostra perante os/as outros/as, sua opinião pode mudar, mudando-o; assim, o aspecto político da amizade dá-se também pelo fato da possibilidade da constituição de um espaço discursivo no qual a opinião do/a outro/a, o modo como o mundo lhe aparece, é devidamente ressaltada e valorizada (Arendt, 2002). A atividade discursiva da amizade possibilita que os sujeitos troquem informações e experiências uns/umas com os/as outros/as, ao mesmo tempo esse movimento de troca faz com que os próprios sujeitos ressignifiquem suas opiniões e experiências reposicionando-se no mundo, engendrando uma organização implicada em práticas solidárias que possibilitam movimentos de resistência política às formas fixas de subjetividade (Gomes & Silva Júnior, 2007, 2010).

Nesse sentido, a amizade e a conversa entre amigos/as permite uma disponibilidade para aceitação do/a outro/a em sua radical alteridade, na qual uma horizontalidade é imprescindível para a colocação em prática da multiplicidade de conhecimentos e experiências humanas na constituição de um exercício político (Gomes & Silva Júnior, 2007). A capacidade de ação comum entre diferentes sujeitos, a partir de uma relação agonística de confronto de diferentes e múltiplas opiniões cada qual com seu interesse e indignação, é possibilitada pelo vínculo de amizade. Na sua abertura ao diálogo, com discussão e compartilhamento de opiniões e experiências, que a amizade é política. A experiência discursiva da amizade torna possível a formação das noções comuns, essa troca de propriedades através do diálogo permite o reconhecer-se como humano. Esse reconhecimento gera a consciência de sermos capazes de construção, de mobilização, para que as pessoas ajam juntas numa condição de igualdade política onde não existe dominação.

O pensamento de Espinosa (2007) também nos ajuda a conceber a amizade no interior das relações humanas, uma vez que é em si mesma a expressão da condição da liberdade e fortalecimento do conatus. Partimos da compreensão de que a experimentação política da amizade envolve dois fundamentos substanciais da Filosofia de Espinosa: o esforço do conatus – força interna de perseverança na existência que todo ser singular possui, se dá no processo mesmo de resistência à tristeza e afirmação da alegria – compreendida como aumento da potência de pensar e agir; o corpo

é essencialmente relacional e é na relação com seus/ suas outros/as, na maneira como afeta e é afetado por eles que se dá a condição de possibilidade da elevação do seu conatus e a afirmação de sua potência de ação. Portanto, acreditamos que os alicerces espinosanos oferecem bases sólidas e bastante elucidativas para o estudo e compreensão da experimentação política da amizade uma vez que esta designa uma relação de abertura ao/a outro/a na qual os corpos estão dispostos a afetar e serem afetados, implicados em contribuir com o aumento da capacidade de reflexão e ação do amigo/a.

Segundo Espinosa (2007), o homem livre e forte não tem raiva nem inveja de ninguém, não é arrogante e busca combater o ódio. A amizade concerne à condição vital do homem de poder afetar e ser afetado, de maneira tão íntegra, que Espinosa (2007) considera lealdade o desejo do homem de unir-se aos/a outros/as pela amizade, e desleal àquilo que contraria o vínculo de amizade (E. IV. escólio 1 da preposição 37). Se a amizade constitui-se como uma possibilidade da passagem dos afetos passivos aos ativos, ela favorece o processo ético bem como o conhecimento das noções comuns e ideias adequadas constitutivo dessa empreitada. A condição do viver com (conviver), onde os/as amigos/as compartilham ideias e valores, propicia a formação das noções comuns, como conhecimento do modo de relação entre seres singulares. Em outras palavras, as trocas de opiniões, de ideias, valores etc; no diálogo entre amigos/as possibilitam o conhecimento das noções comuns, isto é, das propriedades comuns que lhes permitem se reconhecerem como humanos (modos finitos, no vocabulário espinosano).

Espinosa (2007) refere-se à amizade como um afeto de alegria, útil às pessoas livres, pois os conduz a fazer bem uns aos/às outros/as e as capacitam para ação comum. “É útil aos homens, acima de tudo, formarem associações e se ligarem por vínculos mais capazes de fazer de todos um só e, mais geralmente, é-lhes útil fazer tudo aquilo que contribui para consolidar as amizades” (E. IV, Apêndice, capítulo 12. p.353). Portanto, a amizade é útil, pois aumenta a capacidade de agir dos sujeitos.

Com Espinosa também podemos pensar a conjugalidade entre as relações de amizade que formam um coletivo, ou melhor, um corpo coletivo em seus termos, pois, segundo Hardt (1996), a política de Espinosa é uma política ontológica, os princípios que mobilizam a organização política são os mesmos que animam a ética e a prática afirmativa do ser. Este autor afirma que o encontro alegre se dá quando dois corpos compõem um corpo novo e mais poderoso, ou seja, quando a afecção

com outro corpo torna-se ativa a partir da construção da noção comum, isto é, quando formamos a ideia da relação comum partilhada por esse corpo e o nosso. O aspecto ontológico da política espinosana é elucidado por Chauí (2003) que chama atenção para o fato de que é a teoria mesma das paixões e dos desejos alegres, ou seja, dos afetos que fortalecem o conatus que oferecem os fundamentos da utilidade da cooperação e da união de forças entre as pessoas para a composição do corpo político – a multidão, de “tal maneira que a percepção dos demais homens como semelhantes e da utilidade de cada um deles e de todos/as para o fortalecimento do conatus individual explica que constituam a multidão e instituem o corpo político” (Chauí, 2003, p. 165). É nesse sentido que se funda a relevância política da amizade para o fortalecimento da multidão, pois a amizade possibilita uma dinâmica da alegria favorável ao florescimento da solidariedade e da mobilização para que as pessoas ajam juntas numa condição de igualdade política onde não há dominação – o que designa a amizade em sua qualidade democrática. A afetividade ativa da ética espinosana concerne à experimentação política da amizade destacada por Arendt (2001), Derrida (1997) e Ortega (2000), pois esta experiência constitui um vínculo agonístico entre alteridades que se afetam mutuamente aumentando suas potências de agir, podendo juntas produzir ações políticas inovadoras.

Temos, então, que a experimentação política da amizade se refere à possibilidade de vivenciar relações de amizade que se pautem na igualdade de agir e falar entre as partes constituintes, possibilitando irromper maneiras novas de agir no mundo, caracterizando uma dimensão política da existência, atenta para a necessidade da acolhida das alteridades que não coincidem, mas habitam um mesmo mundo (Arendt, 2001). De modo que a experimentação política da amizade, em sua dimensão discursiva, permite um espaço para que os/as participantes discutam e reflitam sobre as demandas que surgem.

Ao utilizar a experiência política e discursiva da amizade em uma comunidade popular, buscamos desenvolver um engajamento entre a comunidade, contribuindo para a abertura ao/à outro/a numa relação democrática, a base de diálogo, favorecendo um vínculo de respeito e cooperação entre estes. A pesquisa-intervenção teve como objetivo suscitar a participação colaborativa e deliberativa dos sujeitos da comunidade, ocasionando mudanças a partir da problematização coletiva do contexto, apostando na emergência da experimentação política/discursiva da

amizade como forma de irromper novas maneiras de agir no mundo (Gomes & Silva Júnior, 2005).

Haja vista a importância do diálogo nessa empreitada, o dispositivo da roda de conversa foi escolhido como ferramenta de intervenção, partindo do entendimento de que o ato de pesquisar é constitutivamente um ato político (Rodrigues & Souza, 1987) e que se trata, portanto, de intervir/pesquisar com vias a produção de acontecimentos (Paulon, 2005). As rodas de conversa possibilitam um espaço comum de diálogo no qual cada experiência vivida entra em cena para uma reflexão mais apurada da realidade que está se vivenciando, contribuindo para que os indivíduos tornem-se sujeitos na comunidade, ativos e capazes na busca de soluções para os problemas enfrentados (Campos, 1996; Lane, 2003). Também abrem espaço para a construção e/ou fortalecimento de amizades, no sentido político do termo, proporcionando um espaço de igual poder entre as pessoas e uma maior liberdade para expor suas opiniões para o grupo. Assim, as rodas de conversa permitem a instalação de relações de amizade em sua dimensão política, tornando-se condição para suportar a radicalidade da alteridade, possibilitando o imprevisto no agir e falar do/a outro/a (Gomes & Silva Júnior, 2007).

A composição das rodas de conversa foi antecedida por um processo de inserção na comunidade, momento em que os/as pesquisadores buscaram conhecer e serem conhecidos pelos/as moradores/as do assentamento. Esse processo inicial durou quase dois meses, a partir de visitas semanais à comunidade, tendo sido imprescindível para realizar o convite para uma reunião em que foi explicada a intenção de se realizar uma pesquisa-intervenção no assentamento, objetivando suscitar a participação deliberativa dos membros da comunidade, com o intuito de solucionar as problemáticas levantadas no espaço das rodas de conversa.

A pesquisa foi analisada a partir dos diários de campo, produzidos mediante as visitas periódicas à comunidade, em conjunto com entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com os/as moradores/as da comunidade que permaneceram por mais tempo no grupo da pesquisa.

Na seção seguinte, com o intuito de podermos discutir os efeitos das rodas de conversa na comunidade, iremos caracterizar brevemente alguns aspectos importantes do assentamento, destacando um pouco da sua história a partir das narrativas dos/as moradores/as.

## **Fragmentos da história do assentamento**

A inserção do grupo na comunidade contou com a facilitação de um dos/das pesquisadores/as que já era conhecido de um dos antigos/as moradores/as, de modo que nos iniciou na comunidade, o que possibilitou tanto o encontro com outros/as moradores/as como a possibilidade de conhecer uma parte da história do assentamento, assim, ampliando o saber sobre a comunidade e situando-se nas suas fronteiras. Durante o percurso de visitas às casas dos/as moradores/as, a comunidade tornava-se geograficamente mais conhecida: o bar, o campo de futebol, a escola e o Centro de Capacitação Canudos, ponto de referência da militância do MST em Sergipe.

Os relatos dos/as moradores/as, principalmente os/as mais velhos/as, evidenciaram um passado de luta para a conquista da terra e para dali retirarem uma fonte de renda. Os/As moradores/as ainda lembravam-se de um “tempo de muita fartura”, quando o trabalho coletivo tinha ótimos resultados com muita produtividade. Interessante como os/as mais velhos/as, que vivenciaram a construção da comunidade, posicionam-se a favor do sistema coletivo de produção. De fato, também lembram dos problemas que ocorreram durante a gestão, uns não tendo muita clareza da burocracia, outros/as declarando desapontamentos com seus supostos representantes políticos e dirigentes associativos. A alta produção foi cessada, sobretudo, por dois motivos: a falta de escoamento da produção, o que fazia com que perdessem uma grande quantidade do que era produzido; e a conseqüente ausência de retorno financeiro imediato. Problemas administrativos também foram apontados nas conversas: fraca organização administrativa, falta de planejamento para escoamento da produção, acúmulo de dívidas que acabavam por tomar grande parte do dinheiro ganho pela venda dos produtos.

Na história do assentamento houve um outro momento em que foi tentado retomar essa produção. Tal empreitada se deu através de uma associação das mulheres da comunidade. Algumas moradoras lembram da tentativa de “botar pra frente” uma horticultura orgânica com trabalho coletivo, mas sem êxito. Nisso aparecem dificuldades que se repetem, falta de comprador para escoar a produção, falta de equipamentos. Ademais, falou-se de divergências entre as participantes como um ponto importante para essa associação ter sido desfeita.

Gardênia disse que tudo o que sabe sobre horta hoje (plantar, fazer canteiro, adubar, entre outros) aprendeu nesse tempo que passou produzindo coletivamente com as mulheres ... Contou que um dos compradores era a CONAB, órgão citado por todas outras entrevistadas que também relatam o que Gardênia nos contou: “embora vendessem pra CONAB e que fosse um destino certo para a produção, não recebiam na mesma hora, ... sendo esse um dos fatos que fez com que elas desistissem da horta comunitária, além de mercado escasso ... Sobre o fim dessa associação de mulheres ela falou também sobre a falta de companheirismo entre elas.” (Diário de campo).

O assentamento, portanto, possuía grande potencial agrícola, tendo em seu histórico momentos de alta produção; no entanto, tal produção havia sido encerrada, sendo que boa parte dos/as moradores/as já não trabalhavam com a terra e os que possuíam horta cultivavam individualmente.

Em relação ao fato de se produzir individualmente no assentamento, é importante notar como esse abandono do trabalho coletivo para o individual também se dá na realidade de outros assentamentos, seja do MST ou de outros movimentos de luta pela terra. Apesar dessa passagem do coletivo para o individual poder gerar uma percepção de que os/as moradores/as do assentamento possuíam um modo de vida individualista, contudo essa passagem possui contornos e colorações mais complexas, revelando o tensionamento entre o ideal e a realidade dos assentamentos.

## **Arendt e Espinosa entram na Roda**

No assentamento, enfrentamos a dificuldade em compor um espaço de conversas que muitas vezes precisou ser remarcado pela ausência ou pouca presença de pessoas. Durante todo o trajeto da pesquisa houve uma significativa oscilação no número de participantes da pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa-intervenção, a variação no número de participantes não era exatamente um problema, pois nessa modalidade de pesquisa a relação entre pesquisador/a e pesquisados/as se dá de forma dinâmica, pressupondo constantes reformulações durante a construção do problema e do processo, assim permitindo trilhar caminhos não previstos (Prudente & Tittoni, 2014; Rocha & Aguiar, 2003). Tendo isso em vista, a pesquisa continuou mesmo sem contar com a maior parte dos/as moradores/as do assentamento, partindo da concepção de que a ação política de uma minoria poderia reverberar em toda a comunidade, produzindo

um alargamento da vida pública. Com efeito, o esvaziamento dos espaços de reuniões e encontros tem sido uma marca em várias experiências em Psicologia Comunitária. A participação nos processos de reflexão e discussão de interesses comuns se apresenta como desafiadora em um contexto de forte individualismo instaurado pelo registro econômico que visa precisamente destruir a condição política da reunião não violenta das pessoas, advertida por Arendt (2001).

Foi necessário um processo de meses para que as rodas de conversa se consolidassem com certa regularidade, contando com a participação de poucas pessoas. As rodas de conversa se constituíram como campo discursivo que possibilitou o levantamento dos problemas, identificação de metas e prioridades comuns; por exemplo, foi a partir delas que foi possível identificar o desejo de se voltar a produzir coletivamente, aproveitando o potencial agrícola do assentamento. Surgiram, então, questões fundamentais para a retomada do trabalho coletivo: “como será feito o escoamento da produção?”; “Como conseguir máquinas e assistência técnica?”. Essas questões diziam respeito não só ao trabalho coletivo que se almejava realizar, mas era reveladora da relação que se tinha entre a comunidade e o Estado naquele momento. Assim, considerando que a comunidade não estava assistida por políticas públicas que permitissem que isso fosse feito de imediato, se fazia necessária uma mobilização da comunidade para cobrar isso dos órgãos cabíveis.

Por conta disso, os/as pesquisadores/as e os/as participantes da pesquisa realizaram visitas a órgãos públicos, como a secretaria de agricultura do município, a fim de conseguir assistência técnica e uma maneira de escoar a produção. Com essa interessante organização, a comunidade conseguiu certas conquistas, como a aquisição de sementes por meio de uma empresa de produtos agrícolas e a participação em uma feira de produtos agrícolas. Porém, é perceptível que as conquistas não vinham tão facilmente, sobre o espaço conquistado na feira, por exemplo, dependia-se de transporte para que fosse possível levar a mercadoria do assentamento para a feira, que ficava em Aracaju, a mais de 20 quilômetros de distância. Em dado momento, a secretaria até disponibilizou, mas era um veículo pequeno e que não chegava no horário marcado.

Com certo desamparo da comunidade por parte de políticas públicas, as relações de amizade na comunidade mostraram-se fundamentais para o engajamento no trabalho coletivo, que tinham nas relações

de conversa o seu elemento central, por esse motivo foi destacada a relevância das rodas de conversa:

Nas rodas de conversa você esclarece muitas coisas, você pode botar pra fora o que realmente está acontecendo, receber explicação, explicar. Às vezes você tem uma necessidade, mas se a outra pessoa não souber qual é o problema, não vai poder resolver. Pra resolver tem que ter uma conversa entre todos, uma definição, entendeu? (Rosa)

Então não é assim, um grupo não tem quem manda e quem obedece. Um grupo tem pessoas que conversam, decide e as pessoas vão resolver aquilo que foi decidido naquela hora. (Hortência)

Para Arendt (2002) o elemento político da amizade reside justamente no que é apontado por Rosa e Hortência, a saber, um verdadeiro diálogo, onde existe uma compreensão da verdade própria a opinião do/a outro/a. Na comunidade pudemos constatar a radicalidade desse tipo de experiência, no que ela tem de desestabilizadora, pois a abertura à opinião do/a outro/a nos revela a multiplicidade de visões sobre o mundo, dessa forma, o espaço das rodas de conversa era constituído também de uma certa tensão, gerada pelo deslocamento do familiar. É a partir desse deslocamento que torna-se possível a irrupção do imprevisto (Arendt, 2001) e o aumento da potência de agir (Espinosa, 2007).

### **Mutirões**

Uma vez que a comunidade havia conquistado um espaço em uma feira de produtos agrícolas, a fim de organizar o trabalho, um/a dos/as participantes, morador/a de longa data da comunidade, sugeriu que mutirões fossem realizados, pois dividindo as tarefas, de modo que o trabalho fosse rotativo, seria mais fácil de retornar a produção coletiva:

Cravo fala que é necessário focar no trabalho coletivo, como mutirão, um ajudando o outro para conseguir produzir muito, sem que haja confusão. “Onde um vende o seu, mas produz junto”. Ele deixa claro que acredita que trabalhar com mutirão é a forma mais rápida de colocar o produto na barraca. (Diário de campo - 10/07/2014).

Todos/as os/as moradores/as presentes na reunião assentiram e já pareciam familiarizados com a ideia, o que é compreensível, visto que os mutirões tratam-se da atividade coletiva mais empregada nos assentamentos. Tal estratégia somava-se às rodas de conversa para contribuir para o alargamento do espaço público, no sentido arendtiano deste, qual seja, o próprio mundo

enquanto fabricado por mãos humanas, onde os negócios são realizados entre estes que habitam em conjunto tal mundo, o que decorre que “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa que interpõe entre os que assentam ao seu redor...” (Arendt, 2002, p. 62). Os mutirões e as rodas de conversa serviam, pois, como a mesa da metáfora de Arendt, um intermediário que reúne as pessoas na companhia das outras, suscitando o interesse na vida comum.

Os mutirões custaram a começar, muito por conta da dificuldade de organização dos/as moradores/as da comunidade que estavam comprometidos com a pesquisa, de modo que um mutirão era marcado em uma roda de conversa e na seguinte éramos informados que ele não aconteceu, processo que se repete algumas vezes. Entender essa dificuldade de organização passa por uma escuta atenta das narrativas trazidas nas rodas de conversa, que evidenciavam uma repetição de problemas do passado relativos ao trabalho coletivo, como a falta de transporte para levar a produção para a feira, as falsas promessas de funcionários de órgãos estatais e desentendimentos entre os/as participantes. O fato de que esses problemas não eram inéditos alimentava ainda mais o medo que muitos/as moradores/as do assentamento tinham de mais uma tentativa de trabalho coletivo.

O medo do fracasso de mais um projeto coletivo, por parte dos/as moradores/as da comunidade, pode ser considerado a partir da teoria dos afetos de Espinosa. Com isso, podemos explorar, entre tantos afetos enumerados por Espinosa na Ética, ao menos três: medo, desespero e desejo. O medo é definido por Espinosa (2007) enquanto tristeza inconstante nascida de algo do passado ou do futuro que em certa medida duvidamos; o desespero enquanto tristeza nascida de algo do passado ou do futuro do qual já não temos dúvida; por sua vez, o desejo é a essência do humano, trata-se de todos os impulsos, apetites e esforços do humano, que variam de acordo com o seu estado, esse também variável. Podemos então dizer que quanto à possibilidade de retorno do trabalho coletivo, a comunidade era bastante atravessada pelo medo e pelo desespero, como pode-se observar nas narrativas dos seus membros:

“José, depois de um discurso de muita resistência contra o trabalho devido às experiências negativas passadas, decide entrar na escala também.” (Diário de campo). “Conversamos um pouco com ela sobre a visita à secretaria e Petúnia nos falou que eles já estavam acostumados

com aquele discurso do secretário, que promete, que pede tempo e que quase nada é resolvido.” (Diário de campo).

Tais excertos indicam uma dinâmica de afetos bastante presente na comunidade: o medo sobre o retorno do trabalho coletivo, a dúvida sobre a possibilidade futura deste, devido às experiências mal sucedidas do passado; o desespero que pode advir por conta das promessas vazias dos órgãos estatais, a certeza de que essas promessas não serão cumpridas, como sempre. Nos dois casos trata-se da tristeza, da potência de agir minada. A tristeza está na raiz de toda tirania e opressão, e por isso mesmo Espinosa (2007) a qualifica como um afeto que leva ao alheamento e à desvitalização da força para existir. A paixão triste é sempre a impotência (Deleuze, 2003).

É nesse ponto que podemos falar de desejo, pois os afetos tristes que por muitas vezes guiavam a comunidade e dificultavam o retorno da produção coletiva, não seriam vencidos apenas pelo manifesto interesse dos/as moradores/as em produzir coletivamente, haja vista que, como se pode inferir a partir de Espinosa (2007), a potência de agir de um corpo não aumenta simplesmente movida pelo interesse, o essencial mesmo é o desejo. O desafio, portanto, era o de transformar o interesse em produzir em desejo de produzir, ou melhor, sendo mais condizente com a teoria dos afetos de Espinosa, tratava-se de conhecer clara e distintamente as afecções que atravessavam a comunidade, o que perpassava a utilização do espaço das rodas de conversa como local de problematização coletiva das situações, colocando em análise tanto as experiências anteriores de produção coletiva, quanto os problemas atuais.

Aos poucos, os mutirões foram acontecendo, muito por conta das rodas de conversa, que possibilitaram o conhecimento dos fatores que minavam a potência de agir da comunidade. Esse processo de conhecimento que se desdobrou a partir das rodas de conversa não foi fácil, pois, como explicado por Espinosa (2007), muitos são os afetos que atravessam um corpo e aumentam ou diminuem a sua potência de agir, seja esse corpo individual ou coletivo, se assim concebermos a comunidade, sendo assim, esse era um processo contínuo. Por isso a pesquisa partia da noção de experimentação política da amizade, sustentando que as relações de amizade se constituem como uma possibilidade da passagem dos afetos passivos aos ativos, favorecendo o conhecimento das noções comuns e ideias adequadas constitutivas desse processo ético (Gomes & Silva Júnior, 2013).

No decorrer da pesquisa é nítida a mudança que ocorre em relação à confiança na aposta de um trabalho

coletivo, implicando no reconhecimento dos vínculos de amizade como de suma importância para o habitar em um mundo compartilhado (Arendt, 2001) e para perseverar no trabalho coletivo: “Às vezes dava vontade de desistir, mas Rosa me puxa e diz que não, e às vezes é Rosa que dá vontade de desistir e eu não deixo ela correr.” (Petúnia).

Você sozinha é que nem uma formiga, que nem uma andorinha e uma andorinha só não faz verão, né isso? Se tá o grupo junto, tá aquele grupo unido, você vai conseguir muitas coisas, mas se você sozinha, vai ser mais difícil. Então, não é só uma questão de grupo, ‘a gente só tá ali porque tá no grupo...’ Não! Já criou uma amizade mesmo. Criou uma amizade mesmo fora do ambiente de trabalho (Hortência).

Você sozinho você não vai conseguir praticamente nada, porque você vai em um órgão público, não é? Chega lá, não tem força nenhuma, então coletivamente você tem peso, num (sic) é? Você tem como brigar, como lutar, você tem uma representatividade dentro da sociedade. (Girassol).

Essas narrativas evidenciam a importância conferida pelos/as participantes da pesquisa à amizade para a potencialização do corpo coletivo da comunidade, entendida enquanto condição necessária para o trabalho coletivo, pois é salientado não apenas o quanto o trabalho rende com mais pessoas realizando, mas a coesão grupal e a vontade de continuar com o trabalho coletivo ensejada pelas relações de amizade, ilustrando bem a dimensão política desse tipo de relação. Arendt (2001) concebe a condição humana da ação, da pluralidade do humano, como mediada pelo discurso, assim, devemos entender as relações de amizade na comunidade como vínculos propícios ao agir e ao falar, que engendraram uma organização implicada em práticas solidárias (Gomes & Silva Júnior, 2007, 2010).

Graças à organização coletiva e busca ativa de políticas públicas que poderiam beneficiar a produção da comunidade, esta foi contemplada com um projeto para a criação de uma horta coletiva.

### **Horta Coletiva**

O projeto de uma horta coletiva na comunidade surgiu através da Secretaria de Agricultura, que fomentava, além do projeto em si, os recursos necessários para a elaboração da horta, como mudas e telas de proteção, para ser construída em um local determinado do assentamento. Tal projeto fazia parte de um outro que

consistia na construção de uma fábrica de reaproveitamento de alimentos, o que fazia necessária uma produção fixa para manter o funcionamento dessa fábrica. Assim, o projeto da horta coletiva havia sido cedido à comunidade devido ao reconhecimento de que os/as moradores/as estavam organizados e engajados para a realização do projeto da fábrica de reaproveitamento de alimentos. Contudo, apesar da notável organização da comunidade, dada, sobretudo, em consequência das rodas de conversa e da estratégia dos mutirões, a horta coletiva apresentou diversas problemáticas.

Com a horta coletiva já construída, apareceram problemas relativos à escassez de recursos, como irrigação inadequada e falta de materiais necessários para o plantio, de modo que a comunidade não foi assistida da forma acordada pela Secretaria. Esse descompasso entre o que era prometido a comunidade e o que era efetivamente cumprido já tinha uma longa história, estando presente nos relatos dos/as moradores/as desde o início da pesquisa, sendo um fator fundamental para minar o *conatus* do corpo coletivo da comunidade (Espinosa, 2009), que acabava quase sempre tencionada a perseverar apesar das políticas públicas, em invés de potencializada por estas.

E a gente já tinha lutado antes, muitas vezes por feira em alguns lugares, augusto franco, marcos freire, nunca a gente, no início a prefeitura dava carro, mas só um dia ou dois, depois não dava mais, a gente se virasse como pudesse, como a gente nunca tivemos carro pra levar os nossos é, as nossas, os nossos material a gente começou a ficar, a perder, então a gente parou de ir pra feira. (Petúnia)

A implementação da horta coletiva foi marcada também por uma série de tensões internas ao grupo participante da pesquisa, expressas em situações cotidianas, como por exemplo o sumiço de uma chave, que foi estopim para a divisão do grupo em dois.

A história sobre o sumiço da chave e a divisão do grupo teria sido a seguinte, segundo Rosa: a chave da fábrica havia sumido, Petúnia havia procurado no dia anterior e não achou. No dia seguinte enquanto todos/as trabalhavam na horta, o filho de Hortência estava brincando embaixo da mangueira que fica próxima a horta e achou a chave. Hortência pegou a chave e fez o seguinte questionamento: “isso aqui é responsabilidade?”. Questionando a postura de Petúnia de perder a chave. Rosa disse que Camélia estava neste momento na horta também e escutando o que Hortência disse foi fazer fofoca para Petúnia, aumentando a história...devido ao mal-estar que se

instalou no ambiente de trabalho, o grupo achou melhor se dividir e trabalhar separadamente.

O mal-entendido da chave e a consequente divisão do grupo revela a tensão que é própria de relações políticas e, em nossos casos, suturadas pelas relações de amizade. Contudo, vale ressaltar que nesse período os encontros das rodas de conversa se faziam menos frequentes. Diante de conflitos como o supracitado, a existência das rodas de conversa adquire ainda mais importância, justamente como espaço de acolhida e escuta do/a outro/a. De modo que a não realização dos encontros implicou no reconhecimento da divisão pelo próprio grupo.

A fragmentação do grupo constitui a dissolução da confiança entre os corpos e, portanto, enfraquece a condição de possibilidade de composição de alianças singulares que garantem a existência do corpo coletivo. Segundo Espinosa (2007), a confiança é a condição de fortalecimento da capacidade de ação do corpo coletivo. Para Espinosa (2007) a amizade compõe uma disposição afetiva implicada com afetos de alegria e laços de confiança favoráveis à dinâmica de resistência à tristeza e composição de práticas singulares de solidariedade e afirmação da potência do corpo coletivo. Espinosa (2007) concebe o *conatus* como força interna de perseveração na existência. A condição de nossa vitalidade ou *conatus* depende dos arranjos que estabelecemos nas relações afetivas. Espinosa (2007) compreende alegria como o afeto que possibilita a passagem para uma perfeição maior, ou seja, quando encontramos um corpo que aumenta a nossa potência de ação; ao contrário, o afeto de tristeza é a passagem para uma perfeição menor, isto é, quando nos relacionamos com algo que diminui a nossa potência de agir, debilitando o *conatus*.

É nesse sentido que se funda a relevância política da amizade para o fortalecimento do corpo coletivo, pois a amizade possibilita uma dinâmica da alegria propiciadora da mobilização para que os homens ajam juntos. Portanto, a fragmentação do grupo de trabalho na horta coletiva articula-se a uma dinâmica de afetos tristes que enfraquecem a capacidade de ação do corpo coletivo, destruindo a confiança necessária para a auto-organização do mesmo. Além da divisão, a fragilização do grupo é fomentada ainda por forças externas que o afetam, tais como os problemas na implementação de políticas públicas para a agricultura familiar, impedindo e dificultando o trabalho coletivo pela falta de sistema de irrigação, falta de transporte para escoamento da produção e escassez de recursos para o trato da terra.

Segundo Oliveira (2006) muitos são os obstáculos ao processo de formação de projeto coletivo, não é tarefa fácil mudar e assimilar rapidamente novas formas de relacionamento e ação; o modelo capitalista dominante imprime modos individualistas e competitivos de se relacionar, assim, o caráter processual é inerente à formação da cultura solidária nos grupos.

A participação nos processos de reflexão e discussão de interesses comuns se apresenta como desafiadora em um contexto de forte individualismo instaurado pelo registro econômico que visa precisamente destruir a condição política da reunião não violenta dos sujeitos, advertida por Arendt (2001).

## Considerações finais

Nos trabalhos de intervenção psicossocial em comunidade apresenta-se como desafiadora a tarefa de construir e cultivar uma cultura democrática, em que sejam compartilhados os valores de justiça e dignidade, bem como construir e consolidar redes comunitárias dentro de uma concepção de solidariedade gestos condizentes com a experimentação política da amizade.

A composição das rodas de conversas se constitui como um desafio nos trabalhos com grupos que visam a politização dos corpos para o exercício da cidadania, em um contexto marcado por um forte individualismo em nosso convívio social, predominando um enfraquecimento na negociação de interesses comuns. O contemporâneo esvaziamento do espaço público e o consequente rebaixamento político retratam a sociedade do consumo na qual as preocupações e motivações sociais estão voltadas para os interesses individuais e privados, configurando a decadência do engajamento político e dos interesses coletivos (Gomes & Silva Junior, 2007).

A experimentação política da amizade favorece relações democráticas, na medida em que promove os atos políticos do agir e falar que implicam a parceria, a companhia dos/as outros/as para que a ação desempenhe um ciclo completo de experiência inaugural o que contribui para a construção de uma cultura democrática, em que sejam compartilhados os valores de justiça e dignidade, bem como construir e consolidar redes comunitárias dentro de uma concepção de solidariedade. Pensar a amizade em sua qualidade política na companhia da Filosofia de Espinosa e Arendt engendra preciosas contribuições que sustentam a compreensão de que a vida será tanto menos desumana quanto maior for a capacidade de pensar e agir dos corpos.

A pesquisa que analisamos aqui demonstra tanto a importância da experimentação política da amizade e a sua abertura e fomento às relações democráticas, quanto a dificuldade em manter essas relações no que elas têm de solidárias e coletivas. As rodas de conversa se mostraram imprescindíveis para a potencialização dos corpos que compuseram a pesquisa, possibilitando a organização dos mutirões e a consequente conquista de um espaço em uma feira de produtos agrícolas e do projeto da horta coletiva. Não obstante, muitos foram os obstáculos nessa empreitada, sejam as ações desmobilizadoras das políticas públicas que chegavam descontextualizadas da realidade do assentamento, o que por si só merece um artigo próprio; sejam os conflitos internos, os desarranjos dos membros que formavam o corpo coletivo da comunidade. Tais questões são próprias da pesquisa-intervenção e revelam a dinâmica de afetos que caracteriza a vida humana, tratando-se de uma contínua passagem de afetos tristes para alegres e vice-versa (Espinosa, 2007).

## Referências

- Arendt, H. (2001). *A condição humana* (10ª ed., R. Raposo, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Arendt, H. (2002). *A dignidade da política* (H. M. Coelho, Trad.). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Campos, R. H. F. (1996). Introdução: a psicologia social comunitária. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 9-16). Petrópolis: Vozes.
- Chauí, M. (2003). *Política em Espinosa*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Deleuze, G. (2003). *Espinosa: filosofia prática* (2ª ed.). São Paulo: Escuta.
- Derrida, J. (1997). *Politics of friendship*. (G. Collins, Trad.). Nova Iorque: Verso.
- Espinosa, B. (2007). *Spinoza. Ética* (2ª ed., T. Tadeu, Trad.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Espinosa, B. (2009). *Tratado político* (D. P. Aurélio, Trad.). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2005). Semânticas da amizade e suas implicações políticas. *Psicologia USP*, 16(3), 119-142. doi: 10.1590/S0103-65642005000200007
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2007). Sobre a amizade em tempos de solidão. *Psicologia & Sociedade*, 19(2), 57-64. doi: 10.1590/S0102-71822007000200008
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2010). Amizade e experimentação política: solidariedade e resistência entre amigos nas classes populares. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(1), 72-83. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672010000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000100008&lng=pt&tlng=pt)
- Gomes, L. G. N., & Silva Júnior, N. (2013). Experimentação política da amizade a partir da teoria dos afetos de Espinosa. *Cadernos*

## Experimentação política da amizade em uma experiência de Psicologia comunitária em Sergipe

- Espinosa, S. (2013). *Espinosanos*, 1(28), 39-58. doi: 10.11606/issn.2447-9012.espinosa.2013.81266
- Hardt, M. (1996). *Gilles Deleuze: um aprendizado em filosofia* (S. Cavendish, Trad.). São Paulo: 34.
- Lane, S. T. M. (2003). *Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil*. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 17-34). Petrópolis: Vozes.
- Oliveira, P. S. (2006). *Cultura solidária em cooperativas: projetos de mudança de vida*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- Ortega, F. (2000). *Para uma política da amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Paulon, S. M. (2005). A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, 17 (3), 18-25. doi: 10.1590/S0102-71822005000300003
- Prudente, J., & Tittoni, J. (2014). A pesquisa intervenção como exercício ético e a metodologia como paraskeuê. *Fractal, Revista de Psicologia*, 26(1), 17-28. doi: 10.1590/S1984-02922014000100003
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(4), 64-73. doi: 10.1590/S1414-98932003000400010
- Rodrigues, H. B. C., & Souza, V. L. B. (1987). Análise institucional e a profissionalização do Psicólogo. In V. R. Kamkhagi & O. Saidon (Orgs), *Análise institucional no Brasil* (pp. 27-46). Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- Sawaia, B. B. (1996). Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In R. H. F. Campos (Org.), *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia* (pp. 35-53). Petrópolis: Vozes.

Lívia Godinho Nery Gomes Azevedo, Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), é Professora Associada da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Endereço para correspondência: Rodovia Adilson Távora, 7500, Thai residence, Ruas das Alfazemas, número 202, Barra dos Coqueiros/SE, CEP 49.140-000. Email: liviagn3@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6905-3448>

Samira Pires Damaceno, Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), é Psicóloga Clínica no Espaço Terapêutico Conatus. Email: samipress@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8246-644X>

Jeferson Santos da Silva, Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), é Mestrando em Psicologia pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia (PPGPSI), na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: jeferson123@academico.ufs.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2032-9770>

José Matheus Alves Santos, Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Email: j.matheus2109@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6132-4063>

Recebido em 30.nov.21  
Revisado em 16.mar.22  
Aceito em 06.abr.22